



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 185 TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2015

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 204ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015

1.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o 156º aniversário da Igreja Presbiteriana do Brasil e 145º aniversário da Instituição Mackenzie. **(SERÁ PUBLICADA EM SUPLEMENTO AO PRIMEIRO DIÁRIO DO MÊS DE DEZEMBRO)**

2 – ATA DA 205ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015 6

2.1 – ABERTURA..... 6

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 6

2.2.1.1 – Comunicação

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que encaminha o texto final revisado do Projeto de Lei do Senado nº 351/2015 **(Ofício nº 162/2015)**..... 7

2.2.1.2 – Mensagens da Presidente da República

Nº 80/2015 (nº 475/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa..... 9

Nº 477/2015, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 30/2014, sancionado e transformado na Lei nº 13.187/2015..... 31

Nº 480/2015, na origem, que comunica a ausência de S. Exª do País, no período de 13 a 16 do corrente, em viagem oficial à República da Turquia..... 31

2.2.1.3 – Término de prazos

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 105/2015..... 32

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 107, 116 e 121/2014; e 109/2015; e aos Projetos de Resolução nºs 4 e 39/2015. 32

2.2.1.4 – Arquivamento

Arquivamento dos Requerimentos nºs 1.251 e 1.307/2005; 666, 963, 1.228 e 1.255/2006; 775, 781, 905 e 1.394/2007; 60, 61, 147, 857 e 1.065/2008; 271/2009; 366 e 507/2010; 755/2011; 903/2013; e 47 e 719/2014; das Petições 2, 4, 7, 8, 10 e 11/2005; 1 a 8, 10 a 12, 14 e 15/2006; 4, 6, 7 e 8/2007; e 1/2010, todas da Corregedoria do Senado Federal; das Portarias nºs 1 e 2/2005; 1 e 2/2006; 1/2008; e 2/2009, todas da Corregedoria do Senado Federal; e demais expedientes da Corregedoria nºs 1 a 3/2004; 1, 6 e 7/2005; e 1 e 2/2006..... 32

2.2.1.5 – Abertura de prazo

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 183/2015 **(Ofício nº 17/2015-CEDN)**..... 33

2.2.1.6 – Vetos

Veto Parcial nº 50/2015, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 141/2011 **(Mensagem nº 478/2015, da Presidente da República)** 34

Veto Total nº 51/2015, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 67/2011 **(Mensagem nº 481/2015, da Presidente da República)** 37

Veto Total nº 52/2015, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 304/2008 **(Mensagem nº 482/2015, da Presidente da República)** 39

2.2.1.7 – Avisos de Ministros de Estado

Nºs 224 e 225/2015, na origem, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta aos Requerimento nºs 585 e 648/2015, de autoria dos Senadores Gladson Cameli e Vanessa Grazziotin..... 40

Nº 1.664/2015, na origem, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 874/2015, de autoria do Senador Omar Aziz. 40

2.2.1.8 – Publicação de pareceres

Parecer nº 99/2015-CN, sobre o Aviso nº 14/2015-CN (**conclui pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2015-CN) (vide item 3)**

Pareceres nºs 100 a 102/2015-CN, que concluem pelo arquivamento da Mensagem nº 6/2015-CN e dos Avisos nºs 8 e 11/2015-CN (**vide item 3**)..... 40

2.2.1.9 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2015-CN seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional 40

2.2.1.10 – Requerimento

Nº 1.295/2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 41 e 57/2009; 22 e 24/2011 41

2.2.2 – Oradores

SENADOR PAULO PAIM – Lamento pelos atentados terroristas ocorridos em Paris na última sexta-feira; e outros assuntos..... 42

SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Tristeza pelos atentados terroristas em Paris e pelo desastre ocorrido na cidade de Mariana-MG..... 49

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Cobrança da adoção de medidas para amenizar os problemas sociais e ambientais resultantes da construção de usinas hidroelétricas no Rio Araguari, no Amapá; e outro assunto. 55

2.2.3 – Realização de sessão

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei. 58

2.2.4 – Adoção de medida provisória

Adoção da Medida Provisória nº 699/2015, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofícios nºs 203/2015-PSDB/SF, 235/2015-Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB/CD e 460/2015-DEM/CD**)..... 59

2.2.5 – Oradores (continuação)

SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Comentários sobre sessão solene realizada hoje para homenagear o centenário de Djalma Maranhão; e outros assuntos. 62

SENADOR JORGE VIANA – Solidariedade ao povo francês em memória dos mortos e feridos nos atentados terroristas a Paris na última sexta-feira; e outros assuntos..... 65

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder – Registro da trajetória empreendedora da Família do Sr. Samir Maluf no Estado do Mato Grosso; e outros assuntos..... 67

SENADOR ACIR GURGACZ – Comentários sobre a participação de S. Exª na Caravana da Integração Brasil-Bolívia e defesa da abertura de corredor comercial entre os países por meio da BR-429; e outros assuntos 69

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Relato de visitas técnicas feitas por S. Exª a cidades e vias de transporte de Rondônia, com o escopo de contribuir para a melhoria da logística do Estado..... 72

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa dos aposentados e pensionistas do fundo Aerus; e outros assuntos..... 73

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Questionamentos acerca dos índices de desemprego apresentados pelo Governo Federal por supostas falhas metodológicas nas pesquisas..... 77

2.2.6 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim) 80

2.2.7 – Oradores (continuação)

SENADOR HÉLIO JOSÉ – Homenagem à cidade Samambaia-DF pelo transcurso dos 26 anos de sua fundação; e outros assuntos. 82

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Defesa da derrubada de veto apostado a projeto de lei que reajusta o salário de servidores do Poder Judiciário. 84

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Considerações sobre o desastre ocorrido na região de Mariana-MG e sobre os impactos ambientais da atividade mineradora..... 86

2.2.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR BLAIRO MAGGI – Preocupação com a violência contra a mulher na sociedade brasileira..... 99

2.3 – ENCERRAMENTO..... 99

3 – PARECERES

Nº 99/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 14/2015-CN 100

Nº 100/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 6/2015-CN..... 105

Nº 101/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 11/2015-CN..... 131

Nº 102/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 8/2015-CN.....	149
Nº 103/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 1/2015-CN (vide item 4.3)	
Nº 104/2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 15/2015-CN.	153
4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
4.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (Suplemento “A”)	
4.2 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (Suplemento “B”)	
4.3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	
Parecer nº 103/2015-CN, sobre o Projeto de Lei nº 1/2015-CN, que <i>dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências</i> (Suplemento “C”)	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	155
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	158
7 – LIDERANÇAS	159
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	161
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	179
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	189
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	237
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
12 – COMISSÕES MISTAS	261
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	275

Ata da 205ª Sessão, Não Deliberativa, em 16 de novembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana, das Sras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra, dos Srs. Acir Gurgacz, Telmário Mota, Paulo Paim e Ataídes Oliveira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 12 minutos e encerra-se às 18 horas e 25 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

COMUNICAÇÃO

A Presidência recebeu o **Ofício nº 162/2015**, do Presidente da CCJ, encaminhando texto final do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2015, com ajustes redacionais.

São os seguintes o Ofício e o texto final:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 167/2015-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 12 de novembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

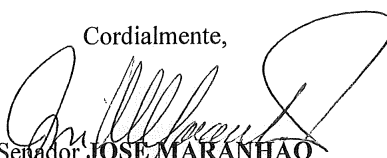
A publicação
Em

Assunto: adequações redacionais ao PLS 351/2015

Senhor Presidente,

1. Em resposta ao Ofício/SF nº 1672/2015, comunico a Vossa Excelência que o Relator do PLS nº 351/2015, Senador Alvaro Dias, considerou que o ajuste redacional sugerido pela Mesa ao texto do inciso II e § 2º do art. 1.313 da Lei 10.406, de 2002 atende ao objetivo do Projeto e promove aperfeiçoamentos à redação do Código Civil, de modo que julga conveniente a sua adoção.
2. Sendo assim, encaminho o novo texto final com as adequações redacionais propostas pela Mesa, acatadas pelo Relator e endossadas por esta Presidência.
3. Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **JOSE MARANHÃO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania - CCJ
PLS Nº 351 DE 2015
FL. 23

Ala Senador Alexandre Costa – Sala nº 5-A, Anexo II - CEP 70165-900
Telefone: 61 3303-3972 / 3303-4612 Fax: 61 3303-4315 - scomccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2015
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que os animais não sejam considerados coisas, mas bem móveis para os efeitos legais, salvo o disposto em lei especial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 83.....

.....

IV – Os animais, salvo o disposto em lei especial.”

Parágrafo Único. Os animais não serão considerados coisas.” (NR)

“Art. 1.313.

.....

II – apoderar-se de coisas suas, bem como de animais que aí se encontrem casualmente.

.....

§ 2º Na hipótese do inciso II, uma vez entregues as coisas ou os animais buscados pelo vizinho, poderá ser impedida a sua entrada no imóvel.

.....” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2015.


Senador **JOSE MARANHÃO**, Presidente

Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania - CCJ
PLS Nº 351 DE 2015
FL. 24

Tendo sido publicado texto final revisado do **Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2015**, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 80, de 2015

(Nº 475/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de novembro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00489/2015 MRE

Brasília, 3 de Novembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO

CPF.: 434.795.457-34

ID.: 6462 MRE

1950 Filho de Gerardo Majella Mello Mourão e de Léa de Barros Carvalho e Mello Mourão, nasce em 18 de agosto, em Ipueiras/CE

Dados Acadêmicos:

1981 CAD - IRBR

1991 CAE - IRBR, A Revolução de 1817 e a História Diplomática do Brasil

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1983 Primeiro-Secretário, por merecimento

1988 Conselheiro, por merecimento

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1976-78 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente

1978-81 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1979 XIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Oleaginosas da FAO, Roma, Chefe de delegação

1979 XIV Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras da FAO, Roma, Chefe de delegação

1979 VII Sessão do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar da FAO, Roma, Chefe de delegação

1981-83 Embaixada em Argel, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1983-87 Embaixada em Londres, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1987-90 Instituto Rio Branco, Coordenador de Ensino, substituto, Coordenador de Ensino, e Diretor, substituto

1990-93 Embaixada em Londres, Conselheiro

1993-96 Embaixada em Assunção, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

1996-2001 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2001-04 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2004-05 Secretaria-Geral, Assessor Especial

2004 Embaixada em Porto Príncipe, Enviado Especial para assuntos da MINUSTAH em missão transitória

2005-06 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor

2006-10 Departamento do México, América Central e Caribe, Diretor

2010-13 Embaixada em Copenhague, Embaixador

2010-13 Embaixada em Vilnius, cumulativa, Embaixador

2013- Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Condecorações:

2005 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

2006 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2013 Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Grã-Cruz

Publicações:

1996 A Revolução de 1817 e a História do Brasil, Editora Itatiaia, Belo Horizonte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA CPLP



**Informação Ostensiva para o Senado Federal
Novembro de 2015**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Estados membros:	Nove (9) Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
Observadores Associados:	República de Maurício (desde 2006); Senegal (desde 2008); Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia (desde 2014).
Fundação:	17 de julho de 1996
Ano de adesão do Brasil:	1996 (membro fundador)
Sede:	Lisboa (Portugal), sede do Secretariado Executivo da CPLP
Principais órgãos:	Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; Comitê de Concertação Permanente; Secretariado Executivo; Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação; Assembleia Parlamentar.
Principais chefias:	Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros
Secretário Executivo	Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique), desde julho de 2012.
Diretora-Geral:	Georgina de Mello (Cabo Verde), desde fevereiro de 2014.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Murade Isaac Miguigy Murargy
Secretário Executivo da CPLP

Moçambicano. Nasceu em 10 de maio de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e diplomata de carreira desde 1976.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, foi conselheiro jurídico no Gabinete de Estudos e Planificação e Informação (1976-1980), Diretor para Assuntos Jurídicos e Consulares e Diretor Nacional de Protocolo (1980-1984) e Diretor de Assuntos Internacionais e Conferências (1984-1985).

Entre 1985 e 1995, foi Embaixador na França e não residente na Alemanha, na Tunísia, no Gabão, no Mali, na Costa do Marfim, no Senegal, no Irã, na Palestina e na Suíça. Nesse período, foi também Delegado Permanente junto à UNESCO e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

Entre 1995 e 2005, foi Secretário-Geral da Presidência da República de Moçambique, com *status* de Ministro de Estado.

De 2005 a 2012, foi Embaixador de Moçambique junto ao Governo brasileiro.

Apontado pelo Governo de Moçambique como candidato a Secretário-Executivo da CPLP, por um período de dois anos, renováveis por mais dois, o Embaixador Murargy teve sua indicação referendada pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 20 de julho de 2012, em Maputo, e foi reconduzido ao cargo, até julho de 2016, pela X Conferência, celebrada em Díli, em 23 de julho de 2014.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Georgina Benrós de Mello
Diretora-Geral da CPLP

Nasceu em Cabo Verde. É licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Seu percurso acadêmico inclui, ainda, estudos de pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos, além de mestrado em Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde.

Trabalhou como economista em Cabo Verde e em Timor-Leste, com experiência nos setores público e privado. Fez parte, por exemplo, do Conselho de Administração da Transportadora Aérea Cabo-Verdiana. Em Timor-Leste, foi responsável pela instalação da agência de promoção do investimento e das exportações, de que foi a primeira diretora executiva.

Publicou artigos em revistas especializadas e jornais em Cabo Verde e Portugal, e é coautora do Guia do Exportador para o Mercado da União Europeia.

Antes de ingressar na CPLP, exercia as funções de Coordenadora da Unidade Nacional de Implementação do Programa Quadro Integrado Reforçado da Organização Mundial do Comércio em Cabo Verde, a cargo do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, o que a levou a debuchar-se, nos últimos anos, sobre temas como desenvolvimento do comércio, do investimento, do setor privado e suas conexões com as cadeias globais de valor.

É Diretora-Geral da CPLP desde 3 de fevereiro de 2014, tendo sido aprovada em concurso público internacional, para cumprir mandato de três anos, renováveis por igual período.

INFORMAÇÕES GERAIS

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

A língua comum é a base sobre a qual se constrói a Comunidade, formada por Estados membros que compartilham também laços históricos, étnicos e culturais. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem, consoante seus estatutos, três objetivos centrais, que formam os pilares sobre os quais se desenvolve sua atuação: a concertação política e diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios, consagrados nos Estatutos da organização: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A origem da Comunidade como organismo intergovernamental remonta ao primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa (São Luís, novembro de 1989), de iniciativa do então Presidente da República José Sarney. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Praia, Cabo Verde (o IILP foi, em 2005, integrado formalmente à Organização como principal foro de coordenação comunitária para a promoção e difusão da língua portuguesa).

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais); e o Comitê de Concertação Permanente (CCP). Integrado pelos representantes dos nove países junto ao Secretariado Executivo da CPLP, o CCP reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

A Presidência da CPLP tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. O Estado membro que sedia a Conferência de Chefes de Estado e Governo assume a presidência da Comunidade pelo período subsequente. Timor-Leste assumiu a presidência por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Díli, em 23 de julho de 2014, sucedendo Moçambique (2012-2014) e Angola (2010-2012). Em 2016, será a vez de o Brasil sediar a XI

Conferência de Chefes de Estado e de Governo, assumindo, pela segunda vez, a Presidência da CPLP (a primeira ocorreu no biênio 2002-2004).

O país que ocupa a Presidência rotativa preside as reuniões dos três órgãos deliberativos: Conferência, Conselho de Ministros e Conselho de Concertação Permanente. Em todas as instâncias deliberativas, as decisões são tomadas por consenso.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. O Secretariado tem como funções principais implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos e assegurar a execução dos programas de cooperação. É comandado pelo Secretário Executivo, secundado pela Diretora-Geral. O cargo de Diretor-Geral foi criado em 2008. Até então, o Secretário Executivo era secundado por Secretário Adjunto.

A nomeação do Secretário Executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os Estados membros (por ordem alfabética de país), para mandatos de dois anos renováveis por mais dois, ao passo que a de Diretor-Geral é resultante de concurso público internacional. Desde 2012, o cargo de Secretário Executivo é ocupado pelo moçambicano Murade Isaac Miriguy Murargy, que teve, em 2014, seu mandato renovado até 2016. Pelo critério alfabético previsto nos Estatutos da Comunidade, o atual Secretário Executivo deverá ser sucedido por um nacional português. A atual Diretora-Geral, Georgina Benrós de Mello, natural de Cabo Verde, assumiu suas funções em fevereiro de 2014, sucedendo Helder Vaz Lopes, cidadão da Guiné-Bissau.

O Secretariado Executivo conta ainda com uma Diretoria de Cooperação, ocupada hoje pelo português Manuel Clarete Lapão, e com uma Diretoria de Ação Cultural e Língua Portuguesa, sem titular nesse momento. Encontra-se em processo de criação uma nova Diretoria de Finanças.

O Secretariado Executivo conta hoje com cerca de 30 funcionários (esse número tem apresentado alguma variação ao longo do tempo). Desse total, cinco são funcionários de governos dos Estados membros, cedidos à CPLP. Não há nenhum brasileiro nos quadros do Secretariado. O Brasil teve, até 2012, oficiais de chancelaria e diplomatas cedidos ao Secretariado Executivo.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento, previstas em seus estatutos. A primeira é o orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados membros. O valor anual do orçamento, bem como o das contribuições de cada Estado membro, é definido por resolução do Conselho de Ministros. A contribuição do Brasil (que é, desde 2013 o maior contribuinte isolado) estabelecida para os orçamentos de 2015 e de 2016 é de 768 mil euros por ano, o que representa 30,37% do atual orçamento da Comunidade. A segunda fonte de financiamento é o Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e que visa a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais.

A partir de 2002, passaram a fazer parte da estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano. O Brasil é representado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade do Ministério das Relações Exteriores.

Constituída legalmente em 2007, também como órgão integrante da Organização, a Assembleia Parlamentar da CPLP foi instalada em 2009. Ela substitui o Foro Parlamentar da CPLP, instituído para fomentar os contatos entre os legislativos dos Estados membros. Em abril de 2015, ao encerrar reunião dos presidentes dos grupos nacionais da Assembleia Parlamentar, em Luanda, a Vice-Presidenta da Assembleia Nacional de Angola declarou que a capital angolana sediará o Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar.

A V Assembleia Parlamentar da CPLP ocorreu em Díli, em maio de 2014, sob o lema "Os Parlamentos na Afirmação da CPLP".

A próxima reunião da Assembleia Parlamentar deverá acontecer no Brasil, em data a ser ainda definida.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP (mais de quarenta organizações contam com esse *status*).

Desde 2010, o Regulamento dos Observadores Associados da CPLP, adotado pela Cúpula de Luanda, estabelece critérios mais definidos de concessão, manutenção e funcionamento da categoria de observador associado no seio comunitário, em particular o empenho do Estado pleiteante na promoção e difusão da língua portuguesa. Para tanto, estabeleceram-se, como requisitos da candidatura, entre outros, a apresentação, pelo país candidato, de um plano de atividades indicativo da parceria que tenciona estabelecer com a

Comunidade, bem como de um plano de ação específico em prol da língua portuguesa.

Atualmente, são países "observadores associados" Maurício, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia. Antes de tornar-se Estado membro da CPLP, a Guiné Equatorial teve o *status* de Estado observador associado, no período entre 2006 e 2014.

Outros países que já manifestaram interesse em estreitar relações com a CPLP são Austrália, Áustria, Indonésia, Luxemburgo, Peru e Ucrânia.

Encaminharam solicitações formais para serem admitidos como observadores associados os seguintes países: Marrocos, Suazilândia e, ainda este ano, Israel (fevereiro de 2015) e Uruguai (julho de 2015).

A ação política e diplomática da CPLP desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os Estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja no interior dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os Estados membros, seja ainda em concertação com terceiros Estados ou organismos.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os "Grupos CPLP", formados pelos Representantes Permanentes e Embaixadores dos Estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo.

A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em crises políticas, como o processo de independência de Timor-Leste e momentos posteriores de crise e instabilidade política na Guiné-Bissau e Timor-Leste. Exemplo mais recente dessa concertação política e diplomática é o acompanhamento, por parte da CPLP, da situação na Guiné-Bissau desde o golpe de Estado de abril de 2012 até a restauração da ordem institucional, em 2014, e seus desdobramentos mais recentes.

A CPLP busca estimular maior coordenação entre seus Estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam, bem como articular o apoio conjunto a candidaturas de seus Membros a organismos internacionais. Cabe lembrar que a CPLP foi o primeiro organismo internacional a apoiar em bloco, na Cúpula de Luanda, em 2010, uma candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO, antes mesmo que o nome do Doutor José Graziano da Silva fosse definido. A CPLP apoiou, também, a candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, além de ter endossado a candidatura de José Graziano da Silva à sua reeleição na FAO, em 2015.

A declaração de apoio conjunto a eventuais candidaturas de Estados membros a cargos e funções em organismos internacionais é formalizada nos

comunicados finais e declarações das reuniões do Conselho de Ministros e das Cúpulas.

A presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais tem-se revelado muito importante para alguns Estados membros.

Além de contribuir financeiramente com regularidade para o financiamento das missões de observação eleitoral no âmbito da CPLP, o Brasil integrou todas as 24 Missões de Observação Eleitoral da Comunidade desde que elas foram instauradas, tendo sido as mais recentes a Missão às eleições em Moçambique e São Tomé e Príncipe, no segundo semestre de 2014. As Missões de Observação Eleitoral constituem importante instrumento para fornecer avaliações objetivas sobre os processos eleitorais e, em última instância, contribuir para o desenvolvimento institucional em bases democráticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste.

Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o *status* de organismo observador à CPLP.

Desde 2005, a Assembleia Geral da ONU adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações, tendo sido a mais recente em julho de 2015. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje um número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos para a cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

No plano da promoção da língua portuguesa, a CPLP logrou realizar recentemente, em 2010 e 2013, duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, havendo uma terceira conferência prevista para acontecer em 2016, em Timor-Leste.

Embora as negociações que resultaram na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, antecederam a criação da CPLP, os desdobramentos mais recentes do tema foram incorporados à agenda da organização, especialmente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico é um tratado

internacional do qual fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com o objetivo de criar ortografia unificada para o português.

O Brasil incorporou o Acordo Ortográfico ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto nº 6.583, após aprovação do texto do Acordo pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Em 2012, o Decreto nº 7.875/2012 estendeu para dezembro de 2015 o limite para a adoção do Acordo. O adiamento foi realizado com vistas à harmonização do prazo brasileiro com os dos demais países membros da CPLP.

Em maio de 2015, o Acordo Ortográfico tornou-se a única norma ortográfica vigente em Portugal.

Criado em 1989 e incorporado à arquitetura institucional da CPLP em 2005, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é um órgão voltado para a promoção da língua portuguesa como veículo de cultura, de educação, de informação e de acesso ao conhecimento científico e como meio de comunicação oficial em fóruns internacionais. Sua atual Diretora-Executiva é a Professora Marisa Guião Mendonça, de Moçambique, escolhida mediante o princípio da rotatividade para o cargo. A Professora Mendonça sucedeu o Professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira, que dirigiu o IILP entre 2010 e 2014.

Cabe ao IILP também a tarefa de incentivar a busca das metas que integram os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, emanados das duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Outra importante iniciativa do IILP é a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), previsto no Acordo Ortográfico, que logrou unir numa só plataforma todas as bases léxico-ortográficas do Brasil e de Portugal. Os demais países estão elaborando vocabulários ortográficos nacionais, com destaque para Moçambique e Timor-Leste, que concluíram o processo de elaboração em 2014.

Por meio da Portaria Interministerial nº12, de 15 de agosto de 2013, foi criada a Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (CNIILP). Essa comissão é composta por membros dos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), além de especialistas apontados pelos três Ministérios mencionados. Compete à CNIILP coordenar-se com a Diretora-Executiva do IILP na implementação de projetos e na elaboração de relatórios de progresso das atividades executadas pelo Instituto.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade de temas. Especialmente no plano da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de modo a dar materialidade aos planos estratégicos já adotados.

Além disso, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil vêm sendo apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência.

Nesse sentido, vem sendo discutida uma "Nova Visão Estratégica" para a CPLP, proposta do Secretário Executivo, que deverá ser submetida à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade em sua próxima Cúpula, no Brasil, em 2016.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996, tendo como fundamento a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por iniciativa do então Presidente José Sarney.

Alguns anos depois, em 1993, o Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou, por instrução do Presidente Itamar Franco, missão junto aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de propor e discutir a constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa. O Embaixador José Aparecido e o Embaixador Celso Amorim, na ocasião Ministro das Relações Exteriores, tiveram atuação fundamental nas negociações que levaram à criação da CPLP, em 1996.

Desde a constituição da Comunidade, o Brasil tem sido, junto com Portugal, o maior contribuinte ao orçamento regular da organização. Desde 2013, tornou-se o maior contribuinte isolado, com uma contribuição anual da ordem de 768 mil euros. No que se refere às contribuições voluntárias ao Fundo Especial da CPLP, o Brasil tem sido também um dos países que mais aportou recursos, ao lado de Portugal. As contribuições totais do Brasil ao Fundo Especial desde sua regulamentação, em 2000, são da ordem de 22 milhões de dólares.

O Brasil contribuiu com recursos financeiros e humanos para todas as Missões de Observação Eleitoral realizadas no âmbito da CPLP. Em 2012, a Missão de Observação às eleições presidenciais em Timor-Leste foi presidida pelo brasileiro Carlos Alves de Moura.

O Brasil ocupou a Secretaria Executiva da CPLP no período de 2000 a 2004, com a Senhora Dulce Maria Pereira, primeira e única mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e com o Embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), entre 2010 e 2014, na pessoa do Professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a Presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004, e voltará a exercê-la de 2016 a 2018.

Foi o primeiro Estado membro a estabelecer uma Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa, dedicada exclusivamente à Comunidade.

Entre as inúmeras iniciativas e atividades da CPLP na qual o Brasil exerceu protagonismo, é possível destacar: o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto cofinanciado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV; a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Internacional, celebrada em Brasília, em março de 2010; o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, realizado em Brasília, em setembro de 2011.

Entre os programas e projetos de cooperação atualmente em curso com participação ativa do Brasil, destacam-se:

- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), projeto executado e financiado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa busca promover e implementar ações de voltadas para o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros da Comunidade;

- Projeto Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP, financiado e executado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

- Programa CPLP Audiovisual, cujas ações visam à capacitação, coprodução e teledifusão de conteúdos audiovisuais, a partir de um modelo de operação em rede, por meio da qual, de forma simultânea, cada Estado membro participante coproduz obras audiovisuais e assegura a teledifusão das mesmas por meio de emissoras públicas de televisão. O Programa conta com financiamento do Ministério da Cultura brasileiro.

Finalmente, cabe ressaltar a assinatura, em 24 de julho de 2015, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, fruto de iniciativa liderada pelo então Ministério da Previdência Social do Brasil. A convenção é um passo fundamental para a proteção dos trabalhadores que migram entre os países da comunidade de língua portuguesa, já que possibilitará computar o tempo trabalhado nos países que são parte do acordo e garantir seus benefícios. Com ele, o tempo de contribuição em um ou mais países é considerado como tempo de contribuição no Brasil e nos países acordantes, de tal forma que gere benefícios em ambos os países, proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1989	Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.
1990	Assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
1993	Missão do Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de

	Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.
1996	I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP Portugal assume a Presidência rotativa da CPLP Marcolino José Carlos Moco (Angola) é escolhido o primeiro Secretário Executivo da CPLP.
1998	II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em 16 e 17 de julho. Cabo Verde assume a Presidência rotativa da CPLP.
1999	Missão de observadores da CPLP ao referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste, em agosto – Primeira missão de observação eleitoral da CPLP. CPLP ganha <i>status</i> oficial de observadora na Organização das Nações Unidas (ONU).
2000	III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho. Moçambique assume a Presidência rotativa da CPLP. Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida Secretária Executiva da CPLP.
2002	IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 01 de agosto. Brasil assume a Presidência rotativa da CPLP. Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como Estado membro da CPLP. José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2004	V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, em 26 e 27 de julho. São Tomé e Príncipe assume a Presidência rotativa da CPLP. Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2005	O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.
2006	VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho. Guiné-Bissau assume a Presidência rotativa da CPLP. Guiné Equatorial e República de Maurício são admitidas como Observadores Associados da CPLP. O Brasil abre sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa.
2007	A Guiné-Bissau abre sua Missão Permanente junto à CPLP.

2008	<p>VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho.</p> <p>Portugal assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Domingos Simões Pereira é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Senegal é admitido como Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Helder Vaz Lopes (Guiné-Bissau) assume como o primeiro Diretor-Geral da CPLP.</p> <p>Tem início o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto cofinanciado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV.</p>
2009	<p>Portugal e Timor-Leste abrem suas Missões Permanentes junto à CPLP.</p> <p>Instituído o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, a ser comemorado no dia 5 de maio. A data refere-se ao dia em que ocorreu a primeira reunião de ministros da cultura dos países da CPLP, em 2000.</p>
2010	<p>VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho.</p> <p>Angola assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Angola abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília.</p> <p>O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>São adotados os novos Estatutos do IILP, ainda em processo de ratificação.</p> <p>A CPLP declara seu apoio ao candidato brasileiro à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).</p> <p>A Guiné Equatorial adota o português como língua oficial e apresenta sua candidatura a membro pleno da CPLP.</p> <p>Criado o Prêmio José Aparecido de Oliveira, por iniciativa brasileira.</p>
2011	<p>I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro.</p> <p>O apoio da CPLP contribui para a eleição de José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO.</p>
2012	<p>CPLP inaugura sua nova sede, em Lisboa.</p> <p>IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 20 de julho.</p>

	<p>Moçambique assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Moçambique abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>O Prêmio José Aparecido de Oliveira é concedido pela primeira vez ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Aprovada a mais recente atualização dos Estatutos da CPLP, em processo de ratificação.</p>
2013	<p>II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Lisboa, em outubro. Adoção do Plano de Ação de Lisboa.</p> <p>CPLP apoia em bloco a candidatura do Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).</p>
2014	<p>X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em 23 de julho.</p> <p>Timor-Leste assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde) assume como Diretora-Geral da CPLP.</p> <p>A Guiné Equatorial é admitida como membro pleno da CPLP.</p> <p>Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia são admitidos como Observadores Associados da CPLP.</p> <p>A Professora Marisa Guião Mendonça (Moçambique) é escolhida a nova Diretora-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>O brasileiro Carlos Alves de Moura é designado como Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau. Exerce suas funções até a Cúpula de Díli, em julho.</p> <p>Início das atividades do grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de nova visão estratégica para a CPLP.</p>
2015	<p>Inaugurada a Representação Permanente da CPLP em Díli. Trata-se da primeira representação permanente da CPLP em um de seus Estados membros.</p> <p>Lançado o programa CPLP Audiovisual, que conta com apoio financeiro brasileiro.</p> <p>Em visita à sede da CPLP, em Lisboa, o Vice-Presidente Michel Temer anuncia a disposição do Brasil de sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 2016. O oferecimento brasileiro é oficialmente aceito pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, em sua reunião anual, em Díli, em 24 de julho.</p>

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração
1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	16/12/1990
2. Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	17/07/1998
3. Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	25/07/2004
4. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP	17/07/1996
5. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1996
6. Resolução sobre Revisão dos Estatutos da CPLP – XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros	02/11/2007
7. Novos Estatutos da CPLP	20/07/2012
8. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Aprovação do Regimento Interno do IILP	22/07/2011
9. Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da CPLP	24/07/2008
10. Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP	02/11/2007
11. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	30/07/2002
12. Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração	30/07/2002
13. Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	30/07/2002
14. Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas	30/07/2002
15. Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	30/07/2002
16. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/2000

17. Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
18. Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
19. Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
20. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras	26/09/1986
21. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas	26/09/1986
22. Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Portuguesa	26/09/1986
23. Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	24/07/2015

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 11 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

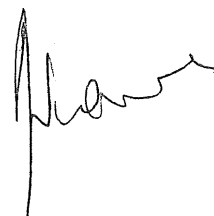
JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

– **Nº 477, de 2015**, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2014**, sancionado e convertido na Lei nº 13.187, de 2015.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

À Publicação
Em 16/11/2015

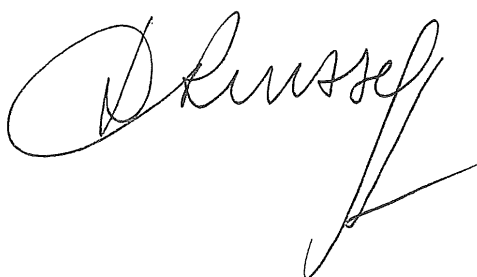


Mensagem nº 480

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 13 a 16 de novembro de 2015, em visita a Antália, República da Turquia, por ocasião da Cúpula dos Líderes do G20.

Brasília, 12 de novembro de 2015.



TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 13 de novembro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2015**.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 13 de novembro o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Lei da Câmara nºs 107, 116 e 121, de 2014; e 109, de 2015; e aos Projetos de Resolução nºs 4 e 39, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

ARQUIVAMENTO

Foram encaminhados ao Arquivo os Requerimentos abaixo relacionados, tendo em vista o término do mandato de seus requerentes:

- **nºs 1.251 e 1.307, de 2005;**
- **nºs 666, 963, 1.228 e 1.255, de 2006;**
- **nºs 775, 781, 905 e 1.394, de 2007;**
- **nºs 60, 61, 147, 857 e 1.065, de 2008;**
- **nº 271, de 2009;**
- **nºs 366 e 507, de 2010;**
- **nº 755, de 2011;**
- **nº 903, de 2013; e**
- **nºs 47 e 719, de 2014.**

Foram arquivados também, nos termos da decisão da Comissão Diretora na reunião de 3 de novembro de 2015, cuja ata já se encontra devidamente publicada:

- Petições: **2, 4, 7, 8, 10 e 11, de 2005; 1 a 8, 10 a 12, 14 e 15, de 2006; 4, 6, 7 e 8, de 2007; e 1, de 2010**, todas da Corregedoria do Senado Federal;
- Portarias: **1 e 2, de 2005; 1 e 2, de 2006; 1, de 2008; e 2, de 2009**, todas da Corregedoria do Senado Federal; e
- Demais expedientes da Corregedoria: **1 a 3, de 2004; 1, 6 e 7 de 2005; 1 e 2, de 2006.**

ABERTURA DE PRAZO

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CEDN, para oferecimento de emendas ao Substitutivo do **Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2015 (Ofício nº 17, de 2015, da CEDN)**

É o seguinte o Ofício:



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 17/2015 - CEDN

Brasília, 11 de novembro 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex.^a. que, na presente data, esta comissão deliberou em caráter terminativo pela aprovação do **Substitutivo**, de Autoria do Senador Blairo Maggi, ao Projeto de Lei do Senado nº 183 de 2015, de autoria do Senador José Serra, que “*Dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e revoga a Lei nº 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006.*”

Nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar.

Atenciosamente,

Senador Otto Alencar
 Presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional



VETOS

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento das seguintes Mensagens da Excelentíssima Senhora Presidente da República no dia 13 de novembro de 2015:

- **nº 478, de 2015**, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 50, de 2015**, parcial, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2011** (ECD 9/2015 e nº 6.446/2013, na Câmara dos Deputados);
- **nºs 481, de 2015**, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 51, de 2015**, total, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2011** (nº 5.732/2013, na Câmara dos Deputados); e
- **nºs 482, de 2015**, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 52, de 2015**, total, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2008** (nº 6.299/2009, na Câmara dos Deputados).

São as seguintes, Mensagens e razões de veto:

Veto Parcial nº 50, de 2015

aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2011
(nº 6.446, de 2013, da Câmara dos Deputados)

Mensagem nº 478

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 141, de 2011 (nº 6.446/13 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social”.

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 3º do art. 5º

“§ 3º Tratando-se de veículo de mídia televisiva ou radiofônica, o ofendido poderá requerer o direito de dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente.”

Razões do veto

“Ao não definir critérios para a participação pessoal do ofendido, o dispositivo poderia desvirtuar o exercício do direito de resposta ou retificação. Além disso, o projeto já prevê mecanismos para que tal direito seja devidamente garantido.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 11 de novembro de 2015 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM O DISPOSITIVO VETADO SUBLINHADO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011
(nº 6.446, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina o exercício do direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Art. 2º Ao ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social é assegurado o direito de resposta ou retificação, gratuito e proporcional ao agravo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se matéria qualquer reportagem, nota ou notícia divulgada por veículo de comunicação social, independentemente do meio ou da plataforma de distribuição, publicação ou transmissão que utilize, cujo conteúdo atente, ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação.

§ 2º São excluídos da definição de matéria estabelecida no § 1º deste artigo os comentários realizados por usuários da internet nas páginas eletrônicas dos veículos de comunicação social.

§ 3º A retratação ou retificação espontânea, ainda que a elas sejam conferidos os mesmos destaque, publicidade, periodicidade e dimensão do agravo, não impedem o exercício do direito de resposta pelo ofendido nem prejudicam a ação de reparação por dano moral.

Art. 3º O direito de resposta ou retificação deve ser exercido no prazo decadencial de 60 (sessenta) dias, contado da data de cada divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva, mediante correspondência com aviso de recebimento encaminhada diretamente ao veículo de comunicação social ou, inexistindo pessoa jurídica constituída, a quem por ele responda, independentemente de quem seja o responsável intelectual pelo agravo.

§ 1º O direito de resposta ou retificação poderá ser exercido, de forma individualizada, em face de todos os veículos de comunicação social que tenham divulgado, publicado, republicado, transmitido ou retransmitido o agravo original.

§ 2º O direito de resposta ou retificação poderá ser exercido, também, conforme o caso:

I – pelo representante legal do ofendido incapaz ou da pessoa jurídica;

II – pelo cônjuge, descendente, ascendente ou irmão do ofendido que esteja ausente do País ou tenha falecido depois do agravo, mas antes de decorrido o prazo de decadência do direito de resposta ou retificação.

§ 3º No caso de divulgação, publicação ou transmissão continuada e ininterrupta da mesma matéria ofensiva, o prazo será contado da data em que se iniciou o agravo.

Art. 4º A resposta ou retificação atenderá, quanto à forma e à duração, ao seguinte:

I – praticado o agravo em mídia escrita ou na internet, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a dimensão da matéria que a ensejou;

II – praticado o agravo em mídia televisiva, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a duração da matéria que a ensejou;

III – praticado o agravo em mídia radiofônica, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a duração da matéria que a ensejou.

§ 1º Se o agravo tiver sido divulgado, publicado, republicado, transmitido ou retransmitido em mídia escrita ou em cadeia de rádio ou televisão para mais de um Município ou Estado, será conferido proporcional alcance à divulgação da resposta ou retificação.

§ 2º O ofendido poderá requerer que a resposta ou retificação seja divulgada, publicada ou transmitida nos mesmos espaço, dia da semana e horário do agravo.

§ 3º A resposta ou retificação cuja divulgação, publicação ou transmissão não obedeça ao disposto nesta Lei é considerada inexistente.

§ 4º Na delimitação do agravo, deverá ser considerado o contexto da informação ou matéria que gerou a ofensa.

Art. 5º Se o veículo de comunicação social ou quem por ele responda não divulgar, publicar ou transmitir a resposta ou retificação no prazo de 7 (sete) dias, contado do recebimento do respectivo pedido, na forma do art. 3º, restará caracterizado o interesse jurídico para a propositura de ação judicial.

§ 1º É competente para conhecer do feito o juízo do domicílio do ofendido ou, se este assim o preferir, aquele do lugar onde o agravo tenha apresentado maior repercussão.

§ 2º A ação de rito especial de que trata esta Lei será instruída com as provas do agravo e do pedido de resposta ou retificação não atendido, bem como com o texto da resposta ou retificação a ser divulgado, publicado ou transmitido, sob pena de inépcia da inicial, e processada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, vedados:

I – a cumulação de pedidos;

II – a reconvenção;

III – o litisconsórcio, a assistência e a intervenção de terceiros.

§ 3º Tratando-se de veículo de mídia televisiva ou radiofônica, o ofendido poderá requerer o direito de dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente.

Art. 6º Recebido o pedido de resposta ou retificação, o juiz, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, mandará citar o responsável pelo veículo de comunicação social para que:

I – em igual prazo, apresente as razões pelas quais não o divulgou, publicou ou transmitiu;

II – no prazo de 3 (três) dias, ofereça contestação.

Parágrafo único. O agravo consistente em injúria não admitirá a prova da verdade.

Art. 7º O juiz, nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes à citação, tenha ou não se manifestado o responsável pelo veículo de comunicação, conhecerá do pedido e, havendo prova capaz de convencer sobre a verossimilhança da alegação ou justificado receio de ineficácia do provimento final, fixará desde logo as condições e a data para a veiculação, em prazo não superior a 10 (dez) dias, da resposta ou retificação.

§ 1º Se o agravo tiver sido divulgado ou publicado por veículo de mídia impressa cuja circulação seja periódica, a resposta ou retificação será divulgada na edição seguinte à da ofensa ou, ainda, excepcionalmente, em edição extraordinária, apenas nos casos em que o prazo entre a ofensa e a próxima edição indique desproporcionalidade entre a ofensa e a resposta ou retificação.

§ 2º A medida antecipatória a que se refere o caput deste artigo poderá ser reconsiderada ou modificada a qualquer momento, em decisão fundamentada.

§ 3º O juiz poderá, a qualquer tempo, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, bem como modificar-lhe o valor ou a periodicidade, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

§ 4º Para a efetivação da tutela específica de que trata esta Lei, poderá o juiz, de ofício ou mediante requerimento, adotar as medidas cabíveis para o cumprimento da decisão.

Art. 8º Não será admitida a divulgação, publicação ou transmissão de resposta ou retificação que não tenha relação com as informações contidas na matéria a que pretende responder nem se enquadre no § 1º do art. 2º desta Lei.

Art. 9º O juiz prolatará a sentença no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do ajuizamento da ação, salvo na hipótese de conversão do pedido em reparação por perdas e danos.

Parágrafo único. As ações judiciais destinadas a garantir a efetividade do direito de resposta ou retificação previsto nesta Lei processam-se durante as férias forenses e não se suspendem pela superveniência delas.

Art. 10. Das decisões proferidas nos processos submetidos ao rito especial estabelecido nesta Lei, poderá ser concedido efeito suspensivo pelo tribunal competente, desde que constatadas, em juízo colegiado prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

Art. 11. A gratuidade da resposta ou retificação divulgada pelo veículo de comunicação, em caso de ação temerária, não abrange as custas processuais nem exime o autor do ônus da sucumbência.

Parágrafo único. Incluem-se entre os ônus da sucumbência os custos com a divulgação, publicação ou transmissão da resposta ou retificação, caso a decisão judicial favorável ao autor seja reformada em definitivo.

Art. 12. Os pedidos de reparação ou indenização por danos morais, materiais ou à imagem serão deduzidos em ação própria, salvo se o autor, desistindo expressamente da tutela específica de que trata esta Lei, os requerer, caso em que o processo seguirá pelo rito ordinário.

§ 1º O ajuizamento de ação cível ou penal contra o veículo de comunicação ou seu responsável com fundamento na divulgação, publicação ou transmissão ofensiva não prejudica o exercício administrativo ou judicial do direito de resposta ou retificação previsto nesta Lei.

§ 2º A reparação ou indenização dar-se-á sem prejuízo da multa a que se refere o § 3º do art. 7º.

Art. 13. O art. 143 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 143.

Parágrafo único. Nos casos em que o querelado tenha praticado a calúnia ou a difamação utilizando-se de meios de comunicação, a retratação dar-se-á, se assim desejar o ofendido, pelos mesmos meios em que se praticou a ofensa.” (NR)

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Veto Total nº 51, de 2015
aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2011
(nº 5.732, de 2013, da Câmara dos Deputados)

Mensagem nº 481

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 5.732, de 2013 (nº 67/11 no Senado Federal), que “Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile”.

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, do Trabalho e Previdência Social e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei pelas seguintes razões:

“A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer dano à sociedade. Além disso, há dispositivo no projeto que, se sancionado, resultaria em violação às liberdades previstas nos incisos IV e IX do art. 5º, bem como ao que dispõe o art. 220, todos da Constituição. Por fim, em razão da importância das profissões tratadas pela proposta, o Governo tomará medidas necessárias para garantir seu devido reconhecimento.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 12 de novembro de 2015. – **Dilma Rousseff.**

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2011
(nº 5.732, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Na produção de textos no Sistema Braille, com fins comerciais, educacionais ou culturais, é obrigatória a participação de transcritor e de revisor de textos em braile.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, define-se:

I – transcritor de textos em braile: profissional responsável pela reprodução, em caracteres do alfabeto braile, do conteúdo de um texto originalmente impresso no sistema comum de escrita;

II – revisor de textos em braile: profissional responsável pela verificação de possíveis incorreções cometidas no processo de transcrição de textos em braile, em qualquer meio físico de transcrição porventura existente.

Art. 3º O exercício da profissão de transcritor de textos em braile é permitido aos profissionais que tenham completado, pelo menos, o ensino médio e que:

I – possuam certificado de habilitação expedido por órgãos oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação ou por entidades representativas dos deficientes visuais; ou

II – tenham exercido o ofício por, pelo menos, três anos antes da publicação desta Lei, desde que tenham sido aprovados em prova oficial que certifique:

a) conhecimento das normas técnicas para a produção de textos no Sistema Braille, da grafia braile para a Língua Portuguesa, do código matemático unificado e outros conhecimentos pertinentes à transcrição de textos em braile;

b) conhecimento de, pelo menos, um programa de computador de transcrição de textos em braile; e

c) conhecimento básico de manuseio de impressora braile.

Parágrafo único. A prova de que trata o inciso II do caput deste artigo será aplicada pelo órgão definido nos termos do regulamento.

Art. 4º O exercício da profissão de revisor de textos em braile é permitido aos profissionais que tenham completado, pelo menos, o ensino médio e que possuam certificado de habilitação expedido por órgãos oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação ou por entidades representativas dos deficientes visuais, ou que tenham exercido o ofício por, pelo menos, três anos antes da publicação desta Lei.

Art. 5º A duração máxima do trabalho do transcritor e do revisor de textos em braile é de seis horas diárias e de trinta horas semanais.

Parágrafo único. É assegurada aos transcritores e revisores de textos em braile a concessão de intervalo de repouso de dez minutos a cada cento e vinte minutos contínuos de trabalho, sem prejuízo do intervalo de alimentação e repouso referido no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 6º O empregador deve garantir aos transcritores e revisores de textos em braile, para o exercício de suas funções, o acesso à internet, aos códigos de transcrição braile, às normas técnicas aplicáveis à produção de texto em braile e a dicionários e outras obras de referência.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Veto Total nº 52, de 2015
aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2008
(nº 6.299, de 2009, da Câmara dos Deputados)

Mensagem nº 482

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 6.299, de 2009 (nº 304/08 no Senado Federal), que “Altera o caput do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária”.

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Secretaria de Governo da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei pelas seguintes razões:

“A redução do período de obrigatoriedade da declaração de atividade da empresa perante a junta comercial seria contrária aos princípios da eficiência administrativa e da economicidade, norteadores dos esforços de simplificação da relação entre entidades e órgãos públicos e o setor privado.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 12 de novembro de 2015. – **Dilma Rousseff.**

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2008
(nº 6.299, de 2009, na Câmara dos Deputados)

Altera o “caput” do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O caput do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. O empresário ou a sociedade que não proceder a qualquer registro no período de cinco anos consecutivos deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 12 de dezembro de 2015.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– **Aviso nº 224, de 12 de novembro de 2015**, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento de Informações nº 585, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Aviso nº 225, de 12 de novembro de 2015**, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento de Informações nº 648, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli;

– **Aviso nº 1664, de 26 de outubro de 2015**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento de Informações nº 874, de 2015, de autoria do Senador Omar Aziz.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PUBLICAÇÃO DE PARECERES

A Presidência comunica ao Plenário a publicação do **Parecer nº 99, de 2015-CN**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o **Aviso nº 14 de 2015-CN**, que conclui pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 1, de 2015**, que exclui do Anexo VI da Lei Orçamentária Anual programa de trabalho relativo a controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no Estado do Rio de Janeiro (**Vide item 3 do Sumário**).

Arquivamento de matérias, cujos pareceres nesse sentido vão à publicação em avulsos eletrônicos e no Diário do Senado Federal:

– **Mensagem nº 6 de 2015-CN**, referente ao Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014, conforme **Parecer nº 100, de 2015-CN (Vide item 3 do Sumário)**;

– **Aviso nº 11 de 2015-CN**, referente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União do 2º trimestre de 2015, conforme **Parecer nº 101, de 2015-CN (Vide item 3 do Sumário)** e

– **Aviso nº 8 de 2015-CN**, referente ao Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do 1º trimestre de 2015, conforme **Parecer nº 102 de 2015-CN. (Vide item 3 do Sumário)**.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

ABERTURA DE PRAZO

Nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução nº 1, de 2006-CN, está aberto, a partir desta data, o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTO**SENADO FEDERAL**
REQUERIMENTO
Nº 1.295, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal e na qualidade de relator na Comissão de Assuntos Econômicos, a **tramitação em conjunto** das seguintes proposições: o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2011 e o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2011, ambos da lavra do Senador Lindbergh Farias, todos por versarem sobre matérias correlatas.

JUSTIFICAÇÃO

Os projetos tratam da renúncia fiscal de tributos e concessões de benefícios fiscais às pessoas físicas e jurídicas, bem como de outras de ações creditícias da União para dirimir os efeitos nefastos à população em função de calamidades públicas.

Sala das Sessões,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

(À MESA DO SENADO FEDERAL)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Para iniciarmos os trabalhos de hoje, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que fez uma troca com o Senador Jorge Viana.

Por gentileza, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Gleisi Hoffmann, neste dia em que todos nós estamos tristes, é uma satisfação usar a tribuna sob a presidência de V. Exª.

Vou falar, Srª Presidenta, do ato terrorista acontecido em Paris.

Senhores e senhoras, há atualmente muitos conflitos em várias partes do Planeta. Infelizmente a sociedade mundial, em sua grande maioria, não dá a atenção devida a essas pequenas guerras, ou a dá apenas àquelas que lhe interessam.

Em abril, houve um atentado terrorista em uma universidade no Quênia, país da África Oriental, que matou 147 pessoas, em sua maioria jovens estudantes. E estou lembrando aqui de um fato entre tantos que aconteceram, como, por exemplo, meninos e meninas sequestrados também na África, muitos assassinados, outros violentados.

Na sexta-feira ocorreu mais um atentado terrorista. Paris, capital da França, capital da cultura, da liberdade, da humanidade e da fraternidade, foi alvo de seis ataques simultâneos, tiroteios, rajadas de metralhadoras, bombas – as pessoas entraram em pânico, inocentes, crianças, mulheres e homens.

Infelizmente, contam-se 132 vítimas até o momento; mais de 80 estão em estado grave; há centenas de feridos. Para cada atentado terrorista, para cada bombardeio de caças, há retaliações de ambos os lados.

Esta é a realidade de uma guerra sem fim, guerra civil ou guerra entre países.

Há uma intolerância radical como nunca na história da humanidade, é o que estamos vivendo. Há alguns dias, aqui desta tribuna, fiz um longo pronunciamento sobre o que teríamos que fazer, que é orar, rezar pela paz mundial. Não existem desculpas para guerras, atentados terroristas, fanatismo, violência, falta de segurança na cidade e nos campos, morte por fome e falta de atendimento médico.

É só ver a situação dos imigrantes na Grécia e em muitas fronteiras saindo da Síria. Enquanto tudo isso continuar, o mundo não terá paz. É preciso que os homens das mais diversas crenças tenham consciência de que a paz é o verdadeiro caminho para o desenvolvimento, inclusive sustentável, do Planeta, é o caminho para a eliminação das desigualdades, para a sustentabilidade ambiental, é a garantia dos direitos sociais com cidadania, é a garantia de políticas humanitárias.

Temos de nos conscientizar da necessidade do respeito ao outro e do seu direito à vida e à integridade como pessoa, tanto no aspecto material quanto no que diz respeito aos seus direitos de bem viver, direito à saúde, à educação, à segurança, à oportunidade de aprender e de ascender socialmente.

A principal responsabilidade dos governantes mundiais é proporcionar bem-estar à população. E a paz e o amor são ingredientes indispensáveis para atingir esse objetivo. É preciso elevar o espírito, esperar e orar pela paz mundial.

Srª Presidenta, na mesma linha, sou obrigado a falar de Minas Gerais, porque dizem que outra barragem se encontra em situação semelhante naquele Estado.

Srª Presidenta, aquelas nações que não cuidam de seu meio ambiente e não respeitam seu ecossistema, seus rios, florestas, praias, matas, que não cuidam da sua gente, do seu povo estão fadados ao fracasso total.

Não estamos aqui exagerando. O que aconteceu no Município mineiro de Mariana, na semana passada, foi assustador, um desastre ambiental de enormes proporções, um atentado à vida na sua plenitude.

Com o rompimento da barragem da Samarco, no Distrito de Bento Rodrigues, cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiram várias comunidades de Mariana.

O lamaçal inundou toda aquela região. Onze mortos, 15 pessoas ainda desaparecidas; 185 famílias perderam suas casas ou tiveram seus imóveis afetados pelo rompimento da barragem.

Grande parte da fauna do Rio Doce foi eliminada. Há uma crise de abastecimento de água em todo o Vale do Rio Doce. Uma catástrofe.

O Brasil exige que os culpados sejam punidos, sejam eles do Estado ou da iniciativa privada.

O Brasil não faz o dever de casa quanto à prevenção de acidentes ambientais por falta de fiscalização e segurança para a população.

Digo isto não porque sou Relator do PL 30, mas a maioria dos funcionários da empresa envolvida são terceirizados. Culpados os trabalhadores? Não. Culpada a empresa, que não dá a devida segurança, garantia, equipamento suficiente, para que os trabalhadores possam exercer sua atividade, seu trabalho com qualidade e segurança.

Srª Presidenta, quero aqui agradecer muito à população do Rio Grande, da Grande Porto Alegre, àqueles que vieram de ônibus do interior, que vinham para a capital e que lá estiveram.

Tenho tido muitos momentos difíceis na minha vida, mas todos nós temos. Mas também tenho horas de aquarela das mais bonitas, divinas, que nos encham de felicidade.

Tive esta oportunidade, depois da tristeza da França e de Minas: no sábado passado, no dia 14 de novembro, às 13h30, tive o privilégio de, uma vez mais, como ocorre todos os anos, estar lá, na capital de todos os gaúchos, na Feira do Livro de Porto Alegre.

Foi uma bela tarde de autógrafos. Revi amigos, fiz outros tantos, lancei meu 14º livro, esse com o nome *Palavras em Mar Revolto*, impresso e produzido aqui no Senado e que também foi lançado em braile. Estive reunido com cerca de 200 meninos e meninas cegas em um congresso desse continente que estava se realizando em Porto Alegre. Lá entreguei-lhes o livro em braile e percebi no abraço, no carinho e no toque toda a solidariedade deles com aquilo que puderam ler, por exemplo, uma poesia com que termina o livro, na contracapa, do menino que trabalha comigo e é cego, Luciano.

Palavras em Mar Revolto reúne artigos e entrevistas publicados em 2015 nos principais jornais e revistas do País. Os temas tratam da conjuntura nacional, de direito dos trabalhadores, de aposentados, de todos os discriminados, fala da crise política e econômica, entre outros assuntos.

Foram mais de cinco horas. Fiquei ali, sentadinho, disciplinado, autografando cerca de 1.500 livros. A mão e os meus ombros até doíam, mas era uma dor bonita, uma dor de felicidade. Era impossível, com tanto carinho, ficar cansado. Para mim, não foi tão somente a entrega de um livro, foi o carinho, o abraço, o beijo que dei em cada um que esteve lá.

Muitos foram os amigos que estiveram lá. Cito aqui apenas alguns: Moisés Bauer, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB); Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfibr); Olívio Dutra, Presidente de Honra eterno do PT, ex-Governador, ex-Ministro das Cidades, ex-Constituinte; Raul Pont, Deputado Federal do PT, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Porto Alegre; Marcio Souza, Presidente do PV do Rio Grande do Sul, que levou uma delegação de cerca de 200 pessoas – eles me entregaram uma bela carta em nome do povo gaúcho, com a visão, naturalmente do PV – Rafael Velho, coordenador estadual da Rede Sustentabilidade, que esteve lá com o grupo com muito carinho; Claudir Nespolo, da Central Única dos Trabalhadores, Presidente da CUT estadual; Quebra Mola, o Ascari, que esteve lá em nome da Força Sindical; Irene Santos e Sátira Machado, do Movimento Negro; representantes da Nova Central, da UGT, da CGT, que fizeram questão de ir lá receber o livro; enfim, de todas as centrais sindicais, federações e confederações, e representantes do movimento das pessoas com deficiência, do Aerus, da Anasps, estudantes e jornalistas.

Srª Presidenta, eu diria que, no fundo do meu coração, o que marcou mesmo e me fez ter momentos emocionantes foi a presença de mais de mil anônimos, pessoas que chegavam com seus filhos, netos, familiares, e que ali, na Feira do Livro, na capital, paravam para receber o livro e me dar um abraço. Eles vieram das vilas, eles vieram dos bairros, eles vieram do campo, eles vieram do interior do Estado.

E o que ouvi mais era somente isso: “Paim, estou aqui apenas para te abraçar, continue o seu trabalho em defesa da nossa gente.” Frases como essas, Srª Presidente, me encham de alegria e nos dão a certeza de que estamos no caminho certo.

Recebi lá, Srª Presidente, nesse evento, o seguinte documento, por parte de um grupo de ativistas – e, em uma feira do livro, calculem 200 ativistas; eles tomaram conta da entrada, do palco principal, onde eu estava, com outros, dando autógrafos. No sábado, durante o lançamento do livro *Palavras em Mar Revolto*, na Feira do Livro de Porto Alegre, cerca de 250 militantes do PV, tendo à frente o Presidente do diretório gaúcho, Marcio Souza, entregaram uma carta dando todo apoio ao meu trabalho, à minha história, à minha caminhada, à minha luta, e, claro, fazendo um convite para que eu também olhasse com mais carinho e, quem sabe, pudesse até caminhar ao lado deles, que são os companheiros do PV.

Lembro que estavam lá também: Rede, PSB, PTB, PDT, PSOL, os companheiros do PT. Mas a carta do PV que se transformou em um ato em plena Feira do Livro, dizia o seguinte, Srª Presidente – ela é curta, eu passo a ler:

Senador Paulo Paim, “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”. [Isso é inspirado no Hino do Rio Grande]

O ideal Farroupilha está forjado no hino dos gaúchos e, em momentos como o que estamos vivendo, “desafiam o nosso peito a própria morte”.

A política merece mais [muito mais de todos nós].

O Partido Verde reconhece a grandeza da política realizada por V. Exª, Senador Paulo Paim. O povo gaúcho merece suas façanhas e o Partido Verde lhe aguarda de braços abertos [embora saibamos que muitos assim esperam], para, juntos, enfrentarmos as mazelas que, dia a dia, dificultam a vida da sociedade gaúcha e brasileira.

O Partido Verde é feito por políticos de sua grandeza e envergadura, mas que necessitam de sua experiência para poder nos guiar nas batalhas em defesa dos mais necessitados, das minorias, da natureza e da vida!

Portanto, amigo Senador Paim, pedimos respeitosamente [...] [a V. Exª que esteja conosco] nas fileiras [...] [na construção de um País melhor para todos. Queremos que, com sua virtude, nos ajude nessa travessia, nos guiando] para, juntos, construirmos a vitória do povo gaúcho e brasileiro!

Assina Marcio Souza, Presidente do Partido Verde.

Faço isso aqui porque lá me comprometi, Senadora Gleisi Hoffmann, a ler a carta que recebi. A melhor forma, num momento desses, com uma carta que emocionou lá a tantos, é dar uma resposta como dei. Eu disse: “Olha, a carta é linda e vou lê-la na tribuna do Congresso.” Claro que em plena feira eu não ia fazer discurso. Essas as palavras que eu disse, e aqui repeti neste momento.

Por fim, quero ainda, nos últimos minutos, deixar registrado, Srª Presidenta, um artigo que escrevi e que foi publicado no *Correio do Povo* de Porto Alegre neste fim de semana. O artigo, Srª Presidente Fátima Bezerra, que preside neste momento, do *Correio do Povo*, do Senador Paulo Paim, diz:

Ao longo dos últimos 20 anos, venho defendendo e demonstrando que a Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde) é superavitária. Os argumentos que tenho usado vão ao encontro de projetos que julgo necessários para a garantia dos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Todos os governos que passaram pelo Planalto [nos últimos 20 anos] foram uníssomos ao dizer que a Seguridade é deficitária. Ledo engano. Há muita manipulação de números e dados. Conforme a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), através do estudo “Análise da Seguridade Social 2014”, não há deficit, e, sim, superávit. Vejamos [os números]: Superávit em 2006: R\$ 59,9 bilhões; 2007: R\$ 72,6 bilhões; 2008: R\$ 64,3 bi; 2009: R\$ 32,7 bi; 2010: R\$ 53,8 bi; 2011: R\$ 75,7 bi; 2012: R\$ 82,6 bi; 2013: R\$ 76,2 bi; 2014: R\$ 54 bi.

As contribuições, em 2014, somaram R\$686 bilhões. Foram gastos: R\$394 bilhões com aposentadorias, pensões, auxílio-doença e salário maternidade; R\$38 bilhões, com benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas); R\$26 bilhões, com benefícios de transferência de renda (Bolsa Família); R\$94 bilhões com serviços, ações e programas de saúde – pagamento de médicos, enfermeiros, construção de hospitais, medicamentos, procedimentos; mais de R\$ 50 bilhões utilizados com ações do FAT; mais de R\$10 bilhões em ações da Seguridade Social utilizadas por diversos ministérios, secretarias, entre outros. E, assim mesmo, tivemos um superávit, além disso tudo, de R\$54 bilhões.

Os gastos com a Seguridade Social somados, incluindo todo o orçamento, R\$632 bilhões. Sobraram, portanto, R\$54 bilhões, os quais, em quase sua totalidade, foram desvinculados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União).

Os dados da Anfip são esclarecedores e demonstram que a Seguridade Social é viável, tanto que, depois de 15 anos de muita luta, podemos hoje dizer que foi fundamental a construção que fizemos – não só eu naturalmente, Senadores e Deputados – para alterar, modificar – eu diria praticamente derrubar – o Fator Previdenciário.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E aprovamos a fórmula 85/95, que agora é lei, ou seja, a mulher se aposenta com 55 anos e 30 de contribuição; o homem, 60 anos e 35 de contribuição. Com o fator, ele precisaria trabalhar até os 67 anos.

Então, mais uma vez, reafirmo aqui: agora é lei. Tivemos um ganho real. Não foi exatamente o que queríamos, porque, de dois em dois anos, aumenta um ano, mas, agora é lei, as pessoas podem se aposentar com salário integral. Repito: mulher, com 55 anos; homem, com 60 anos. Pelo fator, ambos teriam que ter 67 anos.

Por uma questão de justiça, de desenvolvimento e de soberania nacional, a Seguridade Social tem totais condições de garantir – posso dizer – o presente e o futuro, o bem-estar de milhões de trabalhadores e aposentados.

Senhores e Senhoras...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou concluir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senhores e Senhoras, todos sabem que existem muitas manipulações com os números, mas posso afirmar e afiançar aqui, mais uma vez, que a previdência brasileira é superavitária, e que, com certeza, pode contribuir muito, muito, muito, para garantir uma aposentadoria digna e decente para todo nosso povo e para toda a nossa gente.

Enfim, a quem interessa uma visão distorcida dos fatos? Não interessa a ninguém! Interessa, sim, é assegurarmos a todos viver com dignidade.

Permita-me, ainda, Srª Presidenta, neste último minuto, dizer que já li aqui a minha visão sobre o atentado na França, fazendo uma crítica muito dura aos terroristas covardes que assassinaram 132 pessoas.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No mesmo dia em que houve o atentado, um crime bárbaro – é mais que um atentado, é um crime bárbaro e covarde –, tutei minha total solidariedade ao povo francês: vamos elevar o espírito, vamos esperar e orar pela paz mundial. Que os culpados sejam punidos.

Srª Presidenta, peço a V. Exª que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos que hoje fiz aqui da tribuna, com a alma, digamos, emocionada – pela homenagem que recebi em Porto Alegre –, mas, no meu todo, muito triste, muito chateado, muito indignado com os crimes que estão cometendo contra a humanidade, seja crime ambiental, que, recentemente, vimos, seja o covarde crime cometido agora – e citei outros – na França com um povo que já estava,...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... em uma casa *(Fora do microfone.)* de espetáculo, dançando, cantando, bailando, namorando, em que uma cambada de covardes entra e sai matando jovens que não estavam fazendo o mal para ninguém.

Isso tem que criar uma indignação em nível nacional e internacional. Isso não pode continuar. Oxalá consigamos mudar o curso da história e que as políticas humanitárias prevaleçam.

Obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, **há, atualmente, muitos conflitos localizados em** várias partes do planeta. Infelizmente a sociedade mundial, em sua grande maioria, não dá atenção a essas pequenas guerras ou apenas àquelas que interessam.

Em abril houve um atentado terrorista na Universidade do Quênia, país da África Oriental, matando 147 pessoas, na sua maioria estudantes.

Na sexta-feira passada ocorreu mais um atentado terrorista. Paris, capital da França, da cultura, da Liberdade, Humanidade e Fraternidade foi alvo de 6 ataques simultâneos: tiroteios, rajadas de metralhadoras, bombas, pessoas em pânico, inocentes, crianças, mulheres, homens 132 vítimas até o momento. Mais de 80 estão em estado grave, centenas de feridos.

Para cada atentado terrorista, para cada bombardeiro de caças, há retaliações, de ambos os lados. A realidade é essa.

Há uma intolerância radical como nunca na história da humanidade.

Alguns dias atrás, aqui desta Tribuna, eu fiz longo pronunciamento sobre a paz mundial.

Não existem desculpas para guerras, atentados terroristas, fanatismo, violência e falta de segurança nas cidades e nos campos, morte por fome e falta de atendimento médico.

Enquanto isso tudo continuar acontecendo o mundo não estará em paz.

É preciso que os homens das mais diversas crenças se conscientizem de que a paz é o verdadeiro caminho para o desenvolvimento do Planeta, para a eliminação das desigualdades, para a sustentabilidade ambiental e a garantia dos direitos sociais com cidadania.

Temos de nos conscientizar da necessidade do respeito ao outro e do seu direito à vida e à integridade como pessoa, tanto no aspecto material quanto no que diz respeito aos seus direitos de bem viver: direito à saúde, à educação, à segurança, às oportunidades de aprender e de ascender socialmente.

A principal responsabilidade dos governantes mundiais é proporcionar bem-estar à população, e a paz é um ingrediente indispensável a esse objetivo.

É preciso elevar o espírito, esperar e orar pela paz mundial.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aquelas nações que não cuidam e respeitam o seu meio-ambiente, o seu ecossistema, seus rios, florestas, praias, matas, que não cuidam da sua gente, do seu povo, estão fadadas ao fracasso total. Não estou exagerando.

O que aconteceu município mineiro de Mariana na semana passada foi assustador, um desastre ambiental de enormes proporções. Um atentado contra à vida.

Com o rompimento da barragem da Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiram várias comunidades de Mariana.

O lamaçal inundou toda àquela região. Onze mortos, quinze pessoas estão desaparecidas, 185 famílias perderam suas casas ou tiveram seus imóveis afetados pelo rompimento das barragens.

Grande parte da fauna do Rio Doce foi eliminada. Há uma crise de abastecimento de água em todo o Vale do Rio Doce. Uma catástrofe.

O Brasil exige que os culpados sejam punidos. Sejam eles, do Estado ou da iniciativa privada.

O Brasil não faz o dever de casa quanto a prevenção de acidentes ambientais, fiscalização e segurança para a população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho tido muitos momentos difíceis na minha vida. Mas, também tenho horas e aquarelas das mais bonitas, divinas, que nos encham de alegria.

No sábado passado, dia 14 de novembro, eu tive o privilégio de, mais uma vez, como ocorre todos os anos, estar lá em Porto Alegre na feira do livro.

Foi uma bela tarde de autógrafos. Revi amigos, fiz outros tantos. Lancei o meu 12º livro: “Palavras em mar revolto” – Editora do Senado Federal, que também foi lançado em Braille.

“Palavras em mar revolto” reúne artigos e entrevistas publicadas em 2015 nos principais jornais e revistas do País. Os temas tratam da conjuntura nacional, direito dos trabalhadores, crise política e econômica, entre outros.

Foram mais de cinco horas, sentadinho, disciplinado, autografando, cerca de 1500 exemplares.

A mão e os meus ombros doíam muito, mas é impossível ficar cansado. Para mim não foi tão somente a entrega de um livro. Foi o carinho, o abraço, os beijos que dei, a energia que eu recebi.

Muitos foram os amigos que foram lá. Cito apenas alguns: Moisés Bauermann, presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). Vilson Antônio Romero, da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Olívio Dutra, do PT, ex-governador do estado, e ex-ministro das Cidades. Raul Pont, deputado estadual, também do PT, ex-prefeito de Porto Alegre. Márcio Souza, presidente do PV do Rio Grande do Sul. Rafael Velho, coordenador estadual da Rede Sustentabilidade. Claudir Nespolo, da CUT; Valcir “Quebramola” Ascari, da Força Sindical, Irene Santos e Sátira Machado, do Movimento Negro; representantes do Movimento das Pessoas com Deficiência, AERUS, ANASPS, estudantes, jornalistas.

Mas, no fundo do meu coração, Sr. Presidente, o que me marcou mesmo, que me fez chorar de alegria, foi a presença de centenas de anônimos.

Pessoas que chegavam com seus filhos, netos, familiares, vindos do interior, da região metropolitana, das vilas e bairros de Porto Alegre “Paim, estou aqui apenas para te abraçar. Continue com seu trabalho em defesa da nossa gente”. Frases como essa, Sr. Presidente, nos encham de alegria e nos dão a certeza que estamos no caminho certo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no sábado, durante o lançamento do meu livro “Palavras em mar revolto”, na feira do livro de Porto Alegre, cerca de 250 militantes do Partido Verde, tendo à frente o presidente do diretório gaúcho, Márcio Souza, me entregaram uma carta objetivando a minha entrada, filiação, no PV. Foi um convite oficial do partido. Fiquei honrado. Lembro que já recebi outros convites: REDE, PSB, PTB, PDT, PSOL...

Gostaria, Sr. Presidente, que a carta do PV ficasse registrada nos anais do Senado Federal. E que passo a ler:

Senador Paulo Paim, ‘sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra’.

O ideal Farroupilha está forjado no hino dos gaúchos e, em momentos como o que estamos vivendo, 'desafiam o nosso peito a própria morte'.

A política merece mais.

O Partido Verde reconhece a grandeza da política realizada por Vossa Excelência, senador Paulo Paim. O povo gaúcho merece suas façanhas e o Partido Verde lhe aguarda de braços abertos para, juntos, enfrentarmos as mazelas que, dia a dia, dificultam a vida da sociedade gaúcha e brasileira.

O Partido Verde é feito por políticos de sua grandeza e envergadura, mas que necessitam de sua experiência para poder nos guiar nas batalhas em defesa dos mais necessitados, das minorias, da natureza e da vida!

Portanto amigo Senador Paulo Paim, pedimos que o senhor venha fazer partes das fileiras do Partido Verde, para nos guiar no rumo da virtude, para juntos, construirmos a vitória do povo gaúcho e brasileiro!

Porto Alegre, 14 de novembro de 2015.

Márcio Souza – Presidente do Partido Verde do RS, e membro do Diretório Nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, publicou hoje, dia 16 de novembro, artigo de minha autoria, sob o título "em defesa da seguridade Social".

Ao longo dos últimos 20 anos, venho defendendo e demonstrando que a Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde) é superavitária.

Os argumentos que tenho usado vão ao encontro de projetos que julgo necessários para a garantia dos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Todos os governos que passaram pelo Planalto foram uníssomos ao dizer que a Seguridade é deficitária. Ledo engano. Há muita manipulação de números e dados.

Conforme a Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), através do estudo "Análise da Seguridade Social 2014" não há déficit, e, sim, superávit.

Vejamos:

Superávit em 2006: R\$ 59,9 bilhões; 2007: R\$ 72,6 bilhões; 2008: R\$ 64,3 bi; 2009: R\$ 32,7 bi; 2010: R\$ 53,8 bi; 2011: R\$ 75,7 bi; 2012: R\$ 82,6 bi; 2013: R\$ 76,2 bi; 2014: R\$ 54 bi.

As contribuições, em 2014, somaram R\$ 686 bilhões. Foram gastos R\$ 394 bilhões com aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário-maternidade, etc.; R\$ 38 bilhões com benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas); R\$ 26 bilhões com benefícios de transferência de renda (Bolsa Família); R\$ 94 bilhões com serviços, ações e programas de saúde (pagamento de médicos, enfermeiros, construção de hospitais, medicamentos, procedimentos); mais de R\$ 50 bilhões utilizados com ações do FAT; mais de R\$ 10 bilhões em ações da Seguridade Social utilizadas por diversos ministérios e secretarias, entre outros.

Os gastos com a Seguridade Social somaram, incluindo aí todo o orçamento, R\$ 632 bilhões.

Sobraram, portanto, R\$ 54 bilhões, os quais, em quase sua totalidade, foram desvinculados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União).

Os dados da Anfip são esclarecedores e demonstram que a Seguridade Social é viável, tanto que, depois de 15 anos de muita luta, conseguimos derrubar o Fator Previdenciário e aprovamos a Fórmula 85/95.

Por uma questão de justiça, de desenvolvimento e de soberania nacional, a Seguridade Social tem totais condições de garantir o presente e o futuro, o bem-estar de milhões de trabalhadores e aposentados.

Muitas mentiras têm sido ditas como forma de manipulação e intimidação, ou seja, através do medo, de uma suposta "fratura exposta", afiançar que a Seguridade Social corre grave risco; de que ela é o grande mal que atravanca o crescimento do Brasil. A quem interessa essa visão distorcida dos fatos?

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

–"Em defesa da Seguridade Social."

Em defesa da Seguridade Social

Ao longo dos últimos 20 anos venho defendendo e demonstrando que a Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde) é superavitária. Os argumentos que tenho usado vão ao encontro de projetos que julgo necessários para a garantia dos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Todos os governos que passaram pelo Planalto foram uníssonos ao dizer que a Seguridade é deficitária. Ledo engano. Há muita manipulação de números e dados.

Conforme a Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), através do estudo ‘Análise da Seguridade Social 2014’ (<http://fundacaoanfip.org.br/site/?cat=16>), não há déficit, e, sim, superávit. Vejamos:

Superávit em 2006: R\$ 59,9 bilhões; 2007: R\$ 72,6 bilhões; 2008: R\$ 64,3 bi; 2009: R\$ 32,7 bi; 2010: R\$ 53,8 bi; 2011: R\$ 75,7 bi; 2012: R\$ 82,6 bi; 2013: R\$ 76,2 bi; 2014: R\$ 54 bi.

As contribuições, em 2014, somaram R\$ 686 bilhões. Foram gastos R\$ 394 bilhões com aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário maternidade, etc; R\$ 38 bilhões com benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas); R\$ 26 bilhões com benefícios de transferência de renda (Bolsa Família); R\$ 94 bilhões com serviços, ações e programas de saúde (pagamento de médicos, enfermeiros, construção de hospitais, medicamentos, procedimentos); mais de R\$ 50 bilhões utilizados com ações do FAT; mais de R\$ 10 bilhões em ações da Seguridade Social utilizadas por diversos Ministérios e Secretarias.; entre outros.

Os gastos com a Seguridade Social somaram, incluindo aí todo o orçamento, R\$ 632 bilhões. Sobraram, portanto, R\$ 54 bilhões, os quais, em quase sua totalidade, foram desvinculados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União).

Os dados da Anfip são esclarecedores e demonstram que a Seguridade Social é viável, tanto que, depois de 15 anos de muita luta, conseguimos derrubar o Fator Previdenciário, e aprovarmos a Fórmula 85/95.

Por uma questão de justiça, de desenvolvimento e de soberania nacional, a Seguridade Social tem totais condições de garantir o presente e o futuro, o bem-estar de milhões de trabalhadores e aposentados.

Muitas mentiras têm sido ditas como forma de manipulação e intimidação, ou seja, através do medo, de uma suposta “fratura exposta”, afiançar que a Seguridade Social corre grave risco; de que ela é o grande mal que atravança o crescimento do Brasil. A quem interessa essa visão distorcida dos fatos?

Senador Paulo Paim (PT/RS)

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Srª. Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paulo Paim, esta Presidência se associa às manifestações de V. Exª, seja de solidariedade às vítimas, seja de indignação, de revolta, diante desses episódios, diante dessa barbárie toda.

E, como diz V. Exª, vamos continuar trabalhando e apostando num mundo de paz.

Concedemos a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, do Partido dos Trabalhadores, do Paraná, que neste momento usará o tempo destinado à comunicação de Liderança.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, antes de começar, quero parabenizar o Senador Paim pela justa homenagem que recebeu na Feira do Livro, em Porto Alegre. E parabéns pela edição de mais um livro.

E quero me somar à sua reflexão, Senador Paim, sobre os acontecimentos que estão tomando conta dos debates nas redes sociais, na imprensa, entre as pessoas. São momentos difíceis que mostram o nível de evolução da humanidade. A empatia, que é a possibilidade que temos de nos colocar no lugar do outro, ver pelo olhar do outro, é que nos faz sentir dor, repulsa, indignação pelas injustiças, covardias e tragédias. E recentemente nos afetaram de maneira muito contundente o acidente irresponsável acontecido em Mariana, Minas Gerais, e os atentados em Paris.

O terrorismo em Paris, como disse já aqui o Senador Paulo Paim, voltou a chocar o mundo. Depois do atentado em janeiro deste ano aos jornalistas da revista Charlie Hebdo, nesta última sexta-feira, Paris assistiu a um dos maiores ataques terroristas de sua história, com mais de 120 mortos e 350 feridos.

É inaceitável o que aconteceu. Por que pessoas inocentes têm que morrer pela luta insana de ideias, crenças e territórios? Aliás, lembro-me muito bem de que recentemente também ficamos impactados pela foto do garotinho sírio morto numa praia da Europa, assim como também nos atormenta a migração de milhares de refugiados da guerra síria, que tentam salvar suas vidas, arriscando tudo para chegar a um lugar de paz. Igualmente causa constrangimento a falta de solidariedade de países que, por medo, limitações ou xenofobia, repelem a entrada de seres humanos em seus territórios.

A maioria destes problemas, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Senador Paim, que me antecedeu, é reflexo de um conflito na região do levante, cuja incapacidade de solução ou mediação da comunidade internacional já produziu mais de 250 mil mortos na Síria – 250 mil mortos na Síria –, tantos outros no Iraque e agora mais de uma centena em Paris, isso sem falar nos 11 milhões de refugiados desta região buscando abrigo em todo mundo.

Entendo que é, no mínimo, necessário refletir sobre as estratégias adotadas até o momento para pôr fim à guerra na Síria ou a outros conflitos que acontecem no nosso Planeta. Parece-me que, a cada dia, fica mais evidente a necessidade de que busquemos alguma alternativa ao que tem sido feito até aqui, se possível uma saída diplomática, que envolva os principais atores verdadeiramente interessados na solução do conflito.

E antes que se faça qualquer ilação, registro que me refiro à busca de entendimento entre atores com quem seja possível dialogar. É claro que não se trata de negociar com quem claramente não quer diálogo.

Concedo um aparte ao Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora Gleisi, ao cumprimentar V. Exª, eu quero me associar à manifestação que compreendo seja já do Plenário deste Senado, nesta tarde de hoje, aos acontecimentos horrendos, aos acontecimentos de Paris da última sexta-feira, que não foram somente um atentado contra o povo francês, contra o Estado francês e contra as ações do Estado francês em relação à atuação do Estado islâmico. O que aconteceu em Paris foi um crime contra a humanidade. É a humanidade que foi vítima daquele terrível atentado e, mais do que a humanidade, os valores que fundam o Estado democrático de direito tal qual nós conhecemos hoje. Não é à toa a escolha de Paris como alvo do terror. É porque Paris, com certeza a França, é também o símbolo dos valores construídos aqui, de liberdade, de fraternidade, de igualdade, que, do ponto de vista político, é, inclusive, um salto civilizatório à própria organização humana, à própria organização política da humanidade. Então, os acontecimentos de Paris são um atentado contra a humanidade e merecem o veemente repúdio. E eu queria ressaltar o que V. Exª agora diz na tribuna. É fundamental a construção, o apoio de uma construção política ao conflito sírio, que é a causa e a raiz de todos esses problemas. É fundamental e especial que, na Europa, em decorrência desse fato, não cresça uma onda de xenofobia contra os imigrantes. Que não se construa uma reação contra os imigrantes, que, na sua grande maioria, são tão vítimas dos terroristas quanto foram os parisienses e todos aqueles que morreram na última sexta-feira. Quero cumprimentá-la e dizer do meu acordo com a linha de V. Exª. Ao mesmo tempo em que, temos de repudiar, tem de haver uma ação comum contra a atuação do Estado Islâmico, também é necessário

que, na Europa, se constitua uma reação que não seja também uma reação de xenofobia e uma reação contra os imigrantes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço a V. Exª, Senador Randolfe.

Eu espero que a reunião do G20, que vai-se realizar, está-se realizando na Turquia, possa ser um fórum para discutir essa situação e não só discutir as questões econômicas em relação aos países que o compõem. Teremos lá também as grandes economias mundiais. Que essas grandes economias, que têm liderança política no mundo além da liderança econômica, possam também se debruçar sobre essa questão que recentemente abalou o Ocidente, mas que tem abalado também o Oriente e que tem feito muitas vítimas pelo mundo.

Esses 129 mortos em Paris e outros tantos feridos se somam aos 224 russos que morreram a partir da queda de um avião há cerca de duas semanas e que também foi reivindicado por grupos terroristas ligados ao Estado Islâmico. É lamentável que isso aconteça e é óbvio que o grau de empatia que temos com cada um desses casos está diretamente ligado à nossa vivência, aos acontecimentos, às pessoas que estão envolvidas e à intensidade da divulgação da imprensa. Mas a dor por uma morte é a mesma, sendo ela de um cidadão francês, iraquiano, palestino, sírio ou brasileiro. Um exemplo é o que nós estamos vivenciando em relação ao desastre que aconteceu em Mariana, Minas Gerais.

Na semana passada, eu vim a esta tribuna saudar a diplomacia internacional que, em 2015, permitiu ao mundo assistir a encontros históricos entre os líderes dos Estados Unidos e Cuba e também da China e Taiwan, pois entendo que a nossa esperança em relação ao futuro reside exatamente nesse espírito diplomático, pragmático e maduro que consegue perseguir consensos em busca de um mundo melhor para toda a humanidade.

É possível que o encontro entre Cuba e Estados Unidos tenha nos tocado mais por estar aqui, no nosso continente, mas igualmente importante é esse encontro entre os Presidentes da China e de Taiwan. Isso mostra que o mundo nos dá também, apesar das tragédias oferecidas, sinais de esperança.

Mas não quero aqui apenas dar foco e luz às tragédias no exterior, que, como eu disse, merecem nossa atenção, destaque, divulgação e, sobretudo, repúdio ao que acontece, bem como a responsabilização dos verdadeiros culpados, pois volto a dizer: a dor pela morte de um francês é igual à dor pela morte de um sírio, de um iraquiano, de um palestino, que é igual à dor pela morte de um brasileiro no Município de Mariana, pela tragédia absurda que nós vimos acontecer. É uma tragédia de proporções contra a vida, a fauna, a flora e o meio ambiente em geral. O desastre de Mariana chocou o Brasil e também está chocando o mundo. Afinal, como pode uma empresa que auferi lucros tão altos pela exploração de minério tratar com desdém a vida da população e a segurança do meio ambiente? Como pode um mar de lama varrer vidas e comprometer o futuro?

Foi publicada hoje, no jornal *O Estado de S.Paulo*, uma coluna de autoria de José Roberto de Toledo, Senador Jorge Viana – V. Exª é um militante das causas e da defesa do meio ambiente –, intitulada “A Morte de um Rio”. Nos termos regimentais, peço que ela seja transcrita, na íntegra, neste pronunciamento, merecendo destaque, pois determina o tamanho dessa tragédia de Mariana. Ela questiona, inclusive, como podemos ter uma legislação tão dura contra quem mata um animal silvestre e tão branda com quem mata uma bacia hidrográfica.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Jorge.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Gleisi e Srª Presidenta Fátima Bezerra, eu queria cumprimentá-las. Hoje, trocamos telefonemas e mensagens, dividindo uma preocupação: o que nós, como Senado Federal, podemos fazer? O que nós podemos fazer como a Casa da Federação, em uma hora em que estamos diante de situações complexas? No mundo, esse atentado em Paris – estou inscrito e vou falar daqui a pouco –, coloca-nos mais profundamente sob essa sina de alguns que fazem a opção de tentar resolver as diferenças com violência, talvez até fazendo um péssimo uso de sua fé, de sua religião. Ouvi, nesta semana que passou, a palestra do Presidente Bill Clinton, que dizia que é lamentável que pessoas do mundo estejam usando a fé para ganhar dinheiro, para ter poder, para acumular dinheiro. Esse atentado em Paris é resultado, certamente, dessa sociedade intolerante em que a gente vive, dessa sociedade desigual, em que alguns tentam, de alguma maneira, fazer valer aquela lei do olho por olho. Isso só nos leva a uma destruição da civilização, daquilo que temos de melhor, que é a possibilidade da convivência, da solidariedade e da amizade, que é a possibilidade de se estender a mão. Então, acho que todos nós temos de ser muito solidários neste momento com o povo de Paris, com o povo francês. Paris é uma cidade onde há gente de toda parte do mundo. Todo mundo tem o sonho de um dia visitar Paris, todo mundo quer voltar a Paris. E, agora, ela vai viver em sobressalto. Vamos ter de refletir. Particularmente, não tenho dúvida de que o melhor caminho não é essa coisa do olho por olho. Agora, estamos vivendo esse drama no Brasil, esse desastre ambiental, que choca todos nós. Senadora Gleisi, a tragédia é tão grande, a destruição é tanta, a substituição da vida pela morte está tão caracterizada, que a coisa que mais me chocou nesse fim de semana foi o fato de se ter dito que o Corpo de Bombeiros, as forças de segurança e o pessoal da Defesa Civil estão olhando para o céu, observando os urubus.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Que coisa!

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estão seguindo o voo dos urubus, tentando identificar corpos. Então, é uma situação trágica, dramática, que envolve o Estado de Minas, que envolve o Estado do Espírito Santo. Isso demonstra, exatamente uma semana antes ou dez dias antes de iniciarmos a COP-21, a possibilidade – os líderes mundiais estão reunidos lá, a Presidenta Dilma está reunida com o G20, e eles estarão em Paris daqui a dez dias – de o mundo elaborar um documento que estabeleça alguma regra, algum limite para a atividade humana, no sentido de que ela não desequilibre o Planeta, a vida no Planeta, e não ponha em risco a vida. Os cientistas que escreveram o relatório do IPCC incluíram a palavra “risco” para poderem se comunicar melhor. Então, o Planeta está correndo risco, a vida no Planeta está em risco. Se acontecer uma mudança maior do que 2°C, a espécie humana fica ameaçada, mas se pode adaptar. Mas espécies animais e vegetais não se podem adaptar. O tempo de que elas precisam para se adaptarem a uma mudança no clima não é o mesmo tempo nosso. Aí entra a diferença da inteligência. Então, nesse episódio, eu queria parabenizá-la, Gleisi. V. Exª falou comigo: por que não propomos uma sessão temática? Por que não trazemos aqui o Presidente da Vale? Por que não trazemos o presidente da companhia que é responsável por esse desastre, que poderia ter sido evitado, sim? Por que a gente não traz aqui os prefeitos dos Municípios mais atingidos?

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O Ministério Público.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por que a gente não traz aqui a Ministra do Meio Ambiente? Por que não trazemos o Ministério Público ao Senado, que é a Casa da Federação, para que possamos tirar lições disso? O que acho mais interessante não é ir atrás só de quem prende. Há também esse discurso fácil, em que se diz: “Tem de prender e arrebentar!” Não! Como é que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como é que nós fazemos para evitar que outras tragédias como essa aconteçam? Quando cai um avião, Senadora Gleisi, nem a Polícia, nem o Sindacta, ninguém diz: “Quem vamos prender como culpado?” Procura-se saber por que o avião caiu, o que aconteceu, quais foram as causas – nunca é uma causa só –, quem está envolvido, como é que se corrige o defeito para se evitar que outro caia. Acho que, nesse caso do desastre ambiental, temos de ser rigorosos, temos de tirar lições, para sabermos o que é que temos de fazer para que outro não aconteça. Quantas barragens há no País? Podemos falar do pavor que as pessoas que estão abaixo das barragens estão vivendo hoje. Esse desastre no Rio Doce é uma coisa chocante, que deve, sim, servir de alerta. Talvez, isso traduza o quanto estamos sendo agressivos com os recursos naturais, o quanto estamos errando nessa relação atividade humana e uso dos recursos naturais. Parabenizo V. Exª e lhe agradeço. Tomara que a gente consiga... Estou tentando falar com a Presidente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...para trazer *(Fora do microfone.)* para o Senado essa discussão, de maneira responsável e objetiva, no sentido de tomar alguma atitude em defesa das pessoas que estão agora numa guerra por água. Ontem, a gente viu no Fantástico, no noticiário, as pessoas pisando umas nas outras atrás de água para beber, por conta desse desastre que ocorreu em Mariana.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Jorge Viana, seu aparte. Pois não, Senador Randolfe.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Gleisi, considerando a relevância do tema, nós já concedemos 17 minutos a V. Exª e vamos conceder mais cinco minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu lhe agradeço, Senadora Fátima, até porque o tema é relevante.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É claro!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E também há poucos oradores inscritos. Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora Gleisi, primeiro, permita-me apartear V. Exª novamente para dizer que V. Exª traz outro tema de fundamental importância. O Senador Jorge Viana traz uma proposta concreta para encaminharmos esse tema. A senhora e o Senador Jorge Viana trazem uma proposta concreta para tratarmos desse tema. Vou, daqui a pouco, subir à tribuna. Eu tinha a intenção de propor que a Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e Direitos Humanos realizasse uma audiência pública sobre o tema e fizesse uma diligência na área. Creio que a proposta, Senadora Gleisi, de V. Exª e do Senador Jorge é mais condizente, a de fazermos uma sessão temática aqui para tratarmos do que é, de fato, o mais grave crime ambiental da história do País. Eu vi, com preocupação, que foi aprovado na Comissão de Infraestrutura, Senador Jorge, um requerimento para que a Comissão de Infraestrutura fizesse uma audiência pública. Ora, esse tema não pode ser tratado à luz da questão da infraestrutura, tem de ser tra-

tado à luz de como nós estamos tratando nossos recursos naturais. As imagens de que a senhora e o Senador Jorge têm conhecimento – os que estão em casa nos assistindo têm de vê-las – são impressionantes! Este aqui era o Distrito de Bento Rodrigues antes. Olhem aqui a imagem de satélite de Bento Rodrigues depois.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Uma tristeza!

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ele desapareceu, ficou soterrado, acabou! Estas imagens mostram a crueldade! Não podemos fazer uma audiência chamando somente a empresa, chamando somente a Vale, chamando o Instituto de Sismologia de Brasília para levantar a tese de defesa de que isso ocorreu em decorrência de um tremor. Temos de chamar o Ministério Público, temos de chamar os representantes da comunidade afetada. A perspectiva de tratar esse tema tem e deve ser essa. Para concluir, Senadora Gleisi, veja que a multa que a empresa Samarco, subsidiária da Vale, vai pagar é de R\$250 milhões. Pois bem, o lucro líquido da mesma Samarco, em 2014, foi de R\$2,8 bilhões. Esse foi o lucro de um ano. Só para fazer um paralelo, Senador Jorge, quando ocorreu o incidente no Golfo do México, o governo americano aplicou na British Petroleum 2,8 bilhões de libras esterlinas de multa, o equivalente a R\$16,2 bilhões. Então, vejam, alguns ainda querem flexibilizar a nossa legislação ambiental. Nós temos, lamentavelmente, uma legislação que favorece o dano ambiental com multas irrisórias como essas que estão sendo aplicadas às empresas que deterioram o meio ambiente. Obrigado, Senadora, por sua gentileza.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem! Como disse José Roberto de Toledo, temos uma legislação tão dura contra quem mata um animal – concordo com ela –, mas temos...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...uma legislação branda com quem mata uma bacia hidrográfica.

Eu queria dizer, Senador Randolfe e Senador Jorge, que foi importante a iniciativa que tomou o nosso Senador Wilder Moraes, que é da Subcomissão de Infraestrutura que cuida de mineração. Parece que, amanhã, Senadores farão uma diligência no local. Mas concordo também que temos de fazer uma discussão maior e trazer para dentro desta Casa pessoas que têm a responsabilidade não só de tentar minorar o que aconteceu, porque é irreversível – nós não conseguimos trazer vidas de novo –, mas também de evitar que novos acidentes aconteçam.

Por isso, a importância de virem a este plenário a nossa Ministra do Meio Ambiente, os Governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais, os representantes da comunidade e do Ministério Público. É importante que venha a este plenário, Senador Jorge, se me permite, um representante da Itaipu Binacional, que tem um dos melhores programas de gestão de bacia hidrográfica que conhecemos no Brasil, que é o Cultivando a Água Boa. Eles poderiam vir aqui para nos ajudarem, a partir de agora, a verificar como vamos fazer a gestão da bacia do Rio Doce, como vamos recuperar as nascentes, quanto vai precisar ser colocado de recurso. E é claro que precisam vir aqui também as empresas.

Então, se todos nós fizéssemos um esforço, inclusive V. Exª, Senador Randolfe, para realizar essa sessão temática nesta semana, inclusive, isso já seria importante para que pudéssemos dar ao País, ao povo mineiro e ao povo do Espírito Santo uma resposta a essa situação.

Enfim, a gente lamenta todas essas tragédias. Eu não tenho dúvida de que os momentos que vivemos também são consequência, Senadores e Senadoras, da passividade que temos com o preconceito, com a indiferença, com a intolerância, com a vontade de vingança.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se somos condescendentes com as pequenas injustiças e transgressões, estamos contribuindo para que as grandes aconteçam. Nenhuma violência se justifica. Ela é e sempre será uma demonstração do nosso fracasso.

O que mais me amedronta é que essas ações pós-tragédias, principalmente as terroristas como as de Paris, costumam recair sobre o lado mais fraco das partes envolvidas. Já estamos tendo notícia de novos bombardeios sobre a Síria. Os noticiários nos dão conta também da maior ênfase dos dirigentes europeus em propostas radicais para combater o terrorismo, o que, certamente, aumentará a xenofobia e agravará a situação da população que procura abrigo em território europeu.

Espero que esse não seja o caminho a ser seguido. Que possamos buscar a solução de nossos problemas a partir das soluções que privilegiem o diálogo entre os diferentes em busca da paz.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Que tudo isso, além de nos indignar e causar dor à maioria das pessoas, faça com que tomemos providências dentro dos cargos que representamos e que vivamos em nosso cotidiano o ensinamento de Gandhi: “Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo!”
Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA GLEISI HOFFMANN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “A morte de um rio.”



A morte de um rio

José Roberto de Toledo

16 Novembro 2015 | 03h 00

Há algo de errado no mundo quando caçar um animal silvestre pode levar uma pessoa para a cadeia, mas destruir toda uma bacia hidrográfica, provocar a morte de mais de uma dezena de pessoas, assorear rios caudalosos, extinguir espécies inteiras, deixar meio milhão de pessoas sem água potável é punido só com multa. O problema, obviamente, não é o tipo de punição dada ao caçador.

O desastre ambiental provocado pela mineradora Samarco em Mariana, no coração de Minas Gerais, e que esparramou uma onda com toneladas de rejeito de minério, entulho e lama por centenas de quilômetros ribanceira abaixo até chegar ao mar não tem precedente na história do Brasil. Sufocar um rio do tamanho do Doce de uma só vez e em tão curto espaço de tempo era inimaginável. Chamar de acidente ou fatalidade é zombaria. “Nenhuma barragem se rompe por acaso. Temos que identificar qual foi a causa, se a má operação da empresa ou falha no monitoramento. Não podemos encarar como acidente um fato deste tamanho”. As palavras são do promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, em entrevista ao jornal O Estado de Minas. Não podemos.

Por mais necessárias e urgentes que sejam as indenizações financeiras para tentar minorar o drama das populações afetadas, não parece justo que um desastre dessas proporções seja punido exclusivamente com multas. Seria o mesmo que dizer às empresas com capacidade de provocar impacto tão profundo no meio ambiente e na vida das pessoas que tudo bem, acidentes acontecem.

A causa não foi um terremoto, não foi uma tempestade, nem sequer uma chuva. Na melhor hipótese, foi inépcia. Na pior, descaso. É assustador imaginar que isso seja possível em uma empresa fruto da parceria entre a maior e a quinta maior mineradoras do mundo. Na verdade, não foi a primeira vez que isso aconteceu com uma megacorporação. Há outros exemplos de desastres ambientais de magnitude semelhante e que acabaram em acordo financeiro.

A contaminação maciça provocada no Golfo do México pelo vazamento ao equivalente a 4,2 milhões de barris de petróleo de uma plataforma da British Petroleum em 2010 terminou com um acordo judicial, 15 anos depois, em que a empresa aceitou pagar US\$ 18,7 bilhões ao governo dos EUA. E negócios à frente.

Quem sabe, em meio ao desastre, não surja da Justiça alguma esperança. Um juiz destemido, um grupo de procuradores interessados em investigar o caso a fundo e responsabilizar quem merece ser responsabilizado - sem caça às bruxas, usando apenas instrumentos legais dentro do que estabelece a legislação. Se não vier do Judiciário, não parece que virá de outros Poderes.

As primeiras reações dos políticos, de ministros a senadores, não inspiram confiança de que a punição para o desastre acabe em algo além de uma repreensão acompanhada de algum desembolso. Por enquanto fala-se em R\$ 250 milhões. É uma ninharia, para empresas desse porte. É menos do que a Vale - uma das sócias da Samarco - gastou financiando campanhas de políticos nacionais e locais ao longo de tantas eleições no Brasil. Mas, obviamente, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Espera-se. Tampouco deixa de ser uma mistura de tragédia e ironia que a Vale, após eliminar o Rio Doce do próprio nome, esteja, mesmo que indiretamente, implicada no assoreamento desse mesmo vale.

Atentados na França. Face à crueldade dos terroristas, é importante não esquecer dos heróis anônimos que, por bravura ou apenas por cumprir seu dever, evitaram que o massacre fosse ainda maior. Não tivesse um segurança do Stade de France impedido a entrada do homem-bomba que comprara ingresso para o jogo França x Alemanha, a explosão que ocorreu do lado de fora do estádio teria ocorrido nas arquibancadas, fazendo muito mais vítimas e possivelmente provocando uma correria que mataria ainda mais gente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Gleisi, mais uma vez esta Presidência se associa à reflexão que V. Exª faz nesta tarde, na tribuna da nossa Casa, pela relevância e pela importância do tema, destacando não só os episódios, os acontecimentos em nível mundial, na França, que chocaram toda a humanidade, mas também se reportando ao acontecimento de Mariana, com os apartes dos Senadores Randolfe e Jorge, apresentando alternativas, apresentando sugestões para dar curso ao debate, como, por exemplo, a realização de uma sessão temática.

Eu estaria inscrita agora, mas, se o Senador Randolfe quiser, posso inverter com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Como V. Exª achar melhor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, vou inverter. Depois, farei uso da tribuna.

Com a palavra, agora, o Senador Randolfe Rodrigues, representante da REDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Fátima, Senadora Gleisi, senhoras e senhores, aqueles que nos ouvem e nos assistem pela Rádio e pela TV Senado, a Senadora Gleisi usou a tribuna agora para falar da maior tragédia ambiental do País. Lamentavelmente, tenho que continuar no tema de tragédias ambientais, mas lamento que, dessa feita, a tragédia tenha ocorrido no meu Estado.

Srª Presidente, o mais genuíno dos rios do Amapá é o Rio Araguari. A nascente dele é na Serra Lombarda, no conjunto da Cordilheira do Tumucumaque, no noroeste do Estado, e atravessa vários Municípios, como as cidades de Ferreira Gomes, Porto Grande e Cutias do Araguari.

É o maior rio da bacia hidrográfica do Amapá e está diretamente vinculado à vida, à cultura, aos sabores e aos afazeres do nosso povo.

O Araguari deságua no Atlântico, no limite entre os Municípios de Amapá e Cutias do Araguari. Até bem pouco tempo, o desaguar do Araguari era responsável por um dos maiores fenômenos do Planeta: a Pororoca, que era o encontro da água doce do Araguari com as águas salgadas do Atlântico, ativado pela força gravitacional da Lua sobre a Terra e pela consequente variação das marés.

Bem, de um tempo para cá, o Araguari não tem sido mais o nosso Araguari. De um tempo para cá, o Araguari tem sido vítima de uma série de crimes. Esses crimes deslocaram a pororoca do seu eixo, fazendo com que ela passasse a desaguar no arquipélago de Bailique, trazendo sérias consequências para a comunidade daquela região.

As consequências são responsáveis pela ocorrência, no período de três vezes, em pouco mais de um ano, de uma enorme mortandade de peixes, que aparecem boiando às margens do rio. A última ocorrência desse tipo foi nessa recente sexta-feira.

As imagens da primeira, da segunda mortandade e da de agora, do enorme desastre ambiental, são dramáticas, Srª Presidente. As imagens fortes dão conta de milhares e milhares de peixes mortos, localizados às margens do rio. As imagens dão conta de um desastre ambiental sem precedentes na história do Amapá. Vejam esta última, a mais forte delas: são milhares e milhares de peixes às margens de um rio e de uma comunidade que vive do turismo, em especial no Município de Ferreira Gomes, que vive da pesca e da vida com que o rio sempre os presenteou.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Essas imagens são da primeira mortandade, em 2013, e as últimas imagens, as mais recentes, são do fenômeno na última sexta e no último sábado.

Isso ocorre após os últimos anos, depois de três hidrelétricas terem sido construídas ou com a sua construção em curso no Rio Araguari. Mas esse não é o único crime. Em maio deste ano, por desleixo criminoso de uma dessas hidrelétricas, a Hidrelétrica do Salto Caldeirão, parte considerável da cidade de Ferreira Gomes foi literalmente submersa em poucas horas.

Veja, Sr. Presidente, senhoras e senhores, essas hidrelétricas se instalaram no Rio Araguari, primeiro, com a promessa de desenvolvimento para nós. A promessa era que as hidrelétricas iriam gerar riqueza para as comunidades locais, além de serem as responsáveis por nos ligarem depois, através do Linhão de Tucuruí, com o Sistema Nacional de Energia Elétrica. Isso, em tese, traria para nós energia de melhor qualidade, instalação de indústrias, progresso e desenvolvimento. Lamentavelmente, o progresso que as comunidades de Ferreira Gomes e Porto Grande estão vendo é este: a mortandade dos peixes. O progresso que tem ocorrido na região tem sido o aumento da tarifa de energia elétrica sem melhoria dos serviços e de investimentos na nossa Companhia de Eletricidade do Amapá. O progresso que nós temos visto tem sido o alagamento continuado no

Município de Porto Grande e mais gravemente no Município de Ferreira Gomes, pelo descaso dos administradores das hidrelétricas. No último desastre, o Rio Araguari subiu quase seis metros, desalojando em Ferreira Gomes quase mil pessoas.

Sr. Presidente, é fundamental, é urgente que os responsáveis por isso, e não há outros responsáveis para esse desastre ambiental no Rio Araguari, que atinge a comunidade de Ferreira Gomes, não existem outros responsáveis que não sejam as hidrelétricas que naquela região se instalaram.

Veja que o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (Imap), desde setembro de 2014, quando ocorreu a primeira mortandade de peixes, semelhante a essas, diagnosticou que não havia nenhuma responsabilidade natural por conta daquele ocorrido.

Além do desastre ambiental, o mau cheiro de peixes mortos ocasiona a presença de urubus, que são constantes na orla de Ferreira Gomes. Isso afasta o turismo, uma das atividades principais daquele Município. Os pescadores, como já disse, são os mais atingidos diretamente, e os efeitos secundários atingem toda a economia local das comunidades de Ferreira Gomes, Porto Grande e de todos os Municípios às margens do rio.

A empresa Ferreira Gomes Energia, responsável pela construção da hidrelétrica, tem sistematicamente alegado que o problema nada tem a ver com a construção da barragem, mas tem significado de diagnóstico o fato de que esses fenômenos, a morte dos peixes e as enchentes, só passaram a acontecer após a construção das hidrelétricas.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É óbvio que a construção de hidrelétricas – isto é de conhecimento científico – afeta o ciclo de reprodução natural de muitas espécies de peixes, pois, na piracema, as espécies costumam subir o rio para desova e reprodução. A construção da barragem atrapalha esse processo natural.

A usina hidrelétrica de Ferreira Gomes tem recomendação legal para não acionar as turbinas acima do limite permitido, pela consequência que trará ao meio ambiente, e tudo indica que a usina de Ferreira Gomes tem insistentemente descumprido as recomendações legais.

É gravíssimo, Sr. Presidente, sabermos que, em 4 de novembro de 2010, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual solicitaram à Justiça Federal no Amapá o pedido de antecipação total dos efeitos da tutela, para que fosse suspensa a licença prévia e a anulação da licença de instalação em favor dos empreendimentos da construção das hidrelétricas.

Lamentavelmente, e sob uma alegação fragilíssima, o Sr. juiz federal João Bosco acabou indeferindo os pedidos do Ministério Público.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A consequência tem sido esta: aumento da pobreza, desastre ambiental, que é o maior da história do Amapá até hoje, e consequências sociais, econômicas e ambientais para as comunidades que vivem às margens do Rio Araguari.

Por isso, Sr. Presidente, e em decorrência disso, é fundamental que as hidrelétricas se manifestem. A informação que tenho é a de que, no último desastre ambiental, foi estabelecido um termo de ajuste de conduta com as hidrelétricas. Sr. Presidente, um termo de ajuste de conduta existe quando uma conduta está em vias de ser descumprida. Não existe termo de ajuste de conduta quando um crime é cometido. Qual termo de ajuste de conduta que é possível ser feito, depois que alguém dispara a bala de um revólver na cabeça de alguém? É o mesmo caso. Não existe espaço para nenhum termo de ajuste de conduta em relação a essas hidrelétricas. Nem sequer o estudo para saber quais eram as consequências da construção das hidrelétricas, o impacto no rio em relação à pororoca, em relação aos peixes do rio, nem sequer isso foi pesquisado e custeado pelas empresas.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – As informações dão conta de que boa parte das espécies de peixes do Rio Araguari estão sob ameaça: acari, filhote, piranha, aracu e tucunaré. São peixes que temos no Amapá e no Rio Araguari e que estão sob a ameaça de existência, por conta da irresponsabilidade, do crime cometido pela construção dessas hidrelétricas.

Por isso, Sr. Presidente, estou propondo, amanhã, à Comissão de Desenvolvimento Regional e à Comissão de Meio Ambiente deste Senado, que, o quanto antes, desloque-se a Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo meu colega, Senador Davi Alcolumbre, do Amapá, para fazer uma audiência pública, neste final de semana, com a comunidade de Ferreira Gomes.

E aqui apelo para que a atuação do Ministério Público seja enérgica, para que a atuação dos órgãos públicos seja enérgica em relação à Ferreira Gomes Energia, em relação à empresa responsável pela construção da Hidrelétrica do Caldeirão.

Essas empresas só estão trazendo desastre ambiental, miséria e morte para o Amapá.

Essas empresas hidrelétricas, em nome do tal “progresso” que nos prometeram, só têm destruído os nossos ecossistemas e deixado o povo do Amapá cada vez mais pobre.

Então, não pode haver tolerância, não pode haver mais Termo de Ajuste de Conduta, não pode haver mais mediação com essas empresas. O que espero do Ministério Público e da Justiça amapaense é a punição...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...exemplar para os responsáveis por esses crimes.

Para concluir, Sr. Presidente, tenho de chamar atenção para um projeto que tramita aqui no Senado.

Veja, Sr. Presidente, falamos ainda há pouco de Mariana. V. Exª propôs, inclusive junto com a Senadora Gleisi, uma audiência pública. Temos visto o que representa o desastre de Mariana, o maior desastre ambiental do País!

Repito: cada vez são mais impactantes essas cenas, e a causa delas foi não ter sido feito o devido Estudo de Impacto Ambiental em relação à instalação da hidroelétrica de Ferreira Gomes. Essas cenas são cada vez mais impressionantes e, pasmem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tramita aqui no Senado o Projeto de Lei nº 654, que visa estabelecer...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esse projeto de lei quer estabelecer rito sumário, sem licenciamento ambiental, para obras consideradas estratégicas. Trata-se de obras como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, empreendimentos de energia – leia-se hidrelétricas – e quaisquer outros destinados à exploração de recursos naturais – pode ser mineração. Com a legislação do jeito que está, eles já cometem crimes dessa gravidade e saem impunes.

Nós acabamos de ver a diferença entre a multa ambiental aplicada contra a British Petroleum e a aplicada agora, contra a Vale do Rio Doce. A multa que foi aplicada contra a Vale do Rio Doce e a Samarco: a Vale paga com três dias de lucro, e a Samarco, com um mês de lucro. As multas são irrisórias e, agora, aqui no Senado, querem aprovar às pressas...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...na chamada Comissão da Agenda Brasil, um projeto de lei para que o licenciamento ambiental tenha rito sumário.

Sr. Presidente, eu estarei protocolizando um requerimento para que esse projeto tramite pelas outras comissões. É inaceitável, chega a ser um acinte à inteligência do povo brasileiro: quando ocorrem desastres ambientais como esse do Amapá, quando ocorre o maior desastre ambiental da história do País, nós queremos flexibilizar o licenciamento ambiental.

É um acinte ao povo brasileiro, e é um favor desmedido aos grandes empreendimentos e ao lucro. Esse projeto não pode, Sr. Presidente, sem o nosso protesto, ser aprovado aqui no Senado.

Eu espero sinceramente – para concluir – que, no meu Estado, haja uma atuação enérgica dos Ministérios Públicos e da Justiça.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não descansarei enquanto as hidrelétricas não forem responsabilizadas pelos crimes que estão cometendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, a Srª. Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem! Eu o cumprimento e me associo ao discurso de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã,

terça-feira, dia 17 de novembro do corrente, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos dispositivos pendentes de apreciação, referentes aos **Vetos Presidenciais nºs 21, 25, 26, 29, 31 e 33, de 2015**, dos **Vetos Presidenciais nºs 37 a 43, de 2015**, dos **Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9, 11, 17, 18, 27 e 32, de 2015**, e de outros expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço licença à Senadora Fátima Bezerra para fazer a leitura de mais um expediente sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senado Federal, 16 de novembro de 2015.

A Senhora Presidente da República adotou, em 10 de novembro de 2015, e publicou *Diário Oficial da União* do dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 699 de 2015**.

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão mista:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)	
Humberto Costa	1. Telmário Mota
Acir Gurgacz	2. Walter Pinheiro
Paulo Rocha	3. Lindbergh Farias
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima	1. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	2. Alvaro Dias
Ronaldo Caiado	3. José Agripino
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Fernando Collor	1. Blairo Maggi
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)	
José Medeiros	1. Antônio Carlos Valadares
Vanessa Grazziotin	2. Randolfe Rodrigues
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)	
Benedito de Lira	1. Omar Aziz

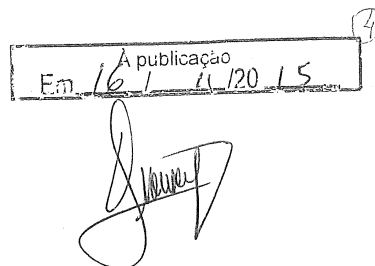
DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS	
Eduardo da Fonte	1. Arnaldo Faria de Sá
Jovair Arantes	2. Wilson Filho
Bloco PR/PSD/PROS	
Rogério Rosso	1. Domingos Neto
Maurício Quintella Lessa	2. Anderson Ferreira
Bloco PMDB/ PEN	
Leonardo Picciani	1. Daniel Vilela
Baleia Rossi	2. Dulce Miranda
PT	
Sibá Machado	1. Afonso Florence
Ságuas Moraes	2. Benedita da Silva
PSDB	
Carlos Sampaio	1. Nilson Leitão
Bloco PRB / PTN / PMN / PRP / PSDC / PTC / PSL / PTdoB	
Alan Rick	1. Marcelo Squassoni
PSB	
Fernando Coelho Filho	1. Paulo Foletto
DEM	
José Carlos Aleluia	1.
PV*	
Sarney Filho	1. Evandro Gussi
* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.	

É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 11/11/2015
- Designação da Comissão: 16/11/2015
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 17/11/2015 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 05/02/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 19/02/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:



Ofício nº 203/15-GLPSDB

Brasília, de novembro de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **ALVARO DIAS**, para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 699 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PSL, PTC e PTdoB

Em 16/11/2015
A publicação

Ofício Ind nº 235/2015

Brasília-DF, 12 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação para Comissão Mista da Medida Provisória nº 699/15

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico a **Deputado ALAN RICK (PRB/AC)**, como membro **titular**, e o **Deputado MARCELO SQUASSONI (PRB/SP)**, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista da Medida Provisória nº 699 de 2015, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.."

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,

Deputado CELSO RUSSOMANNO
Líder do Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

À publicação
Em 16/11/2015

Ofício nº 460-L-Democratas/15

Brasília, 12 de novembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 699**, de 11 de novembro de 2015, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro", em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra como oradora inscrita.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado.

Senador Jorge Viana, eu quero aqui também me associar a V. Exª, à Senadora Gleisi e ao Senador Randolfe, que aqui já mencionaram os acontecimentos lá em Paris, os acontecimentos aqui de Mariana, aqui em Minas Gerais.

Na verdade, o mundo foi surpreendido por mais uma demonstração que, no fundo, no fundo, Senador Jorge Viana, é a demonstração de como agem aqueles que não aceitam a opinião diversa, que não aceitam os que pensam de forma diferente e que conduzem suas vidas sob crenças diferentes.

Esse atentado lá na França deixa o mundo inteiro enlutado, pela gravidade daquele episódio. Nós não estávamos lá, assistimos àquilo pela televisão, mas o sentimento inicial que temos também é de choque, choque mesmo. Ficamos, inclusive, nos perguntando: “Meu Deus, como pode acontecer uma coisa dessas, nessas proporções?” Infelizmente, aconteceu e tem acontecido.

Então, eu quero aqui me associar também às palavras da Presidenta Dilma – que já externou a total solidariedade do povo brasileiro diante do que ela classificou como barbárie da organização terrorista Estado Islâmico –, assim como a inúmeros outros chefes de Estado que consideraram que essas atrocidades tornam ainda mais urgente uma ação conjunta de toda a comunidade internacional no combate sem tréguas ao terrorismo.

Quero também, Sr. Presidente, aqui fazer referência à tragédia de Mariana.

Não adianta querer tapar o sol com a peneira: a tragédia de Mariana é fruto da irresponsabilidade daqueles que conduzem negócios sem o devido olhar para as vidas humanas.

A cidade de Mariana está em situação de calamidade pública em razão dos rompimentos das barragens do Fundão e Santarém no início do mês. É uma tragédia, tragédia que é considerada agora não só a maior tragédia do Estado de Minas Gerais, mas uma das maiores tragédias do nosso País no que diz respeito aos impactos e aos danos ambientais.

Portanto, quero aqui reforçar nosso apelo ao Governo Federal, ao Governo da Presidenta Dilma, para que tome providências firmes para punir os responsáveis e, mais do que isso, atuar para evitar novas tragédias.

Precisamos urgentemente garantir que barragens como a de Mariana sejam seguras para as populações que vivem próximas a elas. Preocupa-nos, Senador Jorge Viana, por exemplo, a situação de famílias nordestinas que vivem próximas às inúmeras barragens existentes no Nordeste, e é por isso que mais uma vez – quero aqui reforçar – apelo às autoridades competentes para que fiscalizem para saber se essas barragens apresentam condições seguras, para evitar danos a populações que já tanto sofrem.

Portanto, a nossa solidariedade ao povo mineiro e às famílias atingidas por essa tragédia que também machucou o coração do Brasil. A tragédia da França machucou o coração do mundo, e a tragédia de Mariana machucou o coração do Brasil.

Quero também aqui, Sr. Presidente, registrar a sessão solene que realizamos hoje aqui no Congresso Nacional por iniciativa de nosso mandato – foi subscrita pelo Senador Garibaldi e pelo Senador José Agripino – para comemorar, para celebrar o centenário de Djalma Maranhão.

A sessão, Senador Jorge Viana, foi um sucesso. Sem dúvida nenhuma, foi uma sessão digna da biografia, da história de vida e da trajetória política de Djalma Maranhão.

Djalma, que foi deputado estadual, que foi Deputado Federal, que foi prefeito de Natal, se vivo estivesse, no dia 27 de dezembro, estaria completando 100 anos. Por isto essas homenagens neste ano de 2015: para celebrar o seu centenário. Mas o fato é que foi uma sessão solene, repito, à altura da biografia, da história e da trajetória de Djalma.

Quero aqui agradecer aos convidados que aqui vieram: a Ana Maranhão, filha dele; a Haroldo Maranhão, seu sobrinho-neto; a Roberto Monte, presidente da comissão do centenário de Djalma Maranhão. Quero agradecer também a Clara Raissa Góes, filha de Moacyr de Góes – Moacyr esteve ao lado de Djalma na gestão inovadora que ele fez à frente da Prefeitura de Natal na década de 60.

Quero também aqui registrar e agradecer a presença dos dois Ministros potiguares – Ministro Emanuel Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, e Dr. Marcelo Navarro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça –, bem como a presença do Professor Willington Germano, brilhante, talentoso professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estudioso da trajetória de Djalma, autor de livros como *Lendo e Aprendendo*, que retrata a experiência no campo educacional que marcou época não só em Natal, como no Brasil e no mundo – refiro-me à campanha educacional intitulada De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

Quero aqui dizer, igualmente, da minha alegria pela presença, pela qual agradeço, do companheiro Deputado Fernando Mineiro, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande Norte; do Vereador Hugo Manso, também do Partido dos Trabalhadores, que aqui representou a Câmara Municipal de Natal; de Teresa Freire, Secretária Estadual de Mulheres; de Afonso Laurentino, que também foi contemporâneo de Djalma; dos jornalistas.

Enfim, quero agradecer a todos que participaram dessa sessão solene na manhã de hoje, abrilhantando-a e permitindo que fizéssemos essa homenagem singela, porém mais do que justa, mais do que merecida a Djalma Maranhão.

Destaco aqui também a presença da cultura natalense hoje na sessão solene na pessoa do talentoso artista potiguar Fernando Tovar, que aqui cantou os hinos, Senador Telmário, da campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler.

De forma que quero aqui, Senador Jorge Viana, dizer que me dá uma alegria enorme, na condição de Senadora, estar tendo a oportunidade de reverenciar a memória de Djalma Maranhão.

Mais uma vez tenho a oportunidade de agradecer a generosidade do povo potiguar, que, repito, me deu a honra de representá-los por três mandatos na Câmara dos Deputados, por dois mandatos na Assembleia Legislativa e, agora, nesta tribuna. Graças a essa generosidade do povo potiguar, tenho a oportunidade de aqui reverenciar a memória de um homem que continua até hoje sendo exemplo de luta e de vida para todos nós.

Djalma é exemplo de vida, de luta, pelo muito que lutou, pelo grande compromisso que tinha, Senador Jorge Viana, com a luta em defesa da democracia, com a luta em defesa da liberdade. Não foi à toa que ele foi perseguido e deposto pelo golpe militar.

Ele chegou à Prefeitura de Natal, claro, pelas mãos do povo, nos braços do povo, eleito que foi, mas, infelizmente, a brutalidade da ditadura militar tirou o mandato que ele tinha recebido do povo natalense. Mas o fato é que Djalma foi um homem que não se rendeu aos interesses do capital. Djalma foi um homem que sempre se manteve firme, repito, no caminho da legalidade democrática, no caminho da democracia, e Djalma fez, como eu disse aqui, uma gestão inovadora, uma gestão revolucionária. Um homem que tinha uma visão de estadista, na medida em que ele investiu e apostou muito na educação e na cultura, porque ele acreditava na força transformadora que a educação e que a cultura tinham – e têm –, através de uma educação inclusiva, de uma cultura inclusiva, para avançarmos naquilo que nós queremos, que é uma educação...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... que nos traga a emancipação política, cultural e social da sociedade.

Então, eu quero dizer da minha alegria como herdeira que me coloco das convicções, da história, da tradição democrática de Djalma, herdeira como me coloco no sentido de dar aqui, enquanto Senadora hoje, continuidade aos sonhos dele, repito, por uma educação pública e de boa qualidade. Ele foi e continua sendo até hoje uma das figuras humanas, um dos gestores e uma das figuras políticas que mais têm me inspirado na minha luta, nos meus desafios, do ponto de vista político parlamentar, enquanto militante da educação, enquanto militante das causas sociais, enquanto militante...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... das causas do Partido dos Trabalhadores. *(Fora do microfone.)*

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, quero pedir mais um tempo ainda a V. Exª para fazer aqui o nosso último registro.

Ainda com relação a Djalma, Senador Jorge Viana, dizer que quero aqui agradecer aos servidores do Senado, ao Florian – está aqui o Diretor da nossa gráfica – pelo gesto generoso de ter permitido que hoje a gente lançasse aqui uma nossa edição da cartilha *De pé no chão também se aprende a ler*, bem como também uma nova edição do livro de autoria do Prof. Willington Germano, intitulado *Lendo e aprendendo*.

Enfim, estamos aqui cumprindo com o nosso papel. É nosso dever, repito, fazer essa homenagem à Djalma; portanto, reverenciando a memória daqueles que foram heróis da resistência...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... daqueles que deram a sua contribuição, que ousaram, que lutaram, que sonharam por um Brasil mais justo, mais solidário, mais inclusivo e mais generoso.

Por fim, Senador Jorge Viana, pediria só um minutinho a mais a V. Ex^a para fazer um registro de uma agenda muito importante que nós realizamos nessa quinta e sexta-feira em Natal e no interior do Rio Grande do Norte, mais precisamente no Seridó e no Trairi. Trata-se de uma agenda em que nós tivemos a alegria de contar com a presença do Prof. Newton Lima Neto, que é o Presidente da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), na companhia da Prof^a Ângela, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como de diversas outras autoridades. O fato é que o Presidente da Ebserh esteve lá, começou sua agenda por Natal, fazendo uma visita ao Hospital Onofre Lopes, à Maternidade Januário Cicco, anunciando, na ocasião, a liberação de quase R\$1 milhão...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... para investimentos nessas duas importantes estruturas hospitalares lá do nosso Estado. Inclusive com relação à Maternidade Januário Cicco, foi conversado sobre o desafio que está colocado, e o Presidente da Ebserh reiterou o seu compromisso de ajudar essa maternidade no que diz respeito ao projeto do Hospital da Mulher.

Na quinta-feira me integrei à comitiva, começando lá por Santa Cruz, fomos à Facisa, Faculdade de Ciências da Saúde, bem como ao Hospital Universitário Ana Bezerra. Depois fomos a Caicó e ainda passamos por Currais Novos.

O que eu quero aqui colocar, Senador Jorge Viana, é que essa agenda do Presidente da Ebserh lá no nosso Estado tem uma relevância extraordinária, ela tem uma repercussão muito importante para o nosso Estado. Por quê? Porque significa consolidarmos a interiorização dos cursos de Medicina...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... o que já começou lá no Seridó, com a Escola Multicampi de Ciências da Saúde, Curso de Medicina, Caicó, Santa Cruz e Currais Novos. Aliás, essa Escola Multicampi de Ciências da Saúde, Curso de Medicina lá em Caicó, Santa Cruz e Currais Novos, hoje é referência não só para o Brasil mas também para o mundo. Por isso é que eu quero aqui mais uma vez render minhas homenagens à Prof^a Ângela e ao Prof. George, Diretor da Escola Multicampi de Ciências da Saúde, pelo quanto de criatividade, de dedicação profissional que tem esse projeto.

O fato é que nós já temos duas turmas lá fazendo o curso de Medicina na Escola Multicampi. Nós já estamos no segundo ano do funcionamento do curso de Medicina no Seridó e Trairi. Agora, a ida do Presidente Newton é exatamente para quê? Para renovar o compromisso da Ebserh e do MEC com a Universidade Federal...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... para que nós possamos consolidar a escola de Medicina no interior. De que forma? Garantindo os investimentos para que nós tenhamos as unidades acadêmicas, ao mesmo tempo em que nós reiteramos aqui o que está sendo pleiteado por parte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que conta com o nosso total apoio, primeiro, transformando o Hospital Ana Bezerra, de Santa Cruz, em Hospital Geral Universitário, para que, com isso, nós possamos incorporar inclusive o Hospital Regional Aluizio Bezerra, lá de Santa Cruz; e, segundo, nós queremos também que o Hospital Regional do Seridó, de Caicó, possa ser incorporado à Ebserh, bem como o Hospital Mariano Coelho, lá de Currais Novos, para que essas estruturas hospitalares, de um lado, Senador Jorge Viana, possam servir de campos de estágio, de campo de práticas para os estudantes de Medicina e, ao mesmo tempo, a grande beneficiada vai ser a população do Seridó e a do Trairi, porque passarão a contar com serviços de saúde com mais eficiência e de melhor qualidade.

Portanto, o sonho do Seridó de ter o seu hospital universitário, se Deus quiser, está em curso. Alegrou-me muito ver lá os estudantes com brilho nos olhos. Os estudantes hoje já cursando Medicina, e lá, em Caicó, liderando esse movimento para que Caicó tenha o seu hospital universitário. Alegrou-me igualmente ver esse movimento também em Currais Novos; alegrou-me também ver esse movimento...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... lá em Santa Cruz, para ampliar o Hospital Ana Bezerra, junto com a Facisa, a Faculdade de Ciências da Saúde, para que possamos também incorporar exatamente o Hospital Regional de Santa Cruz.

De forma, Sr. Presidente, que eu quero dizer aqui o que eu disse lá em Caicó, na quinta-feira: tudo isso só está sendo possível graças ao Programa Mais Médicos, programa que a Presidenta Dilma teve a ousadia e

a sabedoria de implementar; programa que todos nós sabemos o alcance social que está tendo, de um lado, com a ação imediata que foi levar médico para onde não havia, e, ao mesmo tempo, o seu caráter estruturante, interiorizando o curso de Medicina pelo País afora. E com um detalhe: com a marca da credibilidade da rede pública de ensino.

Então, eu quero aqui, para concluir, Senador Jorge...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer a acolhida que nós tivemos por onde passamos, seja em Santa Cruz, seja em Currais Novos ou em Seridó. Foram reuniões extremamente representativas, com a presença dos prefeitos, vereadores, sociedade civil, estudantes, professores, enfim, representantes da igreja. Foram reuniões de muita representatividade, o que demonstra o quanto o Seridó e o Trairi estão na expectativa e acompanhando para que todas essas iniciativas em curso avancem.

E quero agradecer, portanto, e repito, o acolhimento que nós tivemos por onde passamos e dizer que fico muito feliz, porque a minha geração não teve direito a isso, a minha geração de menina pobre, de família humilde, nascida lá no Sertão da Paraíba, como é a realidade da maioria das famílias...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... desse Nordeste afora, essa geração não teve o direito, de repente, de ver isso, as Ciências da Saúde, imagine, um curso de Medicina chegando mais perto de onde a gente vive, mais perto de onde a gente mora, e chegando dentro dessa concepção de formar mais médicos no interior para que eles se sintam com mais identidade e mais vocacionados para, uma vez formados, prestar o atendimento ao nosso povo.

Então, quero concluir, reafirmando, mais uma vez, todo o nosso compromisso e dizer, Senador Jorge Viana, que gostem ou não gostem, tudo isso só está sendo possível graças ao Governo do Partido dos Trabalhadores. Gostem ou não gostem, tudo isso só está sendo possível graças à sensibilidade de homens como o Presidente Lula, pessoas...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... como a Presidenta Dilma, que, ao longo desses 12 anos, têm investido e têm cuidado, com muito carinho, da inclusão, das políticas de inclusão social, voltadas para a maioria do povo simples deste País, inclusive as políticas de inclusão social no campo da educação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Passo a Presidência para o Senador Acir para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, do PT, do nosso vizinho Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, eu queria cumprimentar a todos, desejar uma boa semana para todos e dizer que nós começamos esta semana apreensivos, e eu não posso usar a tribuna sem fazer referência aos episódios lamentáveis, dramáticos, que fizeram com que todos, de toda parte do planeta, se perguntassem que mundo é esse em que nós estamos vivendo.

Os ataques inaceitáveis, covardes, fruto dessa intolerância, dessa opção pela violência como instrumento de luta chocaram o mundo, não só porque ocorreram na França, mas porque ocorreram numa cidade que é uma espécie de capital do mundo. Há gente de todos os lugares do mundo em Paris. Tanto é que as mortes, as dezenas de mortes tiraram a vida de pessoas de dezenas de nacionalidades.

Então, acho que todos nós devemos refletir sobre o que está ocorrendo no nosso planeta, na nossa casa. Devemos refletir sobre essa ação que alguns fazem, usando ou se apegando a uma opção religiosa que de religioso não tem nada, como disse o Papa Francisco ontem em Roma. E pior ainda é o risco que o mundo tem de entrar na lei do olho por olho.

Nós precisamos construir um mundo mais solidário, que possa excluir aqueles que não querem uma vida em sociedade, que possa isolar do meio da sociedade aqueles que querem ter a violência como um instrumento para resolver suas diferenças.

Então daqui... Eu tenho amigos franceses, tenho uma referência muito grande, fui condecorado com a Legião de Honra da França. Me sinto no dever, na obrigação de prestar minha solidariedade.

Trabalhei, depois que saí do Governo, durante um período, com empresas francesas. Conheci um pouco mais da cultura, do jeito de ser. Prendi-me, um pouco, aos princípios que norteiam as democracias do mundo, que começaram na Grécia, mas os princípios que estão postos na base da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, que é de que o mundo precisa, encontrar uma maneira de conviver com liberdade, com igualdade e com fraternidade.

Um mundo mais justo, um mundo mais igual certamente enfrentará melhor esses ataques covardes que vivemos, sofremos, de certa forma, ficando apreensivos, ficando preocupados. Repudiamos atitudes como essas que vimos na capital francesa, em Paris, na última sexta-feira.

Os líderes que estão reunidos na Turquia, os líderes do G20, precisam encontrar uma maneira de lidar melhor com os radicalismos que estão postos por alguns que recrutam menores de idade, recrutam pessoas sem nenhuma esperança, pessoas desencantadas com a vida e que fazem delas instrumento de morte.

Não acredito que haja caminho, que haja solução, que haja construção se a opção for a morte, for a eliminação física, muito menos buscando em religiões argumentos para praticarem crimes. É só ver, seja nas religiões cristãs, seja nas religiões muçulmanas, ninguém consegue, fazendo uma leitura sensata, tentando fazer uma interpretação correta, buscar amparo para o uso da violência. O que temos é uma distorção feita para atender a interesses econômicos e de poder, como disse, aliás, aqui, na semana passada, na quinta-feira, o ex-presidente Bill Clinton: “Existem grupos no mundo hoje agindo em nome de religiões para acumular poder, para alcançar poder e acumular dinheiro.” Eu não tenho dúvidas de que o ex-presidente Bill Clinton está certo quando faz essa afirmativa.

Mas, fica aqui, então, registrada, nos Anais do Senado, a minha solidariedade aos que sofrem, às famílias, e, ao mesmo tempo, o nosso repúdio a essa opção que alguns fazem pela violência como forma de fazer disputas.

Ainda bem que vivemos num país que, do ponto de vista da sociedade, no geral, podemos dizer que é um país em que não há, na opção da violência, uma alternativa.

Lamentamos ainda as mortes, os homicídios, as mortes no trânsito. Temos muito o que melhorar na nossa sociedade. Mas a nossa sociedade, no geral, é uma sociedade pacífica, é uma sociedade da tolerância, da convivência pacífica com as diferenças. E, desses princípios, nós não podemos nos afastar.

Mas queria, Sr. Presidente, também fazer aqui, da tribuna do Senado, um registro sobre esse desastre em Mariana. É um desastre que choca todos nós. Impressiona-me que nós tenhamos de conviver com situações como essa. Não é sem fundamento que alguns colocam que não deve ser outra razão senão a ganância, a opção pelo lucro.

Essa empresa, a Samarco, faz parte de um conglomerado empresarial que envolve a Vale e uma empresa australiana, ambas com 50%. Ela tem lucros anuais, Senador Valdir Raupp, de R\$2,5 bilhões. E, com esse desastre que atingiu Minas Gerais, o Espírito Santo, que deixa agora as pessoas sem água para beber, a multa que está se colocando é de R\$250 milhões. Não faz nenhum sentido. Quanto vamos gastar? Qual o custo da recuperação, se é que vamos ter plenamente? Talvez vamos precisar de gerações inteiras para ver a recuperação do vale do Rio Doce, um rio simbólico para nós.

As populações daquelas cidades já viviam dramas por conta das mineradoras, que usam muita água para fazer a exploração de minério e que deixavam em insegurança hídrica populações de várias cidades naquela região de Minas Gerais e do Espírito Santo. As pessoas podem não saber, mas as barragens do Fundão e de Santarém ficam no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35km do Município de Mariana, cidade histórica de Minas Gerais, e a 124km de Belo Horizonte. Elas ficam ali, perto de Belo Horizonte.

Nós já tivemos problemas com esta empresa, a mineradora Samarco, que foi fundada em 1977. As causas desse desastre ainda estão sendo investigadas. Só não vale dizer que são sísmicos, que foram abalos sísmicos que levaram ao rompimento da barragem. Como disse o Senador Randolfe e a Senadora Gleisi aqui, nós não podemos, agora, querer encontrar justificativas que não justificam nada, porque a engenharia, a construção de barragem como essa tem obrigação, se for bem feita, se cumprir a lei, de levar em conta, inclusive, abalos sísmicos. O que temos claro é que não se adotou a precaução. Certamente, o Ministério Público, a Justiça, as autoridades que têm a responsabilidade de fazer uma análise mais técnica vão encontrar as causas. Não foi obra do acaso. Deve ter havido descaso. Deve ter havido uma ação irresponsável. Deve ser resultado daquela ganância de lucro, lucro, lucro, sem levar em conta o meio ambiente, sem levar em conta o risco à vida.

Eu espero, sinceramente, que as medidas mais duras possam ser adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama, pelas autoridades competentes. Não estamos falando de qualquer coisa. Eu falo aqui: a equipe técnica do Ministério Público coletou amostras da lama resultante dos dejetos de produção de minério de ferro para verificar o grau de toxidez. O laudo deve demorar para ficar pronto. Mas estamos falando de 60 bilhões de litros de rejeitos de minério de ferro – 60 bilhões de litros de rejeitos de minério de ferro! –, o equivalente a 24 mil piscinas olímpicas, já que estamos às vésperas das Olimpíadas.

O desastre se estende por mais de 500km. De acordo com o Ibama, o volume extravasado foi estimado em 50 milhões de metros cúbicos, quantidade que encheria 20 mil piscinas olímpicas. Então, é o maior desastre ambiental, porque ele não é um desastre natural. Ele é um desastre provocado pela irresponsabilidade, pela ganância da atividade empresarial humana. Nós vivemos em um país cujo clima não é tão extremado, como em outros países do mundo. Custa a precaução? Custa fazer uma adaptação, inclusive a mudança do clima, fazendo investimentos?

Eu estudei as questões da Defesa Civil. Para cada R\$1,00 que se gasta na prevenção, são R\$7,00 que se economizam na reconstrução. Quanto vai custar essa reconstrução? Vai ter conserto? Poderemos usar a água daquele rio, mesmo sendo tratado? Como vai ficar? E a vida das pessoas? E as cidades destruídas? Então, nós temos de fazer essa reflexão. Foram mais de 500 mil pessoas, direta ou indiretamente, atingidas por esse desastre ambiental de grandes proporções.

E eu concluo, dizendo que, juntamente com a Senadora Gleisi e com o Senador Randolfe, amanhã teremos audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado. Nesse sentido, estamos propondo, vamos conversar com o Presidente Renan, que se faça uma sessão temática, aqui, no plenário do Senado Federal, que é a Casa da Federação, em que possamos ter o Presidente da Vale, o Presidente da Samarco, o Ministério Público, a Ministra do Meio Ambiente, representantes da sociedade civil, prefeitos e prefeitas de Minas Gerais, para que se faça um debate sério sobre esse desastre, que, no mínimo, tem de servir de alerta para os outros que podem ocorrer se nós não adotarmos medidas.

Imediatamente, Ministério da Integração, ministérios afins, do Meio Ambiente e o próprio Ministério Público precisam despachar, fazer uma revisão, um estudo das condições de todas as barragens que nós temos no nosso País e que tenham alguma similaridade com o drama que nós vivemos em Mariana.

É esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Eu me sinto na obrigação, por ter trabalhado com essa questão da Defesa Civil, por ter relatado o Novo Código Florestal brasileiro, de me somar aos colegas e pedir ao Senado Federal que traga esse tema para o debate aqui, na Casa. Obviamente que, a partir de amanhã, trabalharemos nesse sentido, para que tenhamos audiências públicas, para que tenhamos o debate adequado e para que aqui, a partir do Senado, se possa dar satisfação para a opinião pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que fala pela Liderança do PR.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida alguma o momento é bastante conturbado, não apenas pelo terror que tomou conta das ruas de Paris no final de semana. Ao mesmo tempo que acompanhamos as notícias sobre os atentados, nos preocupa também a opressão dos povos no Oriente que tem levado famílias inteiras a saírem pelo mundo em busca de refúgio, o avanço brutal da intolerância, como, lastimavelmente, as guerras étnicas na África, envolvendo pessoas indefesas. Com isso, vemos o crescimento das ameaças e o medo se espalharem em nosso Planeta.

Mas também aqui estamos vivendo na esteira dessas grandes tragédias. Esse fato ocorrido em Mariana, em Minas Gerais, exige medidas concretas para que o dano ambiental não varra do mapa a biodiversidade de boa parte de nosso País. E há ainda, para complicar, essa crise econômica que assola nossa Nação. Portanto, é um momento difícil.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para prestar aqui homenagens a uma família muito tradicional do meu Estado, Mato Grosso, a um ramo da família Maluf que tem uma história muito bonita de luta, de superação, de visão e também de empreendedorismo. Essa história começou em 1954, quando o então jovem Samir Maluf deixou a plantação de uvas para produção de vinho lá no Líbano e veio aqui para o Brasil em busca de dias melhores.

Inquieto com as mudanças políticas que se sucediam na região após anos de conflitos, Samir cruzou o oceano sem imaginar, conforme ele mesmo relata, o que estava esperando, sem imaginar o que o destino lhe reservava. Com apenas US\$100 no bolso e com a ajuda de um tio, o Seu Samir Maluf, como é chamado, iniciou sua atuação com uma pequena lanchonete em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde inclusive fez também meu segundo grau e a universidade, na Universidade Federal do Mato Grosso Sul.

Com um ano apenas depois, Seu Samir conseguiu economizar o suficiente e partir para Cuiabá, onde montou uma pequena loja de venda de confecções, seguindo uma tradição libanesa na cidade.

O negócio prosperou e não parou mais. De 1965 a 1991, a família instalou sete empresas na cidade nas mais variadas atividades: eletrodomésticos, móveis, material de construção e até concessionária de veículos.

O interessante, Sr. Presidente, é que, em 1970, a família construiu o primeiro empreendimento de destaque na cidade, com sete mil metros quadrados e com 24 apartamentos. Mal sabia ele que plantava ali a marca dos grandes empreendimentos imobiliários no nosso Estado.

Com liderança e com notabilidade empresarial, os filhos Marcos e Marcelo Maluf, então, implantaram a construtora São Benedito, nome do santo protetor da cidade de Cuiabá. Eles são de origem libanesa, mas fazem questão de ressaltar que são cuiabanos.

Em tempos de dificuldades e de crises, como as que estamos enfrentando, permitam-me, senhores e senhores, ressaltar aqui os feitos e o empreendedorismo dessa família, que tem na construção civil a notabilidade, mas que conta, em suas gerações posteriores a de Samir, com profissionais renomados em diversas áreas, especialmente na culinária, na medicina, na administração e, é claro, na arquitetura e na engenharia.

Nessa trilha da construção civil, a família Maluf atingiu este ano 800 mil metros quadrados de área construída em seus empreendimentos verticais, que ajudaram a mudar o cenário da histórica Cuiabá, de Várzea Grande e, inclusive, da minha cidade no interior, a cidade de Rondonópolis. Tornou sólida sua contribuição na urbanização imobiliária residencial e comercial da cidade de Cuiabá, com um saldo de aproximadamente cinco mil moradias de alto padrão em 48 torres construídas.

Hoje, eles mantêm outros 12 grandes empreendimentos. Quantos empregos gerados e quantas oportunidades criadas!

Falo aqui, então, Sr. Presidente, dessa família, porque, assim como os gaúchos, os nordestinos, os baianos como meus pais, os mineiros, os paulistas, entre tantos outros povos, ajudaram e ajudam na construção de Mato Grosso. Ajudam esse Estado a ser grande não apenas nas dimensões, como também, principalmente, na economia, na geração de oportunidades e no desenvolvimento social.

Particularmente, hoje é um dia muito especial para essa família, porque ela está inaugurando um enorme complexo de multiuso. É considerado um dos maiores centros de consumo, de entretenimento e de convivência de Mato Grosso, localizado ao lado do Aeroporto Marechal Rondon, na região metropolitana de Cuiabá, na cidade de Várzea Grande. São 102.560 metros quadrados de área, onde estará o primeiro centro de convenção da cidade, que é a segunda maior do Estado de Mato Grosso em população.

Então, com essa marca, gostaria de cumprimentar os primogênitos do Sr. Samir, Marcos Antônio e Marcelo Maluf, que, como o pai, seguem a trilha do empreendedorismo, tão importante para o nosso País, em que procuram agregar valor, identificando as oportunidades e transformando-as em um negócio que gera benefícios coletivos.

Quero aqui também me referir ao companheiro Deputado Guilherme Maluf, que é, inclusive, Presidente atual da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Afinal, estamos falando nada mais nada menos do que 1,5 mil pessoas empregadas de forma permanente, fora os trabalhadores temporários, em seus vários canteiros de obras, tudo com muito respeito e com garantias sociais.

Eu gostaria ainda de parabenizar os que acreditaram nesse empreendimento: a Saga Malls, que é uma das maiores empreendedoras em *shopping centers* da Região Centro-Oeste, o grupo GSM e o grupo AS, que completam o grupo de empreendedores.

Ao mesmo tempo, quero congratular-me com Várzea Grande, cidade do ex-Governador Jayme Campos, que também foi Senador da República, a quem tenho a honra aqui de suceder. A cidade merecia um empreendimento como esse. Acima de tudo, além de propiciar a valorização da cidade, isso ajudará a aumentar ainda mais a autoestima de seus cidadãos. Várzea Grande é uma cidade histórica, fundada em 1867, que vem passando também por um momento muito conturbado, com muitas dificuldades de infraestrutura e com queixas da população.

As obras da Copa pretendiam deixar um legado de grande modernidade, mas, infelizmente, muitas delas ainda não foram concluídas, inclusive o nosso aeroporto Marechal Rondon. Lutamos tanto para fazer um convênio com a Infraero, com Governo do Estado. Esse convênio foi feito, mas, infelizmente, a obra não foi concluída. Hoje, o aeroporto de Várzea Grande, temos tristeza em dizer, é o pior aeroporto avaliado pela CNT em vários quesitos. A pior nota hoje, infelizmente, é a do aeroporto de Várzea Grande, que ocupa uma área de 750 hectares, cravada no centro da cidade de Várzea Grande. É um aeroporto estratégico, situado no centro do Brasil, no centro da América do Sul, que poderia perfeitamente ser um aeroporto *hub* para fazer a interligação principalmente no nosso Mercosul. Mas estamos trabalhando aqui no sentido de vermos urgentemente essas obras concluídas.

E que possamos, concluindo esse convênio, projetar outras obras, porque a própria Infraero já tem um projeto, um plano diretor de construir outra pista com um novo terminal, para atender à demanda e ao crescimento, pois hoje, todos sabem, Mato Grosso é o Estado que mais cresce e que, nestes próximos anos, com certeza, continuará crescendo. Mesmo agora na crise, o Estado de Mato Grosso continua crescendo.

Sr. Presidente, quero abordar outro assunto rapidamente, muito mais consternado, porque tenho de comunicar o falecimento de um amigo, de um companheiro. Nesse fim de semana, ele acabou perdendo a sua vida.

Quero aqui falar do meu amigo que acabou falecendo de forma precoce, com apenas 68 anos, o companheiro Ricardo Leão Cambraia, que foi vítima de complicações devido a um câncer no fígado.

Ele tinha duas filhas, Luciana e Ana Paula Carvalho. Cambraia deixou três netos. Ele era casado com D. Maria de Fátima.

Mineiro de Oliveira, Ricardo chegou a Rondonópolis no ano de 1974. Engenheiro civil, foi Secretário de Obras na gestão do Prefeito Cândido Borges Leal Júnior, o Candinho, e responsável pelas primeiras obras de asfalto no centro da nossa cidade.

Também atuou como Diretor Técnico da Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis (Coder), na gestão do ex-Prefeito Walter Ulysséia, também já falecido.

Era membro da Loja Maçônica Marechal Rondon, foi Presidente do União Esporte Clube, um dos fundadores e Presidente do Caiçara Tênis Clube e membro também do Rotary Club.

Ricardo Cambraia ocupou cargos importantes na administração estadual. Em 1983, fez parte do governo de Júlio Campos, sendo Presidente da extinta Companhia de Mineração de Mato Grosso e também Gerente-Geral da antiga Sanemat. Em 1986, foi candidato ao Senado Federal pelo PFL, mas não foi eleito.

Na iniciativa privada, foi o pioneiro no lançamento de vários loteamentos na nossa cidade.

Com isso, então, aqui registro o passamento desse meu companheiro, que foi também muito importante na minha primeira campanha e na segunda campanha, delas participando, ajudando a coordená-las.

Então, se hoje estou aqui, depois de seis mandatos como Deputado Federal e no primeiro mandato como Senador da República, também devo muito ao trabalho, ao apoio, ao voto da família do meu amigo Ricardo Cambraia.

Fica aqui, em meu nome, em nome da minha esposa, Mariene, e dos meus filhos, João Antônio e Diógenes, da minha família toda, dos nossos amigos, os nossos sentimentos.

Tenho a certeza de que ele deixou um grande legado, uma grande história, principalmente a de ser um homem correto.

Para a sua família, em nome da D. Fátima, quero deixar aqui nossas condolências.

Tenho a certeza de que Rondonópolis perdeu muito, porque perdeu, além de um lutador, um empreendedor para a nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes! Passo a palavra ao Líder Acir Gurgacz, que falará pela Liderança do PDT.

Antes da sua fala, porém, Líder, permita-me lembrar a todos os Senadores que, amanhã, dia 17, teremos a sessão do Congresso que vai apreciar os vetos e também a questão do Aerus, que sei que V. Ex^a também defende. É unanimidade. Votados os vetos, em seguida será apreciado o PL 2/2015, sobre o qual há acordo do Executivo e do Legislativo. Não há qualquer questionamento contra. Então, nós estamos muito esperançosos.

Quanto aos vetos, cada um vote com a sua consciência, como achar melhor. Mas, no Aerus, não há dúvida, a votação é simbólica. Mas temos de votar os vetos para, em seguida, votar o PL 2, de 2015, que lembra nossos idosos do Aerus – Varig, Vasp, Transbrasil –, que estão nessa expectativa há anos. Amanhã poderá haver a decisão final, já que houve acordo.

Muito obrigado, meu Líder.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham por meio da TV Senado e da Rádio Senado, tivemos um fim de semana com muita tristeza em função dos atentados ocorridos na última sexta-feira, dia 13, na França, na cidade de Paris. Nós entendemos que só podem ser classificados esses atos como atentados contra a humanidade, e não só contra os franceses. Não é um problema só com a França, mas é um atentado contra toda a humanidade.

Repudiamos e lamentamos veementemente as ações extremistas do Estado Islâmico contra alvos civis na capital da França, assim como também repudiamos a escalada terrorista e a guerra em território da Síria, o que tem provocado uma crescente onda de imigração não só para a Europa, mas para todo o mundo.

Solidarizo-me com os franceses e com os cidadãos do mundo inteiro, que viveram momentos de terror na última sexta-feira. Solidarizo-me com as famílias das vítimas desse terror, como também com o povo sírio e com os refugiados sírios na Europa e em todo o mundo, vítimas de uma guerra muito forte que acontece em seu país. Essas pessoas são vítimas da ganância, são vítimas da intolerância de governantes que optam pela ditadura no lugar da democracia, pela guerra no lugar da diplomacia, pelo terror em vez da política, do diálogo.

É lamentável que as nações, ainda hoje, tenham de resolver suas diferenças através de guerras. Mais lamentável ainda é que grupos insurgentes usem o terror para ameaçar governos, nações e pessoas inocentes em todo o mundo.

“Isto não é humano”, como o Papa Francisco muito bem classificou os atos terroristas. É um crime contra a humanidade, e, desta forma, temos de tratar os responsáveis, que são criminosos.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento de dor e de comoção mundial, ao mesmo passo em que temos de aperfeiçoar as formas de combater o terrorismo, temos de também multiplicar nosso esforço pela paz, pela convivência harmoniosa das pessoas e das nações.

Outro tema que trago, Sr. Presidente, para o debate é o aumento no rigor da punição para os crimes de poluição nos mananciais. Esse tipo de crime, como o que ocorreu recentemente em Mariana, Minas Gerais, com o rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora, é punido com base na Lei nº 9.605, de 12/02/1998, a chamada Lei de Crimes Ambientais, com penas que podemos considerar muito brandas.

Os mananciais são as nascentes e os rios que formam os reservatórios de água para o abastecimento humano. Portanto, é algo que deve ser tratado com mais cuidado, tanto de forma preventiva, preservando-se as nascentes, como na punição aos poluidores.

Para aumentar a proteção dos mananciais, para que eles possam cumprir as funções sociais do abastecimento humano com qualidade e com segurança, é que, através do PLS 204, de 2015, nós propomos a majoração da pena do crime de poluição de águas de dois para cinco anos de reclusão e também uma multa. Além disso, quando a poluição hídrica causada tornar necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade, a pena será de até seis anos de reclusão dos responsáveis mais multas.

Entendo que, aumentando a pena e o valor da multa, estaremos estimulando o princípio da precaução, para que pessoas e empresas façam o tratamento adequado dos seus rejeitos antes de lançá-los nos corpos d'água, principalmente nos mananciais.

Creio que, com leis mais rigorosas, poderemos impedir que se repitam crimes ambientais e tragédias sociais como essa que ocorreu em Minas Gerais.

Portanto, ao mesmo tempo em que presto minha solidariedade ao povo mineiro, peço o apoio dos demais colegas Senadores para aprovarmos essa lei, que trata com mais rigor quem polui os nossos mananciais.

Outro tema, Sr. Presidente. Nós acompanhamos, ontem, em Costa Marques, a Caravana da Integração Brasil-Bolívia, unindo o Estado de Rondônia e o Departamento do Beni, na Bolívia, em ações de infraestrutura e integração regional e o comércio entre os dois países, através do Estado de Rondônia e o Departamento do Beni, na Bolívia.

Além de políticos, participaram empresários que, assim como nós, vislumbram as inúmeras potencialidades com a abertura desse corredor comercial entre o Brasil e a Bolívia, que beneficiará especialmente o nosso Estado de Rondônia, através da BR-429.

A exemplo da diligência que realizamos na BR-319, através da Comissão de Infraestrutura do Senado, a Assembleia Legislativa de Rondônia, com apoio da Bancada Federal, realizou, nesta semana, essa diligência também nas BR-429 e na BR-425, rodovias que cortam o Estado de Rondônia no sentido Leste-Oeste, a partir da BR-364.

Na BR-429, que liga Ji-Paraná a Presidente Médici e a Costa Marques, com essa conexão para a Bolívia, as obras de pavimentação do trecho de 2,5km da BR no perímetro urbano de São Miguel do Guaporé estão prontas, mas falta ainda a construção das pontes de concreto.

Mas é importante ressaltar, de fato, a importância dessa diligência, que está sendo encabeçada pelo Deputado Lebrão e que conta com a presença de mais 17 Deputados Estaduais, com a nossa presença, junto com o Senador Raupp ontem, em Costa Marques; e acompanham essa comitiva o Deputado Marcos Rogério e a Deputada Marinha, para que possamos aproximar os dois países através dos nossos Estados, o Estado de Rondônia e o Departamento do Beni.

Lembro que a primeira reunião bilateral para fazer essa aproximação aconteceu em Trinidad, quando tínhamos como Governador o saudoso Jerônimo Garcia de Santana. Tive o prazer de participar dessa reunião, quando foi feito um acordo bilateral entre o Estado do Beni e o Estado de Rondônia. Isso aconteceu em 1989. Nós tivemos a honra de participar dessa reunião, quando foi feito esse acordo bilateral entre os dois Estados, que foi ratificado pelos governos federais tanto da Bolívia quanto do Brasil.

Desejo sucesso a toda essa comitiva que hoje está na Bolívia, tratando de fazer esse acordo bilateral, para que possamos aproximar o comércio desses dois países, através do nosso Estado de Rondônia e do Departamento do Beni.

Outro assunto que trago nesta tarde, Sr. Presidente, é uma notícia sobre o nosso aeroporto de Ji-Paraná. A partir de dezembro, teremos voos extras na nossa cidade. A medida veio exatamente numa hora importante, depois de muita batalha para melhorar a oferta e a qualidade dos voos no aeroporto. Sigo, no entanto, trabalhando para o retorno dos aviões maiores, como tínhamos. Para um voo em um jato que vai até Cuiabá e, de Cuiabá, a Ji-Paraná, temos que trocar de aeronave e ir num ATR, mas já tivemos o jato operando lá. Espero que retorne, pois os procedimentos para viabilizar esses voos já estão prontos, visto que os equipamentos necessários já foram instalados, os funcionários que atuam no aeroporto já concluíram os cursos exigidos pela Anac, e falta agora apenas a aprovação pela Anac de todas essas medidas e outros detalhes que já foram providenciados pelo DER do Estado de Rondônia.

Outro tema que trago, Sr. Presidente, é o asfaltamento da linha Itapirema. Foram feitos inicialmente apenas 500 metros dos 12Km dessa linha. É uma linha vicinal, uma estrada vicinal, que liga a cidade de Ji-Paraná a vários produtores rurais que moram na zona rural.

Isso foi feito através de uma rubrica que colocamos no Orçamento da União para pavimentação de estradas vicinais ou pavimentação de estradas rurais. É uma participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário com emendas de Parlamentares federais juntamente com o Governo do Estado, através do DER, e a prefeitura municipal.

É uma ação que propomos que seja feita em conjunto, para que possamos diminuir o custo da manutenção das estradas vicinais, que tem que ser feita todos os anos. Após cada chuva, tem que se patrolar, tem que se cascalhar novamente as estradas vicinais. Dessa forma, asfaltando, teremos um conforto muito maior, evidentemente, para quem mora à beira ou ao longo das estradas vicinais e uma segurança maior para toda a população que vive na zona rural, não só para o seu ir e vir, mas para transportar a sua produção para vender nas cidades ou em outros Estados.

Foi iniciado na semana passada.

Domingo, juntamente com o Prefeito, Jesualdo Pires, o Vice-Prefeito, Marcito, nós estivemos com os equipamentos da Prefeitura Municipal, com, vamos chamar assim, os ingredientes do asfalto, através de uma emenda, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Iniciamos, portanto, os primeiros 500 metros dessa que podemos chamar de rodovia municipal, ou de estrada vicinal, ou de estrada rural, que vem beneficiar várias famílias que moram ao longo dessa estrada.

É uma iniciativa nova, é um desafio novo que temos, é um projeto piloto que estamos executando, é o primeiro projeto dessa rubrica do orçamento. Queremos fazer com que haja uma ampliação de recursos nos próximos anos. Porém, para isso, tínhamos que fazer esse projeto piloto, e o projeto piloto está sendo executado exatamente na cidade de Ji-Paraná, na linha Itapirema, com 12 Km. Isso demonstra a importância da participação da União, a participação do Estado e a participação do Município. Com aproximadamente R\$3 milhões, vamos fazer 12 Km de asfalto. É um custo bastante baixo. Além de mais conforto para as pessoas que moram nessa linha, o projeto também vai gerar uma economia muito grande, em função de não ter mais que se fazer manutenção todo ano com cascalhamento e patrolamento dessa estrada.

Esperamos avançar não somente nessa estrada, concluí-la no próximo ano, no início das próximas secas, como também em outras estradas vicinais não só do nosso Município de Ji-Paraná, mas nos demais do Estado de Rondônia e também de outros Estados.

Daí a importância de os Parlamentares colocarem a emenda para fazer esse asfalto, através dessa nova rubrica que colocamos no orçamento, para que possamos aumentar a quantidade de asfalto rural em nosso País, diminuindo, assim, a discriminação com a população rural. Quem mora na zona rural também precisa ter todo o conforto que temos na cidade. Eles têm que ter seu asfalto, tem que ter sua internet, tem que ter energia elétrica, assim como temos em todas as cidades brasileiras.

É nesse sentido que nós estamos trabalhando para melhorar a qualidade de vida de quem mora zona rural. Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Acir Gurgacz, que falou como orador inscrito.

Agora é um Líder. Como Líder, o Senador Valdir Raupp; na sequência, a Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

O Senador Acir Gurgacz falou pela permuta com o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito. Agora, um Líder, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes do Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, subo à tribuna para prestar contas do nosso trabalho aqui, no Congresso Nacional, lá no Estado de Rondônia e, na última semana, mais precisamente na quinta-feira, dia 12, nós iniciamos uma visita técnica, fruto de um requerimento aprovado por mim na Comissão de Infraestrutura do Senado, também de requerimento aprovado pela Deputada Federal Marinha Raupp na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, convidando diretores do DNIT para essa visita em algumas obras em Rondônia.

Acompanharam-nos o diretor de infraestrutura rodoviária do DNIT, o Dr. Luiz Antônio, o ex-diretor-geral do DNIT, Dr. Tarcísio, que agora é técnico na Câmara dos Deputados, e o Dr. Adismar, também técnico da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados.

Eu e a Deputada Federal Marinha Raupp iniciamos essa visita técnica na quinta-feira de manhã, na cidade de Ji-Paraná, juntamente com vários Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, o Vice-Governador do Estado, Daniel Pereira, representando o Governador Confúcio Moura; iniciamos na cidade de Ji-Paraná, às 7 horas da manhã de quinta-feira, dia 12, e chegamos à cidade de Presidente Médici, onde nos reunimos com Prefeitos, Vereadores, no trevo do entroncamento da BR-364 com a BR-429, e iniciamos a primeira visita técnica nas obras da BR-429.

Trata-se de uma BR federal, cujas obras eu tive o privilégio de iniciar quando Governador do Estado de Rondônia. Construí a primeira ponte sobre o maior rio dessa rodovia, o Rio Machado; construí também 20 Km de estradas, e depois a empreitada ficou por conta da Deputada Federal Marinha Raupp, que conseguiu incluir essa BR no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), juntamente com a Presidente Dilma e o Presidente Lula – na época, era o Presidente Lula.

O fato é, Sr. Presidente, que essa obra, hoje, já está quase pronta.

Nós percorremos alguns trechos ainda impedidos, embargados pelo IPHAN, que ainda não foram concluídos, mas trechos muito pequenos. Passamos pela cidade de Alvorada d'Oeste, depois pelo distrito de Terra Boa, chegamos a São Miguel do Guaporé, onde estão sendo construídas as travessias urbanas, as avenidas marginais e também o eixo da BR dentro da cidade de São Miguel do Guaporé, onde fomos recebidos pelo prefeito, pelo presidente da Associação Comercial, pelo presidente da Câmara de Vereadores e demais autoridades.

Seguimos para a cidade de Seringueiras, onde fomos recebidos também pelo Prefeito Armando, pelos Vereadores, pela Associação Comercial e por toda a comunidade. Logo, seguimos viagem para São Francisco, onde também fomos recebidos pela Prefeita Lebrinha, Gislaine, pelo Deputado Lebrão, pelos Vereadores, pela Associação Comercial e por toda a comunidade. No mesmo dia, ainda na quinta-feira, seguimos para São Domingos, onde fizemos uma parada técnica, no distrito de São Domingos, chegando já, no início da noite, à cidade de Costa Marques, na costa do Rio Guaporé. Foi uma visita extraordinária. Paramos nesses pontos que já citei, discutimos os problemas, procurando encontrar soluções. Visitamos as 15 pontes de concreto que estão sendo construídas ao longo do eixo da BR-429.

De forma que a população daquela região está muito feliz, muito contente com essa obra extraordinária do Governo Federal, com o nosso apoio, com o apoio da Deputada Federal Marinha Raupp.

Nessa comitiva estavam também os Deputados Laerte Gomes, Edson Martins, Aírton Gurgacz, representando o Senador Acir Gurgacz, que não pôde se fazer presente em função das atividades aqui no Senado Federal, e também o Deputado Lebrão, que já citei, que é o Deputado Estadual, pai da Prefeita Lebrinha, da cidade de São Francisco.

Pernoitamos em Costa Marques, no dia 12, na quinta-feira. Seguimos viagem no dia seguinte para Guajará-Mirim, de avião. Lá, pegamos novamente as viaturas, os carros, o comboio, e percorremos a BR-425, uma outra rodovia federal que está sendo restaurada com asfalto de primeiríssima qualidade, uma obra extraordinária também.

Tivemos uma reunião em Guajará e, depois, em Nova Mamoré com os Prefeitos Dúlcio e Laerte, com as Associações Comerciais, Industriais e Câmara de Vereadores.

E aí seguimos, depois de Nova Mamoré, para Abunã, entroncamento da BR-425 com a BR-364. Tudo isso de carro; parte de ônibus, na comitiva, parte em viaturas. E fomos até Porto Velho visitar o reinício das obras dos viadutos de Porto Velho, obra essa que estava paralisada e agora recontratada, com projetos readequados. Espero que agora os viadutos de Porto Velho, assim como as travessias urbanas de Porto Velho, possam ter a sua finalização, para satisfação daquela população, que já está cansada, muito cansada. Assim como nós estamos cansados de cobrar, a população de Porto Velho está deveras cansada de não ter essa obra tão importante para a cidade, já há vários anos, iniciada e inacabada, ainda não concluída.

Então era esse relato, Sr. Presidente, que eu queria fazer a respeito da visita técnica do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do DNIT nacional. Estava também o Superintendente do DNIT Rondônia, Sérgio Mamanny, com toda a sua equipe nessa visita técnica a essas obras grandiosas no Estado de Rondônia.

E continuamos, Sr. Presidente. No sábado, ainda voltamos à BR-429, eu e a Deputada Marinha, depois de termos passado por Porto Velho, pela cidade de Ouro Preto. Jantamos com a comitiva de Deputados e Prefeitos em São Francisco e fomos dormir, ainda no sábado à noite, em Costa Marques, porque, no dia seguinte, uma caravana em que eu não pude ir foi até a barranca do rio Guaporé. Eu e o Senador Acir Gurgacz, devido aos compromissos, hoje, amanhã e depois aqui no Senado Federal, tivemos que voltar de Costa Marques, mas a comitiva seguiu. A Deputada Marinha Raupp, Deputado Marcos Rogério, vários prefeitos, 17 Deputados Estaduais, dos 24 Deputados, foram numa expedição pela rodovia que seria uma continuidade da estrada que liga o Brasil à Bolívia, passando pelo Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, indo no sentido de Trinidad, passando por San Joaquin, San Ramón, chegando a Trinidad. E hoje a comitiva está em Trinidad, ficará até depois de amanhã, onde vai estar o Presidente da República da Bolívia, Evo Morales, o Governador do Departamento do Beni, prefeitos e autoridades de toda aquela região, dando continuidade a essa integração da rodovia, da BR-429, com essa rodovia do lado boliviano – há em torno de 300km de chão ainda do lado boliviano –, porque o trabalho é para pavimentação futura e para melhorar essa estrada, que seria mais uma via de integração.

Rondônia já tem a via de integração Rondônia-Acre-Peru, até os portos do Pacífico. Temos a via de integração Via La Paz, ali por Guajará-Mirim e Guayaramerín. Agora seria outra via de integração, da BR-429 até Costa Marques, a cidade de Trinidad, depois podendo sair para Santa Cruz de La Sierra, La Paz e outras cidades bolivianas, e – por que não? – para os portos do Chile, o porto de Arica e Iquique no Chile, o porto de Ilo, Matarani e outros portos no Peru, na costa do Oceano Pacífico.

Sr. Presidente, eu queria aqui fazer esse registro de todas essas ações que nós estamos fazendo em Rondônia – eu, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Ivo Cassol, a Deputada Marinha Raupp e toda a Bancada federal –, a exemplo do que fizemos recentemente em uma expedição na BR-319, Porto Velho, sentido Manaus, também passando por Humaitá, Realeza, Apuí, Manicoré, Castanho, chegando até a cidade de Manaus. No passado, essa BR já foi totalmente trafegável, e hoje se encontra com dificuldade no período das chuvas. O Ibama prontamente retirou o embargo que tinha imposto para que o DNIT não pudesse continuar a restauração dessa BR. Essas expedições, essas missões técnicas, essas visitas técnicas têm dado muito resultado, têm dado um resultado positivo para as vias de transporte, para a logística do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção de V. Ex^a, das Sr^{as} e Srs. Senadores, e também da população que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp.

Agora, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia. Em seguida, o Senador Ataídes.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu vou também, como outros oradores que me antecederam, falar sobre Mariana, o trágico acidente ambiental, a tragédia ambiental em Minas Gerais, chegando ao Espírito Santo. Vou falar também sobre a tragédia de Paris, mas eu quero começar, Senador Paim, com as nossas mazelas, porque nós olhamos os mortos de Paris e esquecemos o que falamos hoje na audiência pública liderada por V. Ex^a: que mais de 40 mil pessoas morrem na guerra do trânsito brasileiro, por ano.

Então, nós temos que nos debruçar sobre essas mazelas e ver que talvez o radicalismo de outra parte, de atitudes impensadas e irresponsáveis, também cometa essa mortandade de trânsito.

E há outra mortandade silenciosa, Senador Paim, a mortandade daqueles, eu diria, milhares de aposentados do Aerús que morreram sem ver resgatado o direito a que tinham direito. Eu queria dizer que V. Ex^a, há pouco, quando assumiu aqui, já fez menção a que amanhã, na sessão conjunta do Congresso Nacional, nós temos que apreciar, sim, depois da apreciação de 13 vetos, o PLN nº 2, que trata exatamente de assegurar o recurso.

Hoje, Senador Paim, o Comandante Alberto – Comandante Alberto, é para o senhor que eu estou falando –, 83 anos, Senador Ataídes, Senador Hélio José, Senador Paulo Paim, ligou para o gabinete. Ele não conseguia falar, tal era, eu diria, entre a frustração, a tristeza, a decepção, a desumanidade com que esses aposentados vêm sendo tratados, pedindo – ele mora em Partir de Alferes, no interior do Rio de Janeiro – que consigamos amanhã votar o PLN nº 2, que beneficia não apenas ele, que está com 83 anos, mas todas as centenas, milhares de aposentados Aerús, liderados pela Graziella Baggio, que aqui vêm em grupos. É assim que notamos: as pessoas estão cansando, mas resistem bravamente nessa tragédia e nessa morte silenciosa. Muito obrigada, Comandante Alberto! Amanhã, faremos um empenho muito grande com os colegas Senadores, que sabem que essa é uma prioridade.

Eu vou falar, sim, sobre a questão de Minas Gerais. Há pouco, o Senador Jorge Viana e outros Senadores fizeram uma sugestão – e eu apoio essa sugestão, Senador Paim – de propor ao Presidente Renan Calheiros que aqui, na sessão temática do Senado Federal, haja um debate sobre o que aconteceu em Mariana. E, a partir dessa tragédia ambiental, dessa catástrofe ambiental, com as autoridades e com os gestores dos grandes empreendimentos que envolvem a questão ambiental – não só a mineração, mas também as grandes hidrelétricas –, que se faça esse debate aqui, à luz da racionalidade, à luz da tecnologia, à luz da segurança ambiental, à luz da prevenção, à luz do nosso Código Florestal, para que não tenhamos a repetição de tragédias como essa, que vão impactar, e em uma área gigantesca.

Dizem até que é o maior acidente ambiental do Planeta. Então, nós estamos solidários com a população de Mariana. E a iniciativa aqui, do Senado Federal, deverá ser propositiva, porque é um tema relevante – não só para aquela comunidade –, mas é também um sinal de alerta às precauções. E é o que nós temos de fazer, para evitar que novas tragédias ambientais, como essa, venham a acontecer.

Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores, há poucas semanas nós votamos aqui, neste plenário, sob um debate muito intenso, uma lei e um marco regulatório antiterrorismo. Aí fizeram um escarcéu, olhando para um lado, que era o lado indevido, e não focando na realidade. Ninguém quis aqui, em nenhum momento, criminalizar movimentos sociais. E às vezes a gente pensa que se usam as bandeiras para ocultar outros interesses. Tivemos um relatório, eu diria, primoroso, feito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que dissecou um marco regulatório antiterrorismo, aceito pelo Governo com a aquiescência e os entendimentos com o Gabinete Civil da Presidência da República, hoje comandado pelo ex-Ministro da Defesa – não se esqueçam disso –, Jaques Wagner, e com o Ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, acordado e defendido aqui, com muita competência, pelo Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral. E aqui o debate foi exatamente esse.

Ninguém conseguiu vislumbrar o foco verdadeiro dessa lei, necessária a um país que tem uma fronteira imensa, que tem uma famosa e perigosa tríplice fronteira, que já foi foco de investigações e de riscos de algumas células que podem estar, também, trazendo o interesse desse Estado Islâmico. Ninguém enxerga isso, mas enxerga talvez o seu interesse político de fazer um proselitismo, que nada tinha a ver com o foco real dessa lei. E a cada dia que passa, quanto maior for o ativismo dos insanos líderes religiosos do Estado Islâmico, maior é o risco para a humanidade. Quantas pessoas inocentes morreram e vão morrer ainda nas mãos desses facínoras?

Nós estamos no século XXI, mas parece que estamos na idade da pedra, porque são atitudes do tempo da idade da pedra. Não é possível essa barbárie, essa selvageria, esse fanatismo incompreensível a este século, em que temos um Papa que prega a paz, em que as lideranças religiosas do próprio islamismo pregam a paz, os rabinos israelitas pregam a paz. Não é possível! Os evangélicos, os credos de todo o mundo, os espíritas, os budistas, os umbandistas; todos pregam a paz, a harmonia, o entendimento, a solidariedade.

E aí, na contramão de tudo isso, um Estado totalitário, ditatorial, impositivo quer fazer com que o mundo se curve e se ajoelhe à sua pregação e ao seu credo. Isso não é admissível! E parece que só agora, depois da bomba jogada no avião russo e no que aconteceu neste final de semana em Paris, é que os líderes mundiais acordaram, porque agora as grandes potências foram atingidas também nos passageiros do avião russo – e as armas todas que estão sendo usadas em Paris são fabricadas na Rússia.

Nós não podemos descurar essa globalização da violência e não podemos nos calar nem nos omitir. Nós vamos realizar, no ano que vem, aqui no Rio de Janeiro, as Olimpíadas e Paraolimpíadas, um evento que vai trazer, tanto quanto se trouxe na Copa do Mundo, milhares e milhares de delegações. Aí, a lei não servia; a lei antiterrorismo não servia. Será que a tragédia de Paris não vai trazer racionalidade, trazer a sensatez de volta, o equilíbrio, a necessidade de entender o mundo que está caminhando por essa estrada violenta dos ataques insanos e insensatos? Será que agora aqueles que aqui, neste plenário, tanto condenaram a lei antiterrorismo não vão fazer uma reflexão?

A lei tem sentido e oportunidade. Temos que nos precaver. E ela nos foi apresentada por um Relator absolutamente insuspeito, um homem punido pelo regime militar, que fez um estudo muito profundo do tema terrorismo, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

E eu espero que o que aconteceu em Paris traga para todos nós a compreensão da lei produzida pelo Senado Federal e que agora está indo para a Câmara. Espero que haja a compreensão da dimensão exata da lei, e não uma interpretação equivocada ou, sei lá, apenas para atender aos seus interesses.

Nós teremos também agora, no dia 30 de novembro, exatamente em Paris, a 21ª Conferência do Clima, a cúpula mundial para tratar das mudanças climáticas. Começa no dia 30 e vai até o dia 11 – um número cabalístico – de dezembro, reunindo os grandes líderes, inclusive com a presença da Presidente Dilma Rousseff. É um momento extraordinário, e isso vai acontecer, eu diria, ainda sob as cinzas da tragédia, ainda sob a fumaça dessa tragédia que está preocupando o mundo inteiro.

Então, eu quero apenas trazer essa reflexão à luz da Olimpíada do Rio de Janeiro do ano que vem, à luz do que aconteceu em Paris e das ameaças constantes do insano exército do Estado Islâmico, que está ameaçando o mundo com novos ataques.

Quero lembrar também que amanhã nós teremos, na sessão conjunta do Congresso Nacional, a apreciação de pelo menos 13 vetos. Um deles, particularmente, tem me chamado a atenção, e votarei pela derrubada do veto, caros colegas Senadores, Trata-se de um direito inalienável do cidadão, do eleitor, que é o direito de saber, de ter a confiança e a segurança de que seu voto não foi manipulado, de que aquele voto tem a segurança necessária. Ora, a tecnologia não assegura a inviolabilidade da urna eletrônica. Nenhum especialista assegura a inviolabilidade da urna eletrônica. Ninguém! Se a ciência da tecnologia da informação não assegura a inviolabilidade da urna, é direito inalienável do eleitor, do cidadão brasileiro que, no mesmo ato em que ele aperta um botão para dar o seu voto, aquele ato de apertar o botão seja impresso e fique ali guardado nessa urna eletrônica da seção em que ele votou. Essa será, sim, a grande garantia da segurança de que aquele voto foi para aquele determinado candidato, e não para outro.

Muitas dúvidas foram suscitadas em 2014. Aliás, Leonel Brizola, lá no passado, na famosa Proconsult, já tinha aquelas desconfianças e acabou resultando que as desconfianças dele estavam corretas.

Eu lamento profundamente que o Tribunal Superior Eleitoral, na figura do seu Presidente, Ministro Dias Toffoli, não reconheça a importância do voto impresso e diga que vai gastar muito com isso, R\$2 milhões. Mas o que é isso para a democracia, se assegurasse a lisura e a segurança do voto? Gastam tanto com outras coisas supérfluas!

Então, com isso eu não concordo. Acho que precisamos derrubar esse veto, e esse é o tema mais sensível nas minhas redes sociais. Nem doença, nem câncer, nem outro assunto chama mais a atenção da população na rede social do que a questão do voto impresso, exatamente pela dúvida que persiste, na cabeça do eleitorado brasileiro, de que há, sim, risco de violação da urna eletrônica. E é exatamente por isso que, ao imprimir o voto, nós teremos a segurança e a certeza de que o voto é para quem é e como está sendo dado.

Ninguém vai sair com o voto impresso para mostrar para A, B ou C. Não! O voto vai ficar ali guardado. Em caso de dúvida, aleatoriamente, você vai lá e pede uma verificação naquela determinada urna. Chegando lá, se não tiver confirmação, nós vamos ter a certeza, ou, se for confirmado o resultado, também a certeza de que foi absolutamente legítima aquela votação, naquela urna.

Então, eu não concordo com a alegação do Ministro Dias Toffoli de que a tecnologia assegura. E digo mais: essa é uma invenção brasileira, nós temos que preservar essa invenção, elogiando os nossos técnicos; mas na UnB, na Paraíba, os cientistas da área da tecnologia da informação asseguram que a urna não é inviolável. Por isso que, amanhã, na votação do veto, gostaria muito que o derrubássemos.

Para encerrar, Senador Paulo Paim, eu li uma declaração atribuída ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, com uma crítica bastante dura sobre a atuação do Congresso Nacional em CPIs. Segundo a declaração do Ministro, parecia que nós, no Congresso – e eu não participo de nenhuma CPI, em primeiro lugar, não participo –, estávamos nos arvorando em coisas que não são da nossa alçada. Aparentemente, parece que as CPIs, na visão do Ministro, não são uma atividade de competência parlamentar.

Apenas para lembrar, o art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Seção 7, que fala das comissões de funcionamento do Congresso, diz, textualmente, o seguinte – estou aqui com a Constituição na mão:

Art. 58. [...]

§3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Está na Constituição, não estamos inventando a roda. Portanto, faz parte das nossas atribuições constitucionais.

Venho aqui ao Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 148:

Art. 148. No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou

documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.

E o art. 148 remete à Lei Complementar nº 105, de 2001. Essa lei complementar se refere à quebra de sigilo.

Portanto, eu queria dizer ao Sr. Ministro, com todo o respeito que tenho: no regime democrático, toda autoridade pode fazer comentários como bem entender; mas, como se trata do Ministro Presidente da Suprema Corte...

Eu não participei de nenhuma CPI. Apenas requeri a CPI dos Fundos de Pensão, porque todos os que integram fundo de pensão vêm nos pedir. Os trabalhadores das grandes empresas estatais brasileiras estão muito apreensivos, pois têm que pagar mais e trabalhar mais tempo até se aposentarem, para que não seja comprometida a sua pensão complementar. Basta olhar a situação do Petrus, da Petrobras, como também o que aconteceu com os servidores da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

Então, quero dizer ao Sr. Ministro Lewandowski que nós estamos cumprindo, com essa atividade da CPI, uma competência que está expressa na Constituição Federal e no Regimento Interno. Se não estão obtendo resultado e se há muitas CPIs, essa é outra conversa. Aí é uma questão de avaliação política, e penso, por exemplo, que o instituto da CPI é muito relevante, mas, por isso, todos os Parlamentares precisamos dar a ela a relevância e a seriedade, o equilíbrio e a responsabilidade que requer. Ora, o final da CPI da Petrobras foi lamentável. Foi uma coisa – eu vou lhe dizer – no mínimo frustrante, porque, depois da investigação de tudo o que se soube dessa companhia, consubstanciada na Operação Lava Jato, que está em andamento no Ministério Público, na Polícia Federal e também no Poder Judiciário – no caso, o Supremo Tribunal Federal –, não é possível que a CPI tenha praticamente passado em brancas nuvens, sem nenhuma conclusão para encaminhar ao Ministério Público.

Assim, nessas coisas, eu tenho procurado o equilíbrio, mas acho que o Ministro fez um julgamento ou emitiu um juízo como se nós não tivéssemos essa competência.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de terminar, Senador Paulo Paim, eu queria passar a palavra ao Senador Ataídes, que me pediu um aparte, só para encerrar.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora Ana Amélia, como sempre, os discursos de V. Exª são de conteúdo extraordinário para este Senado Federal e para o povo brasileiro. V. Exª, nesse discurso, aborda três, quatro temas de extrema relevância. Trata do caso dos aposentados da Aerus, que ficaram aqui no Senado por meses e meses, aqueles velhinhos e velhinhas; e, se a gente conseguir derrubar esse veto, não sei se alguns deles ainda vão poder usufruir desse dinheiro para comprar o seu medicamento. V. Exª falou sobre os atentados terroristas fora do Brasil, em especial esse que ocorreu agora na França, em pleno século XXI. V. Exª sempre me causa muita admiração quando vai à tribuna. Eu quero me ater, Senadora Ana Amélia, a essas declarações que o Presidente da nossa Suprema Corte Federal fez recentemente, chamando os membros de uma CPI, de uma comissão parlamentar de inquérito, de amadores. Eu sou Presidente da CPI do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), em que há um desvio de dinheiro público, acredito, acima de R\$30 bilhões. Agora, vem ao bojo dessa CPI a venda de medidas provisórias – Medidas Provisórias nºs 471, 512 e 627 –, negociadas no governo do Lula e no da Presidente Dilma. Nós sabemos das nossas limitações, Senadora – nós sabemos das nossas limitações. Sabemos que nós não temos o poder investigatório do Ministério Público Federal, tão competente e com todos os seus instrumentos. Sabemos que não temos um sistema investigatório e de polícia como o da nossa competente Polícia Federal. Sabemos disso! Mas, como bem V. Exª colocou, é atribuição desta Casa, é atribuição de um Parlamentar fiscalizar a coisa pública. E é exatamente isso que nós estamos a fazer, mesmo com as nossas limitações. O art. 5º da Constituição Federal, LXIII, determina que nenhum inquirido, nenhum convocado pode fazer prova contra si próprio. Nós sabemos disso! Mas o Supremo Tribunal dá todas as liminares a quem pedir, quando é preciso vir à nossa comissão parlamentar de inquérito. Evidentemente, isso dificulta muito. Eu queria ler aqui, muito rapidamente, Senadora – permita-me –, algo que escrevi. Essas declarações do Presidente do Supremo Tribunal Federal a respeito das atribuições constitucionais do Congresso Nacional foram realmente lamentáveis. Ao se dedicar a investigações envolvendo desvio de verbas públicas, o Parlamento não faz mais do que cumprir a Constituição da República, a mesma Constituição que o Presidente do Supremo Tribunal prometeu cumprir e fazer cumprir. O princípio constitucional da separação dos Poderes tem sido constantemente diminuído por juízes que se transformaram em ativistas de causas que não encontram ressonância na sociedade. Não bastasse essa tendência clara de usurpação pelo Supremo Tribunal Federal das atribuições e prerrogativas do Congresso Nacional, temos visto, infelizmente, declarações públicas de membros daquela Corte criticando o Parlamento e os Parlamentares. O papel do Supremo e de seu

Presidente é garantir o equilíbrio entre os Poderes, não de corroer, com declarações inapropriadas, o fino tecido que os une. Como Presidente de uma CPI, eu enxergo, sim, eu disse, essas nossas dificuldades, mas não admito que sejamos gratuitamente atacados por exercermos uma das prerrogativas que V. Ex^a colocou aí, lendo a Constituição Federal e o Regimento Interno desta Casa. Não podemos admitir, essa não é realmente a postura que se espera de um Presidente de uma Corte Superior. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Ataídes Oliveira, pelo seu aparte que amplia a ilustração sobre essa questão.

Também não quero dizer que estejamos muito felizes com as conclusões e com os trabalhos de todas as CPIs. Ao contrário. A CPI dos Fundos de Pensão, Senador Paim, da qual fui uma das requerentes, ainda não fez nenhuma reunião, e é uma situação preocupante. Falamos aqui da questão do Aerus, em que as pessoas estão até hoje, passados anos e anos, para receber os seus direitos líquidos e certos, estão até agora mendigando, o que é uma perversidade.

Na verdade, Senador Ataídes, amanhã, antes de votar o PLN 2, cuja emenda já foi aprovada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), cuja Presidente é a Senadora Rose de Freitas, têm que ser votados, prioritariamente, os vetos presidenciais – e esse é o nosso temor. Então, vamos ver se conseguimos fazer isso rapidamente, para que não se perca mais uma sessão do Congresso, porque nós estamos, agora, a pouco mais de um mês de terminar a nossa atividade legislativa e de começar o recesso e não podemos encerrá-la sem votar esse PLN 2, sob pena de estarmos cometendo e ampliando a injustiça em relação aos aposentados do Aerus.

A CPI dos Fundos de Pensão, como eu disse, não fez nenhuma reunião, e a situação do Postalís, dos Correios, é a mais dramática que está reproduzindo o que aconteceu, em parte, com o Fundo Aerus.

Muito obrigado, Senador Paim.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia, que fez pronunciamento fazendo uma análise da situação da violência no mundo e da questão ambiental e, a exemplo de nós todos, pedindo para que, amanhã, a questão do Aerus seja votada.

Senador Ataídes Oliveira, permita-me fazer um registro que não tenho como deixar de fazer. Alguém me olhou e viu que eu estava com um lencinho aqui, mas é uma notícia boa e não ruim. É que me deram a notícia, agora, de que nasceu a minha netinha, a Eychila, filha da Janaína e do Claiton. Disseram-me que a menina estava com um problema de pressão, na UTI, mas, em seguida, me disseram: “Está bem. É só prevenção”. Então, divido com vocês a alegria de ter mais uma netinha, a Eychila, que nasceu, filha da Janaína e do Claiton – Janaína é minha filha, Claiton, meu genro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Seja um vovô feliz, Senador Paim. O senhor merece!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Parabéns, avô!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paim, eu tenho vindo a esta tribuna para falar sobre o cenário econômico e atual do nosso País. Eu tenho trazido a esta tribuna e levado ao povo brasileiro como é que se encontra hoje a economia do nosso País e o que o governo Lula e o Governo Dilma fizeram com a nossa economia. Eu tenho dito que o que mais me preocupa, em todo esse cenário, é a dívida pública interna e externa do País, que já chegou a R\$4 trilhões. Devemos pagar, neste ano, R\$520 bilhões tão somente com os juros da dívida. Eu também tenho colocado a minha preocupação, que é fruto, que é reflexo de todo esse desastre que está lá na ponta: o desemprego. É exatamente sobre esse desemprego que hoje, Sr. Presidente, venho a esta tribuna trazer ao povo brasileiro informação – informação sobre a farsa do desemprego no Brasil.

Realizamos agora, há uma semana, uma audiência com um coordenador de pesquisas do IBGE e com a presença também da coordenadora de pesquisa do Ministério do Trabalho. E, nesta audiência, eu cheguei à conclusão, que aqui eu vou trazer ao povo brasileiro, que esses números do desemprego no Brasil são uma farsa, são um engodo.

Isto é peculiar ao Governo do PT: manipular números. E eles têm uma facilidade enorme em manipular números. E nós estamos aí a ver, a cada momento, essas manipulações. O Brasil vai ter um superávit de R\$66 bilhões – não; vai ter de R\$8 bilhões – não; agora, vamos ter uma retração de R\$2 bilhões – não; agora, nós vamos ter uma retração de R\$30 bilhões; e, agora, nós vamos ter um déficit primário de R\$119 bilhões. Esse é só um exemplo da irresponsabilidade deste Governo em manipular números para enganar o povo brasileiro.

Pois bem, Sr. Presidente. Uma das principais bandeiras da Presidente Dilma nas eleições de 2014 foi o pleno emprego. E pleno emprego nunca existiu no Brasil – inclusive, o próprio representante do IBGE disse isso. Então, este Governo – eu repito e ratifico – é habilidoso em maquiar números e falsear a verdade.

Eu não sei se o povo brasileiro ainda se lembra. Em 2014, houve um fato que a imprensa noticiou: o IBGE não quis informar o desemprego no Brasil e também não quis informar a Pesquisa de Orçamentos Familiares. Isso foi em 2014 e foi muito divulgado pela imprensa. A Dr^a Márcia Quintslr, Diretora de Pesquisas do IBGE à época, foi exonerada, porque a Presidente Dilma não queria que fossem divulgadas a pesquisa do desemprego, a PNAD Contínua e a PME e, também, não queria dar publicidade à Pesquisa de Orçamentos Familiares. Ela foi exonerada, e, no lugar dela, ficou o Dr. Cimar, o qual esteve na audiência conosco.

Agora, Sr. Presidente, esse desemprego hoje noticiado pelo Governo, através do IBGE, de 8,7%, repito, é uma farsa! Ele é uma enganação ao povo brasileiro! E não falo isso com prazer, não, Sr. Presidente. Eu queria que o nosso desemprego hoje fosse 3%, 2%. Não falo com satisfação, mas eu sempre tenho dito que é preferível haver indicadores ruins a não se poder confiar neles. Distorção de dados é um risco para uma nação!

Sr. Presidente, há hoje 101 milhões de brasileiros, segundo o IBGE, que são pessoas economicamente ativas, prontas para o trabalho. Desses 101 milhões de brasileiros, o Governo diz que nós temos 8,7% de desempregados. Isso corresponde a 8,4 milhões trabalhadores.

E aí volto a falar sobre esta audiência que fizemos com o Dr. Cimar Pereira, Coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE – que substituiu a Dr^a Márcia que foi exonerada por esse fato de 2014 –, em que também estava presente a Dr^a Maria Emília Veras, Coordenadora de Estatísticas do Ministério do Trabalho. Nós discutimos, então, a metodologia utilizada pelo IBGE para calcular o desemprego no Brasil. Aí, sim! Veja só o que ocorreu nesta audiência, Sr. Presidente – e as notas taquigráficas estão à disposição do povo brasileiro, deste Senado, do Congresso como um todo, para confirmar o que eu vou dizer aqui.

A PME (Pesquisa Mensal de Emprego) é usada, há longa data, pelo governo Lula e pelo Governo Dilma e também é utilizada por outros governos. A Pesquisa Mensal de Emprego é feita tão somente em seis regiões metropolitanas, como eu tenho dito aqui: Salvador, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e, parece-me, Pernambuco ou Fortaleza. São seis regiões.

O representante do IBGE, chefe de coordenação de pesquisa, disse o seguinte sobre a PME – abro aspas: “A pesquisa tem a particularidade dela muito focada nas áreas em que ela é levantada”. Fecho aspas. E abro aspas novamente: “O IBGE não traça, em momento algum, a taxa da Pesquisa Mensal de Emprego como uma taxa nacional”. O coordenador disse que ela não é uma taxa nacional. Como então pode divulgar uma taxa de pleno emprego? Como é que pode falar que o desemprego no Brasil é 8,7%? Que história é essa?

E vamos mais. Perguntei ao representante do IBGE se a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) não é eficiente para mostrar o desemprego em nível nacional, mas apenas nessas seis regiões. Ele respondeu de forma enfática: “É ineficiente”. Ele disse que a PME é ineficiente. Portanto, a PME enganou o povo brasileiro o tempo todo, o governo Lula e o Governo Dilma. E mais: pior do que enganar o povo é enganar os investidores, é enganar a indústria, é enganar os empresários, é enganar o investidor estrangeiro que quer vir investir no País.

O IBGE, diante da ineficiência dessa pesquisa mensal de emprego, resolveu tirá-la do mercado. Olha só! Essa pesquisa de que o Governo se vangloriou por longos anos, por longa data, por longos meses, ele resolveu agora tirar. Isso a imprensa já divulgou. A partir de janeiro ou fevereiro essa pesquisa mensal de emprego não existirá mais, porque ela é ineficiente, conforme o próprio coordenador do IBGE colocou. No lugar dela, então, virá a PNAD Contínua, que é mais ampla. Ela faz pesquisa em 3.500 Municípios do País, mas é extremamente deficiente também, porque mantém várias premissas equivocadas da PME e distorce o resultado final.

Vamos lá. Vamos começar pelos desalentados. O que são desalentados na pesquisa do IBGE? É aquele trabalhador que ficou desempregado e que, durante 30 dias, procurou emprego e não conseguiu encontrar.

Ele sai da pesquisa como desempregado e vai para outro campo, como desalentado. Segundo o IBGE, hoje, nós temos 2,1 milhões de trabalhadores.

Vamos ver a história dos desalentados. O Dr. Cimar, coordenador do IBGE, disse:

Eu nunca gostei, como técnico, de analisar o mercado de trabalho pelo desemprego e sim pelo emprego. O que eu afirmo é que, para analisar o mercado de trabalho, não utiliza a taxa de ocupação com o indicador sintético.

Olhe que informação grave o coordenador, o representante do IBGE colocou. Veja como são graves as palavras do técnico. Tratam o trabalhador que está à procura de emprego dessa forma.

O IBGE, a respeito dos desalentados, sempre se defende, dizendo que apenas segue recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

No entanto, para a OIT, várias situações se enquadram no critério de procura de emprego, procurar emprego.

O que o IBGE disse? Se cidadão procurou emprego por 30 dias, ele se torna desalentado e não está mais procurando emprego. Qual pai de família que, por não conseguir emprego dentro de 30 dias, porque não é fácil conseguir emprego dentro de 30 dias, vai então ficar de braços cruzados, deixando que Deus proveja o alimento? Não, não.

Vamos ver o que a OIT diz sobre esse desalentado depois de 30 dias. O Governo diz que ele não está mais procurando emprego e, por isso, tem que afastá-lo da estatística do desempregado.

O que diz a OIT? A OIT disse que quem está procurando emprego não é só aquele que está batendo na porta das indústrias, não, das empresas, não. A OIT diz: quem está buscando emprego é aquele que busca a ajuda de amigos, parentes ou qualquer intermédio; 2) atualizar o currículo em redes sociais ou profissionais; 3) responder a qualquer anúncio de emprego; 4) procurar por suplemento para a produção de algo; 5) registrar-se em agência de desemprego; 6) solicitar alvarás ou buscar recursos financeiros para se montar um negócio; 7) contatar diretamente empregadores.

Não é isso que o Governo está fazendo. Eu tenho a mais absoluta certeza de que esses desalentados estão procurando emprego. Está aqui, são consideradas empregadas pelo IBGE. Esse é o absurdo.

A Coordenadora de Estatística do Ministério do Trabalho informou, veja só essa declaração da coordenadora de pesquisas do Ministério do Trabalho – aspas: “Nós sempre discutimos na nossa coordenação esta questão. E temos certeza...” Ou melhor: “discutimos esta questão. Temos certa estranheza de considerá-los como ocupados”.

Veja isso. A Coordenadora disse, quanto ao desalentado que é colocado como ocupado pelo IBGE: “Nós, na Coordenação, temos certa estranheza”. Estranheza!

Por isso reafirmo que o método do Governo infla o número de empregados quando considera que um bico é equivalente a um emprego com carteira assinada.

Vamos para o segundo ponto, saindo dos desalentados. Vamos agora então para o seguro-desemprego. São 9 milhões e 300 mil trabalhadores hoje no seguro-desemprego, segundo o próprio IBGE.

Perguntei ao representante do IBGE se quem recebe seguro-desemprego pode ser considerado ocupado. E ele respondeu... Desocupado, melhor dizendo.

Eu vou repetir, porque é muito sério. E as notas taquigráficas estão aí.

Perguntei ao representante do IBGE se quem recebe seguro-desemprego pode ser considerado desocupado e ele respondeu: “Pode ser”.

Então, se ele respondeu que pode ser é porque ele não concorda que quem está no seguro-desemprego está empregado. Está desempregado. Isso é o que ele disse aqui. “Pode ser.” Não há dúvida. É muito fácil a interpretação.

O que diz a OIT sobre quem recebe benefício?

Sempre se diz: olha, nós atendemos às determinações e orientações da OIT. Então vamos ver o que a OIT diz sobre o problema do seguro-desemprego, de quem está no seguro desemprego.

Diz a OIT:

Deve ser excluído do conceito de emprego, “pessoas que recebem transferências em dinheiro ou em natura não relacionadas a emprego”.

Então a OIT, de quem o IBGE diz que segue as orientações, não diz que quem está no seguro-desemprego está empregado; pelo contrário, diz que está desempregado.

Por isso esses 9,3 milhões de trabalhadores têm que estar na estatística do IBGE como desempregados, e não empregados. Quem recebe benefício como seguro-desemprego ou Bolsa Família nunca poderia constar como empregado.

Vamos para a terceira, Presidente. A “geração nem-nem”, sobre a qual eu tenho falado aqui e tenho uma preocupação imensa. É uma força robusta de trabalho, de 15 anos a 29 anos de idade.

Segundo o IBGE, nós temos hoje 10 milhões de jovens. Obviamente, estão em situação de desemprego, mas a estatística oficial não captura isso, já que impera o critério subjetivo na estatística oficial.

Pois bem, Sr. Presidente. Aqui eu tenho algumas informações muito rápidas. O fechamento de empregos, nesses últimos 12 meses, chegou a 1,306 milhão. Em setembro, foram extintas 95,6 mil vagas de trabalho. Temos hoje, segundo o IBGE, 8,804 milhões de desempregados. O desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos atingiu o pior índice, de 18,4%. São mais de 4 milhões de jovens sem emprego no País e isso, sem dúvida, é uma tragédia.

Portanto, Sr. Presidente, fazendo uns cálculos, o número do Governo é de 8,7% de desempregados no Brasil, correspondente a 8,804 milhões. Os desalentados – está provado que estão desempregados, de acordo com os coordenadores de pesquisa do IBGE e do Ministério do Trabalho –, que representam 2,1 milhões de trabalhadores, correspondem a 2,8% da PEA - População Economicamente Ativa.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se nós pegarmos o seguro-desemprego, que envolve 9,3 milhões de trabalhadores, isso representa um percentual de 9,22%.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem contar com a “geração nem-nem”, sem contar com os jovens que acabaram de sair das universidades e que estão aí procurando emprego, nós temos uma taxa de desemprego hoje, no Brasil, de 20,4%. Nós temos hoje 20,204 milhões de trabalhadores. Mas, se incluirmos essas outras categorias, nós vamos então para 29,35% de desemprego, 30 milhões de brasileiros desempregados. Isso é de uma gravidade enorme para o País, Presidente Paim.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Ex^a sabe disso muito bem, porque V. Ex^a é um defensor do mais fraco, do trabalhador, do aposentado.

E isso me preocupa muito! Eu percebo que essas pesquisas feitas pelo IBGE, nós vamos ter que revê-las. Vou também requerer uma audiência para rever esse índice da inflação no Brasil, porque eu não acredito nele. Ele também é mentiroso, ele é falso.

Sr. Presidente, eu estou muito preocupado com a elevação do desemprego no Brasil. Um pai de família que acordar pela manhã, olhar no espelho e ver que ele não tem para onde ir, não tem como sustentar o seu filho, a sua filha, a sua família...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ...ele é capaz de fazer muita coisa. Por isso aumentou a criminalidade no Brasil. E me preocupam muito – eu vou dizer aqui, agora –, se a coisa continuar nesse rumo, as manifestações de rua com saques a supermercados e lojas. Isso me preocupa muito se a coisa continuar dessa forma.

Eu vejo aqui, para encerrar, Presidente Paim. Hoje, no Brasil, só existe uma pessoa que pode consertar tudo isso que está acontecendo, esse descrédito da nossa credibilidade, essa crise política, essa crise econômica. Não é o Ministro Levy.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Ministro Levy fez todos os esforços. Não é o Ministro que estão dizendo que vão trazer para colocar, o Ministro, o Sr. Meirelles, Dr. Meirelles, meu amigo pessoal, anapolino como eu. Não é! Não é economista de canto nenhum deste planeta Terra.

Só existe uma pessoa que pode consertar tudo isto, pode consertar essa crise econômica, política, de credibilidade. Somente uma pessoa pode consertar isto: a Presidente Dilma, renunciando a este Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ataídes, eu tenho que presidir agora a CPI de Jovens Assassinos. Queria que V. Ex^a assumisse a Presidência para que o Senador Hélio José possa falar.

Se V. Ex^a me permitir, só queria ler esse documento que para mim é importante, é uma forma de justificar. Senador Hélio José, pode assumir a tribuna, é só um ofício rápido.

Recebi o seguinte ofício do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp).

Senador Paulo Paim, temos a honra de comunicar que V. Ex^a, porque V. Ex^a foi escolhido para receber o prêmio Personalidade da Tecnologia 2015 na categoria “Valorização Profissional”, decisão essa tomada por unanimidade. Vai ser no dia 11 de dezembro de 2015, às 18h30, em São Paulo.

É o seguinte o Ofício:

Paulo Paim
SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

GESTÃO 2014-2017



DOCUMENTO A QUE SE REFERE

OF.PRE 2014/2017 nº 477/15.

São Paulo, 09 de novembro de 2015.

Exmo. Sr.
 Senador Paulo Renato Paim

Prezado Senhor,

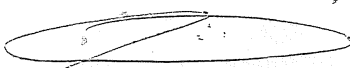
O SEESP - Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo tem a honra de comunicar a V. Excia. a escolha de seu nome para receber o prêmio **Personalidade da Tecnologia 2015** na categoria "Valorização Profissional", decisão essa tomada por unanimidade pela comissão julgadora do prêmio, composta por membros do Conselho Tecnológico do SEESP, que reúne profissionais, acadêmicos, especialistas da engenharia e da área tecnológica.

A homenagem, que existe desde 1987, acontece por ocasião da comemoração do **Dia do Engenheiro**, celebrada em 11 de dezembro. Os agraciados são profissionais que representam a excelência em seus setores e têm em comum a dedicação ao desenvolvimento do País e à melhoria das condições de vida da população brasileira. A Galeria dos Premiados dos últimos 28 anos pode ser vista no site do SEESP (www.seesp.org.br).

Diante disso, gostaríamos de contar com a presença de V. Excia. na **Cerimônia de Premiação**, que acontecerá no **auditório do 1º andar da sede do SEESP**, em São Paulo (Rua Genebra, 25 – Bela Vista), no **próximo dia 11 de dezembro de 2015, às 18h30**, quando será comemorado o Dia do Engenheiro e entregue os prêmios aos homenageados deste ano.

Informamos ainda que, para mais detalhes e encaminhamentos relativos ao evento, nosso Departamento de Ação Sindical entrará em contato com a sua assessoria.

Atenciosamente,


 Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
 Presidente

Presidente *Ricardo Partha* *Lo* *Ugt*
 Endereço: Rua CEP 010-000 - São Paulo - SP
 Telefone: (11) 3112-6000 - Fax: (11) 3112-6000
www.seesp.org.br - seesp@seesp.org.br

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como eu provavelmente não poderei estar lá, estou agradecendo muito ao Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, na figura do Engenheiro Murilo Celso de Campos Pinheiro, dizendo que o Presidente da UGT, o líder Ricardo Patah, irá me representar. Muito obrigado.

Oxalá eu pudesse estar lá com vocês para receber esse prêmio! Vou agora presidir a sessão dos jovens assassinados. Passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim e de desejar sucesso na direção da CPI dos Jovens Assassinados, gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Senador pelo Estado de Tocantins, Estado da minha esposa. Queria cumprimentar nossos ouvintes da TV e Rádio Senado e queria cumprimentar todas as Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, primeiro, queria falar que é com muita tristeza que a gente comenta as questões de Mariana, esse grave acidente ocorrido no Brasil, por falta de monitoramento, por falta de um acompanhamento adequado das barragens. Acho que o povo brasileiro tem que ficar muito alerta com o acontecido, para tirar de exemplo para não ocorrerem mais desastres como o que aconteceu agora, no Estado de Minas Gerais, lá em Mariana, que está arrasando o Rio Doce, o nosso ecossistema, matando milhares de peixes e prejudicando toda a população ribeirinha do Rio Doce, populações importantes, como as cidades do Vale do Aço, como Governador Valadares, e também o Estado do Espírito Santo, que é banhado pelo Rio Doce, em toda sua trajetória.

Queria também me congratular e dizer que estou realmente muito triste com o ocorrido na França. Acho que o terrorismo não leva a lugar nenhum. Eu acho que o incidente ocorrido lá, esses atos terroristas, que vitimaram uma série de pessoas, são muito ruins para todo o mundo, para a democracia, e não acredito que essa seja a forma de se resolver nenhum tipo de divergência ou diferença.

Então, eu condeno veementemente essas atitudes, como defensor da família, como defensor da fraternidade. Acho isso muito ruim. Não podemos jamais concordar com isso.

Mas venho aqui hoje, Senador Ataídes, para falar sobre o aniversário de 26 anos de uma cidade, aqui em Brasília, chamada Samambaia, no Distrito Federal. Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a trajetória de Brasília está intimamente associada ao percurso dos agrupamentos populacionais vizinhos ao núcleo central da capital, as cidades chamadas antigamente de satélites, uma denominação que, por não mais refletir a autonomia social, econômica e cultural que essas cidades conquistaram, foi proibida por decreto de 1994, do então Governador Cristovam Buarque, hoje nosso colega aqui no Senado Federal. Hoje, homenageamos os 26 anos de Samambaia, tenra planta cuja precoce formosura anuncia futuro próspero, com o sentimento de virada de expectativas sobre as chamadas áreas periféricas de Brasília.

O que antes era designado como a periferia da Capital, espaço a contrastar com os modelos urbanísticos perfeitos da arquitetura modernista da cidade, agora se anuncia como o mais importante polo de urbanização e de crescimento do Distrito Federal. Com o surgimento de Águas Claras, o grande eixo de desenvolvimento do DF deslocou-se, definitivamente, para as regiões das antigas circunscrições de Ceilândia e Taguatinga, tradicionais áreas mais densamente povoadas da região. Ceilândia é a maior cidade do Distrito Federal, com 650 mil habitantes; e Taguatinga é a nossa grande cidade industrial, com esquina, com toda uma visão comercial; e Samambaia é uma nova cidade, que fora construída ali, entre essas duas cidades, e que hoje, com seus 26 anos de idade, é uma realidade em pleno desenvolvimento, com a urbanização muito grande e muito desenvolvida.

Águas Claras ainda tem um terço de suas projeções disponíveis, mas Samambaia apresenta, nos dias de hoje, credenciais de sucessora. Com a construção e inauguração de novos empreendimentos imobiliários, perdeu o ar de cidade do interior, sugerido pelas casas do antigo assentamento.

Samambaia é a nova fronteira de expansão da indústria da construção civil candanga. Verdadeiros arranha-céus são erguidos, centros comerciais começam a despontar, o trânsito movimenta-se e a cidade transforma-se rapidamente. Em breve, os novos moradores suplantarão, em número, os antigos moradores.

A periferia está virando o jogo. Com o tombamento histórico das áreas centrais de Brasília, o novo deve surgir, necessariamente, nas cidades mais distantes do centro. Nelas, localiza-se a maior parte dos novos empreendimentos imobiliários, abrigo das maiores concentrações da população brasiliense.

Com o envelhecimento demográfico das primeiras áreas de ocupação do DF, a experiência da maior parte da juventude brasiliense não reflete a vivência do Plano Piloto. Vamos encontrar os brasilienses da gema, as primeiras gerações de nascidos no DF, sobretudo nas cidades vizinhas ao Plano Piloto – Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, as várias cidades do Distrito Federal. E Samambaia, o mais novo polo de atração, desafia, com as suas virtudes e defeitos, as inúmeras projeções feitas sobre o futuro da capital no sentido de inauguração de uma nova vivência urbana, um novo modelo de urbanismo, mesmo porque as regras

aqui não são as mesmas condensadas nos escritos e nos depoimentos de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer e colocadas em práticas no nosso Plano Piloto.

Há poucas décadas, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, viver nessas cidades era visto com algum preconceito. As populações das antigas satélites constituíam o grosso da população trabalhadora de renda mais inferior, bem como o conjunto das ocupações do setor de serviços e da indústria. A divisão espacial das hierarquias contrapunha o Plano, lugar dos mais favorecidos, às demais cidades do Distrito Federal, cidades-dormitório das categorias econômicas mais baixas, até mesmo com muitas dificuldades sociais e por alguns até ditas como miseráveis.

Na periferia da cidade, os modelos urbanísticos de bem viver, desenvolvidos à perfeição no Plano Piloto, onde se concentravam os funcionários públicos e empresários, eram claramente desconsiderados. Hoje, o centro, muito limitado fisicamente, invadiu a periferia. As cidades do DF vizinhas ao Plano transformaram-se, então, na nova opção de moradia das classes médias, comportando também uma elite empresarial que cresceu junto com os agrupamentos urbanos, e este é o novo desafio das cidades brasilienses, Sr. Presidente: deixam de ser satélites e procuram um novo eixo, uma nova identidade.

Os moradores de Samambaia, novos e antigos, sabem o que não querem, Sr. Presidente. Não se reconhecem nos retratos antigos da periferia desprovida de tudo aquilo que transformava o Plano Piloto em modelo bem sucedido do novo urbanismo: equipamentos públicos de qualidade, na educação e saúde, ambientes residenciais com qualidade de vida e soluções eficientes de mobilidade urbana. Uma nova consciência emerge nessas cidades, seguramente mais engajadas e politicamente atuantes.

As concentrações urbanas recentes, como Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, atraem justamente a população mais jovem do DF, precisamente a que mais carece de serviços e equipamentos públicos nas áreas de educação, cultura e diversão. Temos, por exemplo, aqui cidades como o Sol Nascente, na Ceilândia; Porto Rico, em Santa Maria; Morro da Cruz, em São Sebastião; Pôr do Sol, em Ceilândia, que eram os nomes mais ditos nas eleições passadas, e que, agora, ficam, muitas vezes, esquecidas. Então, essas novas cidades precisam de infraestrutura urbana, precisam de apoio, precisam ter condições de realmente bem representar aquele povo que ali habita e que merece toda a atenção de nosso Governo.

Por estarem distantes do Plano Piloto, que ainda mantém a função de grande empregador do DF, cidades como Samambaia são as grandes vítimas da ausência de investimentos em mobilidade urbana. Por isso, estiveram muito mobilizadas nos protestos populares de junho de 2013.

Sr. Presidente, há poucos instantes, V. Ex^a falou aqui sobre o desemprego. A grande massa desempregada de Brasília se concentra exatamente nessas novas cidades, na periferia, uma população jovem que precisa de oportunidade. Por isso, nesta Casa, eu apoio o setor produtivo, e, como um indutor, como um gerador de emprego, a micro e pequena empresa, que é o maior empregador deste País. Por isso, exatamente na Comissão Mista de Orçamento de 2016, eu sou o sub-relator na área do orçamento da indústria, do comércio e da micro e pequena empresa.

E é exatamente nessa área que estou querendo concentrar todos os esforços, porque nós precisamos apoiar a classe produtora deste País como indutora de oportunidades de emprego para mudar o triste quadro que V. Ex^a há pouco tempo descreveu aqui de desalentados, de pessoas sem perspectiva, de pessoas que não têm oportunidade de emprego. Nós precisamos mudar esse quadro. E eu concordo com V. Ex^a quando fez uma análise crítica da situação vigente, e nós esperamos, porque esse Brasil precisa andar para a frente, para exatamente gerar oportunidades.

Samambaia é a expressão mais límpida dessa nova consciência do morador do DF, um morador aguerrido que está lutando por oportunidade. Os governantes devem governar para toda a população, com atenção maior aos lugares que enfrentam maior privação, Sr. Presidente. O senhor que é do Tocantins – sei como as Vilas Aurenny I, Aurenny II, Aurenny III, Aurenny IV de Palmas vivem com toda aquela dificuldade, com aquele desemprego, com aquela carência.

Lá, há a nossa querida Taquaralto, que deu origem à capital; Taquaruçu. E essas regiões da periferia da sua capital, que é Palmas, convivem. Aqui em Brasília, também temos essa realidade.

Samambaia hoje exige do Poder Público os investimentos necessários para que enfrente com sucesso os desafios que se apresentam nessa nova era de transformações. Por isso, precisamos investir em cultura. E estive em Samambaia nesse final de semana, estive lá inclusive com o grupo cultural, estamos apoiando o fim da construção de toda uma área cultural para Samambaia, estamos lá vendo uma cidade hoje pujante, que cresce, que precisa de oportunidades. Então, vamos batalhar por isso, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer hoje. E quero agradecer a V. Ex^a, agradecer às Sr^{as} e Srs. Senadores e dizer: é claro que em Brasília hoje temos um conjunto de cidades que não são diferentes das demais cidades do Brasil e que precisam do apoio e de toda atenção de nossos governantes. Agradeço a V. Ex^a pela atenção.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Hélio José.

E concedo a palavra ao Senador José Medeiros, como orador inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Hélio José, que está aqui na Casa, neste momento, Senador Ataídes, amanhã nós vamos ter uma sessão do Congresso, em que se reúnem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Nessa ocasião, nós vamos apreciar alguns vetos da Presidente da República, e eu optei por fazer esta fala neste momento, porque tenho visto algumas notícias que têm saído na imprensa, que eu até entendo, mas não se justifica o teor delas.

Amanhã vai ser votado um veto: o Veto nº 26. O que é esse Veto nº 26? Em determinado momento, Sr. Presidente, o Executivo mandou aqui para o Legislativo um projeto, o chamado PLC nº 28. Esse projeto passou na Câmara dos Deputados, passou aqui no Senado, por unanimidade. Todos os Senadores votaram a favor do projeto.

Que projeto era esse? Os servidores do Judiciário, há muitos anos, não têm tido a recomposição de perdas. O que é essa palavra difícil “recomposição” de perdas? A inflação vai comendo salário com o passar do tempo, e, em determinado momento, o Governo faz a recomposição de perdas. O que é isso? Não é um aumento de salário. Ela simplesmente faz um realinhamento e dá aquele montante que a inflação comeu, aquela parte do poder de compra que foi comida pela inflação.

Pois bem. Esse projeto foi aprovado aqui, aprovado na Câmara dos Deputados e, de repente, quando foi para a Presidência da República, foi vetado. Foi vetado, no momento, com a justificativa de que o País estava em crise e o Governo não teria como repassar aquelas perdas.

Até aí tudo bem, até se entende esse argumento. Agora, o que aconteceu daí por diante é que é preciso deixar claro para o povo brasileiro. A partir daí, o Governo passou a colocar outros ingredientes na queda de braço. O que aconteceu? Quando o Governo vetou, obviamente houve a reação dos servidores públicos, que passaram a fazer uma campanha para que o veto fosse derrubado.

Nisso, o Governo passou fazer o seguinte raciocínio: se o veto da Presidente for derrubado no Congresso, isso significa que o Governo não tem a maioria; e, por consequência, também podemos entender que, se o pedido de *impeachment* for votado, ele será aprovado.

A meu ver, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Muitos Parlamentares, por exemplo, que estão favoráveis a votar pela derrubada do veto, não votariam pelo *impeachment*. Mas é uma coisa simbólica, e o Governo não queria correr o risco, e a partir daí jogou pesado na imprensa. É por isso que estou falando a respeito das notícias que têm saído.

Veja bem, Sr. Presidente, a notícia que veio, mandada pelo Governo. Na minuta em que vetou, mandou a seguinte mensagem ao Congresso Nacional, a este Senado Federal: que o Governo estava vetando porque, nos próximos quatro anos, haveria um impacto financeiro da ordem de quase 26 bilhões. Por isso o Governo estava vetando. Esse foi um dado que o Governo mandou; está aqui na mensagem de veto.

Pois bem, na semana seguinte, quando ia haver uma sessão do Congresso, tal qual vai haver amanhã, saiu, no Jornal Nacional e nos principais meios de comunicação do País, que o impacto financeiro a ser dado nos cofres públicos pelo aumento dos servidores seria de 36 bilhões. Em praticamente uma semana, aquele impacto anunciado, que está nos documentos que o Governo mandou, aumentou em 10 bilhões. Na verdade – e é por isso que estou aqui para esclarecer –, em quatro anos, o impacto financeiro do aumento do Judiciário é de R\$10 bilhões, divididos em quatro anos: 1,5 bilhão no próximo ano; mais um no outro; e por aí vai. Nos próximos quatro anos, 10 bilhões.

O que o Governo fez? O Governo deu uma pedalada. O Governo pegou as despesas que ia ter com o Judiciário, somou com a recomposição de perdas e disse que ia haver 25 bilhões. Realmente, nos próximos quatro anos, somada a recomposição de perdas ao salário dos servidores será de 25 bilhões. Mas não se pode confundir impacto financeiro com despesa, porque, se assim o for, pode-se dizer que, nos próximos dez anos, esse montante vai ser um montante realmente muito alto; que, nos próximos 50 anos, vai ser um montante muito maior ainda. Mas não se pode chamar isso de impacto. Isso é despesa.

Alguma mente brilhante provavelmente esqueceu que o Governo havia mandado uma mensagem para o Senado e simplesmente enviou um *release* para a imprensa, dizendo que o impacto financeiro seria de 36 bilhões, aumentando, em uma semana, 10 bilhões. Ora, isso funciona muito bem como um *marketing* contrário

aos servidores do Judiciário. Funciona muito bem para causar impacto naqueles telespectadores que ouvem e falam: “Nossa! Realmente é um impacto horrível.”

Agora, é bom lembrarmos que este Governo está com muita dificuldade, hoje, não por questões econômicas. A maior dificuldade do Governo, hoje, é quanto à questão da credibilidade. E esse tipo de desinformação depõe contra o Governo.

Então, o que estou tentando fazer, nesta tarde, é justamente esclarecer, porque amanhã nós vamos votar a derrubada do veto. O Governo está jogando com todas as forças. Não vou me admirar se, hoje, no Jornal Nacional, deparmos com a notícia de que, nos próximos anos, haverá um impacto financeiro de 36 bilhões, porque esse é o enredo, esse é o roteiro que o Governo está querendo passar.

O Governo está mais preocupado não com a questão financeira, porque, se a questão fosse financeira, se esses 10 bilhões, nos próximos quatro anos, quebrassem o País, o Governo não teria gasto, por exemplo, em agosto, mais de 30 bilhões só para fazer o equilíbrio econômico da questão do dólar, com *swap* e essas coisas todas. Não teria gasto, no acumulado geral do ano, mais de 100 bilhões. Então, não são esses 10 bilhões, nos próximos quatro anos, que vão quebrar o País. É muito mais uma queda de braço, muito mais uma questão simbólica e muito mais uma preocupação em não sinalizar aos outros servidores, para não criar o argumento de que, se deu aumento para o Judiciário, tem que dar para os outros também. Na verdade, o medo do Governo é de dizer: “Por onde passa um boi, passa uma boiada.”

É muito importante que os brasileiros saibam que esses servidores não são um bando de vagabundos, não são um bando de desocupados, não são essa elite branca – como querem passar – que está quebrando o País. Senador Ataídes, Senador Capiberibe, sabem quem são esses servidores do Judiciário, essas pessoas que o Governo tem teimado em chamar de elite? São trabalhadores, filhos de trabalhadores que, a duras penas, estudaram, vararam noites estudando para concurso e conseguiram passar em um concurso público, mas que agora são chamados de elite e são demonizados como se fossem quebrar o País.

Não é uma realidade. Isso não é verdade. E digo isso por medida de justiça. Até entendo que o Governo tenha esta preocupação por n motivos, inclusive o de se manter, inclusive o de não passar a simbolização de que perderia num eventual *impeachment*, mas não posso concordar com a demonização, com a venda de notícias para o público. E notícia não verdadeira; mentiras com o arcabouço e com a vestimenta da verdade.

Então, não é verdade que o aumento dos servidores públicos do Judiciário traz 36 bilhões de impacto. Não é verdade. Os 36 bilhões serão nos próximos cinco anos de despesa. Mas, se formos somar as despesas do Estado brasileiro, Senador Ataídes – V. Ex^a, que é um *expert*, porque é um economista e contador –, despesa é diferente de impacto, e o impacto real, no ano que vem, seria de 1,5 bilhão, e não esse horror que estão querendo passar.

Na verdade, quem está em casa, que acaba de chegar do trabalho, assiste ao Jornal Nacional e ouve uma notícia disso tudo, fala: “o Governo está certo”. Não, não está. Na verdade, o que os servidores do Judiciário estão exigindo é constitucional. Recomposição de perdas é de lei, é legal. Não estão exigindo nada demais, mas sinto que tem sido quase que criminalizada a ação desses servidores.

A minha preocupação, Senador Ataídes, é, justamente, não com o fato de o Governo vetar, mas com o fato de o Governo tentar descredibilizar, destruir a imagem de qualquer um que discorde. Isso me preocupa.

Quando o Tribunal de Contas da União fez o julgamento das contas da Presidência da República e passou a sinalizar que o parecer que ali seria votado, que ali seria feito, não seria de acordo com o que esperava o Governo, essa instituição passou a ser atacada nesta tribuna e em todos os meios de comunicação. Então, preocupa-me essa linha de defesa. Não de atacar a tese, mas de atacar a instituição. Se não concordo com V. Ex^a, passo a destruí-lo como pessoa. Se não concordo com o que os componentes de um órgão estão fazendo, passo a atacar aquele órgão. Se não concordo com o TSE, passo a atacar a instituição TSE. Nós não podemos fazer isso, porque isso, sim, atenta contra a democracia.

E os servidores públicos, Senador Ataídes – sempre digo aqui –, apesar do Governo de plantão ou pelo Governo de plantão, fazem o País andar. Este País anda porque essas pessoas vêm aqui fazer o seu serviço, e a máquina brasileira anda. As instituições andam por causa desses servidores. Não podemos aceitar que esses servidores que fazem o Banco Central andar, que fazem a Polícia Federal andar... Ora, muitos governos tentaram se apropriar e dizer: “Nosso governo está combatendo a corrupção porque nós deixamos a Polícia Federal trabalhar”. Não, não é! A Polícia Federal anda com as próprias pernas. A Polícia Federal é uma instituição que tem, sim, um comando administrativo do Ministério da Justiça, mas tem autonomia própria porque seus servidores conhecem a lei, e a nossa lei é que diz como as coisas andam. Assim como os servidores do Banco Central, os servidores do Judiciário, os professores; este País anda por causa desses servidores. Não estou jogando confetes, é uma realidade.

Não podemos aceitar que governo algum – não é o Governo do PT –, que governo algum demonize esses servidores, porque, ao atacar os servidores, estão atacando o próprio Brasil. Ao mostrar à população, ao dizer à população que esses servidores são um bando de vagabundos, ou uma elite que quer se locupletar do suado dinheiro dos trabalhadores, faz-se um desserviço à Nação. Isso é enganar da pior forma o povo brasileiro.

O Governo poderia chegar e dizer: “não tenho como pagar”. E todo o mundo entenderia. Ou não, mas diria assim: “Olha, gastamos demais em 2014, extrapolamos todas as possibilidades, chegamos ao limite” – vou usar a palavra daquele Ministro – “ao limite da irresponsabilidade e não temos como pagar vocês”. Agora, eu não posso, quando devo para uma pessoa e não tenho dinheiro para pagá-la, começar a atacá-la, porque a vítima, nesse caso, Senador Ataídes, não é o Governo; vítimas são os servidores públicos.

Amanhã, vai ser feita a votação desse veto. Iremos para lá votar. E fico muito indignado quando vejo alguns defensores do Governo chegarem a dizer que o Parlamentar que votar a favor da derrubada do veto está querendo quebrar o Brasil; que o Parlamentar que votar a favor da derrubada do veto está votando em pauta bomba.

Não, Senador Ataíde, a bomba já explodiu e não foram os servidores públicos que a fizeram. Ela explodiu há bastante tempo.

Então, eu não aceito essa pecha, não aceito esse rótulo, e, repito, estão querendo enganar a população soltando *releases* mentirosos na imprensa.

Amanhã nós vamos votar, e eu voto com consciência limpa de que votar pela recomposição de perdas salariais não é votar contra o Brasil. Votar pela recomposição de perdas dos servidores do Judiciário é medida de justiça. Votar pela recomposição de perdas do salário do Judiciário é simplesmente cumprir a lei.

E é isso que farei amanhã. E ainda peço àqueles Parlamentares que porventura estiverem em dúvida que olhem com espírito crítico as notícias e o discurso do Governo, porque ele não é verdadeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador José Medeiros, por esse belo discurso e quero dizer também que votarei contra o Veto 26 amanhã. Esses servidores simplesmente estão reivindicando uma correção da sua perda salarial. E o Congresso Nacional, a Câmara Federal e o Senado Federal, conforme V. Ex^a bem colocou, votaram por unanimidade. E eu espero que, amanhã, esses Senadores que votaram a favor do aumento, da correção salarial desses servidores não mudem o seu voto e derrubem esse Veto 26. Eu acredito que 1% da corrupção no Brasil cobre essa corrosão do salário desses trabalhadores.

Então, parabeno V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador José Capiberibe, com toda a sabedoria que lhe é peculiar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também amanhã vou votar em apoio aos servidores, porque acho que bastava recuperar 1% ou 2% do que é sonegado no País para cobrir todas essas despesas. Portanto, o problema não está no salário do servidor: está na crise, na desmoralização do Estado brasileiro, que não consegue cumprir com a sua função.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, eu confesso que, nesta tarde de segunda-feira, eu teria uma agenda muito positiva para tratar aqui da tribuna, mas a minha preocupação com o desastre de Mariana é muito grande. Eu estou realmente preocupado e com a sensação de que nós não conseguimos atingir a dimensão da tragédia. Até porque a própria Presidente da República levou dez dias para visitar a área atingida! E isso me faz duvidar: será que a Presidente foi mal informada ou ela foi enganada? Não é possível! Uma tragédia repercutiu no mundo todo, e nós, no Brasil, só agora, no final dessa semana para cá, começamos a sentir o tamanho da tragédia. Alguém tentou esconder a dimensão desse grave problema que vivemos em nosso País.

Conversei agora há pouco com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, e amanhã, na reunião da comissão, acho que nós devemos apresentar um projeto para fazer uma audiência lá no distrito que foi atingido pela tragédia – duramente atingido pela tragédia.

E eu vou mencionar agora um artigo impressionante, numa aula sobre Direito e Meio Ambiente, de Maria Lúcia Fattorelli – eu vou fazer referência ao artigo daqui a pouco. Ela nos apresenta algumas fotos do antes e do depois. Esta foto mostra como era o distrito antes da tragédia; a outra foto, depois da tragédia. E aqui, pela foto, dá para deduzirmos que a situação é muito mais grave do que se possa imaginar.

A lama cobriu mais de dois terços da vila, da cidade, e, pela dimensão do antes, é possível ver que havia centenas de casas no distrito e que, no mínimo, entre 500 e 600 pessoas habitavam essa cidade, esse vilarejo. A pergunta é se, no momento da tragédia, essas pessoas se encontravam na cidade, porque, se se encontravam na cidade, não é possível aceitar as informações de que apenas 15 ou 16 pessoas estejam desaparecidas ou que tenham sido mortas.

Eu estou muito impressionado. Realmente, basta olhar as fotos para que possamos sentir o tamanho da tragédia. Por isso, amanhã vou apresentar uma proposta para que façamos uma audiência pública lá em Mariana ou o mais próximo possível da área atingida. Se não for possível fazer lá na área atingida – o ideal é que façamos lá –, que possamos fazer o mais próximo possível.

No artigo de Maria Lúcia Fattorelli, cujo título é “Terrorismo Ambiental e Dívida Ecológica”, ela começa dizendo o seguinte:

O respeitável dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define terrorismo como o “modo de impor a vontade pelo uso sistemático de terror”.

A vontade de obter lucros excessivos com a atividade de mineração no Brasil – de forma predatória, acelerada e descontrolada, arrancando da terra o máximo de minerais possível, no menor tempo e ao menor custo – tem significado a imposição sistemática de terror à população e ao meio ambiente.

E ela tem inteira razão. Nós temos ouvido pessoas atingidas por mineração, em várias audiências públicas. E o que elas refletem, nessas audiências públicas, mostra exatamente que esses direitos delas são absurdamente desrespeitados.

Prossegue o artigo de Maria Lúcia Fattorelli:

As vítimas do terrorismo têm sido:

- toda a população atingida em seu direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade; e
- a própria natureza, que, além de mutilada sem o menor respeito, ainda recebe toneladas de rejeitos contaminados. A dívida ecológica que tem sido gerada por esses processos é incalculável.

A Constituição Federal considera, em seu artigo 5º, inciso XLIII, que todas as pessoas possuem a garantia de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

A questão ambiental, por sua importância essencial à própria vida, está resguardada no Capítulo VI da nossa Constituição Federal.

Ela analisa detalhadamente essa relação entre o direito da sociedade e as violações praticadas pelas mineradoras.

Eu conheço bem o tema, sou de um Estado, uma província mineral que é o Amapá. Na semana passada, os peixes do Rio Araguari, que nasce na Serra do Tumucumaque e desce da costa oeste do Amapá até o Oceano Atlântico, amanheceram mortos nas suas margens. Centenas de toneladas de peixes apareceram flutuando, com prejuízo para as comunidades mais pobres, que sobrevivem da pesca, em função de que ali se construíram duas barragens e se caminha para a terceira. Essa insanidade já fez com que desaparecesse a foz do rio. Não existe mais a foz do Rio Araguari, até porque a pressão da água reduziu muito nos últimos anos, a foz sofreu assoreamento e virou uma praia, um continente, e a água do rio acabou procurando outras saídas.

Então, o Brasil possui uma das maiores concentrações de riquezas ambientais, de biodiversidade, mas nós, brasileiros, estamos destruindo essas riquezas, e o Estado brasileiro é o responsável por essa enorme destruição.

E a mineração, Sr. Presidente, é uma atividade fora de qualquer controle. Não há controle. Tanto não há controle que nós estamos diante de uma tragédia cujo impacto, até agora, não temos claro, não sabemos nem mesmo a quantidade de pessoas mortas. E esta é a minha preocupação: se a Presidente da República só visitou a área dez dias depois, é porque nós todos estamos sendo mal informados. Então, mais do que nunca, é preciso que esta Casa, o Senado – que tem, ao longo desses últimos tempos, buscado colocar-se ao lado da sociedade, ao lado das aspirações mais legítimas do povo brasileiro –, que nós nos desloquemos até Mariana, até mais próximo do local da tragédia, para ouvir as pessoas que foram atingidas por essa tragédia.

Sr. Presidente, há outra coisa que me deixa mais preocupado ainda. A Vale do Rio Doce é sócia em 50% da Samarco. E esta é a pergunta que eu faria aos telespectadores, àqueles que estão nos acompanhando neste momento: a quem pertence a Vale do Rio Doce? Sabe-se que ela foi privatizada há muitos anos, mas, quando se analisa o capital societário dessa empresa, nós vamos descobrir que os sócios majoritários são o BNDES e a Previ, ou seja, é o Estado brasileiro, é a União. A União é sócia majoritária da Vale.

Mas não para por aí. No *ranking* dos maiores sonegadores de impostos do País, quem lidera é a Vale. Deve R\$42 bilhões ao Fisco! Com esses dados, eu tive a curiosidade de saber qual seria o valor de mercado da empresa. Pasmem: a Vale do Rio Doce vale hoje não mais do que R\$55 bilhões – claro que em função da desvalorização do dólar.

Então, na verdade, a Vale não é uma empresa privada, é uma empresa pública. E talvez seja porque a Vale é sócia da Samarco que essas informações estão chegando truncadas à sociedade brasileira.

E aí nós precisamos esclarecer isso, nós precisamos passar essa questão a limpo. Daí a necessidade de aprovarmos essa matéria amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, porque se trata de direitos das pessoas que perderam os seus bens, das pessoas que estão sem água. Essa enxurrada de material contaminado está descendo ladeira abaixo numa velocidade impressionante e vai chegar ao Espírito Santo – se já não chegou ao Espírito Santo.

E o que fazem essas empresas que faturam bilhões de dólares com a mineração no País, que não previram que isso poderia acontecer?

E nós aqui no Senado, no Congresso, o que estamos propondo? Nós estamos propondo que se relaxe a legislação ambiental. Será que nós temos juízo? Como é que nós vamos propor relaxar a legislação se, com toda essa preocupação, com todo esse acompanhamento, estão pipocando tragédias no País todo? Imaginem se nós fizemos o que se está propondo? A mesma coisa está em discussão na Câmara Federal. Quem é o relator do novo Código da Mineração? É um minerador – um minerador! As empresas de mineração fizeram uma Bancada. E não é justo que nós Congressistas representemos aqui apenas as empresas. Nós temos que representar o conjunto da sociedade. Nós temos que aqui defender o interesse coletivo, por mais que, muitas das vezes, não consigamos corresponder às expectativas e a alguns interesses que, por acaso, alguns tiveram que assumir. Mas nós somos Congressistas, nós temos responsabilidade com o povo brasileiro, nós temos responsabilidade com a possibilidade de sucesso deste País.

E o que está havendo? Olhe as manifestações, Sr. Presidente. O povo já não se dispõe a ir para a rua, porque há uma crise de desconfiança. A crise não é apenas política, econômica, ética e ambiental – e essa crise é permanente. Esses impactos produzidos por essa tragédia são irreversíveis. O Rio Doce está morto, toda a fauna desapareceu. Como vamos recuperar isso?

Essa é minha grande preocupação de hoje, Sr. Presidente. Eu confesso que estou chocado. É claro que você não pode acreditar em tudo que circula nas redes sociais, mas há informações que nos colocam em dúvida. As fotos apresentadas pelos satélites e pelo Google não podem ter sido inventadas: aqui está a cidade inteira; depois da tragédia, há um terço da cidade. Então, poder-se-ia deduzir que não havia nenhuma vigilância para alertar a comunidade em caso de acidente. Essa comunidade devia estar na cidade, e é possível, sim, que uma parte dela tenha desaparecido, esteja nos escombros da lama provocada pelo rompimento da barragem da Samarco. E há barragem no Brasil todo, no Amapá, no meu Estado.

E, quando víamos aquelas imagens de Serra Pelada, imaginávamos que aquelas imagens eram de um determinado momento da sociedade brasileira, mas as imagens do rompimento da barragem da Samarco se assemelham às imagens de Serra Pelada. A mineração não tem freio no País. Nós precisamos alertar os Congressistas que nós não podemos mais agir com a irresponsabilidade com que vínhamos agindo até então.

Nós temos que ir a essa tragédia, Sr. Presidente. Se pudesse, todo o Senado deveria se deslocar para lá, para que nós tenhamos exatamente a dimensão do que de fato aconteceu, porque, de longe, é muito difícil deduzir, até pelas informações que nos chegam.

Para se ter uma ideia, antes do ataque abominável da insanidade praticada contra o povo francês em Paris, a repercussão sobre a tragédia de Mariana era enorme na França. Enorme! A Torre Eiffel foi iluminada de verde e amarelo em solidariedade aos nossos mortos, e é justo que prestemos solidariedade, até porque o terrorismo é inaceitável.

Agora, é fundamental que entendamos o que está acontecendo no nosso País. Não basta discutirmos e tomarmos uma posição de um lado ou de outro em relação à conjuntura e ao Governo. Nós temos que ir mais fundo no nosso debate. Eu acho que todos os governos que passaram por este País têm uma dose de responsabilidade pelo caso de Mariana, pela tragédia e pela crise que nós estamos vivendo hoje, no País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Lamento profundamente e estou angustiado com o que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Capiberibe.

Eu posso dizer que, lamentavelmente, nós imaginávamos que essas barragens estivessem sendo fiscalizadas e sob controle. Eu não imaginava que isso pudesse acontecer. Vidas que foram ceifadas para que o povo do nosso País, o povo brasileiro, e este Congresso Nacional acendessem as luzes.

Eu quero parabenizar V. Exª por essa audiência que V. Exª está propondo na CDH, para ser realizada *in loco*. Eu quero informar, Senador Capiberibe, que também eu já protocolei uma audiência pública com o Presidente da ANA e também o Presidente do DNPM. E eu também já protocolizei no TCU um requerimento para fazer uma auditoria junto a essas barragens.

E recebi hoje umas informações muito interessantes. Há quase 15 mil barragens no Brasil. Dessas 15 mil barragens, 663 barragens são de altíssimo risco. E mais: como V. Ex^a disse, a barragem de Mariana é pública! Dessas 663, 40% delas são públicas. Então, nós temos que agir, e agir muito rapidamente, para que catástrofes como essa não venham a acontecer novamente. Lamentavelmente, muitas vidas se foram.

E eu aproveito este momento, agradecendo a V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Claro, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar, nos *Anais do Senado*, artigo da Maria Lúcia Fattorelli cujo título é “Terrorismo ambiental e dívida ecológica”. Por favor, que seja registrado.

Por último, Sr. Presidente, eu acho que a situação é tão grave – e eu não sou muito favorável às CPIs aqui, no Congresso, até porque muitas delas terminam não dando nenhum resultado, mas uma CPI pode nos colocar os meios necessários para investigar essas barragens sob risco – que vou propor uma CPI, para que possamos investigar e saber exatamente o risco que nós estamos correndo com essa informação que V. Ex^a acabou de nos dar.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JOÃO CAPIBERIBE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Artigo “Terrorismo ambiental e dívida ecológica”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Terrorismo Ambiental e Dívida Ecológica

Maria Lucia Fattorelli

O respeitável dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define **terrorismo** como o “*modo de impor a vontade pelo uso sistemático de terror*”.

A vontade de obter lucros excessivos com a atividade de mineração no Brasil - de forma predatória, acelerada e descontrolada, arrancando da Terra o máximo de minerais possível, no menor tempo e ao menor custo - tem significado a imposição sistemática de terror à população e ao meio ambiente.

Os únicos beneficiários desse terrorismo têm sido os donos das grandes mineradoras nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil. Além de obterem lucros bilionários com a venda do minério, utilizarão água à vontade e de graça, ainda usufruem de diversos benefícios tributários, como incentivos fiscais à exportação, isenção na distribuição de lucros e isenção para a remessa de tais lucros ao exterior.

As vítimas do terrorismo têm sido:

- toda a **população atingida** em seu direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, e
- a própria **Natureza**, que além de mutilada sem o menor respeito ainda recebe toneladas de rejeitos contaminados. A Dívida Ecológica que tem sido gerada por esses processos é incalculável.

A Constituição Federal considera, em seu artigo 5º, inciso XLIII, que todas as pessoas possuem a garantia de **inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**, e a lei considerará **crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura**, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o **terrorismo** e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

A questão ambiental, por sua importância essencial à própria vida, está resguardada no Capítulo VI da nossa Constituição Federal:

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Trata-se, portanto, de um direito que perpassa todas as esferas: além de ser um direito individual e coletivo, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito transgeracional, pois abrange as gerações futuras. Os parágrafos e incisos do referido artigo 225 exigem atuação firme do Estado e lhe impõe deveres, assim como a reparação dos danos por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, independentemente de culpa, conforme o disposto em seu § 3º e na Lei 6.938, sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.

A violação do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade dos atingidos pela recente tragédia em Minas Gerais é brutal; pode ser considerado como uma verdadeira chacina ao meio ambiente e à população de diversas cidades, e foi provocada pela vontade exacerbada de lucros, levada à ganância alimentada por predatória e inconsequente exploração do minério de ferro.

Tal violação ocorre em inúmeras outras áreas de exploração mineral predatória no Brasil, o país de maior estoque natural do planeta. O presente artigo visa ilustrar a ocorrência de terrorismo ambiental em três exemplos de exploração de minério de ferro, nióbio e ouro, e levantar a necessidade de avançar os estudos sobre a "Dívida Ecológica", especialmente diante da iminência de votação de novo Código de Mineração" no Congresso Nacional. É preciso exigir reparação de danos à altura e corrigir os rumos.

MINÉRIO DE FERRO

Toneladas de detritos de mineração foram derramados em Minas Gerais, devido ao rompimento de duas barragens da empresa SAMARCO em Mariana.

Tal fato atingiu dezenas de vítimas humanas, incluindo jovens e crianças inocentes; o distrito de Bento Rodrigues^{vi} ficou soterrado; dezenas de outros municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo atingidos^{vii} ficarão sem acesso a água, comprometendo uma série de empreendimentos, atividades profissionais e vitais, com reflexos diretos na vida de milhões de pessoas; o Rio Doce morto^{viii}, completamente contaminado e exterminados todos os peixes^{ix}, além do aniquilamento de inúmeras espécies quando a poluição atingir também o Oceano Atlântico...

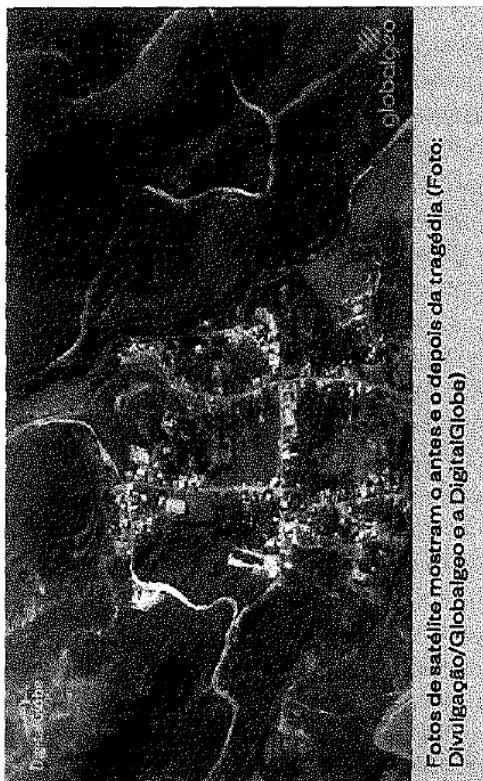
É evidente a violação *do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade* de pessoas atingidas, aterrorizadas ante o cenário de destruição e contaminação a que foram submetidas de assalto.

A foto ao lado ilustra como ficaram as residências de parte dos atingidos^{xi}.

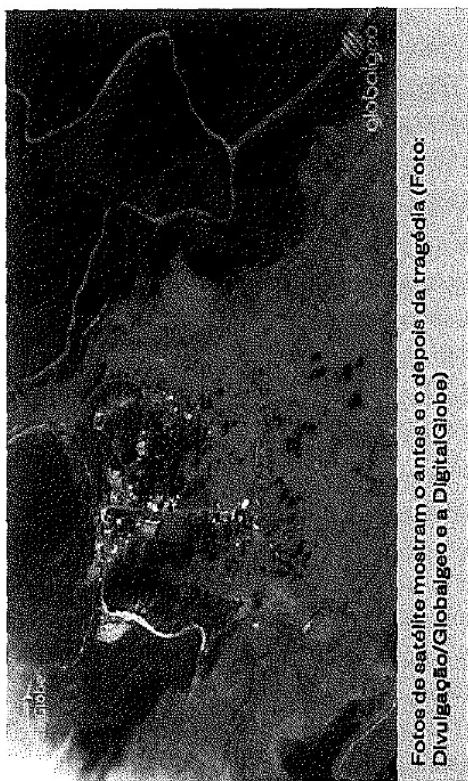
Quanto valem as vidas de pessoas, peixes e animais mortos? Quanto vale o Rio Doce? Qual o valor do dano em decorrência da falta de água e comprometimento de tantas atividades? É necessário calcular e cobrar a Dívida Ecológica dessa gente que só entende o valor das coisas quando lhes é atribuído um preço em dinheiro!



Fotos de satélite, tiradas antes e depois do ocorrido^{vii}, mostram outra perspectiva visual do imenso dano ambiental e patrimonial provocado pela SAMARCO, de propriedade da Vale e da anglo-australiana BHP Billiton. Só em 2014 o faturamento bruto divulgado pela empresa foi de R\$ 7,6 bilhões!



Fotos de satélite mostram o antes e o depois da tragédia (Foto: Divulgação/Globalgeo e a DigitalGlobe)



Fotos de satélite mostram o antes e o depois da tragédia (Foto: Divulgação/Globalgeo e a DigitalGlobe)

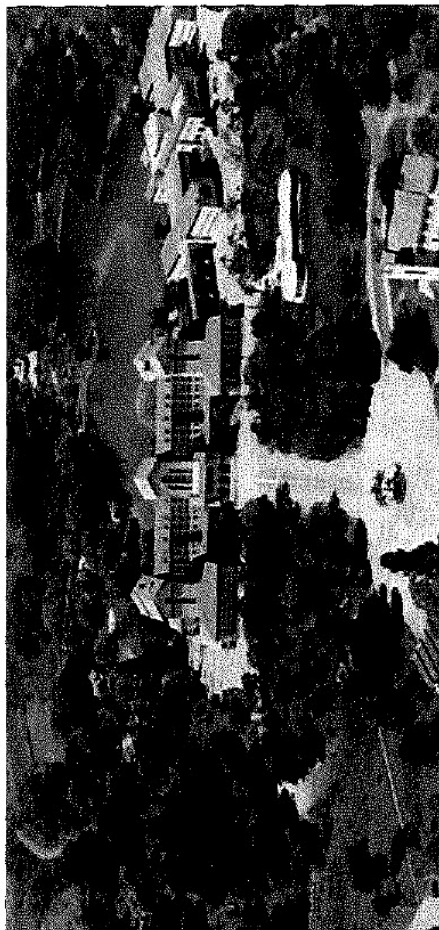
Essas fotos mostram o soterramento da maior parte das propriedades de Bento Rodrigues. Além disso, a lama despejada seguiu contaminando as águas do até então belo e rico Rio Doce. A presença de partículas de metais pesados como chumbo, alumínio, ferro, bário, cobre, boro e até mesmo mercúrio foi comprovada por análises laboratoriais de amostras da água do Rio Doce encomendadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Baixo Guandu. Todas as espécies vivas do Rio Doce foram dizimadas! Fotos de Elvira Nascimento^{viii} mostram a situação do Rio Doce e o dano ambiental incalculável:



Não podemos aceitar a desculpa de que teria havido mero acidente. É evidente que houve negligência, diante do imenso volume de dejetos acumulados, capazes de soterrar município e alagar dezenas de outros, matar um rio inteiro, dizimar todas as espécies vivas, e se espalhar ao longo de dois estados e alcançar o oceano, que também será afetado. E ainda há ameaça de que outra barragem ainda maior corre o risco de romper...

NIÓBIO

Outro escândalo da exploração mineral em Minas Gerais, justamente na cidade que se tornou famosa por suas águas curativas – Araxá – também deve ser considerado como terrorismo ambiental: trata-se da exploração do Nióbio pela empresa CMMB, conforme reportagem^{ix} que denuncia a contaminação das águas na região, baseada em Nota Técnica número 1 da Fundação Estadual do Meio Ambiente – (FEAM) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), de julho de 2015.



CONTAMINAÇÃO CAUSADA PELA CBMM EM ARAXÁ AMEAÇA POPULAÇÃO E TURISMO

17 setembro, 2015 Nenhum comentário POLÍTICA

Complexo hidromineral de Araxá ameaçado: mineração contamina a água

elevadíssimas temperaturas, indispensável para aeronaves, satélites, foguetes, equipamentos médicos diversos, entre outros usos especiais como indústrias nucleares por exemplo.

A referida Nota Técnica aponta que a concentração de metais pesados está seis vezes acima do permitido, e que a causa da contaminação da água se encontra na exploração de nióbio pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM, que não respeita normas e legislação.

Adicionalmente, indica uma série de falhas nos relatórios e mapas da CBMM, bem como no monitoramento inadequado e não suficiente; a existência de pendências da empresa em relação à pedidos da FEAM, ressaltando ainda que não são atendidas normas exigidas pela ABNT.

Segundo a reportagem, a contaminação afeta águas subterrâneas e superficiais, além do solo e subsolo, e estudos apontam níveis altíssimos de contaminação não apenas com Bário, mas também com outros metais, em doses elevadas para o consumo humano, como Cromo, Chumbo, Vanádio, e Urânio, detectado em níveis altíssimos em algumas amostras.

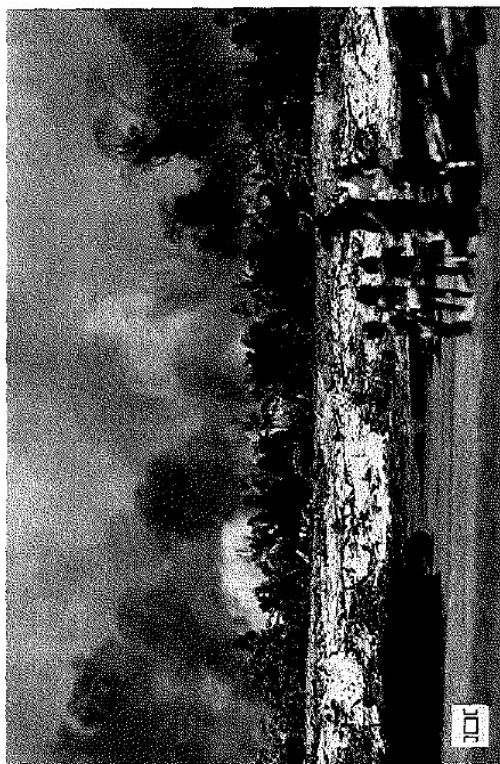
O Nióbio é mineral valiosíssimo, raro, estratégico, uma liga especial altamente resistente a

O Canadá possui apenas 2% das reservas de Nióbio do mundo e garante serviços públicos de saúde, educação de excelente qualidade à sua população. O Brasil detém 98%! E explora mal, principalmente pela empresa CMMB de Minas Gerais, contaminando o meio ambiente, e comercializa de forma totalmente opaca. Não usufruímos do benefício dessa imensa riqueza, arcando somente com os danos ambientais, com graves reflexos à vida das pessoas afetadas, contraindo uma série de doenças principalmente em decorrência da água contaminada pela CMMB.

OURO

A histórica exploração do ouro no Brasil preencheria livros de crimes ambientais e danos patrimoniais, humanos, ecológicos etc. Nesse artigo mencionarei apenas o recente caso de Volta Grande, onde está sendo construída a Usina de Belo Monte.

As fotos a seguir fazem parte da série "A devastação do Xingu em imagens"¹ e evidenciam a violação **do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade** de pessoas atingidas pela construção da usina. Mostram uma das ilhas do Xingú desmatada e queimada para o enchimento do lago de Belo Monte e um dos buracos artificiais. Do qual foi arrancada toda a vegetação e grande quantidade de minerais...



Uma das ilhas do Xingú, desmatada e queimada para o enchimento do lago de Belo Monte. / LEO CLARETO



Um dos buracos artificiais de Belo Monte. / LEO CLARETO

Diversas populações indígenas foram atingidas, em situação de verdadeiro terrorismo. Fortes protestos foram insuficientes para barrar os grandes interesses dos que desejavam a usina. O Ministério Público tentou embargar a obra diversas vezes, mas as obras prosseguiram, aceleradamente.

A escolha do local não apropriado para a construção da usina, onde imensas escavações tiveram que ser feitas, parece ter sido estratégico para interesses de mineradora estrangeira, conforme se depreende de seu site na internet: www.belosun.com



TSX: BSX

Subscribe to our email list
Email address



Volta Grande: advanced-stage gold exploration project



Properties located in Brazil's most prolific gold regions

Latest News

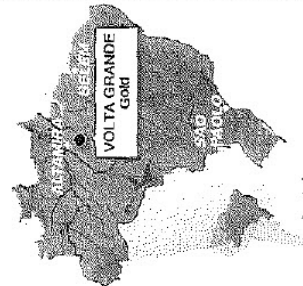
- May 28, 2015
Belo Sun Announces AGM Results
- May 21, 2015
Belo Sun Closes Strategic Investment With Agnico Eagle
- May 14, 2015
Belo Sun Announces Strategic Investment by Agnico Eagle
- May 8, 2015
Belo Sun Files NI 43-101 Technical Report for its Volta Grande Gold Project

Belo Sun Mining Corp. is a

Canadian-based mineral exploration and development company primarily focused on advancing the Volta Grande Gold Project located in Pará State, Brazil.

In March 2015, the Company issued a NI 43-101 compliant Feasibility Study for the Volta Grande Project which estimates an economically robust project with average annual gold

production of 205,000 ounces of gold for 17 years with a cash operating cost of \$616/oz Au (click [HERE](#) to download the Technical Report).



Stock Info

Stock Quote:
Price 0.24
Change 40.00
Volume 40,500
Gold Price: 1,033.88

Featured Info



Dívida Ecológica

O conceito de Dívida Ecológica é pouco conhecido no Brasil, não por acaso.

Importante contribuição nesse sentido foi publicada^{xi} por Luiz Henrique Lima^{xii}, que deixa clara a existência da dívida ecológica, apesar de ainda não calculada e quantificada, conforme trecho que transcrevo:

Entre outros autores, May (1995) aborda, rapidamente, o tema: "... deve haver um caixa para uma 'dívida ambiental' destinado às nações cuja base de recursos tem sido pilhadas através dos últimos cinco séculos para satisfazer às insaciáveis demandas do Norte."

Todo o instrumental teórico da Economia do Meio Ambiente, da Economia Ecológica e da Contabilidade Ambiental conduz ao reconhecimento da existência da Dívida Ecológica. Haverá controvérsias quanto à sua amplitude e quanto aos procedimentos para calculá-la e resgatá-la, conforme acima exemplificado; não, porém, quanto à sua existência.

Em sua recente e corajosa Carta Encíclica^{xiii} "Laudato Si" o Papa Francisco menciona explicitamente a "Dívida Ecológica" gerada por fatos ligados à crescente destruição do meio ambiente, e relaciona tal pecado^{xiv} ao modelo econômico que cultua o deus mercado, com sua lógica de acumulação sem escrúpulos, a qualquer custo humano ou ecológico.

A desigualdade não afeta apenas os indivíduos mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira «dívida ecológica», particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países. As exportações de algumas matérias-primas para satisfazer os mercados no Norte industrializado produzem danos locais, como, por exemplo, a contaminação com mercúrio na extração minerária do ouro ou com o dióxido de enxofre na do cobre.

O Papa Francisco relaciona a "Dívida Ecológica" à dívida financeira, que no caso do Brasil nunca foi auditada e funciona como um verdadeiro esquema que denominamos Sistema da Dívida^{xv}:

A dívida externa dos países pobres transformou-se num instrumento de controle, mas não se dá o mesmo com a dívida ecológica. De várias maneiras os povos em vias de desenvolvimento, onde se encontram as reservas mais importantes da biosfera, continuam a alimentar o progresso dos países mais ricos à custa do seu presente e do seu futuro.

O Papa Francisco refere-se à Natureza como "A Nossa Casa" e dedica capítulos específicos de sua Carta às questões da poluição e mudanças climáticas; água; perda da biodiversidade; deterioração da qualidade de vida humana e degradação social, e à desigualdade planetária, encadeando todos esses temas.:

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta: «Tanto a experiência comum da vida quotidiana

como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres».[26]

O Brasil é o país de maior estoque natural do planeta, conforme ressaltou Luiz Henrique Lima:

Em estudo elaborado para o 'Global Environment Facility' - GEF, Rodenburg, Tunstall e van Bolhuis (1995) construíram Indicadores Ambientais Globais. Entre esses, o Indicador de Capital Natural - ICN, que considera as áreas naturais remanescentes e a biodiversidade. O ICN, grosso modo, pode ser visto como uma aproximação da dimensão, embora não do valor, dos serviços e das funções ambientais desempenhadas pelos ecossistemas no interior das fronteiras nacionais. O estudo do GEF destaca o Brasil como o país de maior estoque de capital natural do planeta.

Diante dos danos seculares ao nosso rico e ao mesmo tempo empobrecido País, é urgente avançar os estudos acerca da Dívida Ecológica, a fim de quantificar e reivindicar os danos decorrentes da exploração ambiental, além de corrigir a rota a partir de agora, evitando danos ecológicos e humanos para satisfazer certas vontades e interesses sem escrúpulos para com o futuro da humanidade.

Essa discussão é urgente, pois está em pauta no Congresso Nacional uma proposta de novo "Código de Mineração" que coloca os interesses das mineradoras acima de qualquer outro interesse ambiental ou humano. A proposta em discussão não menciona qualquer responsabilidade em relação a danos causados pela atividade mineradora às águas e solo; garante que as mineradoras poderão "usar as águas necessárias para as operações da concessão", e proíbe qualquer atividade capaz de atrapalhar a mineração^{xvi}. Um verdadeiro abuso que está sendo capitaneado por parlamentares que tiveram suas campanhas financiadas por mineradoras, conforme importante Relatório "Quem é quem nas discussões do novo Código de Mineração"^{xvii}.

Além de representar inaceitável desrespeito ao Capítulo VI da Constituição Federal, a proposta desse novo "Código de Mineração" está no caminho inverso dos princípios éticos que regem a necessária preservação e respeito ao meio ambiente mencionados pelo Papa Francisco, assim como dos anseios da sociedade civil nacional e internacional que exigem "que as empresas transnacionais paguem o justo"^{xviii} por tudo que retiram de nossas terras.

CONCLUSÃO

A violação do direito ao meio ambiente equilibrado, assim como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade dos atingidos pela recente tragédia em Minas Gerais, dos habitantes da região de Araxá e da região do Xingu, e seus descendentes, tem sido recorrente e brutal, provocada pela ganância na exploração do minério de ferro, nióbio e ouro, respectivamente.

Estes são apenas três exemplos de terrorismo ambiental, com incalculável dano às pessoas e ao meio ambiente, enquanto os donos das grandes mineradoras nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil lucram bilhões a cada ano e pouco contribuem para a arrecadação tributária, devido às indecentes benesses fiscais.

Os órgãos de controle ambiental do País estão sendo desmontados. O IBAMA, por exemplo, tem passado por sucessivos cortes de recursos, a ponto de recorrer a venda de prédios e empréstimos internacionais junto ao Banco Mundial e BID, como noticiado em maio deste

ano^{xix}. O DNPM também passa por cortes orçamentários^{xx}. Tais cortes têm sido justificados face à necessidade de economizar recursos para o pagamento de parte dos juros da dívida pública nunca auditada e sobre a qual recaem diversos indícios de ilegalidade e ilegitimidade documentados até por CPI da Dívida Pública da Câmara dos Deputados^{xxi}.

É necessário cobrar a tremenda Dívida Ecológica que tem sido gerada por esses processos predatórios de exploração mineral.

O recente crime ambiental ocorrido em Minas Gerais exige urgente reflexão sobre a atividade de mineração no Brasil. O minério não dá duas safras, como todos sabemos. É urgente avançar o debate sobre o terrorismo ambiental, os estudos sobre a dívida ecológica e sua quantificação para reparação à altura e correção de rumos.

ⁱ Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida www.auditoriacidada.org.br e <https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina>

ⁱⁱ Bento Rodrigues, uma joia soterrada: <http://planejoviagiar.com.br/bento-rodrigues-joia-soterrada/>

ⁱⁱⁱ Vídeos do rompimento das barragens: https://www.youtube.com/watch?v=JNiqSID_U8

^{iv} Vídeo sobre o Rio Doce <https://www.youtube.com/watch?v=DEBnLB3LP2v4>

^v Todos os peixes do Rio Doce morreram: <https://www.youtube.com/watch?v=b01apsICFTQ>

^{vi} Diversas outras fotos disponíveis em <https://goo.gl/9w7Aq4>

^{vii} Fotos disponíveis no link <http://epoca.globo.com/tempo/Hilto/noticia/2015/11/tragedia-em-mariana-minas-gerais-tem-184-barragens-para-cada-fiscal.html>

^{viii} Disponíveis no link http://agazeta.redegazeta.com.br/_conteudo/2015/11/noticias/cidades/3914111-fotografia-mostra-destrucao-pela-lama-ac-bungo-do-rio-doce.html

^{ix} Reportagem completa disponível no link <http://sergioreporter.com.br/contaminacao-causada-pela-cbrmp-em-araxa-ameaca-populacao-e-turismo-2/>

^x Fonte: Uma série de fotos estão disponíveis na internet, como por exemplo em "A devastação do Xingu em imagens" no link:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/album/1442934045_936615.html#1442934045_936615_1442934230

^{xi} Artigo "Dívida Ecológica" disponível no link http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv_en_mesas/3.pdf

^{xii} Conselho Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, Doutor e Mestre em Planejamento Ambiental pela COPPE-UFRRJ, além de economista, formado na UFRJ, com especialização em Finanças Corporativas pela PUC-RJ, Autor dos livros Controle do Patrimônio Ambiental Brasileiro (Editora da UERJ) e Controle Externo - 310 Questões Comentadas (Elsevier) e de numerosos artigos e trabalhos técnicos, principalmente nas áreas de controle externo e gestão ambiental. Professor de disciplinas de pós-graduação em várias universidades, instrutor de cursos de capacitação nos TCs e professor em cursos preparatórios para concursos públicos.

^{xiii} Versão em Português disponível no link http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

^{xiv} «Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desmatando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado».

^{xv} Vídeo-aula sobre o Sistema da Dívida no Brasil disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=rRQH5kd-Q0>

^{xvi} Matéria disponível no link <http://apublica.org/2015/11/traco-manobra-terta-aprovar-codigo-da-mineracao/>

^{xvii} Relatório disponível no link http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/isa/arquivos/quem_e_quem_-_comite_0.pdf

^{xviii} Campanha internacional da qual a Auditoria Cidadã da Dívida é membro: <http://www.pagueujusto.org/>

^{xix} Notícia disponível no link <http://economia.estado.com.br/noticias/geral/ibama-vai-vender-predios-e-buscar-financiamento-estrangeiro.1697431>

^{xx} Nota disponível no link <http://www.contasabertas.com.br/webiste/arquivos/12175>

^{xxi} <http://www.auditoriacidada.org.br/clique-aqui-para-saber-como-foi-a-cpi-da-divida/>

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Capiberibe. Será registrado o aludido artigo.

E aproveito para pedir a Deus que acalente os corações das famílias que perderam os seus entes queridos nesse desastre de Mariana. Lembro também a catástrofe ocorrida com as famílias parisienses.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, Senhoras e Senhores, Telespectadores e Ouvintes da TV e Rádio Senador, vou usar hoje este espaço para falar de uma triste realidade que assola nosso país: a violência contra a mulher.

O problema está presente em todos os cantos do Brasil e em todas as classes sociais. Só na primeira década do novo milênio foram assassinadas mais de 43 mil mulheres.

Hoje, ocupamos o sétimo lugar no ranking de países nesse tipo de crime.

Sr. Presidente, mulheres brasileiras estão sendo mutiladas por namorados, maridos ou ex-maridos em agressões brutais que lembram punições no Oriente Médio.

Uma reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 3 de novembro, trouxe relatos chocantes de mulheres com pés, dedos, orelhas e seios decepados ou rostos deformados por ácidos.

Caros colegas, no dia sete de agosto se comemorou os nove anos da Lei Nº 11.340-popularmente conhecida como Lei Maria da Penha – que tornou-se o principal instrumento legal para coibir e punir a violência doméstica praticada contra mulheres no Brasil.

Embora muitos avanços tenham sido alcançados com a Lei Maria da Penha, ainda temos um longo caminho a percorrer na luta contra a violência às mulheres.

Senadores e Senadores, infelizmente, podemos ver que essa violência também está institucionalizada! Basta apenas conhecer minimamente a situação das mulheres presas nas cadeias brasileiras para entender do que estou falando. Dados oficiais mostram que cerca de 40 mil mulheres estão encarceradas e elas não têm atendimento às suas necessidades mais básicas. Nas prisões femininas falta de tudo.

Recentemente a imprensa noticiou o caso de uma mulher que deu à luz em uma cela de castigo. Segundo as reportagens veiculadas, mesmo com os gritos das outras presas, ninguém da administração se moveu para ajudar até que a mulher saiu da cela com seu bebê, com o cordão umbilical ainda pendurado.

Esse triste episódio, é apenas um exemplo de um Brasil a ser superado!

Sr. Presidente, devemos ser intransigentes e obstinados no enfrentamento de qualquer forma de violência. No caso da agressão contra as mulheres e meninas - que é uma grave violação aos direitos humanos — ela afeta negativamente o bem-estar das mesmas e as impede, muitas vezes de maneira permanente, de participar plenamente da sociedade.

Senhoras e Senhores, em meio a tudo isso, precisamos ser cautelosos com projetos de lei que possam vir a gerar mais violência contra a mulher ou dificultar que as mesmas peçam socorro quando são acometidas de atos violentos.

É o caso do Projeto de Lei 5069/2013 que tramita na Câmara dos Deputados e que dificulta o atendimento pelo SUS de vítimas de estupro e o acesso ao aborto legal e seguro, previsto na legislação brasileira para esse caso.

A classe médica já se posicionou contra tal projeto por entender que será um retrocesso em uma questão que deve ser tratada como saúde pública e que é legítima na forma da lei.

Sr. Presidente, podemos mudar o mapa da violência contra mulheres no Brasil. Para tanto, instituições e sociedade civil precisam caminhar juntas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não havendo mais nenhum orador, dou por encerrada esta sessão, pedindo a Deus que abençoe a todas as famílias do nosso País.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

PARECER Nº 99, DE 2015- CN

Da **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**, sobre o AVN Nº 14/2015 (Aviso nº 1.018-GP/TCU, de 8/9/2015, na origem), que "Encaminha cópia do acórdão nº 2.221/2015-TCU-Plenário, referente às obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no estado do Rio de Janeiro."

RELATOR: Deputado **ELMAR NASCIMENTO** (DEM/BA)

1 RELATÓRIO

1.1 Compete a esta CMO, nos termos do art. 2º, inciso 111, alínea "b", da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, emitir parecer e deliberar sobre as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), relativas à fiscalização de obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 2º A CMO tem por competência emitir parecer e deliberar sobre:
III

b) as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas à fiscalização de obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias;

1.2 O TCU, por meio do Aviso nº 1.018-GP/TCU, de 8 de setembro de 2015, encaminhou a esta Comissão cópia do Acórdão nº 2.221/2015-TCUPlenário, proferido por aquela Corte nos autos do Processo nº TC nº 014.355/2015-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativamente a indícios de irregularidades graves identificados nas obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no estado do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Ministério das Cidades.

É o relatório.

2 ANÁLISE

2.1 Consta dos autos que essas obras foram fiscalizadas pelo TCU em 2014 (TC 003.137/2014-7). Naquela ocasião, as constatações relativas à deficiência do projeto básico utilizado para a contratação foram enquadradas no conceito de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IG-P), consoante prevê o art. 98, *caput* e inciso IV, da Lei 12.919/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO/2014).

2.2 Por essa razão, por meio dos Acórdãos 2.648/2004 e 1.212/2015, ambos do Plenário, o TCU comunicou a situação ao Congresso Nacional fato que ensejou o bloqueio da execução orçamentária e financeira dos repasses mediante a inclusão do empreendimento no Anexo VI da Lei 13.115/2015 (Lei Orçamentária Anual- LOA 2015), nos seguintes termos:

RL.0001 / 2014- REALIZAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS NACIONAL

Obra / Serviço: Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí na Baixada Fluminense- RJ.

% EXECUTADO: 0

Contrato 02/2014: Complementação das obras de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí (Projeto Iguaçu)- PAC I e PAC II – 1ª seleção – 1ª etapa.

Valor R\$: 107.067.734,10

Data Base: 31/7/2012

- Projeto básico deficiente ou desatualizado

Edital 29/2013: Complementação das obras de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí- PAC I e 11

Valor R\$: 112.112.738,27

Data Base: 24/6/2013

- Projeto básico deficiente ou desatualizado.

2.3 Informa o TCU, nesta oportunidade, que realizou nova fiscalização no empreendimento, no período de 16/6/2015 a 17/7/2015, com o objetivo de verificar se foram adotadas as medidas corretivas para sanar a pendência bem como para atualizar as informações anteriormente prestadas ao Congresso Nacional.

2.4 Segundo consta do Voto do Relator, a fiscalização constatou que o Inea está realizando as tratativas para anular o Contrato 2/2014, resultante da Concorrência 29/2013. Além disso, anotou o Relator, o Ministério das Cidades e o próprio Inea asseguraram que não serão direcionados recursos públicos federais para o pagamento de quaisquer valores inerentes a essa avença.

2.5 Registra, ainda, que, dos dois Termos de Compromisso que previam repasses de recursos federais para esse empreendimento, somente um ainda vige. O Termo de Compromisso 351.035-27/2011, no valor total de R\$ 360.125.242,63, foi cancelado por encerramento do prazo concedido para início da obra. Já o Termo de Compromisso 223.647-17/2007, R\$ 91.611.260,71, seria encerrado, segundo o Ministérios das Cidades, caso o Inea não apresentasse novo projeto até 31/8/2015.

2.6 Por essas razões, apesar de os Acórdãos 2.648/2014 e 1.212/2015, do Plenário do TCU, haverem prescrito como medida saneadora a rescisão do Contrato 02/2014-Inea ou anulação da Concorrência 29/2013, concluiu o Relator que não mais persiste a situação ensejadora da classificação de IG-P.

2.7 Diante disso, a Corte de Contas prolatou o Acórdão nº 2.221/2015 – Plenário para informar a esta CMO que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados no Contrato 02/2014-Inea, relativo às obras sob enfoque **não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 112 da Lei 13.080/2015 (LDO 2015)**, tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso VI do § 1º do art. 112 da mesma Lei), em função de o Inea estar realizando as tratativas para rescindir o contrato e o Ministério das Cidades já haver assegurado que não serão direcionados recursos públicos federais para o pagamento de quaisquer valores inerentes a essa avença. A saber:

Acórdão nº 2.221/2015- Plenário

.....

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados no Contrato 02/2014-Inea, relativo às obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí (Projeto Iguaçu), não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 112 da Lei 13.080/2015 (LDO 2015), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso VI do § 1º do art. 112 da mesma Lei), em função de o Inea estar realizando as tratativas para rescindir o contrato e o Ministério das Cidades já haver assegurado que não serão direcionados recursos públicos federais para o pagamento de quaisquer valores inerentes a essa avença;

3 VOTO

3.1 Diante das novas informações trazidas ao conhecimento desta Casa pelo TCU dando conta de que os indícios de irregularidades graves anteriormente relatados não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 112 da Lei 13.080/2015 (LDO 2015), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso VI do § 1º do art. 112 da mesma Lei), em função de o Inea estar realizando as tratativas para rescindir o contrato e o Ministério das Cidades já haver assegurado que não serão direcionados recursos públicos federais para o pagamento de quaisquer valores inerentes a essa avença, **VOTO**, com base no art. 113 da Lei nº 13.080/2015 (LDO/2015), e em linha com a sugestão do TCU, pela exclusão do citado Programa de Trabalho e respectivos **Contrato 02/2014** e **Edital nº 29/2013**, do Anexo VI da Lei nº 13.115/2015 (LOA/2015), nos termos da minuta de decreto de legislativo constante do **Anexo** a este Relatório.

Sala da Comissão, em de 2015.

Deputado ELMAR NASCIMENTO
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO de 2015 - CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), o Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001/2014 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS NACIONAL - Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense RJ, vinculado à Unidade Orçamentária 56101 -Ministério das Cidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI -Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), a obra vinculada ao Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001/2014- REALIZAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS NACIONAL- Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense- RJ, Contrato 02/2014 e Edital 29/2013, sob gestão da Unidade Orçamentária 56101- Ministério das Cidades.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO- CMO, na Décima Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ELMAR NASCIMENTO, relator do **Aviso nº 14/2015-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, foi favorável à **EXCLUSÃO** do Anexo VI da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), o Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001/2014 REALIZAÇÃO DE

PROJETO E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS NACIONAL- Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense- RJ, vinculado à Unidade Orçamentária 56101 -Ministério das Cidades. Ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 22 a 28/10/2015, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Walter Pinheiro, Terceiro Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Angela Portela, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Hélio José, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Paulo Bauer e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice- Presidente, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, Lázaro Botelho, Leio Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 10 de novembro de 2015.

Deputado JAIME MARTINS
Primeiro Vice- Presidente no exercício da Presidência

Deputado ELMAR NASCIMENTO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01 de 2015 - CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), o Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001/2014 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS NACIONAL - Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense RJ, vinculado à Unidade Orçamentária 56101 -Ministério das Cidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI -Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), a obra vinculada ao Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001/2014- REALIZAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS NACIONAL- Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense- RJ, Contrato 02/2014 e Edital 29/2013, sob gestão da Unidade Orçamentária 56101- Ministério das Cidades.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2015

Deputado JAIME MARINS
Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência

Deputado ELMAR NASCIMENTO
Relator

PARECER Nº 100, 2015 – CN

Da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre a Mensagem nº 6, de 2015- CN (nº 181/2015, na origem), que encaminha, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, §1º do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2014.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Zeca Dirceu

1. RELATÓRIO

Conforme disposto no art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, e no art. 7º, § 1º, do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, a Presidente da República encaminhou, em 28 de maio de 2015, por intermédio da Mensagem nº 06, de 2015-CN (nº 181/2015, na origem), o Relatório Anual de Avaliação do PPA para o período 2012-2015, correspondente ao ano-base 2014.

O artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o PPA para o período 2012-2015, estabeleceu que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, Relatório Anual de avaliação do PPA que conterá:

- a) Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;
- b) Situação, por programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas; e
- c) Execução financeira das Iniciativas.

O Relatório encaminhado pelo Poder Executivo é composto por dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA. O segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 04 tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Dimensão Estratégica do PPA conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e mais 06 seções referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

Por sua vez, a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA refere-se à situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas.

Salienta-se, primeiramente, o cumprimento do prazo disposto no art. 7º, § 1º, do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o qual prevê o encaminhamento do Relatório de Avaliação do PPA até o dia 31 de maio do ano subsequente ao avaliado, bem como o atendimento do disposto no art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, quanto ao conteúdo da peça.

Também foram observados os ritos regimentais da Casa, com a divulgação no Congresso Nacional e posterior remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), para designação de relator.

A análise apresentada a seguir, para fins de compatibilidade com a estrutura do Relatório de Avaliação, também será dividida em duas partes. Primeiro teceremos alguns comentários sobre a

Dimensão Estratégica do PPA e, em seguida, serão apresentados alguns resultados sobre os Programas considerados prioritários pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil sem Miséria (PBSM).

Ressalte-se, contudo, que se trata de uma análise parcial, pois uma abordagem mais compreensiva somente será possível a partir da entrega, ao Congresso Nacional, dos Relatórios de Avaliação dos quatros períodos do PPA 2012-2015.

2. ANÁLISE

A Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, estabeleceu o PPA da União para o período 2012 a 2015, denominado Plano Mais Brasil e conceituou: *“O PPA 2012-2015 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.”* O Plano estrutura-se nas seguintes dimensões:

- Dimensão Estratégica: é a orientação estratégica que tem como base os macrodesafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;
- Dimensão Tática: define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos, estes materializados pelas Iniciativas expressas no Plano; e,
- Dimensão Operacional: relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

O PPA 2012-2015 organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos (65) e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (44). Os Programas Temáticos dizem respeito a áreas estratégicas de atuação do Estado e, por isso, são mais aderentes aos recortes específicos das políticas públicas. Os 471 Objetivos dos Programas Temáticos, por sua vez, expressam as escolhas do Governo para implementar cada política.

A estrutura deste PPA foi fortemente influenciada pelas principais agendas executadas no País, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Brasil sem Miséria (BSM), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Minha Casa, Minha Vida.

Figura 1: Estrutura do PPA 2012-2015



Fonte: Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2014.

Merece ser destacado como um avanço desse PPA, a agenda de participação social de caráter consultivo, que iniciou-se durante a sua elaboração com a realização do Fórum Interconselhos, onde participaram representantes dos conselhos nacionais e de entidades representativas da sociedade. E também as melhorias de comunicação, como o Aplicativo PPA Mais Brasil, que é uma interface mais amigável e constitui um avanço na transparência e na disponibilização de dados para acompanhamento das políticas públicas.

Todavia, o processo de avaliação dos Planos, em especial do PPA, pode ser aprimorado. Uma das possibilidades é o aperfeiçoamento dos indicadores. Alguns índices apresentados, quando do encaminhamento do Plano em 2011, estavam defasados e nenhum deles possuía a meta esperada para o final do período. Ou seja, apesar de serem apresentados indicadores que podem ser monitorados, seria interessante que o Governo viesse a se comprometer com metas quantificadas. Ademais, não está claramente identificada a relação de causalidade entre a execução de ações e os indicadores associados ao mesmo programa. Essa dificuldade de avaliação foi destacada pelo Tribunal de Contas da União nos Relatórios sobre as Contas do Governo dos exercícios de 2004, 2011 e 2013, por ocasião de avaliação dos PPA 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015, respectivamente.

Sugere-se também uma aproximação do PPA com demais planos e programas prioritários estabelecidos pelo Governo Federal, afinal, coexistem, na administração pública federal, diversos planos que têm o propósito de implantar políticas públicas em determinados setores, ainda que em detrimento da estrutura programa/iniciativa/ação do PPA.

A seguir são apresentados alguns comentários sobre a dimensão estratégica, bem como os principais resultados dos programas prioritários da agenda federal.

2.1 - Dimensão Estratégica

Desde o PPA 2004-2007, o Governo Federal busca explicitar sua estratégia de desenvolvimento. Neste período, o objetivo era o fortalecimento do mercado interno, mediante a formação de um mercado de massas, sustentado por aumentos reais do salário mínimo, políticas de

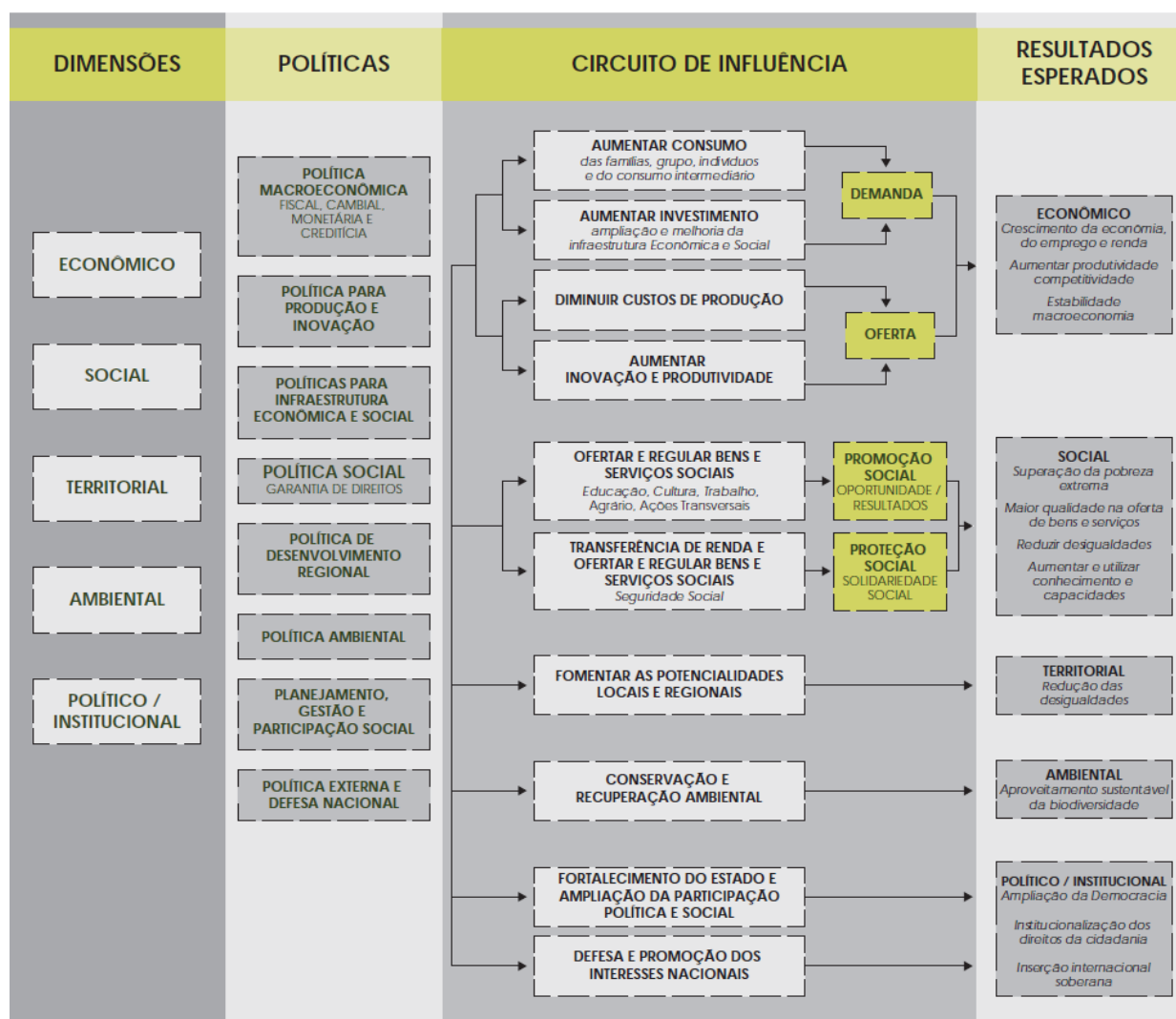
transferência de renda e redução das desigualdades e ampliação do crédito. O PPA 2008-2011 seguiu na mesma linha e buscou reforçar o mercado interno com redução das desigualdades por meio da aceleração dos investimentos em educação e em infraestrutura econômica e social.

Para o período seguinte, o PPA 2012-2015, agregou às visões anteriores, o desenvolvimento sustentável, a igualdade social, a produção de conhecimento e a defesa dos direitos humanos, na busca promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda. Avalia-se que a iniciativa, por parte do Governo Federal, em explicitar a Estratégia de Desenvolvimento representa um ganho para sociedade, na medida em que amplia a transparência e *accountability*, permitindo ao cidadão um acompanhamento dos rumos que se pretende dar ao País.

Ademais, a Estratégia de Desenvolvimento desdobra-se em 05 dimensões, para as quais são esperados os seguintes resultados:

- a) Econômica: crescimento da economia; do emprego e da renda; aumento da produtividade e competitividade; estabilidade macroeconômica.
- b) Social: superação da extrema pobreza; maior qualidade na oferta de bens e serviços; reduzir desigualdades; aumentar e utilizar conhecimentos e capacidades.
- c) Ambiental: aproveitamento sustentável da biodiversidade.
- d) Territorial: redução das desigualdades;
 - e) Político-Institucional: ampliação da democracia; institucionalizados direitos de cidadania; inserção internacional soberana.

Figura 2 – Dimensões do Desenvolvimento, Políticas Públicas, e Resultados Esperados da Estratégia de Desenvolvimento Brasileira



Nas seções seguintes são analisados os resultados, bem como apontados alguns desafios para as Dimensões Econômica e Social.

2.1.1 – Dimensão Econômica

Fundamentos Macroeconômicos

O cenário macroeconômico que balizou a elaboração do PPA 2012-2015 remonta ao ano de 2011, em conjuntura bastante diversa da efetivamente realizada. A mensagem presidencial que encaminhou o Plano ao Congresso Nacional apresentou as seguintes variáveis macroeconômicas:

Tabela 1: Parâmetros macroeconômicos para a elaboração do PPA 2012-2015

	PIB	PIB	IPCA	IGP-DI	Massa salarial Crescimento real	Taxa Over SELIC % a.a. (Dezembro)	Câmbio R\$/US\$ (Média)
Ano	(R\$ milhões)	Var. % Real	Acumulado (Var. %)	Acumulado (Var. %)			
2012	4.537.477	5	4,8	5	4,71	12,5	1,64
2013	5.008.698	5,5	4,5	4,5	4,58	11	1,72
2014	5.521.965	5,5	4,5	4,5	4,44	9,5	1,74
2015	6.087.828	5,5	4,5	4,5	4,33	8	1,77

Fonte: SPE/Ministério da Fazenda

As taxas observadas de variação do PIB ficaram abaixo do esperado, e as de inflação acima do previsto.

Tabela 2: Variação real do PIB ao ano (%)

Exercício	Esperado (PPA)	Realizado (IBGE)
2012	5	1,76
2013	5,5	2,74
2014	5,5	0,15

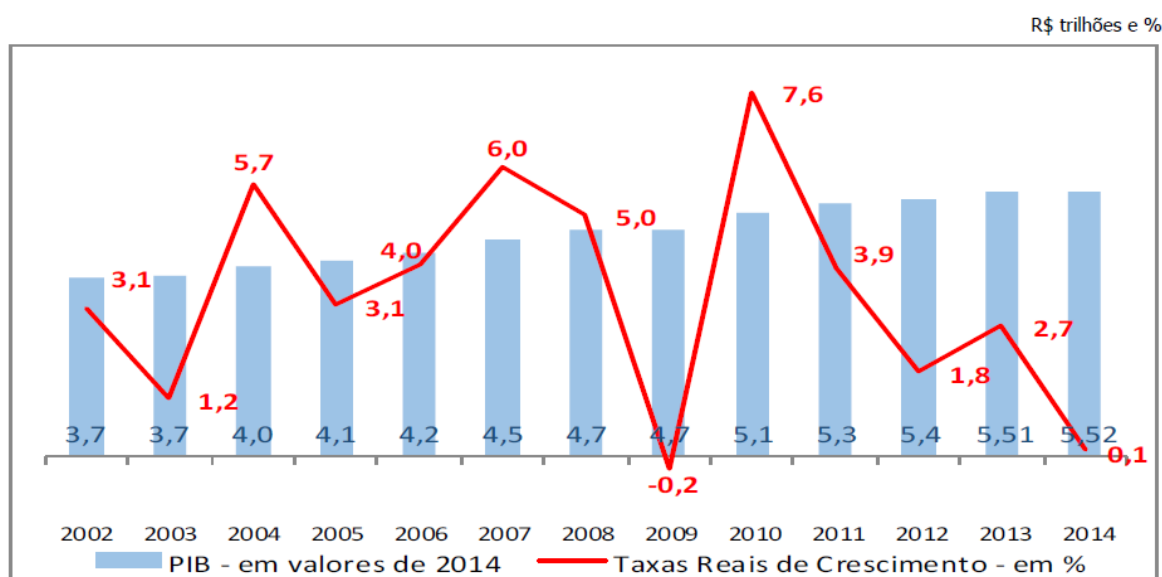
Fonte: Mensagem que encaminhou o PPA 2012-2015 e IBGE.

Tabela 3: Variação real da Inflação ao ano (%)

Exercício	Esperado (PPA)	Realizado (BCB)
2012	4,8	5,8
2013	4,5	5,9
2014	5,5	6,4

Fonte: Mensagem que encaminhou o PPA 2012-2015 e BCB.

De acordo com as justificativas apresentadas no Relatório de Avaliação 2014, o arrefecimento do crescimento da economia em 2014 é explicado pela permanência da instabilidade do quadro econômico global desde a crise financeira de 2008 e, mais especificamente, pelos efeitos de dois choques simultâneos sobre o País: externamente, a menor taxa de crescimento anual da China, as dificuldades de recuperação dos EUA, a estagnação europeia e japonesa, além da queda no preço da *commodities* exportadas e produzidas pelo Brasil; e, no âmbito doméstico, a severa seca e a restrição da oferta de água em algumas regiões.



Fonte: IBGE.

Nota: PIB em valores constantes de 2014.

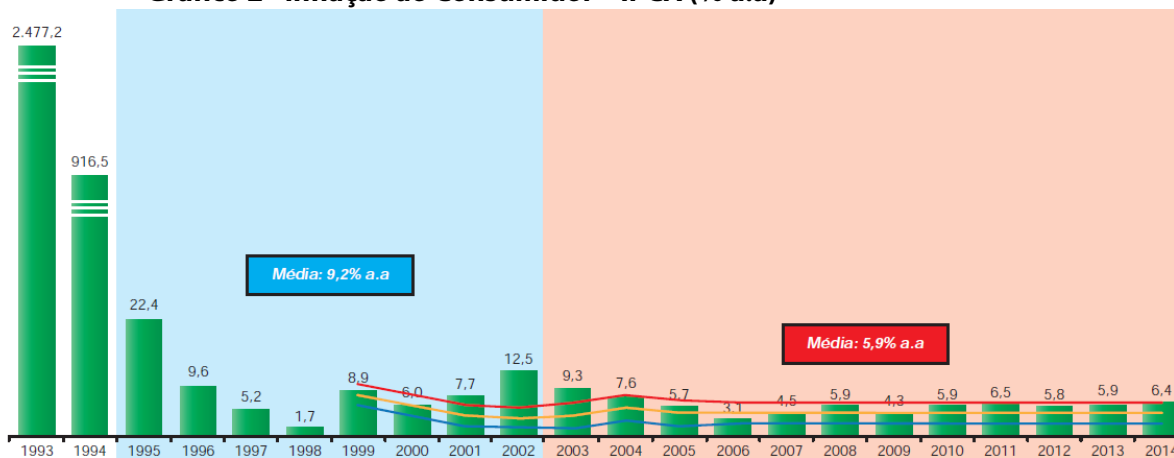
Gráfico 1: Evolução do Produto Interno Bruto – 2002/2014

Adicionalmente, deve-se registrar que o fraco desempenho da demanda em 2014 está associado, principalmente, à desaceleração do consumo das famílias, que respondeu pelo crescimento nos últimos anos, mas que em 2014 teve um desempenho abaixo de esperado. Isso, em parte, é explicado pela aceleração da inflação que reduziu o poder de compra das famílias, a redução da oferta de crédito e seu maior custo em razão do aumento da taxa de juros.

Quanto à maior pressão inflacionária, segundo o Relatório de Avaliação 2014, o Banco Central manteve o ciclo de alta da taxa de juros para assegurar a convergência da inflação para a trajetória da meta. A meta de inflação prevista para 2014 era de 4,50%, com intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais para cima e para baixo. O IPCA observado nesse ano foi de 6,41%, índice que manteve-se dentro do intervalo de tolerância.

Na decomposição do índice, verifica-se que boa parte deste incremento do IPCA veio do comportamento dos preços administrados, em razão de sua atualização, gerando um estoque de reajustes pendentes que estão sendo repassados ao consumidor. Adicionalmente, a crise hídrica, que gerou a implementação do sistema de bandeiras tarifárias, vem contribuindo para majorar os custos da energia elétrica, já impactados pelo fim dos repasses governamentais à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e pelo pagamento dos empréstimos recebidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Esta constatação de que o principal foco inflacionário no ano de 2014 reside nos preços administrados foi explicitada no Relatório de Inflação (RI) de março de 2015, divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB). De acordo com o RI, o aumento da inflação corrente reflete um realinhamento de preços monitorados e livres, de modo que seus efeitos devem se dissipar nos próximos meses, levando a uma desaceleração gradual do IPCA, que será beneficiado também pelo baixo crescimento da economia e pelo maior rigor fiscal.

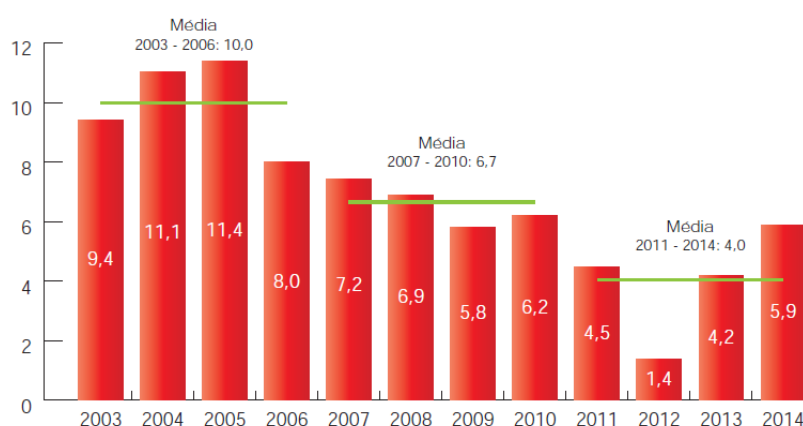
Gráfico 2 - Inflação ao Consumidor – IPCA (% a.a)


Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em 2014, a taxa básica de juros (Taxa Selic) encerrou o ano a 11,75%, correspondendo a 2,25 pontos percentuais acima do patamar previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2012-2015. O último aumento foi promovido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na reunião de dezembro, quando tanto o IPCA acumulado em doze meses quanto as expectativas doze meses à frente estavam elevadas o que pode ajudar a explicar esse movimento da autoridade monetária. No comunicado que se seguiu à reunião, o comitê disse que intensificou o ajuste da taxa “*neste momento*” e que “*o esforço adicional de política monetária tende a ser implementado com parcimônia*”.

Nesse contexto, a taxa real de juros manteve a trajetória de elevação, alcançando 5,9% ao fim de 2014, refletindo a consistência da atual política monetária. Numa perspectiva mais ampla, diferentemente de períodos passados, a taxa de juros brasileira vem convergindo para níveis mais próximos dos observados internacionalmente, sinal de maturidade e robustez da política de metas de inflação.

Gráfico 3 - Taxa Real de Juros *ex ante (% A.A.)**


* Refere-se à razão das taxas dos contratos de swap-DI 360 dias pela mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses em 31 de dezembro de cada ano.

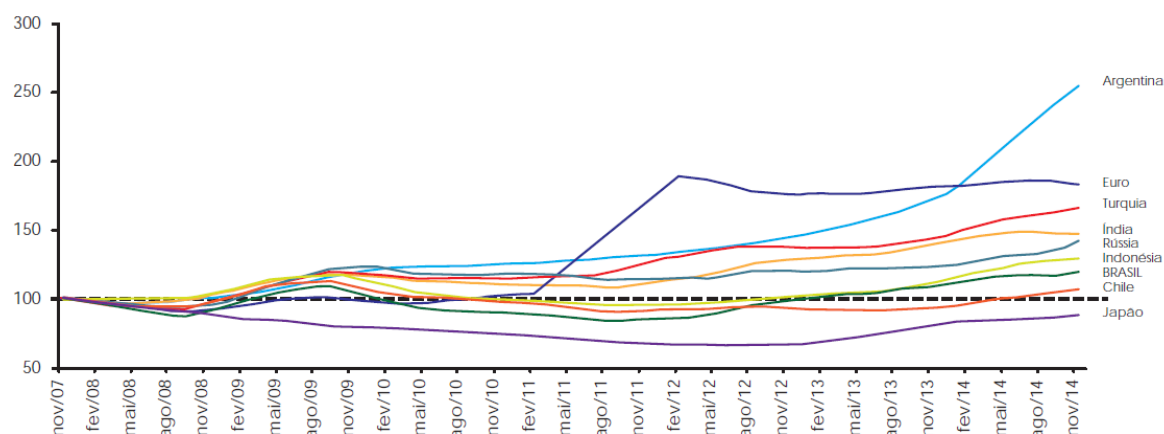
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Por fim, a taxa de câmbio sofreu desvalorização desde o início de setembro, passando de pouco mais de R\$ 2,25/US\$ para cerca de R\$ 2,60/US\$ (variação de 15,5%) e interrompendo período relativamente longo de estabilidade – durante cinco meses a taxa oscilou no intervalo de R\$ 2,20 a R\$ 2,30. Análise da Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹ indica

que tal movimento não parece resultar de uma eventual escassez de moeda estrangeira, mas, sim, de outros fatores conjunturais relevantes para a formação da taxa, como por exemplo: o aumento das incertezas associadas ao processo eleitoral, a queda adicional dos preços das commodities, o movimento global de valorização do dólar e o aumento da aversão ao risco associado a países emergentes. Deve-se salientar que essa dinâmica do câmbio incentiva as exportações, em particular as de bens manufaturados sendo, portanto, benéfica para estimular o nível de atividade econômica interna.

**Gráfico 4 - Taxas Nominais de Câmbio frente ao dólar
(Média móvel 12 meses. Média 2007 = 100)**



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

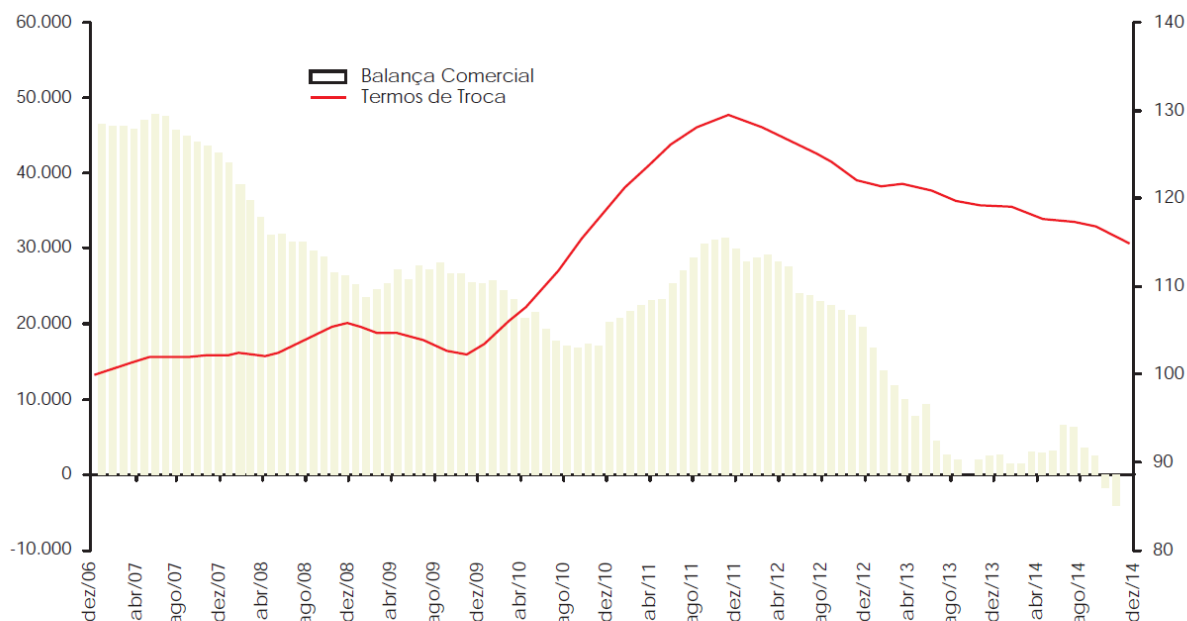
A análise da evolução das variáveis macroeconômicas evidencia a necessidade de revisão e atualização das premissas que embasaram a elaboração do Plano, tendo em vista o descompasso entre os índices utilizados em 2011 e os efetivamente realizados ao longo do período. O PPA 2012-2015, ao contrário de Planos anteriores, não contou com um mecanismo formal de revisão. Assim sendo, em certa medida, não conseguiu promover um balizamento com os demais instrumentos do processo orçamentário, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Dessa forma, cabe uma sugestão dessa comissão para que o próximo PPA, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto deste ano, contenha previsão de mecanismos periódicos de revisão e atualização.

Setor Externo

A balança comercial brasileira encerrou 2014 com um déficit de US\$ 3,9 bilhões, resultado da redução de 7% do valor exportado e de 4,5% do valor importado. No caso das exportações, ainda que o *quantum* tenha recuado 1,8%, com destaque para -12,9% de manufaturados, especialmente os automóveis para a Argentina, o maior impacto deveu-se à manutenção da tendência de queda do preço médio da pauta brasileira, que registrou recuo de 5,3% no ano, em especial de básicos com -8,9%. Já no caso das importações, a redução no ano deveu-se especialmente à diminuição do *quantum* de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que registraram -11,7% e -12,2%, respectivamente.

De maneira geral, o menor ritmo da economia mundial e da absorção doméstica, associado a uma evolução desfavorável do preço internacional das *commodities*, responderam pelo resultado da balança comercial em 2014. Entre os parceiros comerciais brasileiros mais dinâmicos, os Estados Unidos da América (EUA) e a China cresceram pouco abaixo do previsto, enquanto o desempenho da atividade econômica nos países da União Europeia e no Japão mostrou-se muito aquém do esperado.

Gráfico 5 - Balança Comercial Brasileira e Termos de Troca.
(Valores em \$ milhões FOB e Média 2006 = 100)



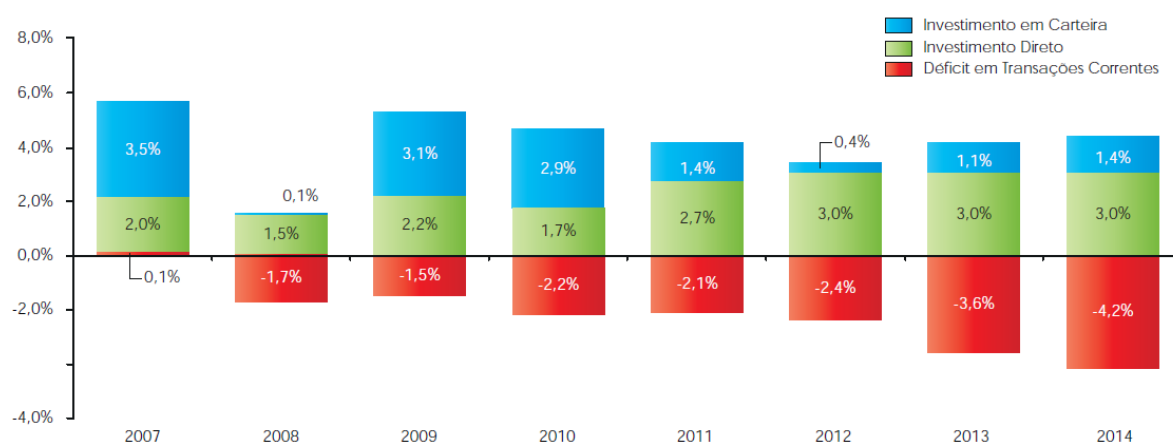
* Termos de Troca é a razão entre o preço médio das exportações e o preço médio das importações

Fonte: Secex/MDIC e Funcex

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em relação às demais contas do Balanço de Pagamentos, o ano de 2014 registrou um pequeno aumento do déficit das contas de serviços (3,3%) e rendas (1,2%), decorrente do crescimento da despesa com aluguel de equipamentos para o setor de minério e petróleo e remessa de lucros e dividendos. Com isso, o déficit em Transações Correntes fechou o ano de 2014 em US\$ 90,9 bilhões (4,17% do PIB). Essa redução observada, contudo, foi contrabalançada pelo bom desempenho dos fluxos financeiros, em especial dos investimentos diretos e em carteira no País. Em 2014, esses movimentos de capitais totalizaram ingressos líquidos correspondentes a 3,03% e 1,39% do PIB, respectivamente, suficientes para financiar o déficit em transações correntes registrado.

A necessidade de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), atingiu a US\$ 28,5 bilhões no ano, equivalentes a 1,3% do PIB, ante US\$ 17,1 bilhões, representando, 0,76% do PIB, em 2013.

Gráfico 6 - Balança Saldo em Transações Correntes, Investimento Direto e Investimento em

Fonte: Banco Central do Brasil

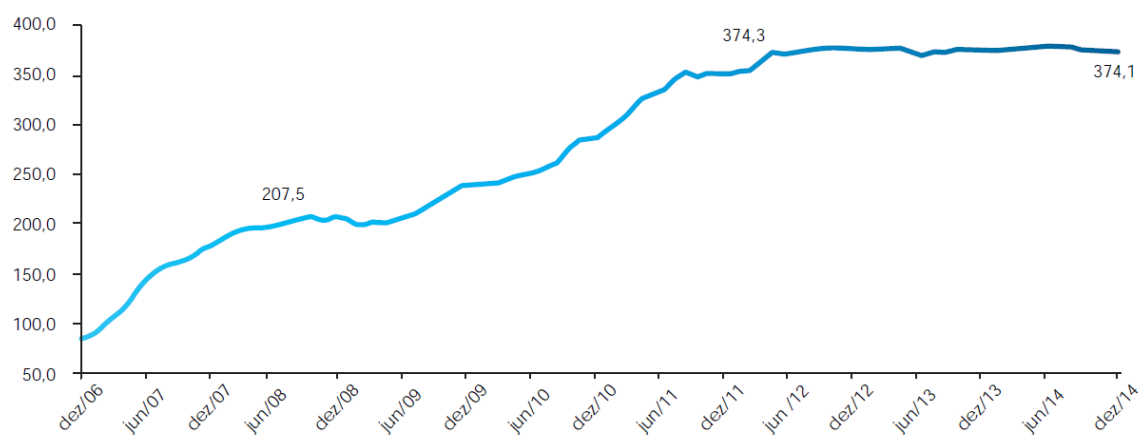
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Carteira (% do PIB)*

*O PIB utilizado para elaboração do gráfico é o da metodologia antiga e não o revisado em março de 2015.

O Brasil, no entanto, não tem enfrentado dificuldades para financiar este déficit – em que pese a crescente importância dos investimentos em carteira na composição das entradas de capital –, e o elevado volume de reservas mitiga o risco de uma crise cambial. Ademais, o país parece caminhar para uma redução no déficit em transações correntes que, tipicamente, resulta da combinação de três fatores: desvalorização real do câmbio, desaceleração da atividade doméstica e crescimento do comércio mundial.

Ao final de 2014, as reservas internacionais somavam US\$ 363,6 bilhões no conceito caixa, equivalente a um aumento de US\$ 4,7 bilhões em relação às reservas do ano anterior. No conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra, houve decréscimo de US\$ 1,7 bilhão no mesmo período, atingindo US\$ 374,1 bilhões. No ano, os principais fatores de variação das reservas internacionais foram suas receitas de remuneração, de US\$ 3 bilhões, as variações positivas por preços de títulos, de US\$ 1,7 bilhão, e as variações por paridades, que diminuíram as reservas em US\$ 7,8 bilhões.

Gráfico 7 – Reservas Internacionais

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Finanças Públicas

Receitas

O ano de 2014 foi marcado por um descompasso entre a evolução das receitas e das despesas, tanto do Governo Federal quanto dos entes subnacionais. A frustração das receitas decorreu, em grande medida, do fraco desempenho da atividade econômica, que reduziu a arrecadação de tributos relativos à produção e aos lucros. Houve também o efeito das desonerações tributárias com o propósito de reduzir os custos do setor privado e preservar/estimular a geração de empregos num cenário global e interno de desaquecimento econômico. A alteração da sistemática de tributação da folha de pagamentos, que deixou de ser onerada em vários setores em troca da incidência de alíquota simplificada sobre o faturamento das empresas, a redução do IPI sobre diversos produtos, a redução da CIDE e o aumento das faixas de enquadramento do Simples e de Microempreendedores Individuais constituem exemplos de desonerações recentes. No agregado, a Receita Federal estima que as desonerações implementadas desde 2011 tenham redundado em renúncia fiscal da ordem de R\$ 46,9 bilhões em 2012, R\$ 78,6 bilhões em 2013 e R\$ 112,7 bilhões em 2014, cerca de 2,0% do PIB.

Tabela 4 - Desonerações Tributárias e Renúncias Fiscais

Impostos e contribuições – R\$ bi	2012	2013	2014	2015*
Folha de pagamento setores selecionados	3,7	12,3	21,9	22,4
CIDE – combustível	8,5	11,5	12,7	5,8
IPI (industrializados) – todas as categorias	9,5	11,8	10,8	7,2
Cesta Básica	1,0	6,8	9,3	10,3
“Simples” e MEI (Microempreendedor individual)	5,7	6,3	7,2	11,0
IOF	2,3	3,6	4,0	0,4
Nafta e Etanol	-	1,9	3,6	3,9
Ampliação do lucro presumido	-	1,7	1,9	2,1
Transporte público	-	0,7	1,4	1,6
Telecomunicações e smartphones	-	0,6	1,00	1,1
Outros	16,2	21,4	38,9	47,7
Total	46,9	78,6	112,7	113,5

Fonte: Receita Federal.

* LOA

Despesas

Sob a ótica das despesas, o crescimento se deu, primordialmente, a partir da expansão das transferências às famílias, e por despesas extraordinárias, como o auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Destaca-se também as transferências da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada – BPC que, ano de 2014, foram de R\$ 380,5 bilhões e beneficiaram cerca de 32,2 milhões de pessoas.

Tabela 5 – Receitas e Despesas Públicas Seleccionadas (em % do PIB)

Receita Líquida e Despesas Seleccionadas/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Diferença 2014-2002 (em % PIB)
Receita Líquida*	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,2	18,9	18,7	19,7	20,0	20,3	19,4	1,5
Juros Nominais**	7,7	8,5	6,6	7,4	6,8	6,1	5,5	5,3	5,2	5,7	4,9	5,1	6,1	-1,6
Pessoal e Encargos*	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,3	4,7	4,4	4,3	4,2	4,2	4,3	-0,5
Benefícios Previdenciários – RGPS*	6,0	6,3	6,5	6,8	7,0	7,0	6,6	6,9	6,8	6,8	7,2	7,4	7,7	1,7
Benefícios Assistenciais – LOAS/RMV*	0,0	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8
Bolsa Família*	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
Abono e Seguro-Desemprego*	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	0,6

* Governo Federal

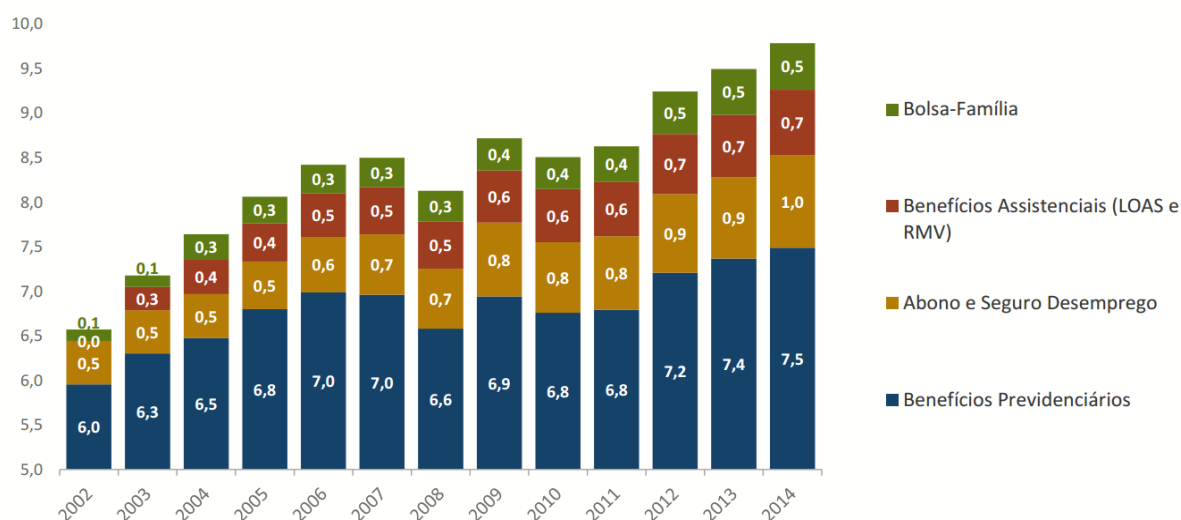
** Setor Público Consolidado

Fonte: Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil e Senado Federal/Sigla Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

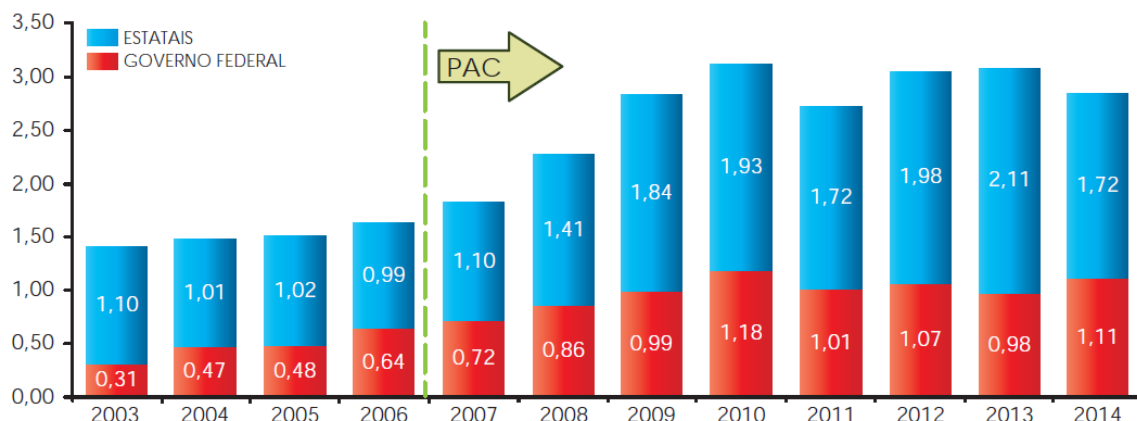
As transferências às famílias apresentaram crescimento contínuo desde o ano de 2002 e são reflexo do compromisso do Governo Federal em assegurar o exercício da cidadania a milhões de cidadãos. Verificou-se uma grande transformação nas regiões mais pobres do país, com a inclusão social e a erradicação da extrema pobreza em todo o território nacional. Destaca-se que esse aumento vem sendo financiado, numa perspectiva de longo prazo, por aumentos de receitas, declínio da conta de juros e redução da conta de pessoal e encargos (sempre em percentual do PIB).

Ademais, a inclusão de milhares de famílias nos circuitos de produção e consumo proporcionou ganhos de escala que contribuiriam para o aumento da produtividade, que em parte seria transmitido às famílias trabalhadoras, formando um círculo virtuoso de inclusão social que movimentou toda economia brasileira.

Gráfico 8 - Transferências Sociais - % PIB

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano-Base 2014

Em relação aos investimentos, de acordo com o Relatório de Avaliação 2014, o comportamento da formação bruta de capital fixo do Governo Central e das empresas estatais federais em 2014 confirma a mudança de patamar do investimento público federal após o lançamento do PAC em 2007. Antes do PAC, entre 2003 e 2006, a média anual da formação bruta de capital fixo do Governo Central e das estatais era de 1,50% do PIB; entre 2007 e 2014 a média saltou para 2,50% do PIB. Em 2014, o somatório Governo Central e estatais chegou a 2,83% do PIB; em termos de composição, observou-se no ano um crescimento do investimento direto da União acompanhado por queda do investimento estatal. Numa perspectiva de médio/longo prazo, a mudança de patamar do investimento público e estatal promovida pelo PAC é estratégica, pois sinaliza ao setor privado que, a despeito das incertezas internacionais, o País conta com oportunidades de ampliação da infraestrutura econômica e social e irá aproveitá-las. Para tanto, conta-se ainda com a ampliação das concessões ao setor privado e estruturação de parcerias público-privadas.

Gráfico 9 – Investimento do Governo Central e das Empresas Estatais (% PIB)


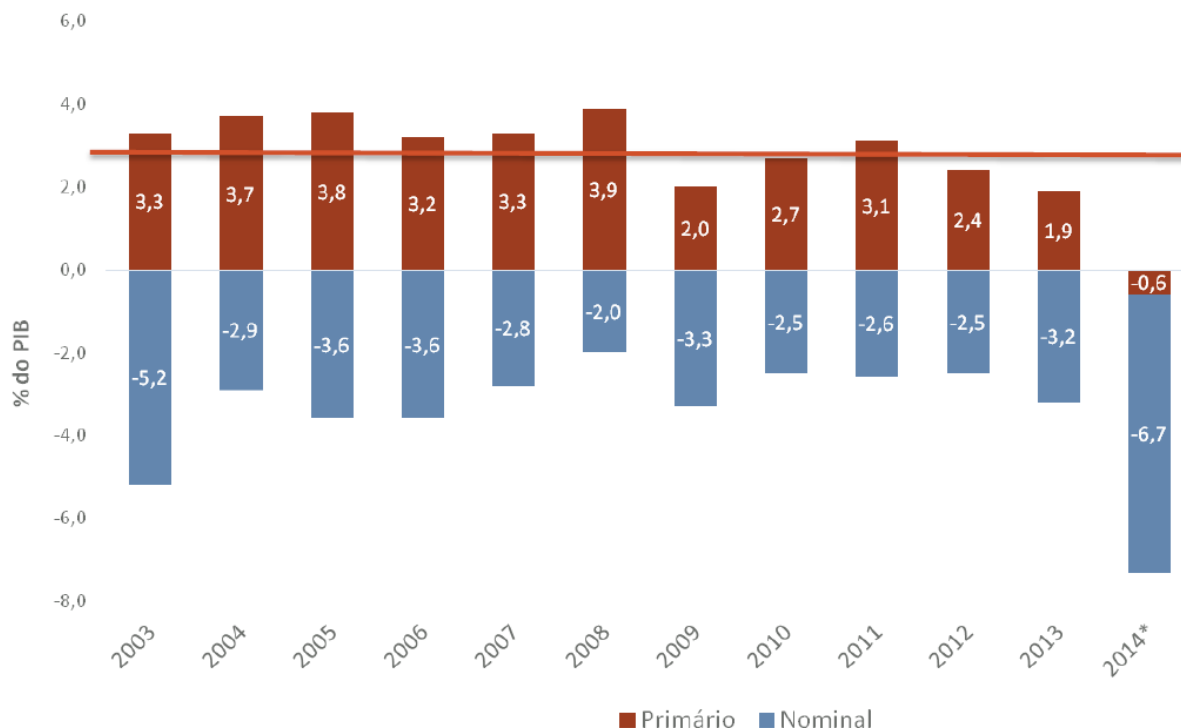
Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Resultados

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 32,5 bilhões (0,6% do PIB) em 2014. As diretrizes e condições sobre o resultado primário de 2014 foram estabelecidas pela Lei n.º 12.919, de 24/12/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014), com a alteração introduzida pela Lei n.º 13.053, de 15/12/2014, relativa ao montante dos descontos previstos na meta de resultado.

O resultado primário do Governo Central registrou déficit de 0,40% e o resultado primário dos governos regionais tornou-se deficitário em 0,15%, em 2014. No âmbito das empresas estatais, o déficit foi de 0,08% em 2014.


Gráfico 10 - Resultado Primário e Nominal do Setor Público Não Financeiro

Fonte: Banco Central

Nos últimos doze anos, os superávits primários propiciaram a redução da dívida pública como proporção do PIB e criaram um espaço fiscal que permitiu ao governo, por exemplo, exercer uma importante política anticíclica como reação à crise financeira internacional de 2008-2009.

A dívida líquida do Governo Federal alcançou 24,8% do PIB em 2014 e a dívida mobiliária federal em mercado, item mais relevante da dívida líquida federal, alcançou 42,2% do PIB.

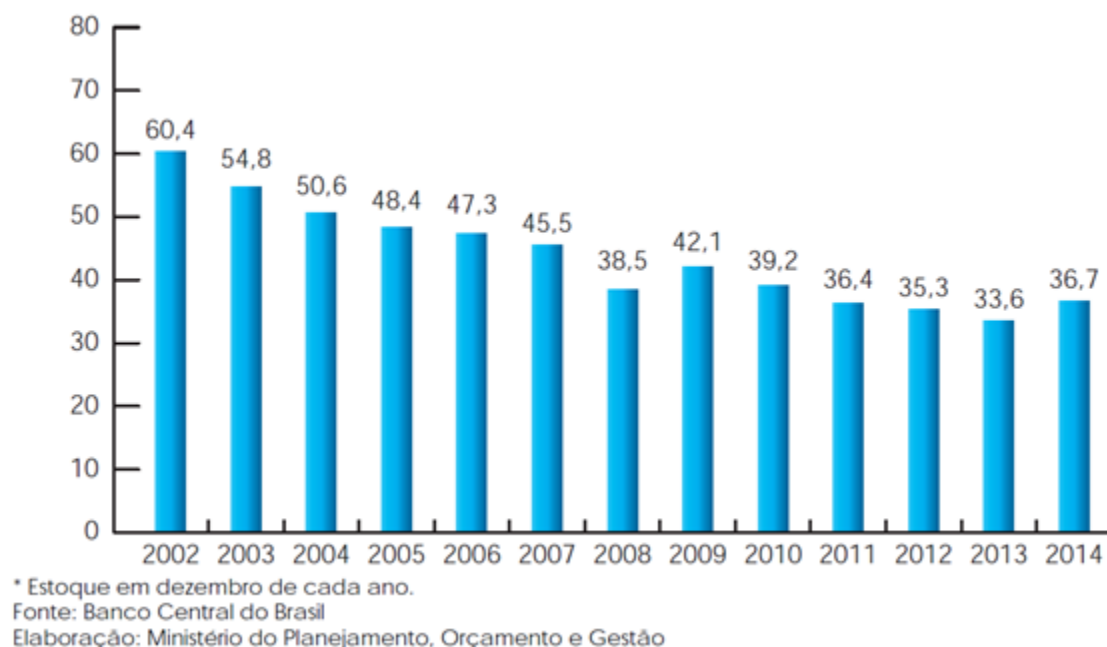


Gráfico 11 – Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)

O déficit nominal do setor público alcançou 6,7% do PIB em 2014. No caso específico do Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o déficit nominal foi de R\$ 294,2 bilhões em 2014. Como proporção do PIB, o resultado foi deficitário em 5,73% em 2014, elevando-se 2,8 p.p. no período, resultado do aumento de 0,8 p.p. nos juros nominais apropriados e da redução de 2 p.p. no resultado primário, que apresentou déficit de 0,40%.

Tabela 6 – Evolução da Dívida Líquida – Fatores Condicionantes

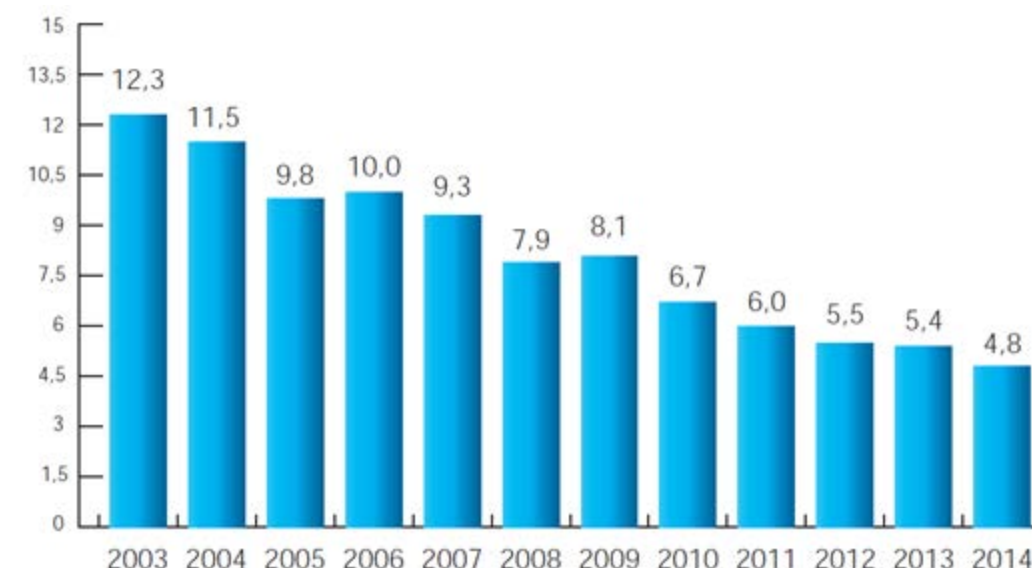
DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Dívida líquida total - Saldo	1.550.083	35,3	1.626.335	33,6	1.883.147	36,7
Fluxos	Acumulados no ano					
Var. DLSP	41.536	-1,1	76.252	-1,7	256.812	3,1
Fatores	41.536	0,9	76.252	1,6	256.812	5,0
NFSP	108.912	2,5	157.550	3,3	343.916	6,7
Primário	-104.951	-2,4	-91.306	-1,9	32.536	0,6
Juros	213.863	4,9	248.856	5,1	311.380	6,1
Ajuste cambial	-56.560	-1,3	-95.923	-2,0	-96.075	-1,9
Dív. Interna (1)	-3.171	-0,1	-4.643	-0,1	-2.835	-0,1
Dív. Externa	-53.389	-1,2	-91.280	-1,9	-93.239	-1,8
Outros (2)	-5.011	-0,1	17.600	0,4	12.481	0,2
Reconhecimento de dívidas	-5.805	-0,1	-2.427	-0,1	-3.511	-0,1
Privatizações	0	0,0	-547	0,0	0	0,0
Efeito crescimento PIB		-2,1		-3,3		-1,9

Fonte: Banco Central do Brasil. (1) Dívida mobiliária interna indexada ao dólar. (2) Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

Mercado de Trabalho

Em 2014, o mercado de trabalho apresentou um quadro positivo, com baixo desemprego e sustentação de ganhos reais de salário (de 2003 a 2014 o salário mínimo teve aumento de 73%, base para todo o sistema de proteção social), contribuindo, dessa forma, para atenuar o custo social da desaceleração da atividade econômica.

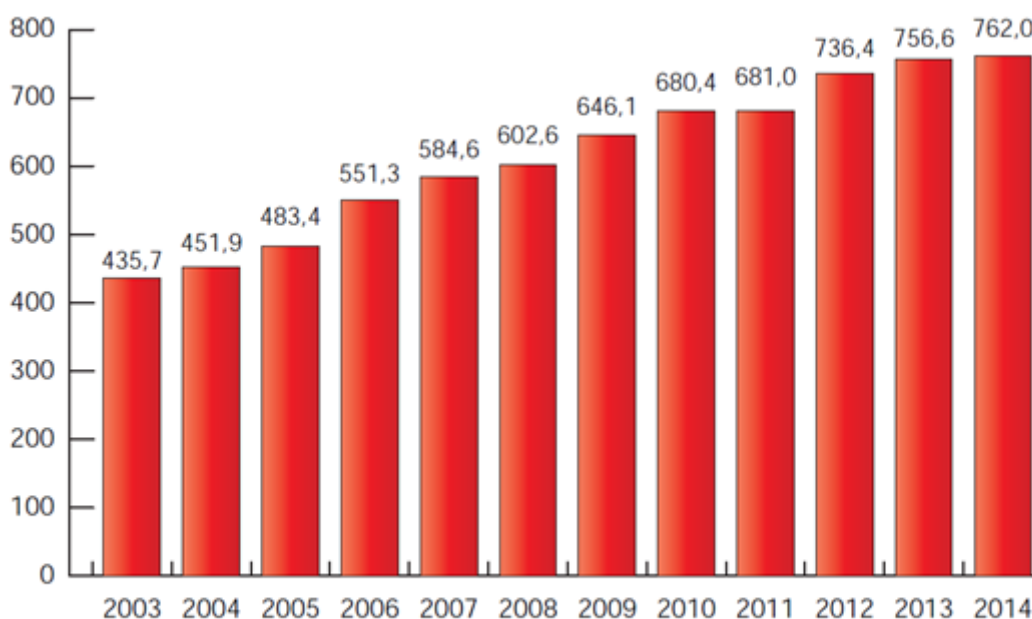
Gráfico 12 – Taxa Média de Desemprego (% População Econômica Ativa)



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A redução do desemprego mostrou-se compatível com a valorização do salário mínimo, que teve reajuste real de 2,8% em janeiro de 2014 e acumulou alta real de 0,7% na comparação da média anual do salário mínimo real de 2014 com a de 2013.

Gráfico 13 – Salário Mínimo Real – Média Anual (em R\$ de 2014)



Fonte: IPEADATA
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Entre 2011 e 2014 o País gerou, em termos líquidos, 5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. A taxa de desocupação, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, prosseguiu na trajetória de queda atingindo novo mínimo histórico de 4,8% em 2014 (média do ano).

2.1.2 – Dimensão Social

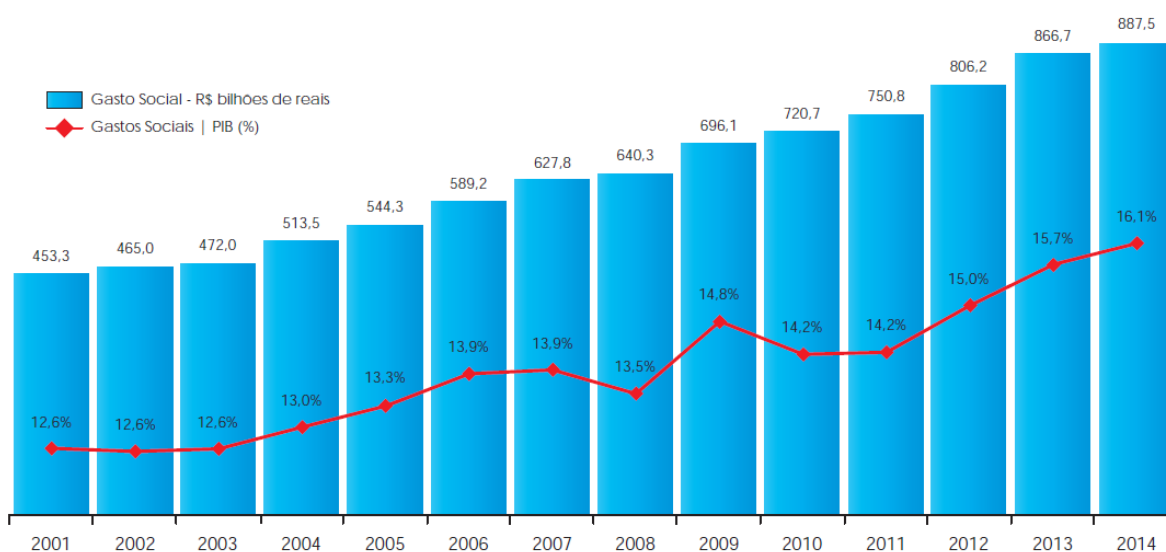
De acordo com o relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, o sistema de proteção e promoção social é um dos eixos estruturantes da estratégia de desenvolvimento em curso desde o PPA 2004-2007, que conjuga crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Ao mesmo tempo em que o fortalecimento das políticas sociais tem sido determinante para a continuidade do modelo de desenvolvimento inclusivo, promovendo crescimento econômico e aumento do poder aquisitivo da população, notadamente nas classes sociais e regiões mais vulneráveis, incentivando a ampliação da capacidade produtiva, e impulsionando a geração de emprego e renda, também pode ser visto como um movimento de consolidação e expansão do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Esse sistema abrange tanto políticas setoriais (saúde, previdência, assistência social, trabalho e renda, educação, cultura e esporte, desenvolvimento urbano e agrário e segurança pública), como políticas transversais que buscam a garantia de direitos de públicos específicos, por meio de políticas executadas nos diversos setores e ações afirmativas.

Nos últimos anos, o bom desempenho do mercado de trabalho, em conjunto com a política de valorização do salário mínimo – e dos benefícios da seguridade a ele associados –, contribuiu para uma expressiva redução do estado de miséria, que passou a mostrar-se significativamente relacionado com a desvinculação do trabalhador do emprego formal ou mesmo de ocupações mais estáveis quanto à duração e ao rendimento.

A trajetória de crescimento do gasto público federal em políticas sociais ilustra o movimento de fortalecimento do sistema de proteção e promoção social. Orientado por uma estratégia de institucionalização de novos direitos, políticas e programas de governo, e permeado por inovações de planejamento e gestão que aprimoraram a sua efetividade e o seu alcance sobre públicos e territórios mais vulneráveis, o gasto federal em políticas sociais atingiu o patamar de R\$ 887,5 bilhões em 2014, o que corresponde a 16,1% do PIB. Esse valor representa um crescimento real de 95,9% com relação a 2001.

Gráfico 14 – Evolução dos Gastos Sociais



Fonte: SIOP/MP e Contas Nacionais/IBGE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fundamental para o sucesso da Política Social é a integração entre as diversas iniciativas, como Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (PIEC), ao Programa Crack, É Possível Vencer e ao Plano Viver Sem Limite. O quadro a seguir, disponível no Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2014, retrata alguns exemplos de oferta de bens e serviços públicos essenciais à cidadania que traduzem esses avanços, destacando-se a grande magnitude dos benefícios providos no âmbito da seguridade social.

Tabela 7 – Políticas Sociais

BENEFÍCIOS, BENS E SERVIÇOS	2001 ¹	2014 ¹
ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família ²	3,6 milhões ⁽²⁰⁰³⁾	14,0 milhões
Beneficiários do BPC e RMV ³	2,3 milhões	4,3 milhões
PREVIDÊNCIA		
Beneficiários do RGPS ⁴	18,9 milhões	27,8 milhões
TRABALHO E RENDA		
Beneficiários do seguro-desemprego	4,8 milhões	8,9 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Beneficiários do Abono Salarial	6,5 milhões	21,3 milhões ⁽²⁰¹³⁾
SAÚDE		
Procedimentos Ambulatoriais	1.883,5 milhões	3.794,2 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Atendimentos na Atenção Básica	868,0 milhões	1.200,8 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Atendimentos na Atenção Especializada	146,4 milhões	447,0 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Internações Eletivas	1,5 milhão	2,2 milhões
Internações de Urgência ⁵	10,6 milhões	8,5 milhões
EDUCAÇÃO⁶		
Matrículas na Educação Infantil	4,4 milhões	5,5 milhões
Matrículas no Ensino Fundamental Regular ⁷	33,3 milhões	24 milhões
Matr. no Ensino Fundamental em Tempo Integral ⁸	1,3 milhão ⁽²⁰¹⁰⁾	4,4 milhões
Matrículas no Ensino Médio Regular	7,6 milhões	7,2 milhões
Pnae – Alunos Beneficiados	36,9 milhões	42,2 milhões
PNLD – Livros Didáticos Adquiridos	96,0 milhões ⁽²⁰⁰⁵⁾	135,5 milhões
Pnate – Alunos Beneficiados	3,2 milhões ⁽²⁰⁰⁴⁾	4,45 milhões
Caminho da Escola – Ônibus Adquiridos	2.391 ⁽²⁰⁰⁸⁾	4.078
Matr. na Educação Profissional de Nível Médio ⁹	279.143	1,7 milhão
Matr. no Ensino Superior	1,1 milhão	2,4 milhões
FIES – Contratos Firmados	65.921	732.348
PROUNI -Bolsas Ocupadas	95.612 ⁽²⁰⁰⁵⁾	223.493
DESENVOLVIMENTO URBANO		
Moradias do Minha Casa Minha Vida ¹⁰	-	2 milhões
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
Contratos pelo Pronaf	0,9 milhão	1,5 milhão

Fonte: MEC, MS, MDS, MPS, MCidades, MDA e MTE

1. Quando os dados de 2002 ou 2014 não estavam disponíveis, utilizou-se o dado do ano indicado entre parênteses.
2. Em 2002, existiam outros programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás). O Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132/2003.
3. Benefício de Prestação Continuada – BPC e da Renda Mensal Vitalícia – RMV.
4. Benefícios emitidos em dezembro de cada ano, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
5. A redução das internações de urgência deve-se a uma mudança de modelo assistencial no SUS, em que a atenção ambulatorial, em especial a da atenção básica, ganha maior importância e resolubilidade.
6. Os números de matrícula citados referem-se à rede pública. Programas da educação citados: Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Pnate; Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; e Programa Universidade para Todos – Prouni.
7. A redução de matrículas deve-se à melhoria do fluxo escolar e à diminuição da quantidade de crianças e adolescentes no período considerado (mudança na base da pirâmide etária brasileira).
8. Essas matrículas são um subgrupo das Matrículas no Ensino Fundamental Regular.
9. Consideradas as modalidades integrada, concomitante e subsequente.
10. O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV só foi instituído em 2009 pela Lei nº 11.977/2009.

2.2 - Programas Temáticos do PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 é composto por 65 programas prioritários e o Volume II do Relatório de Avaliação apresenta uma descrição pormenorizada dos resultados alcançados no ano de 2014. A execução orçamentária do Plano, considerando-se recursos autorizados pela Lei Orçamentária (LOA) e créditos adicionais, alcançou R\$1.031 bilhões, o que representa 87,7% do total autorizado. Os programas temáticos responderam por 75,7% da execução total, somando R\$ 780,2 bilhões, enquanto o conjunto dos programas de gestão representou 24,3% (R\$ 251,1 bilhões) do total orçamentário executado pelo Plano.

Em linha com a estratégia inclusiva de desenvolvimento apresentada neste Volume do Relatório, sobressai a escala dos recursos orçamentários executados no âmbito dos programas sociais, em 2014: R\$ 629,4 bilhões ou 61% do executado pelo PPA. A tabela abaixo resume a execução orçamentária do PPA 2012-2015 em 2014:

Tabela 8 – Programas do PPA

PROGRAMAS	AUTORIZADO*	EXECUTADO**
Programas Temáticos	912,0	780,2
Políticas Sociais	684,7	629,4
Políticas de Infraestrutura	157,5	120,1
Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	42,3	20,3
Política de Soberania, Manutenção e Serviço ao Estado	27,6	10,3
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	264,1	251,1
Total	1.176,1	1.031,3

* LOA + Créditos adicionais

** Liquidado dos Orçamentos Fiscal e Seguridade + Pago do Orçamento de Investimento

Fonte: SIOP/MP

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A seguir são apresentados alguns comentários sobre os programas considerados prioritários pelo Poder Executivo, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

O PAC foi instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, cuja ementa estabelecia que o Programa seria “constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal.”

Inicialmente, o PAC previa investimentos para o quadriênio 2007- 2010, de R\$ 503,9 bilhões, sendo R\$ 83,1 bilhões com recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (OFSS) e R\$ 436,1 bilhões das estatais e demais fontes (investimentos privados com estímulos públicos e parcerias). Em 2010, decorridos, portanto, quatro anos da instituição do PAC, e após sucessivas revisões do montante dos investimentos, o 11º Balanço Completo do Programa (2007-2010), consignou que, dos R\$ 657,4 bilhões previstos para aplicação até 31/12/2010, R\$ 559,6 bilhões, equivalentes a 85,1%, já haviam sido investidos até outubro de 2010, sendo que esse percentual alcançaria a 94,1%% até o final daquele exercício.

O PAC 2, correspondente ao período de 2011 a 2014, foi lançado em 29 de março de 2010, e tem previsão de investimentos de R\$ 1,066 trilhão para os quatro anos. O 11º Balanço Completo do PAC 2 (Janeiro - Outubro 2014) consignou investimentos no período de 2011 a 2014 da ordem de R\$ 1,009 trilhão, equivalentes a 91,3% do total previsto.

As ações do PAC 2 foram divididas em seis eixos de desenvolvimento, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida Água e Luz para Todos, Energia e Transportes. Os objetivos e as principais realizações de cada eixo estão resumidos a seguir, com base nas informações constantes do 11º Balanço Completo do PAC 2:

Eixo 1 Cidade Melhor – com o objetivo de enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, como saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade e pavimentação. O Programa Cidade Melhor realizou investimentos da ordem de R\$ 10,7 bilhões, tendo concluído 1.600 empreendimentos de saneamento, incluindo esgotamento sanitário, saneamento integrado, drenagem, contenção de encostas e pavimentações. Estão concluídas ou em fase de conclusão 31 obras de mobilidade que já beneficiam os usuários de transporte coletivo, como o trecho Lapa-Retiro da Linha 1 do metrô de Salvador, as Linhas Sul e Centro do metrô de Recife, a Linha Sul do metrô de Fortaleza, os BRTs Leste-Oeste e Norte-Sul, além da Via Mangue, em Recife, os BRTs da Área Central, da Av. Cristiano Machado, da Av. Antônio Carlos, em Belo Horizonte, o BRT Transcarioca, no Rio de Janeiro, o Corredor Mário Andreazza, em Cuiabá, o BRT Eixo Sul, em Brasília, a requalificação da Rodoferroviária, o BRT Marechal Floriano e a via Aeroporto-Rodoferroviária, em Curitiba, e o trem urbano São Leopoldo-Novo Hamburgo.

Eixo 2 Comunidade Cidadã – Serviços sociais e urbanos nas grandes cidades brasileiras, com ações de ampliação na cobertura de serviços comunitários nas áreas de saúde, educação e cultura. Fazem parte desse eixo as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), as Unidades Básicas de Saúde - UBS, as creches e pré-escolas, as quadras esportivas nas escolas e as praças dos esportes e da cultura.

Tabela 9 - RESULTADOS DO EIXO 2 – COMUNIDADE CIDADÃ

Unidade	Quantidade	Recursos PAC 2	Municípios Atendidos	Concluídas
UBS	14.448	R\$ 3,7 bilhões	4.145	3.326
UPAs	484	R\$ 1 bilhão	-	39
Creches e Pré-Escolas	6.016	R\$ 7,7 bilhões	2.451	786
Quadras	9.817	R\$ 3,8 bilhões	3.807	1.067
CEUs	342	R\$ 755,2 milhões	315	53
CIE	269	R\$ 967,30	254	-

Fonte: 11º Balanço do PAC. Elaboração Própria

Eixo 3 Minha Casa, Minha Vida (MCMV) – com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda. O MCMV concluiu empreendimentos no valor de R\$ 449,7 bilhões, correspondentes a 1,87 milhão de moradias. As contratações somam, ao todo, 3,7 milhões de unidades, sendo 2,7 milhões de moradias contratadas no MCMV 2. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo firmou mais de 1,9 milhão de contratos para construção, aquisição ou reforma de moradias.

Eixo 4 Água e Luz para Todos – Investimentos para a universalização do acesso à água e energia elétrica no país. Fazem parte desse eixo as ações Luz para Todos, Água em Áreas Urbanas e Recursos Hídricos. O citado Balanço informa que foram concluídas ações no valor de R\$ 10,3 bilhões. Destaca a realização de mais de 538 mil ligações de energia elétrica para 2 milhões de pessoas que vivem no campo, em assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas. Desse total, mais de 205 mil pessoas são beneficiárias do Programa Brasil Sem Miséria. Em Recursos Hídricos, mais de 238 localidades tiveram sistemas de abastecimento de água implantados e construídos 58 sistemas de esgotamento sanitário. Foram concluídos 1.150 empreendimentos, que melhoraram o sistema de abastecimento de água em áreas urbanas e 40 empreendimentos de recursos hídricos para combater a escassez de água no Nordeste brasileiro.

Eixo 5 Transportes – Tem como prioridade os investimentos em ferrovias e rodovias do país, otimizando o escoamento da produção brasileira e garantindo a segurança dos usuários. Fazem parte também deste eixo projetos de portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais. Foram concluídos empreendimentos no valor de R\$ 66,9 bilhões em todo o País. São 5.118 km em rodovias. Entre as obras finalizadas, destacam-se a duplicação da BR-060 (GO), de Goiânia a Jataí, com 315 km, o Arco do Rio de Janeiro - BR-493 (RJ), a construção de 22 km da BR-448 (RS), a Rodovia do Parque, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul, a construção de 4,3 km da Via Expressa ao Porto de Salvador na BR-324 (BA) e a duplicação de 249 km da BR-101 (SC), entre Palhoça e a divisa com o Rio Grande do Sul. Na área de Portos, o PAC 2 concluiu 30 empreendimentos como: ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória, construção dos Terminais de Passageiros de Natal e Recife e dragagens de aprofundamento nos portos de Imbituba (SC), Santos (SP), Natal (RN), Fortaleza (CE), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC), Rio de Janeiro (RJ) e Suape (PE).

Eixo 6 Energia – Se constituem investimentos para assegurar o suprimento de energia elétrica no país a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas. Tem como áreas prioritárias a geração de energia elétrica, a transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, marinha mercante, combustíveis renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral. O Governo informa que as ações concluídas alcançaram a R\$ 253,3 bilhões. O Eixo Energia promoveu a entrada de 15.908 MW no parque gerador brasileiro. Para levar toda essa energia aos mercados consumidores, fortalecendo e expandindo o Sistema Interligado Nacional, foram concluídas 51 linhas de transmissão, totalizando 15.312 km de extensão e 52 subestações.

Comparativamente, o PAC 1 efetuou pagamentos num total de R\$ 61,9 bilhões e o PAC 2 pagamentos de R\$ 107,2 bilhões, ou seja, houve incremento da execução financeira da ordem de 73%.

A participação das ações do PAC no total de recursos executados em investimentos vem aumentando ano a ano. Em 2012, dos R\$ 46,36 bilhões liquidados em investimentos (Grupo Natureza de Despesa 4), R\$ 26,2 bilhões, ou seja, 56,5% do total, foram relativos a ações do PAC. E, em 2013 essa situação se manteve: foram executados no Grupo de Despesa 4 recursos no montante de R\$ 50,93 bilhões, dos quais R\$ 29,76 bilhões, 58,4%, foram relativos a ações do PAC.

Informa o Poder Executivo que o PAC, além de investimentos, promoveu *“alterações na legislação tributária; instituiu medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento; fortaleceu a capacidade institucional dos órgãos; induziu a organização das administrações públicas subnacionais; e removeu obstáculos burocráticos, normativos, administrativos, jurídicos e legislativos, que criavam restrições à execução.”*

Em termos agregados, a Taxa de Investimento Nominal do País saiu de 15,84% do PIB, no último trimestre de 2006, para 17,44% do PIB, no último trimestre de 2013, conforme apurado pelo IPEA.

Do ponto de vista da governança, o PAC inovou ao imprimir sistema de gerenciamento coordenado e centralizado dos empreendimentos. Com esses objetivos, foram criados órgãos específicos, a exemplo do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC) e da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), vinculada ao MPOG. Segundo o Poder Executivo, o PAC é o *“exemplo mais completo do resgate do planejamento governamental”*, pois conjugou diversas medidas necessárias à consecução das metas estabelecidas para além da garantia do orçamento. A chave desse processo teria sido o monitoramento intensivo implantado para acompanhar o Programa, baseado no conhecimento sobre a operação em cada política, que produziu subsídios tempestivos para garantir a eficácia das medidas planejadas, bem como para qualificar o planejamento.

Para o Poder Executivo, a experiência na gestão do PAC influenciou fortemente a nova estrutura do PPA 2012-2015. Não obstante o mérito e os inegáveis avanços proporcionados pelo Programa na melhoria da gestão dos investimentos públicos, ainda há um descolamento entre os empreendimentos abarcados pelo PAC e aqueles listados no PPA. A Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados aponta que ainda são precárias e insuficientes as informações sobre os empreendimentos em execução disponíveis no Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SISPAC), gerido pela SEPAC/MPOG.

A conclusão a que se chega, portanto, é que as ferramentas disponibilizadas pelo Poder Executivo para o controle e monitoramento centralizado das obras públicas podem ser aprimoradas. Para corrigir tal situação, a Consultoria sugere que a Administração desenvolva um sistema corporativo de uso cogente para todos os órgãos e entidades integrantes dos OFSS e de investimento das empresas estatais. Em tal sistema, cada obra deveria funcionar como um “centro de custos”, ao qual seriam apropriadas as despesas com elaboração de projetos, estudos, licenciamentos, insumos, serviços, inclusive aqueles decorrentes de aditivos e obras complementares, de forma a permitir o controle e o acompanhamento dos custos, dos cronogramas, dos estágios de todos os contratos vinculados àquela iniciativa.

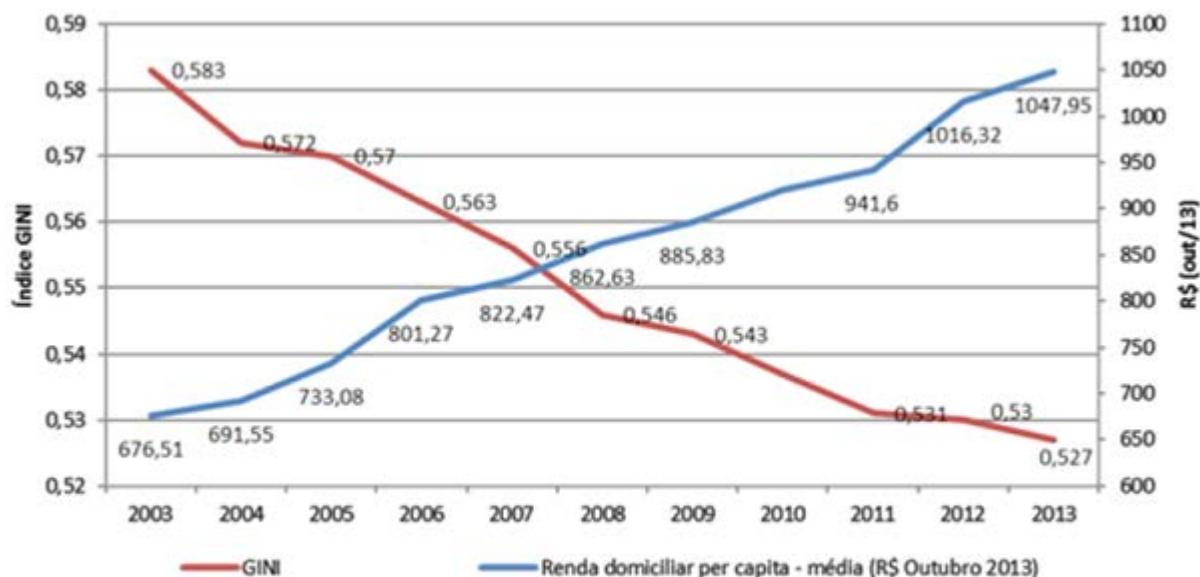
Esse conjunto de informações subsidiaria o trabalho de gestores e órgãos de controle e também se constituiria em poderoso instrumento de transparência e controle social mediante a disponibilização das informações na rede mundial de computadores.

Plano Brasil Sem Miséria (PBSM)

O Plano Brasil sem Miséria (BSM) foi instituído pelo Decreto 7.493, de 02 de junho de 2011 e alterado pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014. O Plano pretendia romper não só com a naturalização da pobreza em sua variável de renda, enquanto fenômeno social, mas, mais que isto, atuar fortemente sobre as múltiplas dimensões da pobreza. Além disto, o Plano consubstanciava a variável de inclusão social com desenvolvimento.

Nos últimos anos verificou-se uma significativa redução da desigualdade social, conforme mostra a evolução do coeficiente de Gini e da renda, segundo gráfico a seguir.

Gráfico 15 – Evolução do Índice de Gini e do Valor da Renda Domiciliar per capita média, 2003-2013, Brasil



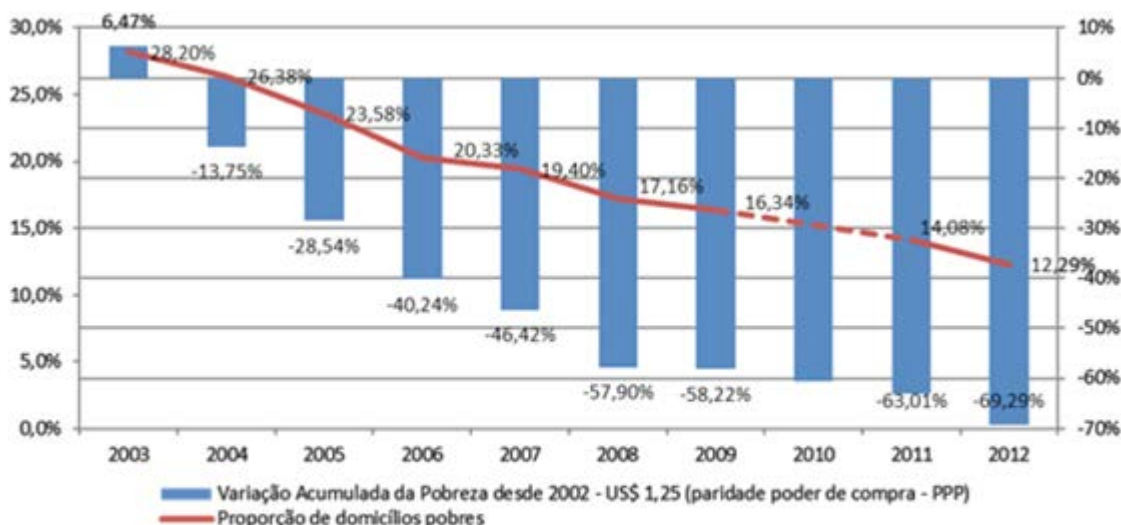
Fonte: Ipeadata (2014), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.

Nota: Dados de 2010 não foram divulgados por não ter sido realizada a Pnad.

Dentre as políticas públicas que mais contribuíram para esse cenário sobressaem a valorização do salário mínimo, o incentivo à formalização do trabalho e geração de emprego, o apoio à agricultura familiar e o Plano Brasil sem Miséria. Ainda no que tange à redistribuição de renda, é sempre importante destacar que as políticas públicas de transferência de renda exercem efeitos multiplicadores sobre a economia nacional, em especial o Programa Bolsa Família (PBF), que apresenta impacto positivo não só na diminuição da desigualdade de renda, mas também no crescimento econômico. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2013, a partir da matriz de contabilidade social de 2009, cada R\$ 1,00 gasto no programa é multiplicado em R\$ 1,78 de aumento no Produto Interno Bruto (PIB) e de R\$ 2,40 no consumo final das famílias. Dessa forma, o País vivenciou uma redução consistente da pobreza no Brasil nos últimos dez anos.

Gráfico 16 – Variação Acumulada da Pobreza a partir de 2002 e Proporção de Domicílios Pobres, 2003-2012, Brasil



Fontes: Ipea (2013) ¹ e Ipeadata (2014), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.
Nota: Dados de 2010 não foram divulgados por não ter sido realizada a Pnad.

O PBSM é composto por ações já existentes e consolidadas, assim como por iniciativas inéditas que possuem em comum a adesão ao objetivo da erradicação da extrema pobreza, envolvendo diversos ministérios que apoiam e consolidam investimentos na área social. O objetivo é ampliar as oportunidades, elevar a renda e as condições de bem estar da população mais pobre, considerando as realidades distintas do campo e da cidade. O plano está organizado em três eixos: i) o da garantia de renda, relativo às transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza; ii) o da inclusão produtiva, com oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda ao público-alvo do Plano; e iii) o do acesso a serviços públicos, para provimento ou ampliação de ações de cidadania e de bem-estar social.

O público prioritário do PBSM são os brasileiros que ainda se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal igual ou inferior a R\$ 70,00, quando do lançamento do Plano, em 2011. Em junho de 2014, a linha de extrema pobreza passou de R\$ 70,00 para R\$ 77,00 mensais *per capita*. Este reajuste repercutiu também no Bolsa Família, com o aumento do benefício básico e do Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). Com isso, o benefício médio mensal aumentou de R\$ 150,00 em 2013, para R\$ 170,00 em 2014.

O benefício médio mensal pago a famílias que permaneciam em extrema pobreza após receberem o Bolsa-Família era de R\$ 132,00 em 2011, passando para R\$ 242,00 em 2014, após superarem a extrema pobreza com o Brasil sem Miséria, um aumento de 83%.

Gráfico 17 – Evolução do Quantitativo (R\$) Médio Recebido pelas Famílias Beneficiárias do PBF, 2004-2014, Brasil

Fonte: Caixa Econômica Federal (2014). Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF), posição mês de dezembro dos respectivos exercícios, valores correntes.

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.

O Programa Bolsa Família (PBF), que abrangeu mais de 14 milhões de famílias, em 2014, se desenvolve em três eixos principais: a transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza, enquanto as condicionalidades induzem o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo a possibilitar aos beneficiários a superação da situação de vulnerabilidade. Desde a sua criação, o PBF vem se aperfeiçoando de modo a atender a quem realmente necessita. Uma mudança recente foi a implantação da parcela variável do Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), destinado a todas as famílias participantes do Programa que, mesmo após receberem esses benefícios, continuavam a ter renda per capita mensal inferior a R\$ 77,00, independentemente da composição familiar. Por consequência, atualmente, nenhuma das famílias beneficiárias está abaixo da linha da extrema pobreza.

A estratégia de Busca Ativa conseguiu a inclusão de aproximadamente 347 mil famílias extremamente pobres no Cadastro Único e imediatamente no Bolsa Família em 2014, totalizando 1,38 milhão de famílias desde o início do BSM. Além disso, estas famílias passaram a ter acesso aos vários programas e serviços destinados aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social. Já o Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais se utiliza da estrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e repassa recursos financeiros não reembolsáveis a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Em 2014, atingiu-se a marca de 147,4 mil famílias atendidas pelo Fomento, sendo que 92,2 mil famílias receberam o benefício nesse ano.

No tocante ao Programa Água para Todos, que visa à universalização do acesso e uso da água para o consumo humano (16 mil litros) e a produção alimentar (52 mil litros), só em 2014 foram 300,8 mil cisternas de consumo, totalizando 781,8 mil desde o começo do BSM, superando a meta de 750 mil. Os Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco se destacam como os principais destinos de instalação das cisternas.

Quanto às cisternas de produção e outras tecnologias sociais, foram entregues 60,8 mil apenas em 2014. Ao agregar o valor de 2014 às entregas dos anos predecessores pode-se afirmar que houve a superação da meta global do BSM de 76 mil para o período 2011-2014.

No eixo de acesso a serviços, o PBSM leva os serviços públicos, especialmente os de saúde, educação e assistência social, às pessoas e localidades mais pobres do País. Além de garantir o acesso, expande a oferta e melhora a qualidade dos serviços prestados à população que mais precisa.

Merece destaque a ampliação dos serviços e equipamentos da Assistência Social. Em 2014, os destaques são os 236 novos Centros Pop, que atendem a pessoas em situação de rua com serviços co-financiados, chegando a um total de 301 unidades desde o início do BSM, e a ampliação dos serviços de acolhimento, com criação de 6.000 novas vagas.

Na área da educação, a ação Brasil Carinhoso dá o estímulo financeiro aos Municípios para que eles aumentem a quantidade de vagas ocupadas por crianças do Bolsa-Família em creches.

Assim, instituiu-se a suplementação de 50% sobre o valor transferido pelo Governo Federal aos Municípios, por criança atendida pelas creches municipais ou conveniadas, desde que beneficiárias do PBF. Tal ação é operacionalizada por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em 2014, 4.938 municípios brasileiros identificaram 707,7 mil crianças com até 48 meses de idade beneficiadas pelo Bolsa-Família no ensino infantil, ampliando os recursos recebidos para mantê-las, o que significa aumento de 56% em relação a 2013. No caso da escola em tempo integral, a expansão do Programa Mais Educação prioriza regiões com maior incidência de pobreza e escolas com maior proporção de alunos do PBF – em 61% dessas escolas, equivalente a 35,7 mil estabelecimentos, sendo que a maioria dos alunos são beneficiários do PBF.

O plano alcançou, ao final de 2014, todas as metas estipuladas quando de sua construção, em 2011. O plano criou e implementou políticas e tecnologias sociais importantes que foram fundamentais para superar a extrema pobreza, para o enfrentamento da pior seca dos últimos 50 anos no Nordeste, para conceder autonomia aos agricultores familiares de baixa renda e, principalmente, para retirar o Brasil do Mapa Mundial da Fome, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Os principais desafios que se colocam para uma agenda futura passam pela necessidade de melhorar ainda mais o acesso a serviços públicos, como saúde e educação, bem como pela inclusão produtiva da população de baixa renda, por meio da melhoria da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional e da formalização do microempreendedor individual.

1 Carta de Conjunta Dez/2014, disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24253&Itemid=3

3 VOTO

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 6, de 2015-CN (nº 181/2015, na origem), e dos documentos por ela encaminhados, bem como das apreciações e recomendações que faço neste Relatório.

Brasília, 27 de outubro de 2015.

Deputado Zeca Dirceu
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO- CMO, na Décima Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ZECA DIRCEU, pelo **CONHECIMENTO** da Mensagem nº 6/2015, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014", e dos documentos por ela encaminhados, bem como das apreciações e recomendações no Relatório e posterior envio ao arquivo.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Walter Pinheiro, Terceiro Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Angela Portela, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Hélio José, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Paulo Bauer e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice- Presidente, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, Lázaro Botelho, Leio Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 10 de novembro de 2015.

Deputado JAJME MARTINS
Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência

Deputado Zeca Dirceu
Relator

PARECER Nº 101 DE 2015–CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o **Aviso nº 11, de 2015-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, e à Lei 8.443/92, art. 90, §§ 1º e 2º, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2015”.

Relator: Deputado PEDRO FERNANDES

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 2º trimestre do exercício de 2015, objeto do **AVN nº 11/2015-CN** (Aviso nº 954 - GP/TCU, de 28/8/2015, na origem).

A remessa dos citados Relatórios foi realizada ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

O Relatório Trimestral foi encaminhado dentro do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293, § 1º, do Regimento Interno daquela Corte de Contas.

O Presidente do TCU, Ministro Aroldo Cedraz, informa que, na condução das suas ações, a palavra de ordem no Tribunal tem sido inovação: a busca de métodos de trabalho e recursos tecnológicos inéditos ou aprimorados, com foco na melhoria dos resultados. O Presidente destaca a aplicação de modelos preditivos e técnicas de análise textual para maior efetividade das fiscalizações, e o desenvolvimento de aplicações móveis para melhor interação com os gestores e cidadãos.

Dentre os trabalhos de maior relevância, o Presidente do TCU destacou o monitoramento de determinações feitas pelo TCU, em 2013, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), que teve como consequência a melhoria no atendimento das demandas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SFRB), por parte da Dataprev. Tais ações evitaram a ocorrência de prescrição de créditos tributários da ordem de R\$ 12,1 bilhões durante o ano de 2014, o que contribuiu para o alcance de um montante histórico de benefício financeiro total decorrente da atuação do TCU, de aproximadamente R\$ 15,450 bilhões. Também fica ressaltada a atuação prévia do TCU, mediante a adoção de 28 medidas cautelares, sobre um montante de R\$ 1,39 bilhão de recursos públicos.

Este exame concentra-se no Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União do 2º trimestre de 2015, encaminhado pelo **AVN nº 11/2015-CN**. A íntegra deste Relatório de Atividades encontra-se disponível, para consulta, na página da CMO¹.

O Relatório Trimestral apresentado está estruturado em seis grandes blocos de informações, a saber:

I. Nossos Principais Resultados;

II. Principais Trabalhos;

III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, composição, organograma, deliberação dos colegiados, etc.;

IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções, atuação do TCU por área temática, etc.;

¹ O Relatório referente ao 2º Trimestres de 2015 está disponível na Secretaria e na página da *internet* da CMO: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo/projetos-de-lei-e-outras-proposicoes/projetos/proposicoes/qtom.html>

I. Relacionamento com o Público Externo; e

II. Atividades Administrativas.

O Relatório destaca os seguintes resultados:

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 15,45 bilhões
Medidas cautelares adotadas	28
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 1,39 bi
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	895
Valor das condenações	R\$ 622,80 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	830
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 480 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	28
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	16
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	234
Processos julgados conclusivamente	1.644
Acórdãos proferidos	5.123
Atos de pessoal analisados	19.934
Fiscalizações concluídas	125

Fonte: Relatório de Atividades do TCU – 2º Trimestre 2015

1.1 Composição do TCU

O Tribunal, durante o ano de 2015, é presidido pelo Ministro Aroldo Cedraz, cabendo a vice-

presidência ao Ministro Raimundo Carreiro. Ambos foram eleitos para suas funções em dezembro de 2014.

1.2 Estrutura do TCU

O Tribunal, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais a ele cometidas

Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Segundo o Relatório, o Tribunal realizou, no fim de 2014, uma alteração na estrutura da Secretaria da Instituição por meio da Resolução-TCU nº 266/2014. A nova estrutura busca viabilizar o aperfeiçoamento de processos de trabalho estratégicos do Tribunal e promover maior sinergia nas ações de controle, além de estimular a inovação, com o emprego de tecnologia da informação para permitir a análise preditiva de dados nos trabalhos de fiscalização e auditoria.

Neste contexto, o ano de 2015 representará importante passo na evolução do TCU, visto que, juntamente com a especialização do controle externo, será fortalecida a estrutura da Secretaria do Tribunal com um programa de estímulo à inovação, e com mecanismos para auditorias contínuas e para fiscalização e análise preditiva de dados.

1.3 Atividade de Controle Externo

No período, foram concluídas 125 fiscalizações. Destaca-se a elevação do número de auditorias e a redução de inspeções e acompanhamentos, aumentado, desta forma, a complexidade das suas ações de controle. Do total, 32,0% (40) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 68,0% (85), foi de iniciativa do próprio Tribunal.

Além disso, no período, foram autuados 1.532 processos referentes à matéria de controle externo e apreciados, de forma conclusiva, 1.644 processos de mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No 2º trimestre, foram apreciados 19.934 atos dessa natureza, dos quais 133 tiveram registros negados em razão de ilegalidades.

1.4 Medidas Cautelares

No 2º trimestre de 2015 foram adotadas 28 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 1,39 bilhão.

1.5 Julgamento de Contas e Condenações e Sanções Aplicadas

No trimestre, o TCU apreciou de forma conclusiva 779 processos de contas e contas especiais, dos quais 430 (55,2%) condenaram 764 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 49 processos foram aplicadas multas a 132 responsáveis.

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito em valores superiores a R\$ 620 milhões, atualizados até a data dos respectivos

acórdãos. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 1,8 milhão.

Adicionalmente às condenações de natureza pecuniária, o Tribunal considerou 28 responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, e 16 empresas inidôneas para licitar com a Administração Pública Federal. Além disso, o TCU solicitou à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal, a adoção de medidas para o arresto de bens de 15 responsáveis com o objetivo de ressarcir o dano causado ao erário.

1.6 Atuação do Ministério Público junto ao TCU

O Relatório de Atividades do TCU também apresenta os números da atuação, no 2º trimestre de 2015, do Ministério Público junto ao TCU, que autuou 830 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R\$ 480,6 milhões. O MP/TCU, neste período, emitiu parecer em 4.532 processos.

1.7 Benefícios Financeiros das Ações de Controle

O Relatório demonstra alguns resultados da atuação do TCU em termos financeiros, afirmando que o benefício financeiro, no 2º trimestre de 2015, decorrente das ações de controle, atingiu o total de R\$ 15,450 bilhões. Estes benefícios decorrem, dentre outras ações de controle, da correção de irregularidades ou impropriedades, do incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de programas de Governo e de órgão ou entidade da Administração Pública, das condenações em débito e aplicação de multas. Este benefício financeiro representa um valor 37,06 vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período.

1.8 Atuação do TCU por Área Temática

O Relatório destaca, pela importância ou interesse das constatações verificadas, os seguintes trabalhos agrupados conforme as dez Áreas Temáticas definidas pelo Congresso Nacional para a divisão setorial dos trabalhos de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):

1.8.1 Infraestrutura

1.8.1.1 Minas e Energia

a) concluiu o Relatório Sistemático de Fiscalização em Energia (FiscEnergia), com a consolidação das principais fiscalizações do Tribunal na área de energia elétrica nos últimos 15 anos, sob a ótica de continuidade, qualidade e modicidade tarifária. Neste trabalho, identificou que os atrasos sistêmicos na entrada em operação de outorgas de geração e transmissão de energia ocorreram pelos seguintes tipos de falhas: de planejamento e de implementação das políticas setoriais e de regulação e fiscalização do setor elétrico. Também se verificou que o nível de perdas elétricas no Brasil é bastante elevado, quando comparado com o de outros países, e atinge um desperdício de R\$ 15,2 bilhões por ano. Outro aspecto avaliado foi a ocorrência de apagões em 2012 e 2013, que foram motivado, entre outras razões, pelas seguintes: falta de investimentos em estrutura e tecnologia; insuficiência de manutenção e de substituição de equipamentos ultrapassados, ausência de sistemas de proteção da rede e de prevenção de variações na

tensão; aparelhos fora do padrão, problemas estruturais em subestações e falhas humanas. O TCU determinou a realização de fiscalização específica acerca do planejamento sistêmico do setor elétrico, com foco na efetividade das ações de cumprimento de metas para o setor, na avaliação dos impactos ambientais e na modicidade das tarifas, e também determinou a atualização do escopo de fiscalização existente a respeito da Conta de Desenvolvimento Energético. (Acórdão nº 993/2015-Plenário);

b) realizou auditoria para avaliar a aquisição, pela Furnas Centrais elétricas S.A. (Furnas), de participação societária na sociedade de propósito específico Serra do Facão Participações S.A. (Sefac), que envolveu a entrada de uma nova empresa na Sefac, e tinha como objetivo a construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, em Goiás, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O TCU observou que a nova empresa foi aceita por Furnas como sua parceira societária em um empreendimento orçado em mais de R\$ 600 milhões, mesmo possuindo capital social de R\$ 1 mil, nenhuma experiência comprovada na construção de usinas hidrelétricas e tendo sido criada cerca de 30 dias antes da decisão que aprovou seu ingresso na sociedade. Estas fragilidades da parceira de Furnas levaram o BNDES a reprovar a liberação do crédito, que só foi aprovado após a assunção integral do empreendimento pela estatal. Diante do atraso, o BNDES impôs uma sanção contratual de R\$ 7,5 milhões. O TCU reprovou a atuação do Conselho de Administração de Furnas S.A. quanto ao ingresso da nova empresa sem as cautelas suficientes à avaliação da nova parceira societária para habilitar-se ao financiamento do BNDES. Além de aplicar multa a alguns gestores, recomendou que Furnas defina estratégias e/ou operações específicas para atos investigativos que devem preceder uma operação empresarial com vistas a operações de reestruturação societária de que participe (Acórdão nº 1.362/2015- Plenário);

c) determinou à Eletrobras Distribuição Roraima (EDRR) a suspensão do fornecimento de energia dos órgãos e entidades do setor público que se enquadrem em situação de inadimplência, excetuando apenas as unidades públicas essenciais. A determinação decorreu de auditoria realizada para verificar a regularidade das medidas de combate à inadimplência dos clientes do setor público efetuadas pela Distribuidora da Eletrobrás, e verificou que a EDRR tinha créditos a receber da ordem R\$ 164 milhões. (Acórdão nº 902/2015-Plenário);

d) realizou auditoria que avaliou as obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá 3 (UTE Mauá 3), sob responsabilidade da Amazonas Distribuidora de Energia S/A (AmE), empresa subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), totalizando R\$ 930 milhões de recursos fiscalizados. O Tribunal apontou os seguintes indícios de irregularidades: cronograma de desembolso (físico-financeiro) incompatível com a execução física dos serviços; fiscalização ou supervisão deficiente ou omissa, e ausência, insuficiência ou previsão ilimitada de recursos orçamentários para a execução da obra no ano. O TCU solicitou à AmE relação contendo a identificação e qualificação dos responsáveis pela elaboração do edital de licitação das obras da UTE Mauá 3 e determinou uma série de medidas à empresa. (Acórdão nº 1.175/2015-Plenário);

e) avaliou o primeiro estágio de outorga de transporte dutoviário de gás natural, realizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para construção de gasoduto conectando o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí/RJ, ao gasoduto Cabiúnas-Reduc, em Guapimirim/RJ. A auditoria apontou: indícios de custos superestimados e incompatibilidade com as metodologias adotadas pela agência reguladora, o que pode vir a comprometer a efetividade das obras, estimadas em R\$ 134 milhões; falha no modelo de estimativa de custos adotado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que avaliou os parâmetros a serem utilizados na concessão. O TCU determinou à ANP que suspenda a licitação até que as medidas corretivas sejam adotadas e, à Petrobras, que se manifeste sobre o interesse de implantar o gasoduto, levando em consideração seu plano de investimentos atual (Acórdão nº 1.281/2015-

Plenário);

f) acompanhou o primeiro estágio do leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a concessão, por trinta anos, da construção, operação e manutenção das linhas de transmissão de energia e demais equipamentos relativos ao 2º Bipolo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte/PA, avaliando os estudos de viabilidade econômico-financeira e a aderência do empreendimento a requisitos ambientais aplicáveis. Em decorrência do acompanhamento, o TCU realizou determinações à Aneel a respeito da otimização dos orçamentos, estimativas de investimento e estudos técnicos sobre o custo de capital próprio. (Acórdão nº 1.293/2015- Plenário);

g) determinou modificações nos procedimentos internos da Petrobras referentes a contratações de obras e serviços de engenharia, devido ao fato de o modelo de Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) adotado pela estatal em suas licitações não apresentar elementos essenciais para se conferir a razoabilidade dos preços ofertados pelas empreiteiras. Esta decisão determina que, em suas contratações de obras e serviços de engenharia, em especial nas empreitadas por preço global, a Petrobras deverá fazer constar, no instrumento convocatório das licitações, documento que estabeleça em quais frações do empreendimento haverá liberdade das contratadas para inovar em termos das soluções metodológicas ou tecnológicas; elaborar e fazer constar nos seus instrumentos convocatórios e contratos matriz de riscos, capaz de definir a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação; exigir das empresas interessadas a fundamentação técnica dos preços ofertados; e estabelecer nos editais a padronização das informações mínimas necessárias nos DFP que viabilizem o julgamento das propostas. (Acórdão nº 1.441/2015-Plenário);

h) realizou auditoria para examinar as obras do Projeto Gasene, da Petrobras, que trata da implantação de gasoduto no trecho que interliga Cacimbas/ES a Catu/BA (Gascac). Para a realização da obra, foi constituída uma sociedade de propósito específico (SPE), denominada Transportadora Gasene S/A (TGS). O Tribunal entendeu que o controle externo por ele realizado alcança as SPEs, caso exista aplicação de recursos diretos ou indiretos da União. O TCU determinou à Petrobras que, em casos semelhantes, passe a gravar em seu orçamento de investimentos os recursos captados por essas sociedades. A estatal também deverá exigir das SPEs que: motivem as contratações efetuadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade; fixem critérios de aceitabilidade de preços unitários e global; aprimorem a metodologia de orçamentação utilizada para se chegar aos orçamentos estimativos, e observem o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Acórdão nº 1.344/2015-Plenário);

i) realizou auditoria para avaliar as práticas de governança e gestão de pessoas na Petrobras. O Tribunal identificou que não há avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, não há mapeamento de lacunas de competências dos membros das instâncias internas de governança e não há orientação do processo de seleção de gestores por competências. O TCU também apontou boas práticas realizadas na Petrobras, como a existência de programa de desenvolvimento gerencial e a adoção de procedimento sistematizado de gerenciamento de desempenho. Como resultado do trabalho, o TCU recomendou à Petrobras a implementação do mapeamento de lacunas de competências, a ampliação do processo de avaliação de desempenho para alcançar os membros do Conselho de Administração e o estabelecimento de processo efetivo de seleção para funções e cargos de natureza gerencial. (Acórdão nº 1.516/2015-Plenário).

1.8.1.2 Transportes

a) realizou acompanhamento sistematizado de editais de licitação de obras de engenharia publicados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no período de agosto de 2014 a janeiro de 2015. As irregularidades encontradas foram: superestimativa nos orçamentos-base; falhas nos julgamentos de propostas e na habilitação; ausência de publicação dos orçamentos-base (mesmo após a homologação do certame) e ausência de publicação dos projetos, exigindo pedido formal à comissão de licitação para a obtenção de cópia. É importante salientar que, em todos os casos fiscalizados, o Dnit foi comunicado acerca das irregularidades encontradas e adotou de imediato as medidas administrativas pertinentes para evitar a consolidação de dano ao erário, o que resultou em um benefício estimado de R\$ 154,5 milhões. (Acórdão nº 3.276/2015-Plenário);

b) avaliou a eficiência e a eficácia do trabalho instituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) nos procedimentos de alterações patrimoniais dos bens ferroviários operacionais de carga arrendados às concessionárias, após a desestatização da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). O Tribunal identificou, por problemas nos controles internos, a existência de riscos desnecessários quanto ao alcance dos objetivos do processo de alterações patrimoniais, à confiabilidade dos sistemas de comunicação e à observação de leis e regulamentos. O TCU determinou ao DNIT e à ANTT a implementação do Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica, ou outro instrumento que ambos julgarem conveniente, que contenha procedimentos e prazos para cada rotina de alteração patrimonial a serem cumpridos pelas duas partes. (Acórdão nº 838/2015-Plenário);

c) analisou esclarecimentos de gestores a respeito de irregularidades anteriormente apuradas em auditorias nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS), de responsabilidade da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. No trecho Palmas/TO-Uruaçu/GO, verificou superfaturamentos decorrentes de jogo de planilha e de quantitativo inadequado; avanço desproporcional das etapas de serviço; perda potencial ou efetiva de serviços realizados e execução de serviços com qualidade deficiente. Alguns esclarecimentos foram acatados, mas não foram capazes de afastar todos os indícios de irregularidades, levando o Tribunal a fazer a apuração dos fatos e a quantificação do dano por meio de Tomada de Contas Especial (TCE). No trecho Anápolis/GO-Uruaçu/GO, o Tribunal havia encontrado as seguintes irregularidades: sobrepreço, superfaturamento decorrente de pagamento por serviço não executado ou de serviços contratados com quantitativos desnecessários e alteração injustificada de quantitativos nos contratos, com acréscimos contratuais superiores aos limites legais. As justificativas apresentadas pelos responsáveis não afastaram as irregularidades, levando o Tribunal a determinar que a Valec mantenha os pagamentos às construtoras retidos. (Acórdãos nº 1.514/2015-Plenário e nº 1.498/2015- Plenário);

d) auditoria avaliou a variante ferroviária de Camaçari/BA, a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e determinou alguns procedimentos condicionantes ao reinício das obras. O TCU constatou projeto executivo deficiente e desatualizado, gestão temerária do empreendimento e inobservância de normas. O TCU determinou que o Dnit, previamente à retomada das obras, efetue a revisão e readequação do projeto executivo, a reavaliação da viabilidade do contrato vencedor da licitação para execução das obras e a regularização das pendências quanto à desapropriação e à renovação das licenças ambientais. (Acórdão nº 1.174/2015-Plenário);

e) auditoria examinou o processo licitatório, conduzido pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER/ES) em colaboração com o Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Governo do Estado, para a elaboração de projetos e execução das obras de implantação e pavimentação da variante do Mestre Álvaro (Contorno Rodoviário da Serra) na BR- 101/ES. As principais irregularidades constatadas pela auditoria foram falhas no ato convocatório. Além disso, identificou impropriedades na eleição de itens de serviço a serem comprovados pela licitante, na apropriação de custos relacionados à administração local no cálculo da taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), e constatou que não houve a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial da União. Por meio desta atuação preventiva, O TCU deu ciência ao DER/ES para que adote as medidas reparadoras necessárias para o bom andamento do processo e previna a repetição das falhas identificadas nesse procedimento. (Acórdão nº 867/2015- Plenário);

f) avaliou a governança do Programa de Investimentos em Logística – Ferrovias (PIL Ferrovias), o qual prevê investimentos de R\$ 99,6 bilhões para construção e modernização de 11.000 km de linhas férreas, mediante outorgas de concessões para o horizonte de 35 anos, e tem como foco a quebra de monopólio do setor. A auditoria abrangeu o Ministério dos Transportes (MT), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec) e a Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL). O TCU verificou: baixo grau de institucionalização e formalização dos atos do PIL Ferrovias e de seu modelo de operação; ausência de metas e indicadores de eficiência e efetividade do programa; inexistência de motivação clara, congruente e suficiente e de critérios objetivos que justifiquem a escolha do modelo de operação e a seleção e priorização dos trechos a serem concedidos; e, ainda, fragilidade no planejamento estratégico integrado do PIL Ferrovias com a malha ferroviária existente e com os demais modos de transporte. O Tribunal recomendou, entre outras medidas, que o MT elabore estudos técnico-econômicos que contemplem avaliações de alternativas possíveis e análise de custo-benefício a fim de justificar a adoção do novo modelo para as concessões ferroviárias. (Acórdão nº 1.205/2015- Plenário).

1.8.1.3 Comunicações

a) realizou acompanhamento do primeiro estágio de outorga de permissão para execução de serviço de radiodifusão em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 anos, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, em licitação promovida pelo Ministério das Comunicações (MC). O Tribunal verificou indícios de fragilidades, como ausência de justificativa sobre a proporcionalidade direta utilizada entre o número de propagandas e o alcance das diversas classes de emissoras, além da ausência de previsão de crescimento real das receitas ao longo do período da permissão e do período de perpetuidade. De toda forma, o TCU considerou que o MC atendeu aos requisitos previstos quanto ao primeiro estágio para a referida outorga no Município de Anápolis e que não foram detectadas desconformidades relevantes no estudo de viabilidade técnica e econômica do empreendimento. (Acórdão nº 1.356/2015-Plenário);

b) avaliou o primeiro estágio da licitação, realizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para outorga de direito de exploração de satélite brasileiro. O TCU também observou o atendimento à recomendação anteriormente feita à Anatel, para que aprimorasse as estimativas de estudos de viabilidade econômico-financeira. A análise e as sugestões do Tribunal permitiram que a Anatel realizasse alterações no estudo de viabilidade, referentes à taxa de depreciação, aos dados de investimento e à estimativa de despesas operacionais, que resultaram num aumento de cerca de R\$ 18,2 milhões no valor do preço mínimo dos quatro lotes licitados. Após a verificação, o TCU considerou que houve aderência às normas legais e regulamentares a respeito do

acompanhamento do primeiro estágio dessa outorga. (Acórdão nº 1.105/2015-Plenário);

1.8.2 Saúde

a) consolidou os resultados de auditorias realizadas na área “Obras de Infraestrutura e Saúde”, cujo enfoque foi principalmente a construção de unidades básicas de saúde (UBS) e de unidades de pronto atendimento (UPA). As obras são geridas pelo Ministério da Saúde (MS), que transfere recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para fundos de saúde de estados, Distrito Federal e municípios. Foram realizadas dez auditorias em obras distribuídas em dez estados e 43 municípios, nos quais foram avaliadas a construção de 119 UBS e 35 UPA, no valor de, aproximadamente, R\$ 137 milhões. As principais constatações estão relacionadas à fiscalização deficiente da execução do Programa, atrasos injustificados nas obras e serviços e ausência de providências para retomada de obras paralisadas. O Tribunal determinou ao MS que somente realize transferências de recursos destinadas a novas obras de UPA e UBS caso formalize convênios prévios com os entes beneficiários. O MS também deve exigir a correção das irregularidades identificadas nos empreendimentos e adotar providências para a retomada das obras paralisadas. (Acórdão nº 1.426/2015-Plenário);

b) realizou auditoria operacional para mensurar o grau de maturidade da gestão de risco na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com a auditoria, o índice médio de maturidade de gestão de riscos da Anvisa é de 10,53% quanto ao ambiente e 13,16% em relação ao processo, o que indica um nível inicial de evolução. A principal constatação foi a inexistência de uma política estruturada e sistematizada para gerir riscos, apesar de existirem práticas isoladas, que evidenciam a intenção da administração da entidade de promover atividades dessa natureza. O Tribunal recomendou à Anvisa que desenvolva política de gestão de riscos corporativos e proceda à estruturação, sistematização e implementação de processo de gestão de riscos. (Acórdão nº 673/2015-Plenário);

c) avaliou a gestão de atendimentos privados em três hospitais públicos universitários: Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Hospital São Paulo (HSP), e Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). O Tribunal determinou ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde que avaliem a viabilidade da continuidade de atendimentos privados no HCPA, no HSP e no HCFMUSP, como condição para a manutenção de um modelo misto de atendimento nas referidas instituições. Caso os ministérios concluam pela viabilidade da realização dos atendimentos privados, devem ser apresentadas justificativas para mantê-la nos hospitais em questão, a despeito dos normativos que preveem a destinação de 100% da capacidade dos hospitais universitários ao SUS. Caso concluam pela inviabilidade do sistema misto, o Tribunal determinou a adoção de medidas para que, gradualmente e sem prejuízo à continuidade dos serviços prestados, a totalidade da capacidade instalada e dos serviços realizados nessas instituições sejam destinados aos pacientes do SUS. (Acórdão nº 756/2015-Plenário);

d) analisou representação de membros do Ministério Público Federal, do Trabalho e Estaduais, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), relacionadas à excessiva demora em promover a reavaliação das substâncias agrotóxicas. O TCU identificou que a demora em analisar decorre, principalmente, de fatores alheios à Anvisa, tais como prazos não factíveis previstos na legislação. Em sua manifestação, a Anvisa alegou, entre outras razões para a demora, que há multiplicidade de atribuições da área de toxicologia, insuficiência de pessoal, insuficiência das informações trazidas pela Fiocruz para a tomada de uma

decisão regulatória. Diante disto, o Tribunal recomendou à Anvisa que busque a alteração dos normativos definidores dos prazos para a conclusão das reavaliações de ingredientes ativos dos agrotóxicos, de modo que passe a refletir o tempo necessário para o referido processo, considerando a complexidade das análises e os prazos seguidos por agências internacionais. (Acórdão nº 1.083/2015-Plenário);

e) realizou Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) sobre a temática: “Obras de Saneamento Básico da Funasa”, com o objetivo de avaliar os sistemas de abastecimento de água e esgoto em importantes regiões brasileiras, bem como verificar a compatibilidade entre a execução física e o montante dos recursos liberados pela Fundação. Dentre as principais constatações, destacam-se: restrição à competitividade da licitação; fiscalização deficiente por parte da Funasa, quanto à execução dos termos de compromisso firmados; obras paralisadas e sem funcionalidade própria; falhas em obras concluídas, mas ainda inoperantes; demora na disponibilização dos recursos federais e desembolso em percentuais diferentes daqueles informados em portarias da Funasa; atrasos que podem comprometer o prazo de entrega; projetos básicos deficientes ou desatualizados; execução de serviços de baixa qualidade; ausência de plano municipal de saneamento; contratação de serviços sem previsão de recursos orçamentários; e ausência de Certificado da Avaliação de Sustentabilidade da Obra Hídrica emitido pela Agência Nacional de Águas (ANA). O TCU determinou prazo para que a Funasa avalie a funcionalidade e o grau de utilidade de empreendimentos construídos e envide esforços junto aos municípios fiscalizados, com vistas à correção das irregularidades referentes à execução dos empreendimentos, impugnando, se for o caso, as despesas irregulares via instauração de tomada de contas especial. (Acórdãos nº 667/2015-Plenário, nº 688/2015-Plenário, nº 741/2015-Plenário, nº 742/2015-Plenário, nº 1.084/2015-Plenário, nº 1.287/2015-Plenário, nº 1.355/2015-Plenário, nº 1.424/2015-Plenário e nº 1.425/2015-Plenário);

1.8.3 Integração Nacional e Meio Ambiente

a) realizou auditoria para acompanhar as obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf) nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que envolve o trabalho dos seguintes órgãos: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, o Ministério das Cidades (MC), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Ministério da Integração Nacional (MI). Foram fiscalizados 142 convênios, com valor total superior a R\$ 733 milhões, para execução de obras de esgoto em 399 municípios. Principais irregularidades identificadas: 57% dos municípios não têm serviços adequados de esgotamento sanitário ou convênio para execução de obras de esgoto; 55% dos convênios têm obras não iniciadas, em ritmo lento ou paralisadas; 39% dos convênios estão vencidos sem a conclusão das obras; e as licenças ambientais estão vencidas em 39% dos convênios. O Tribunal determinou prazo ao MC e à Funasa para que enviem um plano de ação contendo cronograma de adoção das medidas necessárias para sanar os problemas apontados nos convênios, e também recomendou medidas de intensificação das obras ao MI, MC e à Funasa. (Acórdão nº 1.421/2015-Plenário);

b) examinou as obras do projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC), referentes à implantação do 1º trecho Jati/Rio Cariús, conduzido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH/CE). A auditoria identificou, no edital da concorrência, possível restrição à competitividade, e também sobrepreço no orçamento, quantitativos inadequados na planilha orçamentária e impropriedades na execução do contrato. O TCU ouviu os gestores, que conseguiram, com suas explicações, afastar as irregularidades

de sobrepreço e quantitativos inadequados na planilha. O Tribunal, portanto, emitiu as seguintes determinações: que em futuros termos aditivos, a SRH/CE observe os limites legais quanto a possíveis alterações do quantitativo dos itens que possuam preços acima dos referenciais de mercado; que a SRH/CE se abstenha de delimitar a tipologia de obras para fins de comprovação de capacidade técnica; e que a SIH/MI que observe o disposto na Lei de Licitações e nos demais normativos referentes ao tema, para que minimizar a ocorrência de falhas de execução contratual devido à inobservância de dispositivos legais e normativos. (Acórdão nº 1.585/2015-Plenário);

c) realizou auditoria no Ministério das Cidades (MC), na Fundação Nacional de Saúde do Estado (Funasa), na Caixa Econômica Federal (CEF), na Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba (Funasa/PB) e nos municípios de Cajazeiras, Pombal, Monteiro, Mogéiro, Vista Serrana, Bonito de Santa Fé e São Bento com o objetivo de verificar a situação de obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf). As irregularidades verificadas nas fiscalizações foram: sobrepreço, obras paralisadas, ausência ou inadequação de providências para retomá-las e atrasos que podem comprometer o prazo de entrega do empreendimento. Também constatou que alguns municípios não forneceram informações sobre as obras paralisadas. Diante da situação, o TCU informou a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), a CEF e o MC sobre os indícios de sobrepreço e afirmou que continuará a apuração e identificação dos responsáveis pelo não fornecimento de informações solicitadas na fiscalização. (Acórdão nº 1.289/2015-Plenário);

d) realizou auditoria para avaliar a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Prefeitura do Município de Parnamirim, no Estado de Pernambuco, com o objetivo de verificar as obras de esgotamento sanitário no município beneficiado pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf). A auditoria apontou superfaturamento de preços, assim como atrasos que podem comprometer o prazo de entrega. O Tribunal classificou o superfaturamento como irregularidade grave que não prejudica a continuidade (IG-C) da obra e determinou a instauração de tomada de contas especial. (Acórdão nº 1.288/2015-Plenário);

e) realizou auditoria, em conjunto com a Controladoria-Geral da República do Paraguai, nas áreas protegidas (APs) da América Latina para analisar a política pública de conservação da biodiversidade, a partir da avaliação da gestão de áreas protegidas. Os órgãos brasileiros auditados foram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O TCU determinou, entre outras medidas, que o MMA apresente plano de ação para implementar mecanismos de monitoramento do desmatamento nas APs; que o ICMBio apresente plano de ação com estratégias para consolidar as unidades de conservação; e também recomendou que o MMA fomente ações que promovam melhorias na infraestrutura disponibilizada nas unidades de conservação. (Acórdão nº 1.206/2015- Plenário);

1.8.4 Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

a) apresentou relatório de consolidação de uma série de auditorias realizadas para avaliar o processo de trabalho de gestão de contratos de Tecnologia da Informação (TI) em órgãos da Administração Pública Federal (APF). O TCU fez recomendações de boa governança à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP). À SLTI/MP e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão governante superior de alguns dos órgãos auditados, foi determinado prazo para que apresentem ao Tribunal plano de ação com as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto. (Acórdão nº 916/2015-Plenário);

b) realizou auditoria para verificar a execução física e os cronogramas de quatro obras - Centros Olímpicos de Tênis, de Esportes Aquáticos e de Handebol, e o Velódromo - do Parque Olímpico da Barra, complexo que abrigará parte das competições nas Olimpíadas Rio 2016. O TCU constatou um atraso de cinco e seis semanas nas obras do Velódromo e do Centro de Tênis, respectivamente, e decidiu dar ciência à Empresa Municipal de Urbanização (RioUrbe), ao Ministério do Esporte, e à Autoridade Pública Olímpica acerca dos atrasos. (Acórdão nº 845/2015- Plenário);

c) auditoria examinou as obras do Complexo Esportivo de Deodoro que abrigará parte das competições dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar o nível da execução e avaliar eventuais problemas com relação ao prazo final de entrega das obras, bem como analisar a qualidade dos projetos e o custo do empreendimento. O Tribunal identificou atrasos que podem comprometer o prazo de entrega da zona que contém o Centro Nacional de Hipismo e a Arena Central, e também a existência de projeto básico deficiente ou desatualizado. (Acórdão nº 851/2015- Plenário);

d) apreciou a segunda edição do Relatório Sistemático de Fiscalização da Função Cultura, o Fisc Cultura, referente ao exercício de 2014, que monitora as recomendações feitas pelo TCU ao Ministério da Cultura (MinC), decorrentes do diagnóstico traçado no Fisc Cultura de 2013. O Tribunal constatou a baixa capacidade de execução orçamentária por parte do MinC, da mesma forma que ocorreu por ocasião do FiscCultura 2013. Também verificou baixa correlação de indicadores com objetivos e metas no "Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso". A auditoria analisou objetivos e metas do PPA e do Plano Nacional de Cultura (PNC) e apontou impropriedades verificadas no monitoramento, pelo MinC, de algumas das metas. O TCU emitiu recomendações ao MinC em relação à aferição de metas e procedimentos de verificação de resultados. Ao MinC e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi recomendado que avaliem a possibilidade de compatibilizar os objetivos e metas constantes do PNC e do Plano Nacional Setorial de Museus, com os objetivos e metas a serem consignados no PPA 2016- 2019. (Acórdão nº 921/2015-Plenário);

1.8.5 Planejamento e Desenvolvimento Urbano

a) auditoria examinou as informações prestadas no Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas - Ciclo 2013 em diversos órgãos públicos, com o objetivo de conhecer e avaliar os critérios utilizados para dimensionamento e alocação da força de trabalho e contribuir para o aperfeiçoamento da governança e da gestão de pessoas. O Tribunal avaliou os seguintes órgãos: Amazonas Distribuidora de Energia S/A, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), o Ministério da Fazenda (MF), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (Hcpa) e os tribunais regionais eleitorais dos Estados de Mato Grosso (TRE/MT), Amapá (TRE/AP) e Bahia (TRE/BA). O Tribunal encontrou as seguintes falhas, que se alternaram ou se repetiram entre os órgãos: inexistência de colegiado para auxiliar a alta administração nas decisões relativas à área de pessoal; ausência de programa de capacitação para desenvolvimento de potenciais líderes; não abrangência da avaliação de desempenho sobre todos os servidores e gestores e sua desvinculação a resultados; e inexistência de processo de seleção de gestores orientado por competências. O TCU emitiu diversas recomendações, tais como: assegurar a elaboração de plano na área de gestão de pessoas com a definição de indicadores, metas e ações que contemplem funções estratégicas para unidades de gestão de pessoas; desenvolver sistema de avaliação de desempenho amplo; e estabelecer, preferencialmente, processo de seleção para funções e cargos de natureza gerencial, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a

transparência e a concorrência. (Acórdãos nº 1.171/2015-Plenário, nº 1.172/2015-Plenário, nº 1.228/2015-Plenário, nº 1.234/2015-Plenário);

b) monitorou o cumprimento de determinações feitas no âmbito de auditoria que teve por objetivo verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas de habitação e saneamento realizadas com recursos do Ministério das Cidades (MC), repassados pela Caixa Econômica Federal (Caixa), e concluiu que parte das determinações foi cumprida. Neste monitoramento, o Tribunal determinou ao MC que, na atualização de seus manuais, enfoque o aprimoramento dos projetos básicos e executivos dos empreendimentos a serem custeados com recursos de contratos de repasse, e também que informe, em suas futuras prestações de contas anuais, o resultado do mapeamento a ser efetuado para mensurar os efeitos dos cursos que serão ministrados. (Acórdão nº 761/2015 - Plenário);

c) auditoria analisou uma série de impropriedades na conduta de empresas participantes de licitações feitas por meio de pregão eletrônico pelo Governo Federal. Especificamente, as seguintes situações: empresas com sócios em comum que apresentam propostas para o mesmo item de uma mesma licitação e existência de licitantes reiteradamente desclassificados por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas. O Tribunal determinou a vários órgãos, com o objetivo de coibir recorrências de fraudes e corrigir irregularidades em pregões eletrônicos, que orientem os gestores para que autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, desistência de propostas ou outros atos que atentem contra o andamento normal dos certames. O TCU também fez recomendações ao Ministério do Planejamento para aperfeiçoamento de determinadas funcionalidades do sistema de compras do Governo Federal onde ocorrem os pregões eletrônicos. (Acórdão nº 754/2015 - Plenário);

d) avaliou a atuação do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 4ª. Região (CRTR/RJ) em razão de denúncia de irregularidades ocorridas em processo eleitoral e na gestão na entidade. O Tribunal constatou irregularidades como a admissão de pessoal sem concurso público, contratação temporária contrária à legislação eleitoral, dispensa indevida de licitação, não utilização de produtos e serviços de informática adquiridos, composição indevida de processos administrativos e insuficiência grave de controles internos. O TCU aplicou multa ao gestor pela dispensa ilegal de licitação para celebração de contratos de prestação de serviço e aquisição de bens de informática e determinou ao CRTR/RJ que reserve seus cargos em comissão ao efetivo exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento. (Acórdão nº 918/2015 - Plenário);

1.8.6 Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

a) monitorou determinações decorrentes de auditorias que analisaram as principais características, deficiências e oportunidades de melhoria inerentes à arrecadação de multas administrativas aplicadas por agências reguladoras e demais órgãos federais de regulamentação, fiscalização e controle. O Tribunal identificou deficiências nos procedimentos de arrecadação de multas, decorrentes da falta de efetividade das ações de fiscalização e controle exercidas pelos órgãos, o que gerou determinações e recomendações para aperfeiçoar a sistemática do controle e da arrecadação de multas administrativas. (Acórdão nº 1.215/2015 - Plenário);

b) realizou monitoramento de determinações anteriores, decorrentes de auditoria no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), abrangendo a área de recuperação de créditos e a gestão sobre os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), aplicados em operações de crédito. À época da auditoria, a principal

irregularidade apontada foi a falta de cobrança judicial de operações de crédito inadimplidas. No monitoramento atual, o TCU verificou que alguns responsáveis não adotaram as medidas devidas e aplicou-lhes multa. O Tribunal determinou ao BNB que coloque em funcionamento o Sistema de Controle Gerencial do FNE, para aumentar a regularidade, a transparência, a consistência e a fidedignidade e para garantir a integração com os demais sistemas de controle eletrônico de dados referentes ao FNE. (Acórdão nº 1.078/2015 - Plenário);

c) determinou a anulação de concorrência pública realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a venda de um terreno de 9.000 m² em Brasília/DF, após identificar irregularidades na licitação. O Tribunal constatou que o BNDES utilizou laudo inconsistente para estimar o preço do terreno, que os serviços de avaliação do imóvel tiveram preços incompatíveis com o mercado, e que os dirigentes da empresa vencedora do certame tinham vínculos de parentesco com os responsáveis da empresa avaliadora. Assim, o TCU, dentre outras medidas, determinou que o BNDES: adote as providências necessárias à anulação da concorrência pública; utilize como método avaliativo, em futuras avaliações de valor mínimo de venda de terreno, o método comparativo direto de dados de mercado; abstenha-se de aplicar o critério de liquidação forçada; e estabeleça cláusula em edital que expressamente permita ao interessado comprar o imóvel por meio de financiamento bancário ou, se for conveniente ao BNDES, mediante pagamento de forma parcelada. (Acórdão nº 996/2015-Plenário);

d) examinou a regularidade do processo de aquisição, pela Caixa Participações S.A (Caixapar), subsidiária da Caixa Econômica Federal (Caixa), de participações acionárias nas empresas MGHSPÉ Empreendimentos e Participações S.A (MGH), atual Branes, e MROSPE Empreendimentos e Participações S.A. (MRO), atual Habitar. O Tribunal identificou irregularidades no tipo de serviço prestado pela empresa à Caixa, e também constatou que as empresas Branes e Habitar foram constituídas como “empresas de prateleira”, que possuindo CNPJ, sócios, capital social, mas nenhuma atividade. O TCU fixou prazo para a Caixa Econômica Federal desfazer os atos de aquisição de participação acionária pela Caixapar na empresa Branes. (Acórdão nº 894/2015-Plenário);

e) analisou representação cujo objeto foi a adoção, pela Caixa Econômica Federal (Caixa), no ano de 2012, de procedimento contábil que resultou na apropriação de valores provenientes do encerramento de contas de depósito com inconformidades cadastrais. O TCU constatou que a realização do procedimento ocasionou o reconhecimento irregular de R\$ 719 milhões em receitas de depósitos, o que representou, nas demonstrações contábeis de 2012, 15% do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Caixa. O caráter irregular do procedimento contábil realizado pela Caixa também foi confirmado em pareceres do Banco Central do Brasil (Bacen). O TCU aplicou multa aos responsáveis e determinou à Caixa que estabeleça controles internos suficientes para garantir que, em suas demonstrações, grupos contábeis não agreguem rubricas que, por sua importância relativa no conjunto, exijam evidenciação em separado. (Acórdão nº 1.076/2015-Plenário);

1.8.7 Justiça e Defesa

a) analisou o pregão eletrônico promovido pelo Ministério da Justiça (MJ), cujo objeto foi a aquisição de coletes balísticos de uso policial para suprir as necessidades dos órgãos de Segurança Pública das unidades da Federação e do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, no valor estimado de R\$ 86 milhões. A avaliação do TCU foi provocada por uma das licitantes, que alegou supostas irregularidades no processo licitatório, tais como:

utilização de munição distinta da prevista; solicitação de uma licitante, ainda na fase de habilitação, de reequilíbrio econômico-financeiro; e ausência de autorização do Exército Brasileiro para a escolha do laboratório responsável pelos testes balísticos. O Tribunal determinou ao MJ que: abstenha-se de contratar empresa que ofereça coletes balísticos, ou outros produtos controlados pelo Exército, com especificações distintas do relatório técnico correspondente à licitação; reveja o ato que habilitou a empresa vencedora do pregão; e informe ao Tribunal as medidas adotadas para sanar as falhas. (Acórdão nº 1.568/2015-Plenário);

1.8.8 Poderes do Estado e Representação

a) reuniu-se no mês de junho para apreciar as contas da Presidência da República (PR). No entanto, por considerar que as contas não estavam em condições de serem apreciadas, o TCU deu prazo de 30 dias à Presidente da República para que se manifeste acerca dos indícios de irregularidades identificados, baseando-se nos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. O relatório elaborado ressaltou algumas distorções quanto ao desempenho da economia, ao Balanço Geral da União (BGU), e à gestão fiscal. Desta forma, o Tribunal aguarda as manifestações da Presidência da República para concluir o processo de apreciação das contas. (Acórdão nº 1.464/2015-Plenário);

b) concluiu o Relatório Sistêmico da Função Judiciário (FiscJudiciário), que consolidou fiscalizações realizadas com o objetivo de oferecer subsídios à busca de soluções para a melhoria e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Federal. A auditoria avaliou orçamento e finanças, indicadores de desempenho e grandes temas acompanhados pelo TCU e constatou: alta taxa de execução orçamentária, com baixo índice de contingenciamento; a existência de planejamentos estratégicos específicos para cada órgão; e a economia de recursos públicos decorrente da ação do TCU sobre o pagamento de passivos na Justiça do Trabalho. (Acórdão nº 1.295/2015-Plenário);

1.8.9 Agricultura e Desenvolvimento Agrário

a) realizou levantamento na Caixa Econômica Federal (CEF) para avaliar os controles do Banco na concessão e na fiscalização do crédito rural, analisando 37 produtos ofertados pela CEF nesse segmento, buscando verificar as principais regras para habilitação do beneficiário, assim como as condições para a concessão de linhas de crédito a pessoas físicas, de acordo com os critérios estabelecidos no Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR). A auditoria permitiu identificar riscos relacionados aos processos de concessão e fiscalização da modalidade de crédito, como, por exemplo, a possibilidade de a mesma pessoa responsável em receber a proposta de crédito rural ter competência para liberar o recurso, aumentando o risco de liberações de créditos irregulares. A partir das constatações, o TCU fez recomendações à Caixa Econômica Federal no sentido de aperfeiçoar a segregação de funções para impedir que o mesmo responsável em receber a proposta tenha competência para liberar o crédito. Também determinou à CEF a implementação de sistemas informatizados em substituição a trabalhos manuais e criar mecanismo para atestar a efetiva fiscalização realizada pelo setor de assessoramento técnico. (Acórdão nº 1.013/2015-Plenário);

1.8.10 Trabalho, Previdência e Assistência Social

a) monitorou determinações realizadas em 2013 à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) com o objetivo de evitar a prescrição de créditos tributários previdenciários em razão da migração tecnológica de aplicações utilizadas

pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). O principal benefício resultante deste trabalho consistiu na indução de melhorias no processo de atendimento das demandas da SRFB, por parte da Dataprev, o que evitou a ocorrência de prescrição de créditos tributários da ordem de R\$ 12,1 bilhões durante o ano de 2014. (Acórdão nº 1.255/2015-Plenário);

b) apreciou a primeira edição do relatório sistêmico na área do trabalho – o FiscTrabalho, cujo objetivo é oferecer ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira um panorama sobre a Função Trabalho do Governo Federal, bem como subsidiar o controle social. Em auditoria realizada no FAT, o Tribunal verificou que, após o Governo optar, continuamente, por abrir mão da receita de vários tributos visando aumentar a produção e estimular alguns setores, as renúncias atingiram o montante de R\$ 10,6 bilhões em 2013. Consequentemente, o TCU observou que, ante a ausência de mecanismos de compensação das contas, o equilíbrio das contas do Fundo vem sendo comprometido. Também foi constatado um crescente aumento da aplicação de recursos em políticas passivas (seguro-desemprego e abono), com o consequente declínio da participação de políticas ativas, que são destinadas à qualificação do trabalhador com fins de facilitar sua inserção no mercado de trabalho. (Acórdão nº 732/2015-Plenário);

c) realizou auditoria no Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), benefício gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que assegura renda ao pescador profissional artesanal nos períodos em que há paralisação da pesca em função da época de defeso. O foco do trabalho foi a avaliação dos controles internos no tocante à concessão do SDPA, e revelou indícios de pagamentos indevidos de 30.228 parcelas do benefício, que alcançam o total de R\$ 19,5 milhões no período analisado (janeiro de 2012 a junho de 2013). Além dos pagamentos indevidos, a auditoria encontrou inconsistências nas bases de dados do SDPA, do Registro Geral da Pesca e da Embarcação. Diante da situação, o TCU fez determinações corretivas ao MTE, que deverá apresentar plano de ação contendo cronograma das medidas a serem adotadas. (Acórdão nº 731/2015-Plenário);

1.9 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 2º trimestre de 2015, foram autuados 24 processos de solicitação do Congresso Nacional e atendidas 33 solicitações. Ao final do período, estavam em tramitação, no Tribunal, 76 processos de solicitação do Congresso Nacional.

Além disso, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas promovidas pelas comissões técnicas de ambas as Casas do Congresso Nacional.

1.10 Atuação Internacional

O Relatório registra que, no cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), a Organização Europeia das Instituições Superiores de Auditoria (Eurosai) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

É importante destacar que, desde 2013, o Presidente do TCU tem exercido a Presidência da Olacefs, sendo esta a primeira vez que o Brasil assume a Presidência da Organização.

1.11 Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.687 cargos efetivos, dos quais 2.565 estavam ocupados no final do 2º trimestre de 2015.

O relatório também destaca as ações de desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores do Tribunal, afirmando que a valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para o crescimento e o aprimoramento contínuo do Tribunal.

1.12 Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do Tribunal para o ano de 2015 apresentou dotação de R\$ 1,78 bilhão. A despesa liquidada até o final do 2º trimestre foi de R\$ 809,55 milhões, que corresponde a 45,31% do total.

É o relatório.

2.VOTO

Do exposto, observa-se que os trabalhos de fiscalização realizados pelo TCU no 2º trimestre de 2015 identificaram irregularidades na aplicação de recursos públicos nas diversas áreas da atuação governamental, tais como Minas e Energia, Transporte, Integração Nacional, Esportes, entre outras.

Observa-se, em cada caso, que o TCU adotou, de ofício, as providências pertinentes para orientar, corrigir ou punir os gestores envolvidos assim como para obter o ressarcimento de eventuais danos imposto ao erário em razão de procedimentos ou condutas irregulares.

Verifica-se, também, que é praxe da Corte de Contas encaminhar, tão logo publicados, cópia dos acórdãos e respectivos votos e relatórios que os fundamentaram aos órgãos e entidades envolvidos assim como para ambas as Casas do Congresso Nacional e suas respectivas comissões permanentes, de acordo com a competência regimental de cada uma, para conhecimento e adoção das providências julgadas necessárias.

Com esses registros, observo que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame. Em consequência, **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividade relativo ao 2º Trimestre do exercício de 2015 daquela Corte de Contas, objeto do **AVN nº 11/2015- CN**, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de novembro de 2015

Deputado **PEDRO FERNANDES**
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO- CMO, na Décima Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado PEDRO FERNANDES, pelo **CONHECIMENTO** e **ARQUIVAMENTO** do Aviso nº 11/2015-CN que “Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, e à lei 8.443/92, art. 90, §§ 1º e 2º, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2015”.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Walter Pinheiro, Terceiro Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Angela Porteira, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Hélio José, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Paulo Bauer e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice- Presidente, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edmílson Rodrigues, Elmar Nascimento, Evair de Melo, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, Iázaro Botelho, Leio Coimbra, Marcelo Aro, Niito Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 10 de novembro de 2015.

Deputado JAIME MARTINS

Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência

PARECER Nº 102 DE 2015–CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o AVN nº 8, de 2015-CN, que “Encaminha, em cumprimento à Lei nº 11.887/08, art. 10, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 1º trimestre de 2015”.

Relator: Deputado **LELO COIMBRA**

I. RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art.10 da Lei nº 11.887/2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, e dá outras providências, e no art. 11, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009, que o regulamenta, o Ministério da Fazenda encaminhou ao Congresso Nacional, em 9 de junho de 2015, o relatório de desempenho do FSB relativo ao primeiro trimestre de 2015.

O FSB é um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, cuja finalidade é a de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior. Trata-se originalmente de fundo com caráter anticíclico, formador de poupança pública em períodos nos quais as metas fiscais são superadas ou quando o governo brasileiro deseja aportar recursos para os fins aos quais se destina.

O Decreto regulamentador determinou (art. 3º) que as aplicações do FSB em ativos financeiros no Brasil deverão ter rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

De acordo com relatórios elaborados pelo Tesouro Nacional, o FSB teve como aporte inicial a emissão de 10.201.373 títulos do Tesouro Nacional, em 30/12/2008, totalizando R\$ 14,244 bilhões a preços de mercado, aplicados integralmente no Brasil, no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, também criado pela Lei 11.887/2008.

Em 2009 os recursos foram mantidos em títulos públicos federais e operações compromissadas com o Banco Central do Brasil. Em 2010, parte dos recursos foi destinada ao mercado de ações. Decisões sucessivas definiram a participação da União em oferta pública de ações de emissão do Banco do Brasil S.A., com a subscrição pelo FFIE de 62.500.000 ações; a aquisição de 77.641.422 de ações ordinárias da Petrobras junto à Caixa Econômica Federal; e a participação na oferta pública da Petrobras, tendo subscrito 428.010.863 ações, entre ordinárias e preferenciais. Ao final de 2010, 10,02% do FFIE estava alocado em operações compromissadas; 89,98% em ações, sendo 56,01% em ações ordinárias da Petrobras (PETR3), 23,50% em ações preferenciais da Petrobras (PETR4) e 10,46% em ações ordinárias do Banco do Brasil S/A (BBAS3); além de um percentual pequeno de Letras do Tesouro Nacional (LTN).

Em 2011 os recursos do Fundo Soberano do Brasil continuaram integralmente aplicados em cotas do FFIE com saldo ao final de dezembro de R\$ 15,546 bilhões, sendo 82,77% investidos em ações (Banco do Brasil 9,53% e Petrobras 73,24%); 17,12% em operações compromissadas e 0,11% em outros ativos.

Ao final de 2012 houve mudanças na composição do portfólio do FFIE. A União permutou, com base em despacho do Ministro da Fazenda de 30 de agosto de 2012, 48.150.000 ações ordinárias do Banco do Brasil de sua titularidade, por 51.853.846 ações ordinárias da Petrobras, de titularidade do FFIE. Outra operação, no valor de R\$ 8,83 bilhões, ocorreu em 28 de dezembro de 2012, quando ações da Petrobras em poder do FFIE até esse limite foram permutadas por títulos públicos federais em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O patrimônio líquido do FFIE recuou para R\$ 2,627 bilhões em 31/12/2012, seguindo-se ao resgate de cotas pelo Tesouro Nacional no valor de R\$ 12,4 bilhões naquela data, e esses recursos foram aplicados em subconta remunerada do Fundo Soberano do Brasil na Conta Única do Tesouro Nacional. Esse montante correspondeu ao resgate antecipado, pelo Tesouro Nacional, dos títulos públicos recebidos pelo FFIE do BNDES, somados a outros ativos de renda fixa existentes na carteira do FFIE.

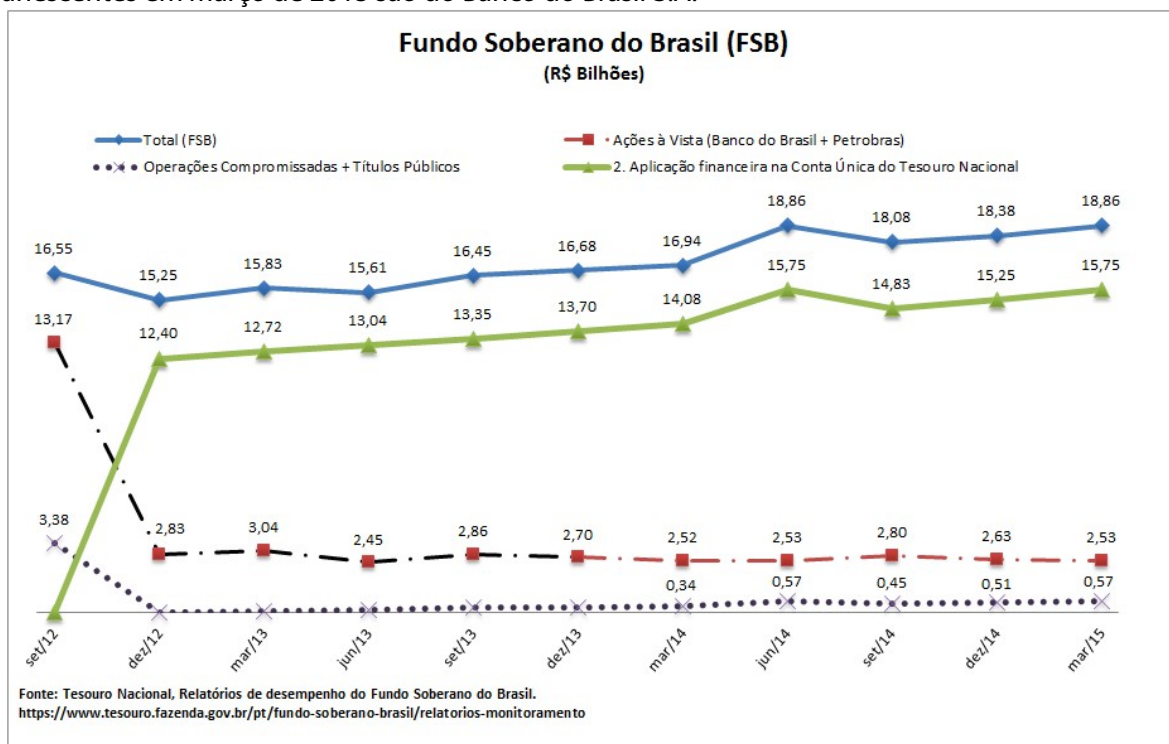
Em dezembro de 2014, o patrimônio líquido do Fundo Soberano do Brasil era de R\$ 18,384 bilhões com ganho, de 10,29% – frente aos R\$ 16,678 bilhões de 31/12/2013. Em 31 de março de 2015, o patrimônio líquido chegou a R\$ 18,859 bilhões, com rentabilidade global de 2,59% no trimestre. O desempenho no trimestre decorreu da alocação dos dividendos e juros sobre capital próprio originário da carteira de ações em títulos públicos; valorização de 3,31% dos recursos aplicados na Conta Única. A rentabilidade da carteira de ações foi negativa em 1,65% em função da variação no valor de mercado das ações e do recebimento de proventos originários dessas participações.

Os ativos do FSB, ao fim de março de 2015, apresentavam a seguinte composição: 83,54% em aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional; 13,44% em ativos de renda variável (ações ordinárias do Banco do Brasil (BBAS3); 2,8% em aplicações de renda fixa, e 0,22% em operações compromissadas e outros ativos.

II – ANÁLISE

O Fundo Soberano do Brasil e o fundo privado cujas cotas integralizou em dezembro de 2008 (FFIE) têm ficado restritos, dentro do período que nos coube examinar, a suas finalidades de formar poupança pública (quando do aporte inicial), promover investimentos no Brasil, ainda que apenas voltados para empresas de economia mista e, com o importante resgate de cotas do FFIE realizado em dezembro de 2012, a mitigar os efeitos do ciclo econômico, neste caso atenuando a necessidade de contração das despesas públicas.

A evolução da composição dos ativos do FSB está ilustrada no gráfico abaixo. As ações à vista remanescentes em março de 2015 são do Banco do Brasil S.A.



O art. 3º do Decreto 7.055/2009 determina que as aplicações em ativos financeiros do FSB no Brasil deverão ter rentabilidade mínima equivalente à TJLP.

A Taxa de Juros de Longo Prazo esteve fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 6,25% a.a. até junho de 2009, e em 6% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012, em 5,5% a.a. de julho a dezembro de 2012, em 5% a.a. de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 e elevou-se para 5,5% a. a. entre janeiro e março de 2015.

Em 2010, a rentabilidade dos ativos do fundo foi de 14,78%. Em 2011, foi negativa, da ordem de (-) 17,15%. Em 2012, também negativa em (-) 1,88%. Em 2013, rentabilidade positiva de 9,5% e em 2014, de 10,29%. A rentabilidade acumulada nos 12 meses encerrados em 31 de março de 2015 foi de 11,37%, e de 2,59% considerando-se apenas o último trimestre. Desde sua criação, até março de 2015, a comparação entre o que teria representado o FSB capitalizado pela TJLP e o que de fato resultou está no gráfico abaixo, que consta do Relatório de Desempenho referente ao 1º trimestre de 2015.



III – VOTO

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, consoante o aviso AVN nº 8, de 2015-CN e, uma vez não existirem providências de outra natureza a serem tomadas, determine o arquivamento dos citados documentos.

Sala da Comissão Mista, em de novembro de 2015.

Deputado **LELO COIMBRA**
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CMO, na Décima Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2015, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado LELO COIMBRA, pelo **CONHECIMENTO** e **ARQUIVAMENTO** do Aviso nº 8/2015-CN que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 11.887/08, art. 1º, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 1º trimestre de 2015".

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Walter Pinheiro, Terceiro Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Angela Portela, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Hélio José, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Paulo Bauer e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edmilson Rodrigues, Eimar Nascimento, Evair de Melo, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, Lázaro Botelho, Leio Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro.

Sala;de Reuniões, em 1º de novembro de 2015.

Deputado JAIME MARTINS
Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência

Deputado LELO COIMBRA
Relator

PARECER Nº 104 DE 2015- CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 15, de 2015- CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para os fins que especifica."

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Senador Raimundo Lira

I. RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 395, de 2015, na origem, o Projeto de Lei nº 15, de 2015- CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Conforme consta da Exposição de Motivos nº 00158/2015, de 13 de outubro, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem Presidencial, o crédito proposto tem por finalidade o remanejamento de dotações incluídas ou acrescidas ao orçamento em decorrência de emendas parlamentares individuais.

Cuida-se de providenciar atendimento a solicitações dos autores das emendas envolvidas, o que se viabiliza mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias relativas a emendas individuais, consoante o art. 43, § 1º, 111, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, V, da Constituição.

A exposição de motivos esclarece, ademais, a propósito do previsto no art. 39, § 4º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (Lei nº 13.080, de 2015), que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização de novas programações, as quais serão executadas de acordo com os pertinentes limites de movimentação e empenho.

Expirado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o Relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Visando a inclusão de programações novas no orçamento em vigor, a proposição sob exame articula, corretamente, a abertura de crédito orçamentário adicional na modalidade especial.

Conforme admitido na legislação de regência (Lei nº 4.320, de 1964, art. 43, § 1º), são indicados valores decorrentes de anulação de dotações orçamentárias como recursos à abertura do crédito. Trata-se de remanejamento de dotações orçamentárias decorrentes de emendas individuais, providência buscada em atendimento a pleito dos respectivos parlamentares autores.

Do exame do Projeto de Lei, verificamos, em geral, sua deferência às prescrições constitucionais e legais pertinentes (em especial, Constituição, art. 167, V; Lei nº 4.320, de 1964, art. 43; e Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, art. 39).

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN Nº 15, de 2015, na forma proposta pelo Poder Executivo

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2015.

Senador Raimundo Lira
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Quarta Reunião Extraordinária realizada em 11 de novembro de 2015, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador RAIMUNDO LIRA, favorável ao **Projeto de Lei nº 15/2015-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Valdir Raupp e os Deputados Jaime Martins, Primeiro-Vice Presidente, Giuseppe Vecchi, Segundo-Vice Presidente, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Danilo Forte, Domingos Sávio, Edmilson Rodrigues, Evair de Melo, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Izalci, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, José Airton Cirilo, José Rocha, Julio Lopes, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Mauro Lopes, Nilton Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu.

Sala de Reuniões, em 11 de novembro de 2015.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Senador RAIMUNDO LIRA
Relator

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19

PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Ricardo Ferraço.	ES
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Hélio José.	PSD / DF
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,42,52) Regina Sousa (41) </p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,51) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,42,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataides Oliveira (33) Antonio Anastasia (46) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (14)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (12,27)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (13,16,28) Vanessa Grazziotin (21,24) </p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,16,28)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,24)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (26,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (18,54) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (11,15,44,53)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (18,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Dalcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49) Paulo Rocha (32,51) Wellington Fagundes (50) Telmário Mota (9,34,42,52)</p>		

Notas:

- Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
- Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

6) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**.. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Caio César Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC Nº 168, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

PRESIDENTE: Luiz Fux

RELATORA: Tereza Arruda Alvim Wambier

MEMBROS

Luiz Fux

Tereza Arruda Alvim Wambier

Bruno Dantas

José Roberto dos Santos Bedaque

Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Notas:

*. Em 06.11.2015, o Ato do Presidente nº 38, de 2015, foi republicado por incorreções no texto anterior.

13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otávio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Ricardo Vital de Almeida
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP-RS)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Senador José Serra (PSDB-SP)

Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)

Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,6)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(5,7)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. VAGO ^(2,18)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽²⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁶⁾
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁷⁾	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ⁽¹⁰⁾	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**.. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PSD-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Aírton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)

Bloco / Partido	Membros
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



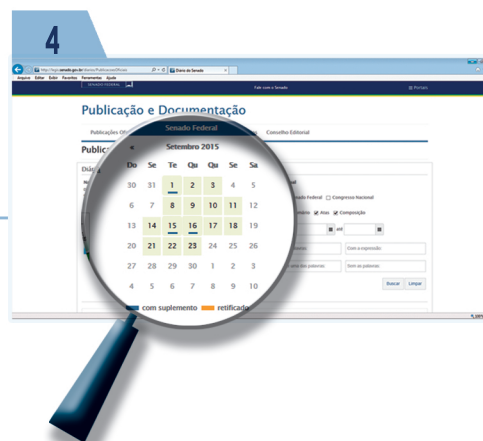
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

